

http://revistas.ufpr.br/letras

Editor: Alexandre Nodari Projeto Gráfico: Yuri Kulisky

Organizadores do número temático

Simone Guesser e Núbia Ferreira Rech

Conselho Editorial

Antonio Dimas (USP), Beatriz Gabbiani (Universidad de la República do Uruguai), Carlos Alberto Faraco (UFPR), Carlos Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), Elena Godoi (UFPR), Filomena Yoshie Hirata (USP), Gilda Santos (UFRJ), José Borges Neto (UFPR), Júlio Cesar Valladão Diniz (PUC-RJ), Lígia Negri (UFPR), Lúcia Sá (Manchester University), Lucia Sgobaro Zanette (UFPR), Maria Lucia de Barros Camargo (UFSC), Marília dos Santos Lima (unisinos), Mauri Furlan (UFSC), Mauricio Mendonça Cardozo (UFPR), Raquel Salek Fiad (UNICAMP), Rodolfo A. Franconi (Darthmouth College), Rodolfo Ilari (UNICAMP)

Conselho Consultivo

Adalberto Müller (UFF), Álvaro Faleiros (USP), Brunno Vinicius Gonçalves Vieira (UNESP-Araraquara), Fernando Cabral Martins (Universidade Nova de Lisboa), Helena Martins (PUC-RIO), Irene Aron (USP), Isabella Tardin Cardoso (UNICAMP), Juliana Perez (USP), Luciana Villas Boas (UFRJ), Márcia Martins (PUC-RIO), Maria Irma Hadler Coudry (UNICAMP), Matthew Leigh (University of Oxford), Patrick Farrell (University of California/Davis)

Lista dos pareceristas ad hoc

Juanito Avelar, Adeilson Sedrins, Gabriel Othero, Cristina Figueiredo, Alessandro Medeiros, Rafael Minussi, Aline Rodero Takahira, Ana Paula Scher, Thiago Motta, Ani Carla Marchesan, Luisandro de Souza, Luciana Sanches Mendes, Danniel Carvalho, Mercedes Marcilese, Thiago Chacon, Glauber Romling, Juliana Marins e Marco Antônio Martins.

Sumário

•	~
3	APRESENTAÇÃO

6 General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky

> Aquiles Tescari Neto Núbia Ferreira Rech Simone Guesser

16 DIFFERENTIAL OBJECT MARKING IN TUKANO

Fábio Bonfim Duarte Braulio Brandão de Oliveira Lopes

45 Modo: o caso do Karitiana

Ana Müller

Luiz Fernando Ferreira

- 71 MARCAÇÃO DIFERENCIAL DO SUJEITO EM LÍNGUAS DO GRUPO TIMBIRA João Henrique Santos de Souza Fábio Bonfim Duarte
- PP Coordination, Embedding and Feature Sharing: seeking the connections between notation and processing

Tom Roeper Marcus Maia Sabrina Santos

114 RESUMPTIVOS EM RELATIVAS DE OBJETO DIRETO: RESULTADOS DE LEITURA AUTOMONITORADA

Marina R. A. Augusto Marije Soto Nathan de Sena Jomara Bernardes

Sobre as leituras de como assim em português brasileiro

Simone Guesser Lorrane Medeiros Flore Kédochim Raquel Sousa

178 Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh:

CATEGORIAS, HIERARQUIAS E DERIVAÇÕES

Bruno Ferreira de Lima Aquiles Tescari Neto

TRABALHOS COLABORATIVOS COM POVOS INDÍGENAS: O SABER ACADÊMICO E O TRADICIONAL NA ELABORAÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS Isabella Coutinho Costa

presente número da Revista Letras é dedicado a trabalhos de participantes do XII Encontro Intermediário do Grupo de Trabalho de Teoria da Gramática (GTTG) da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), realizado na Universidade Federal de Roraima (UFRR) em julho de 2019.

Ovolume contempla também uma entrevista realizada com Ur Shlonsky, professor e pesquisador da Universidade de Genebra. Nessa conversa, Aquiles Tescari Neto, Núbia Ferreira Rech e Simone Guesser tocam em assuntos que vão desde questões mais pessoais – elaboradas com o propósito de saber um pouco sobre quando e como emergiu o interesse de Ur Shlonsky pela área da Linguística -, passam por perguntas relacionadas ao projeto cartográfico e chegam a tópicos relacionados às pesquisas atuais do Professor.

Na sequência, o primeiro artigo, *Diferential Object Marking in Tukano*, de autoria de Braulio Lopes e Fábio Bonfim, mostra que essa língua apresenta marcação diferencial de objeto. Os autores assumem que essa marcação é ativada por um morfema (-re), o qual figura apenas em objetos definidos; os indefinidos não exibem qualquer tipo de marcação. Assim, a ocorrência ou não do morfema -re indica se o argumento interno é definido ou não. Os autores propõem que -re marca Caso dependente baixo, o qual é atribuído apenas a argumentos internos, e explicam sua distribuição sintática pela aplicação da regra de atribuição de caso dependente, com base em Baker (2015).

No segundo trabalho, *Modo: o caso do Karitina*, Ana Müller e Luiz Fernando Ferreira discutem os morfemas do Karitiana classificados como modo por Storto (2002). Os autores partem das definições de *modo ilocucional* e de *modo modal* (Portner, 2011), associando os morfemas deôntico e contrafactual do Karitiana à definição de *modo modal*, por marcarem tipo de modalidade; e os morfemas declarativo, assertivo e citativo, à definição de modo ilocucional, por indicarem força ilocucional declarativa. Os autores mostram, ainda, que ambos os modos se realizam como flexão verbal. Os dados que embasaram a análise foram coletados de narrativas e por elicitação contextualizada, seguindo a metodologia de Matthewson (2004) e Sanches-Mendes (2014).

O terceiro artigo é de autoria de João Henrique Santos e Fábio Bonfim, intitulado *Marcação Diferencial do Sujeito em línguas do grupo Timbira*. Os autores investigam as partículas de Caso -te e -mã, explicando o surgimento do sistema de marcação diferencial do sujeito nessas línguas. Os autores constatam que o sujeito de verbos transitivos nas línguas do complexo

dialetal Timbira pode receber até três Casos: o Caso ergativo (-te), que marca o sujeito de verbos transitivos de ação no aspecto perfectivo; o Caso dativo ($-m\tilde{a}$), que marca o sujeito de verbos transitivos de estado psicológico com os traços semânticos [+afetado] e [-controle]; e o Caso nominativo ($-\omega$), que corresponde a Caso estrutural, atribuído pelo núcleo tense (=To) da sentença, e não está necessariamente atrelado à atribuição de papel temático.

No quarto trabalho, *PP Coordination, Embedding and Feature Sharing:* seeking the connections between notation and processing, Tom Roeper, Marcus Maia e Sabrina Santos apresentam dois experimentos de correspondência entre frases e figuras em construções de sintagmas preposicionais em inglês e em português. Pela comparação dos resultados dos experimentos de coordenação de PPs (Direto Não Estruturado – DU), encaixe (Estrutura Indireta - IS) e compartilhamento de traços (Estruturação Direta - DS), tendo por base os tempos médios de resposta, os autores chegam à seguinte hierarquia: DU <IS <DS, a qual é explicada a partir de possíveis conexões entre a construção de compartilhamento de traços com os fenômenos de concordância.

O artigo quinto é de autoria de Marina Augusto, Marije Soto, Nathan de Sena e Jomara Bernardes, intitulado Resumptivos em relativas de objeto direto: resultados de leitura automonitorada. Os autores focam nas sentenças relativas resumptivas de objeto direto do português brasileiro. Através de um estudo de leitura automonitorada, investigam se tais estruturas - por conterem um pronome na posição de interpretação do elemento relativizado - podem causar o efeito da lacuna preenchida e em que medida a legitimidade desse tipo de sentença no PB pode aliviar tal efeito. O experimento envolveu três condições, a saber: relativas gramaticais com lacuna, relativas agramaticais com lacuna preenchida com DP e relativas gramaticais com resumptivo. Levouse em conta os tempos de leitura do segmento crítico, da região spill-over, e dos dois últimos segmentos. Os resultados mostraram que há, inicialmente, um custo de processamento vinculado ao pronome resumptivo no segmento crítico. Em contrapartida, tal custo é logo reintegrado, na posição spill over, para o processamento da sentença, mostrando, além disso, tempos de leitura mais rápidos nos últimos segmentos. Na análise dos autores, tais fatos revelam que sentenças relativas com pronomes resumptivos são processadas como legítimas no PB, mesmo sendo, do ponto de vista estilístico, avaliadas pelos falantes como de pouco prestígio.

No sexto artigo, Simone Guesser, Lorrane Medeiros, Flore Kedochim e Raquel Sousa tratam das possíveis leituras para o sintagma *como assim* em português brasileiro. A partir de um estudo experimental que envolve dois experimentos *off-line* não cronométricos, as autoras comprovam a existência de 4 leituras para *como assim*: de causa, de motivação, elucidativa e de incredulidade. Nos dois primeiros casos, *como assim* atua como operador sentencial, ao passo que, nos dois últimos, tal sintagma não se

caracteriza pragmaticamente como operador de pergunta (em sentenças elucidativas, *como assim* serve para solicitar esclarecimentos sobre o que se ouviu anteriormente e, em sentenças de incredulidade, serve para explicitar surpresa).

No sétimo artigo, *Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações*, Bruno Ferreira Lima e Aquiles Tescari Neto apresentam uma descrição e análise para as sentenças exclamativas do tipo wh- em PB, tomando como base a Cartografia Sintática. Os autores propõem uma sistematização das categorias apontadas pela literatura como envolvidas nesse tipo de sentença e mostram - com base, sobretudo, em *testes de sensibilidade/co-ocorrência* - que, dentre tais categorias, as que realmente estão presentes na exclamatividade wh- são aquelas relacionadas à força, miratividade, avaliação, evidencialidade/referencialidade e indexicalidade. Nesse sentido, as projeções ForceP, MirativeP, EvaluativeP, EvidentialP, CircumstatialP (ou DemP) são ativadas na derivação de todos os tipos de exclamativas-wh. Por outro lado, no caso de exclamativas com *que e quanto*, mas não naquelas com *como*, seria projetado DegP, núcleo localizado no sistema CP.

Por fim, o oitavo artigo, intitulado *Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos*, de autoria de Isabella Coutinho, trata de materiais didáticos para o ensino de línguas indígenas feitos em colaboração com professores e demais membros de comunidades indígenas de Roraima. A autora relata duas experiências de trabalhos colaborativos que tomam como aspecto central o conhecimento implícito dos falantes sobre a estrutura das suas línguas. Ela mostra que o resultado do trabalho se apresenta muito mais produtivo quando, a fim de minimizar a distância entre conhecimento acadêmico e conhecimento tradicional, metodologias não colonizadoras, no sentido de Smith (2012), são adotadas.

Agradecemos a todos os participantes do Encontro do GTTG-2019, por terem levado suas pesquisas à UFRR, uma universidade que está dando seus primeiros passos na área dos estudos formais sobre a linguagem. Temos certeza de que esse momento foi um marco importante para os alunos e professores da área de Letras dessa instituição. Muito obrigada também à Teresa Cristina Wachowicz e ao Alexandre Nodari, pelo importante suporte técnico na organização deste número; por fim, agradecemos a todos os membros do GTTG pela oportunidade que nos foi dada de trabalhar de maneira mais intensa com o grupo nesses dois anos de coordenação.

Simone Guesser Núbia Ferreira Rech

General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky

Aquiles Tescari Neto* Núbia Ferreira Rech** Simone Guesser***

This issue of Revista Letras is dedicated to the publication of some selected papers presented at the "Intermediate Meeting" of the Grammar Theory Working Group (GTTG) of the National Association for Research and Graduate Studies in Letters and Linguistics (ANPOLL), held at the Federal University of Roraima, July 2019. Currently, GTTG members are researchers from different fields (such as Phonology, Morphology, Syntax, Semantics and Language Acquisition), affiliated to Brazilian universities and research institutes. At the 2019 meeting, in addition to discussions more specifically related to grammar theory, it was sought to establish dialogues with different ANPOLL working groups, in particular with members of the Psycholinguistics and Indigenous Languages groups. Another topic covered was grammar teaching at the Basic Education. Basic Education has been a concern of many group members, who have come up with proposals to show how grammar theory can contribute to the study of grammar and to the learning of (spoken and written) standard Portuguese.

We are delighted to interview in this issue the renowned linguist Ur Shlonsky, professor at the Department of Linguistics at the University of Geneva. His main areas of expertise are syntactic theory and comparative syntax. With research on aspects of Semitic languages syntax, especially Modern Hebrew, and work on Romance languages and Romance dialectology, Professor Shlonsky has provided important contributions to syntax theory and, more recently, to the Cartographic Approach. Among his various research topics, we can cite the syntax of null subjects, relative sentences, resumptive pronouns, cliticization and wh-interrogatives. For a more detailed view of his cv, as well as a list of some of his publications, the reader can consult the link https://www.unige.ch/lettres/linguistique/collaborateurs/profs/shlonsky/.

Unquestionably, the topics addressed in this interview with Professor Ur Shlonsky will definitely bring important contributions to Revista Letras readers – especially those of the present issue – once some of the GTTG priority axes for the

^{*} LaCaSa – Laboratório de Cartografia Sintática: Pesquisa e Ensino. Department of Linguistics. State University of Campinas (UNICAMP) – Brazil. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8157-3921.

^{**}Federal University of Santa Catarina (UFSC), Department of Vernacular Language and Literature, Florianópolis – Brazil. ORCID: 0000-0002-9278-2702.

^{***} Federal University of Roraima (UFRR), Faculty of Letters, Campus Paricarana, Boa Vista – Brazil. ORCID: 0000-0002-0064-9251.

A. T. NETO, N. F. RECH & S. GUESSER General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky 2019-2020 biennium have been addressed in this interview. Some more personal questions make it possible for the readers to know when and how Professor Shlonsky's interest for theoretical Linguistics – and, particularly, for cartographic studies – arose. The interview will also cover some topics on the cartographic program which are more related to Professor Shlonsky's current research, namely issues on the syntax of the left periphery and the study of the Subject.

Professor Shlonsky, many thanks for your participation in this interview! Now, the reader can learn and be delighted with your answers to our questions.

Professor Shlonsky's trajectory in Linguistics

Dear Professor Shlonsky, we start our interview with more "personal" questions. The Revista Letras readers might be wondering about your interest for Linguistic Theory and Cartography.

1. So, to begin with, we would like to know how your interest in Linguistics arose.

I majored in Philosophy at the Hebrew University in Jerusalem and although I was encouraged by my teachers to continue, I found that the philosophy of language revolved around a limited set of questions (the nature of meaning, reference, intentionality etc.). Hesitant as to what I was going to study next, I spent some time travelling in Mexico and it was while visiting the pyramids of Teotihuacan, overwhelmed by the esthetic impact of structure (in this case, architectural) that I realized that I should study language structure, and that I should do so by looking at data, at different structures, at different languages.

2. As we have mentioned in the Introduction, our main concerns in this interview are to exchange ideas about Cartography, a very prolific line of research within Generative Linguistics nowadays. Hence, our second question is still "personal" in a sense and is partially related to the previous one: how did your interest in Cartography arise?

Cartography got its name in the late 1990s, but the interest in structure, functional structure in particular, was all over the place years before. My classmate at MIT, Steve Abney, was writing his thesis on the DP, Pollock's 1987 GLOW talk, which I attended, was the basis of his well-known 1989 paper on "splitting INFL" and there was also lesser-known work at the time taking seriously the idea that functional morphemes had to find a place in the structure. So, I can say that Cartography was a natural research area at the time I was a graduate student. I think that if one looks at morphosyntactic

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 6-15, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) phenomena from a formal angle, one is inevitably drawn to ask how the morphemes come together? Why they appear in a certain order? What is their relative scope? These are all "cartographic" questions, and they arise, I think, the moment one looks at a complex set of data.

Current Issues in Linguistic Theory and in Cartographic Syntax

We are addressing now some questions concerning general topics within Linguistic Theory and some specific questions within the framework you currently base your work on, the Cartography Program.

3. Let us start with the "more general" ones by asking something on the study of endangered and underdescribed languages. How do you evaluate the theoretical contributions and challenges of this type of research?

In short: Extremely important. I remember as a student that if someone was working on English, French, Italian etc., it was said that they were studying UG, if they were working on, say, Hebrew, like I was, then they were taken to be working on Hebrew and if it was on some lesser-known language from Australia, Africa or Brazil, people would say that they were working on "exotic languages". Aside from being almost racist, this is a very unscientific way to do Linguistics. There are no exotic languages! I would even go further and say that the advantage of working on minority languages, languages which are only or primarily spoken and not written, is that one doesn't have to deal with prescriptivism and can access directly speakers' intuitions about their language.

If you look at the wealth of discoveries in syntax, morphosyntax and phonology, over just the last generation, you cannot underestimate the value of data that has come from lesser-described languages and their input into the theory of UG and of parametric variation. Finally, as linguists, we have a commitment to human civilization in describing and preserving endangered languages.

4. Are there specific contributions from Cartography to this field?

One area for which cartography has provided a very useful framework of description and analysis is the left periphery. Many languages have what are sometimes called "particles", expressing different kinds of Force, Topic, Focus, degrees of evidentiality, speaker's attitude etc... which have traditionally been relegated to pragmatics and discourse analysis. The cartographic approach has proven very useful in bringing these pieces of morphology into sentence structure and studying their functional features, their position and the hierarchy in which they appear. I recently read with great interest work by Seki, Franchetto & Santo, Maia, Stenzel, to mention only a handful, working

A. T. NETO, N. F. RECH & S. GUESSER General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky on what I think is the left periphery of languages spoken in your part of the world. I think this is very exciting. I would say that one of the (perhaps originally unintended) results of recent work in Cartography is precisely in bringing in discourse-related (non-truth-functional) elements of meaning into syntactic structure and thereby connecting them with more well-studied components of syntactic structure.

5. Very recently, we have observed a growing movement of formal linguists researching on grammar teaching in basic education. In Brazil, for instance, this was also noted, especially with some members of the Grammar Theory Working Group from ANPOLL (The National Association of Graduate Studies and Research in Letters and Linguistics). How do you see the contribution of Linguistic Theories to language teaching and, particularly, the efforts of some generativists in trying to bring the epistemology and methodology of their theory to class?

An aspect of this issue is very much on the agenda in Europe today, as it concerns language teaching directed at the refugee population. I am involved in a research project designed to train teachers of French (the majority language in Geneva) in basic linguistics and provide the teachers with tools to understand some of the first languages spoken by the refugee population (Arabic, Persian, Tigrinya, primarily) in order to develop more successful teaching methods based on grammatical comparison. We would like to compare such a teaching approach with more traditional ones, which avoid grammar and comparison, by testing student populations at different levels of acquisition.

6. If we think on Cartography, are there specific contributions from this research program, in your view, to grammar teaching in Basic Education?

I don't know about Cartography as such, but I have no doubt that the understanding of structure is crucial to basic language education. Take foreign language teaching. Here, in Geneva, the first foreign language taught to school children is German. The results are a total failure: after 7, 8 years of German, the children cannot write a paragraph! They spend hours learning grammar, but since the approach is not structural, or comparative, they simply never get it. In my first-year syntax class at the University, I show the students basic German word order – OV in the verb phrase and V2 in CP – in 25 minutes, by comparing it to French. I have tried to do this with my school-age children, and it took about 1 hour. At the end, they completely understood it. I think that linguists have an important role to play in designing curricula for language teaching at all levels by relying to theoretically-sound descriptions of the students' mother tongue.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 6-15, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Some specific issues on Cartography

Now, we would like to ask three (very) specific questions on Cartography which openly dialogue with your work. Two of them are more related to your recent work on the left periphery. The other one specifically targets a topic on Subjects you have worked on with Luigi Rizzi.

7. The first question of this subsection is about interrogative sentences. Recently, we have seen a set of cartographic studies based on different languages that focus on questions with elements corresponding to high adverbs, such as why and how come, from English, perché and come mai, from Italian, among others. In the paper "Where is Why?", published in 2011 in partnership with Gabriela Soare, you propose a refinement of a proposal by Rizzi (2001). One could say that the main difference with respect to Rizzi's analysis relies on the fact that, for you, elements of the why type always undergo raising. More specifically, such phrases leave an unpronounced copy/trace in a non-criterial projection – lower than IntP –, namely, ReasonP.

In addition to English and Romanian – the languages which served as the basis for the presentation of your proposal –, have you found data from other languages confirming the idea that elements corresponding to the English *why* are externally merged in [Spec, ReasonP]?

Yoshio Endo has worked on ReasonP in Japanese in some of his recent papers and I am currently working on a paper with a recent PhD of ours, Caterina Bonan, on the different positions of *why* in Veneto dialects. Our point in the paper with Gabriela Soare was that if *why* were merged in Spec/ Int then it would be criterially-frozen in that position and one would not expect a long-construal interpretation of it (that is, questioning the embedded eventuality, not the matrix one). So, there should be (at least) two positions for *why*: a position for external merge distinct from the criterial one.

8. Interrogative sentences with high adverbial wh-elements have a special syntax in relation to questions with argumental wh-phrases or with wh-phrases corresponding to low adverbs. This observation has led Rizzi (2001) and Shlonsky and Soare (2011) to propose that high adverbial wh-elements are externally merged in a high position within the left periphery, as mentioned in the previous question. How do you see the case of languages where wh words of the *why* type can appear in a post-verbal position? This is the case of Brazilian Portuguese, for instance, where a question like "A Maria viajou por quê?" (Literally, 'Maria traveled why?') is grammatical and interchangeable with "Por que a Maria viajou?" ('Why did Mary travel?'), in both cases allowing a cause/reason and purpose reading.

A. T. NETO, N. F. RECH & S. GUESSER General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky This is very interesting. As a matter of fact, you find this in many Veneto dialects. In Trevigiano, for example, Bonan (2019) shows that one element, *parcossa* can appear both clause-internally and in the left periphery. In both positions, it triggers Subject Clitic Inversion (SCIL), just like other wh words in the language. The other 'why word – *parché* – can only appear in a left peripheral position and does not trigger SCIL. *Parché* thus behaves like Italian *perché*. Brazilian Portuguese, as far as I know, has optional wh in situ (see, e.g., Figuereido Silva & Grolla 2016), so the link with the Venetan dialects does not seem to be spurious.

I don't know if this has been done, but if not, it would, in my judgement, be worthwhile to test whether a negative word inside the clause is compatible with clause-internal *por quê*: "A Maria não viajou por quê?" and compare it with negation in a sentence with fronted *por quê*. Intervention effects of this sort may tell us whether *por quê* is interpreted in the clause-internal position or whether it is (covertly) moved.

9. In your (2007) paper with Luigi Rizzi on the strategies of subject extraction, you assume, with Rizzi (2006), that the inflectional domain would have two dedicated positions to the valuation of the features associated with the subject, namely [Spec, TP] and [Spec, SubjP], a very welcome idea within Cartography once this approach follows the *One Feature, one Head Principle* (Kayne, 2005) as one of its main methodological guidelines. If one thinks on other developments on the IP zone within Cartography – let us remember Cinque's (1999) influential work on adverbs and functional heads –, one will possibly ask how the cartography of subject positions à la Rizzi (2006), Rizzi and Shlonsky (2007) and many other cartographers like A. Cardinaletti (see, for instance, Cardinaletti, 2004) can be harmonized with the Cinque hierarchy. To be more precise, we were wondering where these two functional heads, namely, [SubjP] and [TP] would be placed among the adverbial-like positions of the Cinque hierarchy.

This is a difficult question. To answer it properly requires that both Spec/SubjP and Spec/TP be lexically filled. Only then can we really see what adverbial material can appear between them. In Rizzi and my 2007 paper, we didn't have such cases. However, in a recent paper co-authored with Isabelle Roy, we studied copular sentences in French, which employ the pronoun *ce*, which is obligatory (in addition to the copula) in inverse copular constructions. Here is an example: "Mon meilleur ami c'est Jean" (my best friend CE is John). To make a long story short, we argued that *mon meilleur ami* is in Spec/SubjP while *ce* is in a lower position (which we took to be a

¹ Roy, Isabelle & Ur Shlonsky. 2019. Aspects of the syntax of "ce" in French copular sentences. In María Arche, Antonio Fabrégas & Rafael Marín (eds.), *Copulas across languages*, 153–169. Oxford: Oxford University Press.

lower subject position, not Spec/TP, following another paper I wrote with Luigi Rizzi²). It now becomes possible to test adverbial intervention between two subject positions which are simultaneously filled. We haven't done that, but the test sentences should not be difficult to construct.

Cartography today and tomorrow

Thinking on the "future" of a theoretical program and on the possible research questions which may be addressed is a very important reflection in Epistemology. On this particular issue, we have three questions for you.

10. A prolific line of research in Cartography nowadays turns to the description of left peripheral categories with specific semantic-discursive import which somehow include the speaker (Giorgi, 2010), the addressee (Haegeman; Hill, 2013), evidential and epistemic functional categories (Cruschina, 2015), as well as many other functional categories which, under a closer inspection, are actually present among the highest projections of the Cinque hierarchy (speech act, evaluative, mirative, etc.). In the 3rd International Workshop on Syntactic Cartography – which took place in Beijing last Fall –, we have seen a plethora of works which solved some of their (mainly distributional) puzzles by turning to the assumption that there would be some projections in the left periphery which would convey specific (semantic-discursive) notions. Lima's (2020) MA dissertation gives an overview of some of those works on these "SAP categories" and shows that many of these grammatical units are actually IP-internally encoded, among the highest categories of the Cinque hierarchy.

It is a quite delicate question, we know. We would like to know how you see this important 'wave' in Cartography, which is replicating/doubling in the CP field some of the categories we cross-linguistically find in a zone which corresponds to the IP domain.

I agree that there is a real issue here, which needs to be clarified (although I am not familiar with Lima's work). One thing is that there is no clear-cut way, in my judgement, to distinguish the IP *zone* from the CP *zone*. It isn't clear what *zone* actually means, unless we define things in a narrower way, for example: the IP zone is where inflection is expressed. But even this is problematic as there are languages in which verbs inflect for very "high" features; there are non-inflectional categories interspersed between the various tense and agreement categories which typically show up in inflection and, then, there are languages with no or little inflection. So,

² Shlonsky, Ur & Luigi Rizzi. 2018. Criterial freezing in small clauses and the cartography of copular constructions. In Jutta Hartmann, Marion Jäger, Andreas Kehl, Andreas Konietzko & Susanne Winkler (eds.), *Freezin*, 29–65. Berlin: Mouton de Gruyter.

A. T. NETO, N. F. RECH & S. GUESSER General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky perhaps we should stop talking about CP and IP unless there is clear evidence to draw a line between them. Another issue is whether there are empirical grounds for replicating/doubling certain categories. Recall that Cinque had a couple of doubled functional categories in his adverb book. He needed that to explain why certain adverbs could appear in two different positions. So, there is a precedent for that. Related to that is that if one looks at languages with scrambling, one notices a similarity between the semantic/discourse properties of scrambled constituents in German, Dutch etc. and peripherally-topicalized elements in Romance. So, is the category targeted by a scrambled object, say, a "low" topic position?

One should also include various "performative" elements in the discussion, lexicalized by discourse particles. These sometime occur clause-internally and sometimes clause-peripherally.

I think it might be helpful to approach the question that you raise by first classifying them into those that can be embedded and those that are only licensed in the root. That opens up two questions, one having to do with selection by predicates, namely, what categories can be selected, and which are blind to selection. For example, Force can be selected by a verb. A verb selects declarative force and interrogative force. Verbs also select mood (e.g., subjunctive) but no verb "selects" for a Topic or a Focus. What about speaker-relatedness? Evidentiality (so speaker or addressee), etc...Why can certain categories only appear at the root? What does this tell us about their position in the clause?

11. The most Cartographic methodological guideline – the One Feature, One Head principle (Kayne, 2005) – would have us asking on the main contributions of Cartography to General Linguistics. An important discussion in General Linguistics relies on the nature of the (functional/grammatical) categories available to languages. The classification of words into parts of speech or word classes is only a first attempt, as many other categories – most of them, actually – are left out. The cartographic enterprise, which attempts to draw precise maps of the structure of the sentence and its major phrases (Rizzi; Cinque, 2010; Shlonsky, 2010) provides good methodological tools in this direction, thus, illuminating the general debate on the nature of (grammatical) categories in a broader sense (in Lyons's 1977 spirit).

We have two interrelated questions concerning this important issue on the nature of functional categories. The first is related to the specific contributions of Cartography to the debate on the "origins" of the functional/grammatical categories: are they a product of UG? The second has to do to with the "future" of Cartography, namely, which research questions – on the nature of grammatical categories – are among the most important nowadays in Cartography and in Generative Grammar in general.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 6-15, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) It's hard to make a guess as to how many functional/grammatical categories there are. A helpful guideline is any cognition-related feature for which there is evidence for grammaticalization in some language. This question defines a research agenda, namely that of comparative syntax. Of course, this method is inductive but, at this point, I don't know of any theory of human cognition that can establish extra-linguistic criteria for this. So, this is why careful, detailed empirical description is so important, and I think we are only at the beginning of that and there is a great deal more to discover here. If syntax is a feature-based computation, which Cartography believes it is, then the relevant features are part of the grammar, part of the UG endowment.

12. Last, but not least, if you take into account your experience in the field and the current framework of Generative Linguistics in general, and of the Cartography Program, in particular, what advice could you give for those who are starting their career in this field?

It would be presumptuous on my part to give advice. I would only say that I am personally always challenged when I see some morphosyntactic behavior and I try to make sense of it. An interesting (and encouraging) exercise is to read or reread Chomsky's very early work on the English auxiliary system (*have*, *be* and modals). He tried to make formal sense of how these morphemes pattern and, in so doing, developed the first cartography!

14 References:

CARDINALETTI, Anna. Toward a cartography of subject positions. In: RIZZI, Luigi (Ed.) *The Structure of CP and IP. The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2. New York: Oxford University Press, p. 115-165, 2004.

CINQUE, Guglielmo. *Adverbs and Functional Heads:* a Cross-linguistic Perspective. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, Guglielmo; RIZZI, Luigi. The Cartography of Syntactic Structures. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. NY: Oxford University Press, p. 51-65, 2010.

CRUSCHINA, Silvio. The expression of evidentiality and epistemicity: Cases of grammaticalization in Italian and Sicilian. *Probus*, 27, p. 1-31, 2015.

GIORGI, Alessandra. *About the Speaker: Towards a Syntax of Indexicality*. New York: Oxford University Press, 2010.

A. T. NETO, N. F. RECH & S. GUESSER General Linguistics and Cartography: an Interview with Ur Shlonsky HAEGEMAN, Liliane; HILL, Virginia. The syntacticization of discourse. In: FOLLI, Raffaella; SEVDALI, Christina; TRUSWELL, Robert (Eds.). *Syntax and its limits*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 370-390.

KAYNE, Richard S. Some notes on comparative syntax, with special reference to English and French. In: CINQUE, Guglielmo; KAYNE, Richard S. (Eds.) *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*. New York: Oxford University Press, p. 3-69, 2005.

LIMA, Bruno Ferreira. A Cartografia das exclamativas-wh em português brasileiro: categorias e hierarquias. MA Thesis, IEL/UNICAMP, 2020.

LYONS, J. Semantics. London: Cambridge University Press, 1977.

RIZZI, Luigi. On the Position of Interrogative in the Left Periphery of the Clause. In: CINQUE, G.; SALVI, G. (Eds.) *Current studies in Italian Syntax: Essays offered to Lorenzo Renzi*. Amsterdam: Elsevier North-Holland, p. 287-296, 2001.

______. On the Form of Chains: Criterial Positions and ECP Effects. In: CHENG, L.; CORVER, N. (Eds.) *Wh Movement: Moving on.* Cambridge, MA.: MIT Press, p. 97-133, 2006.

RIZZI, Luigi; SHLONSKY, Ur. Strategies of subject extraction. In: SAUERLAND, U.; GÄRTNER, H.-M. (Ed.). *Interfaces + Recursion = Language?*. Berlin: Mouton de Gruyter, p. 117-160, 2007.

SHLONSKY, Ur. The Cartographic Enterprise in Syntax. *Language and Linguistics Compass*, 4/6, p. 417-429, 2010.

SHLONSKY, Ur; SOARE, Gabriela. Where's 'why'? *Linguistic Inquiry*, v. 42, n. 4, p. 651-669, 2011.

Submetido em: 0/0/0 Aceito em: 0/0/0

Differential Object Marking in Tukano

Fábio Bonfim Duarte¹ Braulio Brandão de Oliveira Lopes²

ABSTRACT

Abstract: The main purpose of this paper is to demonstrate that the Tukano language exhibits differential object marking, hereafter DOM. It also assumes that the occurrence of the overt morphological Case marking {-re} has the role of indicating whether the internal argument is definite or not, thereby being responsible for activating DOM in Tukano. This hypothesis is based on the fact that this Case marker only appears in definite objects, never in indefinite objects. Furthermore, based on the Dependent Case Theory developed by Baker (2015), this paper proposes the hypothesis that {-re} is the morphological instantiation of the low dependent Case that is assigned to internal arguments in the CP-TP- ν P domains. We also propose that the syntactic distribution of this suffix can be readily explained by the application of the dependent Case assignment rule, as is posited by Baker (2015).

Keywords: Tukano; Differential Object Marking; Definiteness; Dependent Case.

RESUMO

Resumo: O objetivo deste artigo é demonstrar que a língua Tukano exibe marcação diferencial de objeto, doravante DOM. Assume-se ainda que a ocorrência da marcação morfológica com {-re} serve como dispositivo gramatical para determinarmos se o argumento interno é definido ou não, sendo, portanto, responsável pela ativação de DOM em Tukano. Esta hipótese se fundamenta no fato de que este morfema figura sistematicamente em objetos definidos, mas não em objetos indefinidos. Adicionalmente, baseando-se na teoria de Caso Dependente, tal como desenvolvida por Baker (2015), propomos a hipótese de que {-re} é a instanciação morfológica do

¹ We would like to thank two anonymous reviewers of Revista Letras, who generously offered their constructive critiques which contributed greatly to improving this article. An earlier version of this paper was presented at Workshop of Theory of Grammar, which held at the Federal University of Roraima, in July 1-5, 2019. The research represented here has been funded by CAPES-Brazil (grant # 88881.120815/2016-01); by FAPEMIG (grant #19901); by CNPq (grants # 424236/2018-4 and #306059/2018-5) and by the Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG). Email address: fbonfim@terra.com.br; brauliolopes@ymail.com. Home pages: www.letras.ufmg.br/fbonfim; www.letras.ufmg.br/laliafro. We take full responsibility for all possible errors in the content of this paper.

² Master student at the Graduate Program at Language Faculty/UFMG. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001. Research grant number #88887.354650/2019-00.

Caso dependente baixo, atribuído a argumentos internos no domínio de CP-TP- ν P. Postulamos ainda que a distribuição sintática desse morfema pode ser prontamente explicada pela aplicação da regra de atribuição de caso dependente tal como formulada por Baker (2015).

Palavras-chave: Tukano; Marcação diferencial de Objeto; Definitude; Caso Dependente.

18 **Introduction**

he purpose of this article is to investigate the phenomenon of differential object marking (DOM) in the Tukano language. In general, DOM is connected to the scale of definiteness in transitive sentences, particularly in transitive clauses when the theme object is marked with the case suffix {-re}. In such context, the referent of the object is interpreted as definite. However, if the referent is not definite, but indefinite, the object remains unmarked. Compare the examples below.

- (1) *I'tâ nuhuro kero-ré pihî-pi'*beetle firefly-acc call-rem.past.rep.3msg
 'The beetle called the firefly.'
- (2) Naâ akó sĩ'ri-má
 3PL water drink-PRES.VIS.3PL
 'They drink water.'

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

- (3) KH wa'î-re ba'â-mi
 3MSG fish-ACC eat-PRES.VIS.3MSG
 'He eats the fish'
- (4) Naâ paharấ wa'î boká-parã

 3PL many fish find-rem.past.rep.3PL

 'They found many fish'
- (5) Wi'i-ré weé-'
 house-ACC build-PRES.VIS.1
 '(I) build the house.'
- (6) Ni'kâ wi'i da'rê-gi' wee-mi one house make-ss.msg do-pres.vis.3msg '(he) is making a house'

As the reader may notice, nouns can be marked by the definiteness Case suffix {-re} in the examples above, regardless of it being countable or uncountable, thereby suggesting that the occurrence of this particle is not constrained by the semantic reference of the noun that heads the DP. The data above also show that the presence of Case morpheme {-re} may be viewed as one of the strategies that Tukano uses to encode the definiteness features in the noun phrases.

Another context where the Case suffix {-re} can also appear is in double object construction, hereafter DOC. In such syntactic context, only the recipient is marked, whereas the theme remains unmarked, as follows:

- (7) Numiô sĩ'i-ré imîtihisé wa're-ámo woman DEM.AN.MSG-ACC perfume apply-REC.PAST.VIS.3FSG 'The woman applied perfume on that one.'
- (8) Yi'î kîî-re su'tí o'ô-api 1sg 3sg-acc clothes give-rec.past.vis.1 'I gave him clothes.'

Based on the data presented above, the reader might get puzzled for why it is the recipient that is marked with the Case suffix {-re} and not the theme. A possible solution to this problem might be achieved if one pursues a syntactic explanation in something related to what Baker (2015) calls dependent Case³. In order to achieve a logical answer to this question, we will pursue the hypothesis that the Case suffix {-re} is a low dependent Case marker (ACCUSATIVE) that is activated whenever the object, regardless

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

³ In this paper, abstract Case will be spelled out with capital letter, while morphological case will remain with lowercase letter.

of whether it corresponds to the theme or the goal argument, is in the same Spell Out domain as the subject. This analysis entails that the morpheme {-re} corresponds to an abstract Case that is assigned to the lowest D/NP within the C/TP- ν P domain. In order to develop this analysis, we will be adopting Baker's (2015) Dependent Case theory, according to which some nominals (DPs or NPs) can be assigned a structural dependent Case, depending (i) on the Spell-Out domain they are located and (ii) on the structural (i.e. c-command) relationship that they establish with other nominals that are also positioned in the CP-TP- ν P domain.

The present article is organized in five sections. Section 1 is devoted to a brief overview on the ethnological aspects of the Tukano people. It also addresses the issues regarding the linguistic family to which Tukano belongs to. Section 2 outlines the theoretical assumptions on which the analysis will be based. Section 3 presents the relevant data on DOM, showing how the definiteness scale is crucial to the phenomenon. Section 4 postulates the hypothesis that {-re} marks the low dependent case (accusative) in the CP-TP domain, having as reference Baker's (2015) theoretical proposal. Section 5 concludes the article.

1. People, Language and Linguistic Family

The languages of the Tukano linguistic family are subdivided into three main branches. The languages belonging to the eastern and the central branch are spoken mainly in the region of the Uaupés river basin, situated on the border between Brazil and Colombia, whereas the languages of the western branch are spoken along the Putamayo, Caquetá and Napo rivers, located in southwestern Colombia and near the borders between Colombia, Ecuador and Peru. In the map 1 below, the marks in red indicate the areas where Tukano languages are spoken in Brazil (ISA, 2019), whereas in the map 2 the areas marked in green point out the places where Tukano languages are spoken in Colombia and in its borders with Ecuador and Peru (Barnes, 1999).

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

Map 1 - Tukano languages in Brazil



Map 2 - Tukano languages in Colombia, Ecuador and Peru (western branch in darker green, central and eastern branch in lighter green, the central languages marked with the lightest color)



Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) The estimates about the number of languages on this family vary between 7 (Ramirez, 1997) and 16 (Barnes, 1999), depending on the criteria for classification. However, one factor remains constant in all classifications: the eastern branch of the family is by far the largest one. This branch includes the language that gave its name to the family (also called Tukano proper, Daseá or Yepâ-Masa), which is the language that this article will focus on.

According to statistical findings, the Tukano ethnic group has a total population of 8167 people, 2016 of which inhabit Colombian territory (DANE, 2005) and 6151 live in Brazilian territory (IBGE, 2010). However, the estimates on how many people speak the Tukano language are as high as 20,000 people (ISA, 2019). The reason for that lies in the fact that Tukano is one of the lingua francas of the region (Ainkhenvald, 1999), and therefore has a large number of people who speak it as a second language. Additionally, the ethnic groups belonging to the Tukano family, as well as many other neighboring groups, practice linguistic exogamy (Sorensen, 1969). Consequently, a system of marriage exchange has been established among the indigenous groups of the upper Rio Negro region. As a side effect of this cultural tradition, multilingualism remains as one of the defining practice of this region (Fleming, 2016). Naturally, as it is common to all multilingual communities, a certain instability exists in the system, namely a tendency to have the languages of higher prestige gradually supplanting the others (Wölck, 2008). Because of this, many individuals from other ethnic groups, such as Miriti-Tapuyo, Arapaço, Tariano (Ramirez, 1997), do not speak their ethnic languages any longer and tend to adopt Tukano as their first language.

2. Theoretical Assumptions

The syntactic phenomenon investigated in this article has been called differential object marking, hereafter DOM, by authors such as Bossong (1985) and Aissen (2003). Essentially, it is observed that languages that have explicit morphological Case markings to indicate that a certain NP is the direct object do not necessarily need to overtly mark *every single* object. In addition to encoding the syntactic position the argument may occupy, Case marking can also be used to highlight semantic and pragmatic features, such as the definiteness and the animacy of the core arguments in the transitive sentences. Aissen (2003:2), proposes that "[t]he higher in prominence a direct object, the more likely it is to be overtly case-marked". Within the typological literature (Givón 1976; Comrie 1989; Croft 1988; 1990), it has been assumed that the relevant semantic features that trigger DOM are the ones that occupy a higher position in the hierarchies below.

- (9) Definiteness Hierarchy:definite > specific > indefinite > non-specific
- (10) Animacy Hierarchy: human > animate > inanimate

Languages that overtly case-mark objects in order to encode definiteness feature include Hebrew (Minussi, 2008), Hindi (Butt and King, 2004) and Kotiria (Stenzel, 2008). Compare the examples below:

HEBREW

- (11a) Dan kara **et ha-**sefer

 Dan read ACC DEF-book

 'Dan reads the book.'
- (11b) Dan kara sefer
 Dan read book
 'Dan reads a book.'

HINDI

(12a) nadya=ne gar-i cala-yi hε
Nadya.f.sg=erg car-f.sg.nom drive-perf.f.sg be.pres.3.sg
'Nadya has driven a car.'

(Butt; King, 2004, p. 7-8)

(12b) nadya=ne gar-i=ko cala-ya hε
Nadya.F.SG=ERG car-F.SG=ACC drive-PERF.F.SG be.PRES.3.SG
'Nadya has driven the car.'

(Butt; King, 2004, p. 7-8)

KOTIRIA

(13a) *hi-piti-ro chua na-ta-ra*cop-coll-sg food get-come-vis.imperf.2/3

'Everyone brings food'

(Stenzel, 2008:160)

(13b) *ti-na* na-sã'a chua-re yoa-ra

ANPH-PL get-mov.inside food-obj do/make-vis.imperf.2/3

'They take the food inside and eat (it)'

(Stenzel, 2008:161)

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 23

The Kotira data above is especially relevant to our analysis, given the fact that this language and Tukano belong to the same linguistic family. According to Ramirez (1997), Kotira is quite similar to Tukano, sharing with it a lexical similarity of 82%.

To explain DOM in the Tukano language, we will be assuming Baker's (2015) theory of Dependent Case, in order to explain the syntactic distribution of the Case marker {-re}. The dependent Case theory was originally proposed by Marantz (1991) as "an alternative procedure to assign morphological case to NPs that does not depend on agreement with a functional head" (Baker, 2015:78). Such procedure does not dispense with the standard Chomskyan view (Chomsky, 2000; 2001), according to which structural case is assigned to an NP by a nearby head category, when a syntactic agreement relation holds between a head F° and that NP. In line with this view, the choice of either specific option must be treated as a parametric alternative procedure that some languages may use. In this sense, Baker (2015:79) proposes that the general rule of dependent Case assignment can be stated as follows:

(14) If XP bears c-command relationship Y to ZP in local domain WP, then assign case V to XP.⁴

Given the fact that the rule in (14) gives rise to many parametric possibilities and that the Case morpheme {-re} attaches itself only to one D/NP per clause, one way to constrain it is to propose that the dependent abstract Case is assigned to an object in the following way:

(15) If D/NP1 bears c-command relationship Y to D/NP2 in local domain TP, then assign case V to D/NP1.

Given the rules above, Baker argues that the concept of c-command relationship Y yields, at least, four logical syntactic possibilities, as follows:

- (16) a. If D/NP1 c-commands D/NP2 in the same TP domain, then assign ERGATIVE case to D/NP1.
 - b. If D/NP1 is c-commanded by D/NP2 in the same TP domain, then assign ACCUSATIVE case to D/NP1.
 - c. If there is no other D/NP, D/NP2, in the same TP domain as D/NP1 such that D/NP2 c-commands D/NP1, assign (marked) NOMINATIVE to D/NP1.

⁴ The local domains referred by this rule are, essentially, the Spell Out domains proposed by Chomsky (2000, 2001)

F. B. DUARTE & B. B. DE O. LOPES Differential Object Marking in Tukano

d. If there is no other D/NP, D/NP2, in the same TP as D/NP1 such that D/NP2 is c-commanded by D/NP1 assign (marked) ABSOLUTIVE to D/NP1.

According to Baker (2015), all the possibilities listed above have been attested cross-linguistically. A language that sets positively the parameter (16a) exhibits an ergative system⁵. Examples of languages of this type are, for instance, Shipibo and Greenlandic, as follows:

SHIPIBO

(17) Jose-kan ochiti ben-ai.

Jose-erg dog seek-impf

'José is looking for a/the dog.'

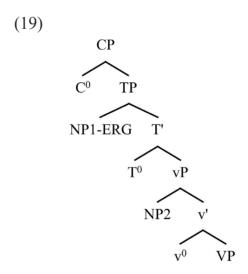
(Baker, 2015:20)

GREENLANDIC

(18) Umiarsu-up Qaaurtuq aqqusaar-paa.
ship-erg Qaqortoq stop.by.at-ind.3sgs.3sgo
'The ship stopped at Qaqortoq.'

(Fortescue, 1984:210)

According to the parameter (16a), the syntactic derivation of the sentences above entails that the subject receives the ergative Case, since it is the dependent Case in these subtypes of ergative languages. Thus, the sentences above must have the syntactic structure depicted below:



Sakha is a good example of a nominative-accusative language in which the parameter (16b) is set. In such situation, the direct object receives the accusative dependent Case, since it is sitting in the same domain as the subject. The syntactic tree in (21) shows how the Case system of the sentences below is derived.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

⁵ The reason for split-ergativity, which is also fairly common, will mostly have to do with other spell-out domains (cf. Baker, 2015:155-162), but since Tukano is a nominative language, this article will not delve deeper into that.

SAKHA

(20a) Masha salamaat-y türgennik sie-te.

Masha porridge-Acc quickly eat-PAST.3sS

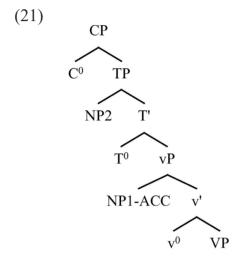
'Masha ate the porridge quickly.'

(Baker, 2015:5)

(20b) *Erel kinige-ni atyylas-ta*.

Erel book-Acc buy-past.3sgs 'Erel bought the book.'

(Baker, 2015:112)



26

One example of a language that combines the parameters (16a) and (16b), thereby making a tripartite Case system to emerge, is, for instance, Nez Perce. In such a Case system, two dependent Cases are activated: the ergative and the accusative. According to this proposal, the subject receives the ergative Case and the object gets the accusative Case owing to the fact that both of them are in the same Spell-Out domain. The syntactic derivation of the sentence (22b) is shown in (23).

NEZ PERCE

(22a) *Hi-páay-na háama*.

3S-arrive-ASP man

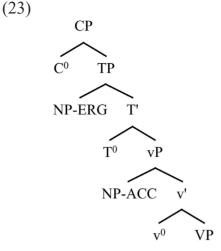
'The man arrived.'

(Rude, 1986:126)

(22b) Háama-nm hi-necé-'wi-ye wewúkiye-ne.
man-erg 3S-pl.o-shoot-asp elk-acc
'The man shot the elk(PL).'

(Rude, 1986:127)

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano



Parameter (16c) will be activated in a subset of nominative-accusative languages that selects the nominative as a marked Case. Languages of this subtype are, for example, Choctaw and Japanese. According to Baker's theory, in these languages, the subject gets nominative Case due to the fact that the object sits in the same minimal domain as the subjects. In line with this view, the transitive sentences in the examples below have the syntactic derivation outlined in (26).

CHOCTAW

(24a) *Hattak-at taloowa-tok.*man-Nom sing-PAST
'The man sang.'

(Broadwell, 2006:128)

27

(24b) *John im-ofi-it illi-tok*.

John P-dog-Nom die-PAST

'John's dog died.'

(Broadwell, 2006:68)

(24c) *Ópah tíkchi-it alla i-paya-ttook*. Owl wife-nom child p-call-dpast 'The owl's wife called the children.'

(Broadwell, 2006:68)

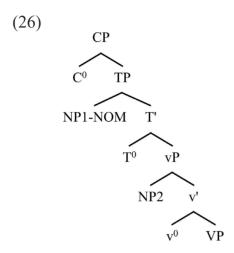
JAPANESE

(25a) *Kabin-ga kowareta* vase-nom broke 'A vase broke.'

(Tsujimura, 2007:382)

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) (25b) *Watashi-wa kabin-wo kowashita*I-NOM vase-ACC broke
'I broke the vase.'

(Tsujimura, 2007:382)



According to Baker's (2015) proposal, Nias exemplifies a language that sets positively the parameter proposed in (16d). In such a system, the marked Case is the absolutive. This Case is assigned to direct objects whenever they occupy the same minimal domain as the subject. The syntactic structure in (28) indicates that the higher DP in the subject position clearly c-commands the object in a local domain.

NIAS

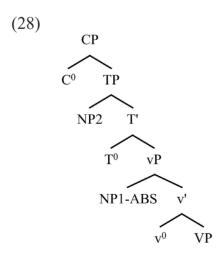
(27a) Manavuli sui [n-ama-da Tohönavanaetu] ba Maenamölö. return again Abs-father-1plp Tohönavanaetu loc Maenamölö. 'Ama Tohonavanaetu came back again to Maenamölö.'

(Brown; Donohue, 1999:61)

(27b) *I-a* [m-bavai] [ama Gumi].

3sgs.real-eat Abs-pig father.erg Gumi
'Ama Gumi eats pigs.'

(Brown; Donohue, 1999:61)



28

F. B. DUARTE & B. B. DE O. LOPES Differential Object Marking in Tukano

Based on these theoretical assumptions, the main objective in the next sections is to determine what subtype of dependent Case system Tukano belongs to. Our working hypothesis is that Tukano sets the Case parameter in (16b), since the direct object systematically receives the marked accusative Case whenever it moves out of the VP to the specifier position of ν P. These premises allow us to propose that the direct object is raised out of the VP, whenever it is definite, situation in which it is obligatorily Case marked by the accusative Case morpheme {-re}. In order to support this proposal, we will posit that VP corresponds to a spell-out domain and that v^{o} may be viewed as a phase head. This proposal will be empirically supported by the syntactic distribution of the internal object within the transitive sentences. More precisely, we will assume that, whenever the object remains inside the VP, the rules in (16) are not applied. However, if the object moves out of the VP, landing in the edge of the ν P, we will then propose that the object enters into the TP domain⁶. As a consequence, whenever the subject and the object are in the same Spell Out domain, the dependent accusative Case will be assigned to the object. The next sections address this theoretical proposal in more details. Let us then start with presenting the relevant empirical data that are crucial for our understanding of how the Tukano DOM system can be syntactically derived.

3. The Relevant Data

Before examining the grammatical properties that regulate the differential object marking in Tukano, it is important to give the reader a brief overview of how definiteness is encoded in this language. Like many other indigenous languages of South America⁷, the Tukano grammar does not provide articles to convey the definiteness feature of noun phrases. Nonetheless, Tukano does have a number of different morphemes and lexical items that are used to indicate the definiteness of the noun. One of these strategies regards the syntactic distribution of the Case suffix {-re}. In line with this, one may argue that, whenever this morpheme occurs on the direct object, it signals that object NP is definite, whereas its absence indicates that the object is indefinite. Compare the examples below:

⁶ Notice that all the arboreal structures in section 2 are presupposing that such object shift has already taken place.

⁷ According to Carlier and Mulder (2011:1), one may argue that 'from a typological viewpoint, the grammatical category of the articles is rather uncommon. According to Dryer (1989), articles would be attested in only one third of the languages of the world. Only 8 per cent would have both a definite and an indefinite article. Moreover the spread of this phenomenon is geographically very unequal, with a high incidence in (western) European languages (for an overview, see Himmelmann 1997: 195–207; Bauer 2007; Dryer 2008)."

- (29) Di'pîhi a'mâ-gi' weé-'
 knife look.for-ss.msg do-pres.vis.1
 'I'm looking for a knife (any knife)'
- (30) Di'pîhí-re a'mâ-gi' weé-'
 knife-ACC look.for-ss.msg do-pres.vis.1
 'I'm looking for the knife (the one I lost)'
- (31) Ohakɨhɨ ɨá-sa'
 pen want-pres.sen.1
 'I want a pen'
- (32) Noá yaha-áti, yagí ohakihí-re? who steal-rec.past.vis.int poss.1 pen-acc 'Who stole my pen?'

It is important to point out that the numeral $ni'k\hat{a}$ 'one's marks indefiniteness in Tukano so that it cannot co-occur with an NP marked with {-re}. This is confirmed when we compare the contrast in the grammaticality judgment of the data below. The sentence (34) is ungrammatical owing to the fact the numeral cannot appear before a definite noun, which, in this case, is Case marked by the suffix {-re}.

- (33) Ni'kâ wi'i da'rê-gi' wee-mí
 one house make-ss.msg do-pres.vis.3msg
 '(he) is making a house'
- (34) *Ni'kâ wi'i-re da'rê-gi' wee-mi one house-acc make-ss.msg do-pres.vis.3msg

Moreover, there are many other lexical items such as demonstratives, possessives, quantifiers and classifiers that may be used in order to make entities more or less definite. Let us take as an example the classifiers. When these morphemes are added to mass nouns, they make these nouns individualized and, as consequence, countable, as is illustrated below:

- (35) komé 'metal'
- (36) kome-ti 'metal pan'

⁸ Lyons (1999:49) argues that "this 'indirect signaling' of indefiniteness by a cardinality determiner, leading to a strong intuition that simple definites and indefinites that it contrasts with definite determiners, is widespread".

F. B. DUARTE & B. B. DE O. LOPES Differential Object Marking in Tukano

(37) *kome-wi* 'metal boat'.

The hypothesis that classifiers can be used as a strategy to indicate definiteness of nouns is reinforced by the evidence below. Observe that the co-occurrence of the classifier and the Case suffix {-re} in the sentence (39) clearly indicates that the referent of the noun is definite. However, if one leaves out the classifier, the sentence becomes ungrammatical, as is shown in (40).

- (38) *Ohô* ba'â-ya! banana eat-IMP 'Eat (some) banana!'
- (39) *Ohô-poro-re* ba'â-ya! banana-obls-ACC eat-IMP 'Eat the banana!'
- (40) *Ohô-re ba'â-ya! banana eat-IMP

In sum, the absence of the classifier in the sentence (40) indicates that the referent of the noun phrase $oh\hat{o}$ 'banana' can only be interpretable as generic. This explains why the suffix $\{-re\}$ cannot occur on this noun, since it is incompatible with the indefiniteness reading.

The data above thus favor our hypothesis that, in order to compensate the lack of articles, the Tukano grammar uses the Case suffix {-re} and classifiers in order to encode definiteness. Based on this, the next subsections aim to describe that the Case suffix {-re} plays a major role at triggering a differential object marking system. Let us start our analysis focusing on the direct object construction.

3.1. Single object construction

From the descriptive viewpoint, one may argue that Tukano is a verb-final language, exhibiting a nominative-accusative alignment. Furthermore, subjects and objects systematically precede the verb, thereby emerging the rigid SOV word order in transitive clauses. Notice that the object is obligatorily marked with the Case suffix {-re}, whenever it is definite, as the empirical data below demonstrate:

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

- (41) *I'tâ nuhuro kero-ré pihî-pi'*beetle firefly-ACC call-REM.PAST.REP.3MSG
 'The beetle called the firefly.'
- (42) Keró i 'tâ nuhuro-re niî-pi'
 firefly beetle-ACC speak-rem.past.rep.3msg
 'The firefly spoke to the beetle.'
- (43) *I'tâ nuhuro* wa'î boâ-'karã-re⁹ beetle fish rot-nmlz.an.pl.perf-acc

ba'â-gi' weé-pi' eat-SS.MSG do-REM.PAST.REP.3MSG 'The beetle was eating the raw fish.'

- (44) *Yuki kõré aâ paki maki-re niî-pi'* woodpecker hawk son-acc speak-rem.past.rep.3msg 'The woodpecker spoke to the hawk's son.'
- (45) Yi'î María-re ti'sâ-'
 1sg Maria-ACC like-PRES.VIS.1
 'I like Maria.'

Notice that the subject of the transitive sentences is treated in the same way as the subject of intransitive sentences, since both of them may trigger the nominative agreement on the verb system. In line with this, compare the agreement in the intransitive sentences below with the agreement in the transitive sentences above. In both contexts, the verb obligatorily receives an agreement suffix to refer to the argument that occupies the syntactic position of subject.

- (i) *I'tâ nuhuro* wa'i boâ-'karã-re
 beetle fish rot-nmlz.an.pl.perf-acc

 ba'â-gi' weé-pi'
 eat-ss.msg do-rem.past.rep.3msg
 'The beetle was eating the raw fish.'
- (ii) *I'tâ nuhuro* wa'i-re
 beetle fish-re

 ba'â-gi' weé-pi'
 eat-ss.msg do-rem.past.rep.3msg
 'The beetle was eating the fish.'

⁹ One of the reviewer asks us to explain the difference between the occurrence of the suffix {-re} in a complex noun phrase, in which there is a nominalized verb root following the head noun, and those contexts, in which the noun phrase is a simple one. One may state that this suffix systematically comes at the end of the rightmost constituent of the NP. As such, the reader can compare the following examples in which the object is realized both by a complex noun phrase as in (i) and by a simple one as in (ii).

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

- (46) *Ûhuri utî-pi'*Tortoise cry-rem.past.rep.3msg
 'The tortoise cried.'
- (47) Aâ-paki dahâ-pi'
 hawk return-rem.past.rep.3msg
 'The hawk returned.'
- (48) Ni'kâroakã, ĩsâ da'rá-'
 now lpl.excl work-pres.vis.1
 'Now, we work.'
- (49) Diâ-pɨ koô baa-mó
 river-Loc 3FSG swim-PRES.VIS.3FSG
 'She swims in the river.'

In sum, the data presented thus far clearly points out that Tukano is a nominative-accusative language, since the transitive and intransitive subjects trigger the same set of agreement. They also remain unmarked for morphological case. The object, on other hand, picks up the accusative morpheme {-re}, whenever it is high in the definiteness scale. Moreover, objects do not trigger agreement on the verb stem, thereby confirming our hypothesis that Tukano follows a nominative-accusative alignment. Nonetheless, a differential object marking system emerges in the Tukano grammar whenever the referent of the object is interpreted as indefinite, a situation in which the object must remain unmarked. As a consequence, the object cannot receive the Case suffix {-re}, as the empirical examples below confirm.

- (50) Naâ akó sĩ 'ri-má

 3PL water drink-PRES.VIS.3PL
 'They drink water.'
- (51) KH wesé bube-ámi

 3msg plantation plant-REC.PAST.VIS.3msg
 'He planted a plantation.'
- (52) Paharấ wa'î boká-parã many fish find-rem.past.rep.3pl '(they) found many fish.'
- (53) Pũûgi su'â-gi' weé-'
 hammock weave-ss.msg do- pres.vis.1
 '(I) am weaving a hammock.'

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

The differential object marking becomes clear when we examine the set of minimal pairs below. In the example in (b), the appearance of the accusative Case suffix {-re} is obligatory, since the object is interpreted as definite. This, thus, signals that the definiteness feature really regulates the accusative Case distribution in the transitive clauses.

- (54a) *Ohô* ba'â-ya! banana eat-IMP 'Eat (some) banana!'
- (54b) *Ohô-poro-re* ba'â-ya! banana-obls-ACC eat-IMP 'Eat the banana!'
- (55a) *Wi'i-ré* weé-'
 house-ACC build-PRES.VIS.1
 '(I) build the house.'
- (55b) Wi'i weé-'
 house build-pres.vis.1
 '(I) build house (I'm a house builder).'
- (56a) *Itiárã yese-á wẽhe-ápi*three pig-PL kill-REC.PAST.VIS.1
 '(I) killed three pigs.'
- (56b) *Itiárã-re* yese-á wẽhe-ápɨ three-ACC pig-PL kill-REC.PAST.VIS.1 '(I) killed three of the pigs.'

Example (54a) is particularly interesting, inasmuch as the object $oh\hat{o}$ 'banana' comes without the classifier suffix $\{-poro\}$ 'obls', context in which the referent of the object must be interpreted as indefinite and generic. Moreover, when the classifier morpheme is attached to the noun, the Case suffix $\{-re\}$ must occur, thereby signaling that the referent of the object is interpreted as definite. Therefore, the reader might conclude that the co-occurrence of the classifier suffix $\{-poro\}$ with the Case suffix $\{-re\}$ leads to a more definite interpretation of the referent of the object, as the interpretation obtained in (54b) indicates. From a pragmatic viewpoint, one may argue that, whenever the object $oh\hat{o}$ 'banana' appears without the classifier morpheme $\{-poro\}$, its referent can only be interpreted as being bananas abstractly, that is, bananas in general. Notwithstanding, when the classifier and the Case morpheme are

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

both present on the noun stem, the morphological complex *ohô-poro-re* might be used in contexts such as the ones when someone recommends another person to eat a specific and definite banana. In sum, the co-occurrence both of the Case marker {-re} and of the classifier {-poro} attached in a noun stem will be used here as a strong diagnostic to indicate when an object is definite or not. In the next subsection, the aim is to investigate the distribution of the accusative Case morpheme {-re} in double object construction. The purpose is to determine whether the suffix {-re} may appear in both internal arguments or only on the recipient object in the syntactic structure.

3.2. Double object construction

In double object construction, hereafter DOC, the empirical data show that only the recipient is obligatorily Case marked, whereas the theme object systematically remains unmarked, as the data from (57) to (60) below demonstrate.¹⁰

- (57) Numiô sĩ'i-ré imîtihisé wa're-ámo
 woman DEM.AN.MSG-ACC perfume apply-REC.PAST.VIS.3FSG
 'The woman applied perfume on that one.'
- (58) Ba'asé-re moâ sãâ nemo-ya!¹¹ food-ACC salt put more-IMP 'Add more salt to the food!'
- (59) Yi'î kîî-re su'tí o'ô-api 1sg 3sg-acc clothes give-rec.past.vis.1 'I gave him clothes.'
- (60) Apêgo do 'âti-go-re akô yee-api other.AN.FSG be.ill-NOM.AN.FSG-ACC medicine give-REC.PAST.VIS.1 'I gave medicine to the other sick one.'

In order to explain the fact that the Case suffix {-re} can only mark the recipient/goal in the double object construction above, we will assume that the recipient/goal object is also subject to the rule of dependent Case assignment. Therefore, one may argue that the reason why the dependent Case can be activated both in the double object construction and in the simple transitive constructions has to do with the fact that the indirect object (=the recipient/goal) or the direct object (the theme/affected argument) may occur in the edge

¹⁰ All of them are in the default order for DOCs in Tukano, namely in the [S Goal theme V] word order. In the next section, we will explain the relevance of such word order.

¹¹ In this data, the goal object is in its canonical argumental position.

of the ν P. Either option will depend on the verb valency. More to the point, if the verb selects a definite object, it will pick up the dependent Case. However, if the verb selects a goal object and a theme object, it will be the goal that will be marked with the dependent Case. The purpose of the next section is to provide a formal derivation for this complementary syntactic distribution.

4. Theoretical proposal: {-re} is a low dependent case marker

Given that Tukano is a nominative-accusative language in which the nominative Case is the morphological default and the accusative is the marked one, we will assume the hypothesis that the accusative Case, morphologically realized by the morpheme {-re}, corresponds to the lower dependent Case. Pursuing the basic lines of Baker's (2015) Dependent Case theory, let us then posit that the dependent Case assigning mechanism in Tukano must obey the following constraint, as stated below:

(61) If D/NP1 is c-commanded by D/NP2 in the same TP domain, then assign ACCUSATIVE dependent Case to D/NP1.

The first piece of evidence that {-re} is really activated as the result of the application of the rule in (61) comes from the fact that it only occurs when there is more than one D/NP in the CP-TP domain. Such prediction is clearly born out by the fact that {-re} is never present in intransitive predicates, as follows:

- (62) Aâ-paki dahâ-pi'
 hawk return-rem.past.rep.3msg
 'The hawk returned.'
- (63) Ni'kâroakã, ĩsâ da'rá-'
 now 1pl.excl work-pres.vis.1
 'Now, we work.'

In the sentences shown above, since there is only one D/NP in the TP spell-out domain, the rule of dependent case assignment (61) does not apply, thereby explaining why it does not receive the accusative Case marker {-re}. The reader might, then, be wondering why the dependent accusative Case is not activated when the object is indefinite in simple transitive sentences, as is shown in the sentences repeated below

(64) Naâ akó sĩ'ri-má

3PL water drink-PRES.VIS.3PL

'They drink water.'

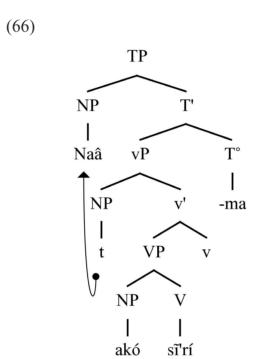
F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

(65) K\tilde{H} wes\tilde{e} bube-\tilde{ami}

3MSG plantation plant-REC.PAST.VIS.3MSG

'He planted a plantation.'

In both sentences above, despite the fact that each sentence has two overt NPs, none of them is marked with $\{-re\}$. The logical reason for this pattern has to do with the fact that the lower NP of each sentence, akó 'water' in (64) and wese 'plantation' in (65), is not in the same Spell-out domain as the higher D/NP. Let us posit that this higher DP occupies the subject position, which corresponds to Spec-TP. This analysis, then, predicts that, whenever the theme object is indefinite, there is no object shift to the edge position of vP, a fact that allows us to claim that the unmarked direct object remains inside the VP, as is depicted by the syntactic derivation shown in tree diagram below:



Notice that the proposal above conforms to Diesing's (1992:56) theory, according to which the VP is the domain of the existential closure, where indefinite and generic NPs are licensed cross-linguistically¹². This fact explains why the object ako 'water' is not marked with $\{-re\}$ in the transitive sentence above. More to the point, the syntactic tree above aims to capture the fact that indefinite objects do not move out of the VP, thereby receiving abstract Case in situ.¹³

¹² Diesing (1992:56) assumes that 'the domain of existential closure should be defined in sentential terms as the VP of the sentence. In other words, only nuclear scopes (which correspond to VPs, by the Mapping Hypothesis) are subject to existential closure.'

¹³ For limitations of time and space, we will not address here the issue regarding whether the OV order is derived from a head-initial VP or not. For the present purpose, it will suffice to assume that, when the object is indefinite, it remains to the left of the verb, thereby emerging the OV word order, whereas, when it is definite, it moves out of the VP to escape existential closure. In such context, the object must be marked with the accusative Case suffix {-re} and is raised to the inner specifier position of vP.

On the other hand, a different pattern emerges, whenever the direct object receives a definite reading. In such contexts, the object obligatorily receives the dependent Case marker {-re} and is moved to spec-vP. This syntactic-semantic differential marking serves as an empirical evidence for one to propose that the definite object systematically moves out of the VP to the edge position of the vP domain in order for the accusative dependent Case to be assigned, as is shown in the sentences below:

- (67) *I'tâ nuhuro kero-ré pihî-pi'*beetle firefly-ACC call-REM.PAST.REP.3MSG
 'The beetle called the firefly.'
- (68) Keró i 'tâ nuhuro-re niî-pi'
 firefly beetle-ACC speak-rem.past.rep.3msg
 'The firefly spoke to the beetle.'

Based on the analysis outlined thus far, one may hypothesize that the definite object receives the accusative Case as a result of the application of the restriction in (61). In other words, since the definite object is sitting in the same minimal domain as the subject in the sentence above, the accusative Case assignment mechanism must be applied. As the object is moved to Spec- ν P, it is then marked with the accusative Case {-re}, as is illustrated by the derivation below.

TP

NP
T'

NP
V'
-'pi

t
NP
V'
NP
V'

NP
V'

NP
V

NP
V

I
I
t
pihî

A strong piece of evidence in favor of the derivation in (69) comes from the fact that the objects marked with the Case suffix {-re} must be positioned before adverbials and locative PPs, whereas unmarked objects cannot occur in such a position. This then signals that only definite objects can be moved

F. B. Duarte & B. B. de O. Lopes Differential Object Marking in Tukano

around the locative phrases to the edge of the ν P, whereas indefinite objects cannot be moved around them, as the ungrammaticality of sentence (70b) indicates. Compare the examples below:

- (70a) Pedurú wa'î-re [naâ basa-ró-pɨ] ba'â-mi
 Pedro fish-ACC [3PL dance-NOM.IN.LOC-LOC] eat.PRES.VIS.3MSG
 'Pedro eats the fish where they dance'
- (70b) *Pedurú wa'î naâ basa-ró-pɨ ba'â-mi
 Pedro fish 3pl dance-nom.in.loc-loc eat.pres.vis.3msg
- (70c) Pedurú [naâ basa-ró-pɨ] wa'î ba'â-mi.

 Pedro [3pl dance-Nom.in.loc-loc] fish eat.pres.vis.3msg

 'Pedro eats fish where they dance'

Notice that, in the sentence (70c), since the theme-object is indefinite, it remains unmarked and does not move around the locative phrase.

A final piece of example in favor of the proposal above comes from the double object constructions. In these sentences, the recipient argument must systematically appear with the Case marker {-re}, as follows.

- (71) Numiô sĩ'i-ré imîtihisé wa're-ámo
 woman dem.an.msg-acc perfume apply-rec.past.vis.3fsg
 'The woman applied perfume on that one.'
- (72) Yi'î kîî-re su'tí o'ô-api 1sg 3sg-acc clothes give-rec.past.vis.1 'I gave him clothes.'

Based on the data above, one may postulate that the theme argument never occurs with the Case marker suffix {-re} in the double object constructions. An explanation for this syntactic pattern can be achieved if one admits that, since it is the recipient that is in the domain of the subject, but not the theme object, the indirect object, then, outranks the direct object and, therefore, must pick up the marked accusative Case. The tree diagram below depicts how the Tukano DOCs¹⁴ are derived:

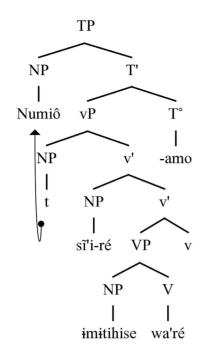
¹⁴ We will assume Larson's (1988) hypothesis according to which the indirect object asymmetrically c-commands the direct object, thereby occurring in a higher position than the direct object in the syntactic tree. This structure is proposed based on certain asymmetries between the two objects. For instance, it is observed that a quantified object usually binds a pronoun within the direct object, but not vice versa. This is what one can deduce from the contrast below, in which the quantifier 'every' obligatorily c-commands the pronominal anaphora 'his' in order to bind it:

⁽i) John gave every worker, his, paycheck.

⁽ii) *John gave its, owner every paycheck,.

A further research should examine whether in Tukano the double object constructions exhibits the same distribution pattern regarding the asymmetric relation between the two objects. In sum, this is a topic for a future research.





5. Final Remarks

This article shows that, even though Tukano has an overt object Case marking system, not all objects are marked with the Case suffix {-re}. According to this proposal, only definite objects are marked with {-re}, while indefinite objects remain unmarked in simple transitive constructions, thereby emerging a differential object marking. We derive this system by assuming that the definite objects move out of the VP, whereas indefinite ones remain within the VP. Therefore, after moving to Spec- ν P, the object sits in the same domain as the subject, thereby receiving the dependent accusative Case.

As to the double object constructions, it is proposed that only the Goal-D/NP is marked with {-re}, regardless of the fact whether the theme object is definite or not. In order to derive this pattern, we assume that the recipient occupies a higher position, being able to appear above preposition phrases. According to this view, as the recipient sits in the edge of vP and is in the same domain as the subject, it must receive the lower dependent case in the CP-TP-vP domain. Note that, as the recipient object is in a high position, it blocks the accusative dependent Case to be assigned to the theme object. As a consequence, the theme object never gets the dependent accusative Case in DOCs, regardless of whether it is definite or not. According to this view, the recipient will always be in a higher position than the theme object in the structure.

F. B. DUARTE & B. B. DE O. LOPES Differential Object Marking in Tukano

Abbreviations

1 = First Person

2 = Second Person

3 = Third Person

ACC = Accusative

AN = Animated

ANAPH = Anaphoric

ASP = Aspect

COP = Copula

COLL = Collective

DEM = Demonstrative

ERG = Ergative

EXCL = Exclusive

F = Feminine

IMP = Imperative

IMPF = Imperfective

IN = Inanimate

IND = Indicative Mood

LOC = Locative

M = Masculine

MOV = Movement

NOM = Nominative

NMLZ = Nominalizer

OBJ = Object

OBLS = Oblong Shape

P = Possessor

PAST = Past Tense

PERF = Perfective

PL = Plural

POSS = Possessive

PRES = Present Tense

REAL = Realis Mood

REC = Recent

REM = Remote

REP = Reportative Evidence

SG = Singular

S = Subject

S = Sensory Evidence

SS = Same Subject

O = Object

VIS = Visual Evidence

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

References

AIKHENVALD, Alexandra Y. Areal diffusion and language contact in the Içana-Vaupés basin, north-west Amazonia. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. cap. 14, p. 382-416.

AISSEN, Judith. Differential object marking: iconicity vs. Economy. In: *Natural Language & Linguistica Theory*, vol. 21, n°3, p 435-483, 2003.

BAKER, Mark. *Case: Its principles and its parameters*. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

BARNES, Janet. Tucano. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. cap. 7, p. 207-226.

BOSSONG, G. Empirische universalienforschung: Differentielle objektmarkierung in den neuiranischen Sprachen. Tübingen: Narr. 1985

BROADWELL, George Aaron. *A Choctaw reference grammar*. Lincoln, Nebraska: University of Nebraska Press. 2006.

BROWN, Lea; DONOHUE, Mark. *Ergativity*: Some additions from Indonesia. Australian Journal of Linguistics 19:57–76. 1999.

BUTT, Miriam & KING, Tracy Holloway. The Status of Case. In: Dayal, Veneeta and Mahajan, Anoop (Eds.). *Clause Structure in South Asian Languages*. Studies in Natural Language and Linguistic Theory, vol 61. Dordrecht: Springer, 2004.

CABANA, Nasle. *Marcação diferencial de argumentos nucleares da língua Ka'apor*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

CARLIER, Anne; MULDER, Walter. Definite Articles. In: HEINE, Bernd; NARROG, Heiko (Eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

CHOMSKY, Noam. *The Architecture of Language*. New Dheli: Oxford University Press. 2000

_____. On Nature and Language. Cambridge: Cambridge University Press. 2001

43

F. B. DUARTE & B. B. DE O. LOPES Differential Object Marking in Tukano

COMRIE, Bernard. *Language Universals and Linguistic Typology*. Chicago: University of Chicago Press. 1989. 2ª ed.

CROFT, William. Agreement vs. case marking and direct objects. In: BARLOW, Michael; FERGUSON, Charles (Ed.). *Agreement in natural language*: approaches, theories, descriptions. Chicago: University of Chicago, 1988. p. 159-179.

______. *Typology and universals*. 4th. ed. Cambridge: Cambridge University, 1990.

DANE, *Censo Nacional de Poblacion de 2005*. Disponível em: https://www.mininterior.gov.co/sites/default/files/upload/SIIC/PueblosIndigenas/pueblo_tukano.pdf. Acesso em 24/11/2019.

DIESING, Molly. Indefinites. Cambridge: MIT Press. 1992.

DUARTE, Fábio Bonfim. The particle 'ke' as a differential object and subject marker in Ka'apor. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 3, set./dez. 2019.

DUARTE, Fábio Bonfim. On the semantics of affectedness and its implications for argument structure in the Ka'apor language. Revista LinguíStica, Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, número 1, julho de 2014.

DUARTE, Fábio Bonfim. Marcação diferencial do objeto em Bantu e em Tupí-Guaraní. Revista Língua Viva, v. 4, p. 1-22, 2014.

DUARTE, Fábio Bonfim; CAMARGOS, Quesler Fagundes; NGUNGA, A. Differential object marking in Mozambican languages. In: Doris L. Payne, Sara Pacchiarotti & Mokaya Bosire (Eds.). Differential object marking in Mozambican languages. ed.Berlin: Language Science Press, p. 333-354, 2016.

FLEMING, Luke. Linguist exogamy and language shift in the Northwest Amazon. In: *Internation Journal of the Sociology of Language*, vol. 240, p.9-27, 2016.

FORTESCUE, Michael. West Greenlandic. London: Croom Helm. 1984.

GIVÓN, Talmy. Topic, pronoun and grammatical agreement. In: LI, Charles (Ed.). *Subject and Topic*. New York: Academic Press, 1976. p. 149-188.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 16-44, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

44

IBGE, *Censo demográfico 2010.* Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/povos-etnias.html. Acesso em 24/11/2019.

ISA, Tukano. In: *Povos Indígenas no Brasil*. Disponível em: https://pib. socioambiental.org/pt/Povo:Tukano. Acesso em 24/11/2019.

LARSON, Richard. On the double object construction. *Linguistic Inquiry*. v. 22: 687-720. 1988.

LYONS, Christopher. Definiteness. Cambridge: Cambridge University Press. 1999.

MINUSSI, Rafael Dias. *A relação entre Caso e definitude no hebraico*: o construct state e a Marcação diferencial do objeto. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Ana Guita de. *Missionários e Índios do Alto Rio Negro*. Brasília: Jornal de Brasília. 1983

RAMIREZ, Henri. *A Fala Tukano dos Ye'pâ-Masa*: Tomo I Gramática. Manaus: CEDEM. 1997.

RUDE, Noel. Topicality, transitivity, and the direct object in Nez Perce. *International Journal of American Linguistics*. v. 52:124-153. 1986.

SORENSEN, Arthur P. *Morphology of Tucano*. Tese (Doutorado em Linguística) – Columbia University. 1969

STENZEL, Kristine. Koitiria 'differential object marking' in cross-linguistic perspective. *Amerindia*. Rio de Janeiro: Museu Nacional. 2008, nº 32, p. 153-181.

TSUJIMURA, Natsuko. *An introduction to Japanese linguistics*. Wiley-Blackwell. p. 382. 2007.

WÖLCK, Wolfgang. Diglossia, stable bilingualism and minority language maintenance. In: *International Journal of Anthropology*. v. 23. p. 221-232. 2008.

Modo: o caso do Karitiana

Ana Müller (USP)¹ Luiz Fernando Ferreira (USP)²

RESUMO

Este artigo descreve a expressão do modo em uma língua nativa brasileira – o Karitiana (Tupi). Abordaremos duas questões gerais: (i) qual seria a definição adequada para a categoria gramatical de modo; e (ii) como essa categoria é marcada pelas línguas humanas. Também tentamos responder à questão específica sobre a semântica dos morfemas chamados de modo por Storto (2002) na língua Karitiana. A definição de modo explícita ou implícita nas gramáticas tradicionais e em muitos trabalhos em Linguística combina muitas vezes dois conceitos distintos: (i) modo enquanto marca gramatical de atos de fala (BYBEE, 1985; FOLEY e VAN VALIN, 1984); e (ii) modo enquanto marca gramatical de modalidade (PALMER, 2001). Com base em dados da língua Karitiana, neste artigo, apoiamos a tese de Portner (2011) de que existem duas de categorias gramaticais distintas, às quais chamamos de modo ilocucional e de modo modal. Argumentamos da importância desta distinção. Storto (1999; 2002) afirma que a língua Karitiana possui seis morfemas de modo: declarativo; assertivo; imperativo; condicional; deôntico; e citativo. A análise da autora baseia-se principalmente na morfossintaxe do complexo verbal na língua Karitiana. Defendemos que tanto e modo modal quanto o modo ilocucional ocorrem como flexão verbal na língua Karitiana. Os dados em que baseamos nossa análise foram coletados através de duas metodologias de trabalho de campo: ocorrência em narrativas; e elicitação contextualizada (MATTHEWSON, 2004; SANCHEZ-MENDES, 2014).

Palavras-chave: *Modo*; *Modalidade*; *Línguas Indígenas*.

ABSTRACT

This article describes the mood expression in a native Brazilian language – Karitiana (Tupi). We tackle two general questions: (i) what would an adequate definition for the grammatical category of mood be; and (ii) how this category is marked in human languages. We also try to answer a specific question regarding

¹ Departamento de Linguística, USP, Professora Associada-2, anamuler@usp.br, orcid.org/0000-0002-1022-8602. Financiamentos: FAPESP (auxílio pesquisa #2018/17029-5) e CNPq (bolsa PQ #312816/2017-0).

² Departamento de Linguística, USP, Doutorando, luiz.ferreira@usp.br, http://orcid.org/0000-0001-7120-0171. Financiamentos: CNPq (Bolsa de Doutorado #142209/2017-1) e CAPES (Doutorado Sanduíche #88887.370125/2019-00).

the semantics of Karitiana morphemes called mood morphemes by Storto (2002). The definition of mood in traditional grammars and in many linguistics papers combine, implicitly or explicitly, two distinct concepts: (i) mood as a grammatical marking of speech acts (BYBEE, 1985; FOLEY e VAN VALIN, 1984); and (ii) mood as a grammatical marking of modality (PALMER, 2001). Based on data from Karitiana, in this article, we support Portner's proposal (PORTNER, 2011) that there are two distinct categories which have been traditionally called mood. We call them illocutionary mood and 'modal' mood. We argue for the importance of distinguishing the two concepts. Storto (1999; 2002) claims that Karitiana has six mood morphemes: declarative; assertive; imperative; conditional; deontic; and quotative. Her analysis is based on the morphosyntax of Karitiana's verbal complex, since all these morphemes occupy the second position inside this complex, except for the morpheme classified as imperative mood by the author. We claim that both modal mood and illocutional mood occur as a verbal inflection in Karitiana. Our data has been collected by making use of two methodological procedures: collection of data from existing narratives; and contextualized data elicitation (MATTHEWSON, 2004; SANCHEZ-MENDES, 2014).

Keywords: *Mood*; *Modality*; *Indigenous Languages*.

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana

Introdução³ 47

Benfrentamos duas questões gerais, quais sejam: (i) qual seria a definição adequada para a categoria gramatical de modo; e (ii) como essa categoria é marcada pelas línguas humanas. Dentro destas questões gerais, tentamos responder à questão específica de qual seria a semântica dos morfemas chamados de modo por Storto (2002) na língua Karitiana. Sabemos que várias línguas como, por exemplo, o português, o espanhol, o grego, o alemão e o somali, possuem flexões morfológicas que são tradicionalmente chamadas de modo tanto por gramáticos, como por linguistas. O português, por exemplo, possui os chamados modos indicativo, subjuntivo e imperativo.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

³ Primeiramente, os autores agradecem aos consultores Karitiana que participaram das elicitações de dados. Gostaríamos de agradecer também aos professores Marcelo Ferreira e Luciana Storto com quem esse trabalho foi previamente discutido e cujos comentários contribuíram muito para o amadurecimento dessa pesquisa. Agradecemos também ao público do GTTG da ANPOLL em Boa Vista, evento no qual este trabalho foi apresentado, pelas sugestões e comentários adicionais. Por fim, agradecemos aos dois revisores anônimos deste artigo que contribuíram com diversos comentários valiosos. Obviamente, eventuais erros presentes neste artigo são de responsabilidade dos autores.

Neste artigo, veremos que a definição de modo explícita ou implícita nas gramáticas tradicionais e em muitos trabalhos em Linguística combina muitas vezes dois conceitos distintos: (i) modo enquanto marca gramatical de atos de fala; e (ii) modo enquanto marca gramatical de modalidade. Sabemos que as línguas possuem estruturas sentenciais, flexões ou itens lexicais que marcam convencionalmente tipos de atos de fala, como declarações, perguntas e ordens (BYBEE, 1985; FOLEY e VAN VALIN, 1984). Por outro lado, também sabemos que as línguas possuem itens lexicais, estruturas sentenciais ou mesmo flexões que marcam convencionalmente tipos de modalidade, como distinções entre realis vs. irrealis; ou entre modalidade epistêmica vs. deôntica vs. bulética, entre outras possíveis (PALMER, 2001). Com base em dados da língua Karitiana, neste artigo, apoiamos a tese de Portner (2011) de que existem duas categorias gramaticais distintas que são tradicionalmente chamadas de 'modo', às quais chamaremos de modo ilocucional e de modo modal. Argumentamos pela importância desta distinção. Defendemos também que as duas categorias ocorrem como flexão verbal na língua Karitiana.

Storto (1999; 2002) afirma que a língua Karitiana possui seis morfemas de modo: declarativo; assertivo; imperativo; condicional; deôntico; e citativo. A análise da autora baseia-se principalmente na morfossintaxe do complexo verbal na língua Karitiana – todos esses morfemas ocupam a segunda posição dentro desse complexo, exceto o morfema classificado como de modo imperativo pela autora. O morfema -*naka*-, na sentença (1), exemplifica o tipo de morfema classificado como morfema de modo por Storto (1999; 2002). Neste artigo, confrontamos a classificação de Storto (2002) com as definições de Portner (2011) e concluímos que o Karitiana possui os dois tipos de modo.

(1) Õwã Ø-naka-m-'a-t gooj criança 3-DECL-CAUS-COP-NFUT canoa⁴ 'Crianças constroem canoas.'

Os dados em que baseamos nossa análise foram coletados por pesquisadores distintos e envolvem principalmente duas metodologias de trabalho de campo: ocorrência em narrativas; e elicitação contextualizada. Sua fonte é citada em cada caso, exceto no caso de o dado haver sido coletado pelos próprios autores. A elicitação dos dados por parte dos autores do artigo foi sempre contextualizada e envolveu as seguintes etapas: (i) consulta aos corpora já disponíveis; (ii) tradução contextualizada do português para o Karitiana; e (iii) verificação contextualizada de sentenças em Karitiana criadas

⁴ Os dados do Karitiana foram coletados pelos autores, salvo os explicitamente marcados como de outros pesquisadores. As abreviaturas utilizadas são: ASP: aspecto; CAUS: causativo; CFT: contrafactual; COP: cópula; DECL: declarativo; DEO: deôntico; DES: desiderativo; EV: evidencial; FUT: futuro; IMP: imperativo; IMPF: imperfectivo; INTER: interrogação; NEG: negação; NFUT: não-futuro; OBL: oblíquo; PROSP: prospectivo; Q.NEG: questão negativa; SG: singular; VE: vogal epentética.

49

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana pelos pesquisadores. Para uma descrição e uma justificativa mais completa da metodologia utilizada na elicitação de dados do Karitiana remetemos a Matthewson (2004) e Sanchez-Mendes (2014). A parte teórica do artigo envolve, como usual na linguística teórica, discussão e análise dos fatos relevantes de acordo com as teorias assumidas.

O artigo segue a seguinte estrutura. Na seção 2, discutimos a definição da categoria modo nos estudos linguísticos e gramaticais. Em 2.1, apresentamos o conceito de modo ilocucional; em 2.2, apresentamos o conceito de modo modal; e em 2.3, discutimos a possibilidade de que os dois conceitos possuam uma intersecção. A seção 3 apresenta os aspectos relevantes da língua Karitiana e, mais especificamente, seu complexo verbal. A seguir, a seção 4 discute e analisa o fenômeno do modo em Karitiana. Em 4.1. analisamos a expressão do modo ilocucional na língua e, em 4.2, a expressão do modo modal. A seção 4.3 discute outras estruturas sentenciais frequentes do Karitiana. Finalmente, apresentamos nossas conclusões na seção 5.

2. O que é modo?

Nesta seção, discutimos a noção de modo e apresentamos o pano de fundo teórico que embasa as noções de modo que usamos neste artigo. Nosso artigo toma o trabalho de Portner (2011) como seu ponto de partida teórico. O autor aponta que as definições de modo variam e, muitas vezes, abarcam propriedades gramaticais distintas: (i) morfemas que marcam tipos de modalidades – ao que chamaremos de *modo modal*; (ii) morfemas que marcam atos de fala convencionais – ao que chamaremos de *modo ilocucional*. ⁵ Ambos os conceitos serão definidos nas próximas seções.

2.1 Modo ilocucional

O objetivo desta seção é apresentar o conceito de modo sentencial, a que chamamos neste trabalho de modo ilocucional. Citamos algumas definições de modo sentencial/ilocucional encontradas na literatura:

Modo sentencial é a contraparte semântica da oposição entre tipos de sentenças. Assim temos o modo declarativo, o modo interrogativo e o modo imperativo, entre outros. Esse conceito de modo tem raízes na filosofia da linguagem e muitos linguistas que utilizam o termo *modo* desta maneira desenvolvem a perspectiva dos atos de fala⁶ (Portner, 2011, p. 1263).

⁵ Os termos modo modal e modo ilocucional foram cunhados por nós.

⁶ No original: "Sentence mood is the semantic side of the opposition among clause types. Thus, we have declarative mood, interrogative mood, and imperative mood, among others.

Mudanças na morfologia verbal associadas aos diferentes tipos de funções sociais ou **atos de fala** (grifo do autor) que o falante intenciona. Por exemplo, um falante pode querer expressar uma sentença como uma asserção, uma questão, um comando ou um desejo [...]. Algumas línguas marcam essa informação através de formas verbais específicas: por exemplo, algumas línguas possuem conjugações verbais especiais de **optativo** (grifo do autor) para expressar desejos [...]. Tais formas verbais especiais para atos de fala são frequentemente chamadas modos: o exemplo acima estaria então no modo optativo, e em algumas línguas se contrastaria com o modo imperativo (para comandos), com o modo interrogativo (para perguntas) ou com o modo declarativo (para asserções)⁷ (Saeed, 2009, p. 144).

Segundo essas definições uma das maneiras de se marcar gramaticalmente atos de fala é através de flexões verbais. Como vimos, modos sentenciais/ilocucionais estão vinculados a tipos de sentença. Assim, podemos assumir o seguinte critério para investigarmos os morfemas citados na Introdução: se é morfologia verbal e está relacionada a atos de fala, então é modo ilocucional.

Passamos agora a definir tipos sentenciais enquanto estruturas/ morfologias que correspondem a atos de fala:

Os falantes de qualquer língua podem realizar um grande número de tarefas comunicativas com as sentenças de sua língua: eles podem começar uma conversa, mandar alguém fazer algo, narrar um conto, pedir informações, prometer fazer algo em um tempo futuro, relatar o que eles sabem ou ouviram, expressar surpresa ou consternação com o que ocorreu com eles, sugerir uma ação em conjunto, dar permissão para alguém fazer algo, fazer uma aposta, oferecer algo a alguém e assim sucessivamente. Para alguns desses usos de sentenças a língua possui construções sintáticas específicas, ou mesmo formas específicas, reservada para apenas esses usos – partículas específicas, afixos, ordem das palavras, entonação, elementos inexistentes, ou até alternância fonológica (ou vários desses simultaneamente) [...]. Tal coincidência entre

This concept of mood has roots in philosophy of language, and many linguistics who use the term 'mood' in this way develop the perspective of speech act theory."

⁷ No original: "Changes in verbal morphology associated with the different social functions or **speech acts** that a speaker may intend. For example, a speaker may intend a sentence as a statement, a question, a command or a wish. [...]. Some languages mark this information by particular verb forms: for example, some languages have special **optative** verb conjugations to express wishes [...]. Such special speech act verbal forms are often called moods: the example above would therefore be in the optative mood, and in some languages, this would contrast with an imperative mood (for commands), an interrogative mood (for questions) or a declarative mood (for statements)."

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana estrutura gramatical e uso conversacional convencional é chamada de TIPO SENTENCIAL (grifo do autor)⁸ (Sadock & Zwicky, 1985, p. 155).

Como pode ser observado na definição acima, tipos sentenciais são estruturas ou flexões gramaticais especializadas em realizar certas funções comunicativas. Observe abaixo os dados em (2), provenientes do inglês. Essas sentenças são utilizadas convencionalmente para declarar algo (2a), questionar algo (2b) e para ordenar algo (2c). Esses usos especializados, que estão relacionados a características gramaticais especificas (e.g. diferentes prosódias, presença ou ausência de verbo auxiliar, conjugação verbal, entoação, etc.), definem tipos sentenciais.

- (2) a. John shut the door. (Palmer, 1986, p. 23) 'John fechou a porta.'
 - b. Did John shut the door? (Palmer, 1986, p. 23) 'John fechou a porta?'
 - c. Shut the door, John! (Palmer, 1986, p. 23) 'Feche a porta, John!'

Assim, tipos sentenciais são definidos por uma correspondência entre forma gramatical e uso específico. Esses usos (declarar, perguntar, ordenar) correspondem os atos de fala (Austin, 1975; Searle, 1965; 1968). Sadock & Zwicky (1985) afirmam que tipos sentenciais formam um sistema. Nesse sistema sentenças pertencem a grupos. Cada grupo é caracterizado pelo uso e pelos aspectos gramaticais das sentenças que o compõe. Por exemplo, o grupo das interrogativas é caracterizado pelo ato de fala de perguntar algo e por certas características gramaticais como a presença de um verbo antes do sujeito, no caso do inglês. Uma característica relevante desses sistemas é que esses grupos de sentenças são mutualmente excludentes, ou seja, uma sentença não pode pertencer a dois grupos ao mesmo tempo. Por exemplo, não existe uma construção sentencial que seja simultaneamente declarativa e interrogativa. Consequentemente, morfemas que marcam tipos sentenciais distintos não podem coocorrer.

8 The speakers of any language can accomplish a great many communicative tasks with the sentences of their language: they can start a conversation, order someone to do something, narrate a tale, ask for information, promise to do something at some future time, report what they know or have heard, express surprise or dismay at what is going on about them, suggest a joint action, give permission for someone to do something, make a bet, offer something to someone, and so on. For some of these uses of sentences a language will have specific syntactic constructions, or even specific *forms*, reserved for just theses uses special particles, affixes, word order, intonations, missing elements, or even phonological alterations (or several of these in concert) [...]. Such a coincidence of grammatical structure and conventional conversational use we call a SENTENCE TYPE."

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) O correlato semântico dos tipos sentenciais é a sua força ilocucionária. Sentenças são compostas por um conteúdo proposicional e por uma força ilocucionária (Chierchia & McConnel-Ginet 1990). Observe que, nos dados (2a-c) acima, o conteúdo proposicional é o mesmo ('John fechar a porta'), mas a força ilocucionária é diferente em cada um dos casos. Segundo Chierchia & McConnel-Ginet (1990), as forças ilocucionárias de sentenças declarativas, interrogativas e imperativas podem ser identificadas a expressões como declarar que, perguntar se e ordenar que. A partir do conceito de tipos de sentenças visto neste capítulo, podemos redefinir o critério para investigarmos os morfemas classificados como modo por Storto (2002): se é morfologia verbal e está relacionada à força ilocucionária de uma sentença, então é um modo ilocucional.

Em groenlandês, por exemplo, o morfema -oq marca as sentenças como pertencentes ao grupo das declarativas na língua (3a-b). Já o morfema -va marca as sentenças como pertencentes ao grupo das interrogativas na língua. Trata-se, portanto, de morfemas de modo ilocucional. Por estarem vinculados a um ato de fala determinado, esses morfemas não aparecerão em nenhum dos outros tipos de sentença na língua.

(3) Groelandês

- a. Igav-oqcozinhar-IND-3-SG'Ele cozinha.'
- b. Iga-va?eCozinhar-Q-3-sG (SAEED, 2009)'Ele cozinha?'

Uma questão relevante é se modo verbal e modo sentencial são sempre distintos. Essa questão será aborda na próxima subseção.

2.2 Modo Modal

Esta seção discute o que entendemos por modo modal, chamado de modo verbal por Portner (2011). Modo modal é a marcação gramatical de distinções de modalidade no sistema verbal. A modalidade é tradicionalmente definida como a atitude ou a opinião do falante sobre a proposição que ele expressa (NEVES, 2002). Dentro desta perspectiva, a modalidade reflete o julgamento do falante sobre a possibilidade de sua proposição ser verdadeira (QUIRK et al., 1985). Assim, o caráter da modalidade seria eminentemente subjetivo.

Por outro lado, segundo o paradigma da Semântica Formal, modalidade é a expressão da possibilidade ou da necessidade de uma

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana proposição ser verdadeira (VON FINTEL, 2006). Trata-se de quantificação sobre mundos possíveis. Essa concepção pode ser ilustrada através das paráfrases apresentadas para as sentenças em (4a-b) e (5a-b). A quantificação sobre mundos é feita pelos operadores *todos* (*necessariamente*) e *algum(s)* (*possivelmente*) usados nas paráfrases. Em (4-5), temos casos de modalidade epistêmica, que se referem aos nossos conhecimentos sobre os fatos.

- (4) Tem de estar chovendo.
 - a. 'Necessariamente está chovendo'.
 - b. 'Em todos os mundos compatíveis com as evidências, está chovendo'.
- (5) Pode estar chovendo.
 - a. 'Há alguma possibilidade que esteja chovendo'.
 - b. 'Em alguns dos mundos compatíveis com as evidências, está chovendo'.

Passamos a apresentar o que dizem alguns autores que investigaram o modo modal:

[Modo] É a diferença entre sentenças marcadas pelas formas verbais indicativas ou subjuntivas em línguas que são tradicionalmente descritas como possuindo essa oposição (e.g., alemão e italiano), bem como as formas que estão no mesmo paradigma que o indicativo e o subjuntivo (e.g., optativo), e a mesma diferença ou uma diferença muito semelhante em outras línguas. [...]

Modo Verbal é a distinção de forma entre sentenças baseada na presença, ausência ou no tipo de modalidade dentro do contexto gramatical no qual elas ocorrem. (PORTNER, 2011, p. 1262)⁹.

[...]Vimos distinções na modalidade em inglês sendo marcadas através de vários meios incluindo advérbios e verbos modais. Quando tais distinções são marcadas através de terminações verbais que formam conjugações verbais distintas, há uma tradição gramatical de chamá-las **modos** (grifo do autor) (SAEED, 2009, p. 141-142)¹⁰.

No original: "It is the difference between clauses which is marked by indicative or subjunctive verb forms in languages which are traditionally described as having an opposition between such forms (e.g., German and Italian), as well as forms taken to be in the same paradigm as indicative and subjunctive (e.g., optative), and the same or very similar differences in other languages[...]. Verbal mood is the distinction in form among clauses based on the presence, absence or type of modality in the grammatical context in which they occur."

No original: "We have seen modality distinctions in English being marked by various means including adverbs and modal verbs. When such distinctions are marked by verb endings which form distinct conjugations, there is a grammatical tradition of calling these **moods.**"

[...] Pode ser útil fazer uma distinção clara entre 'modo' e 'modalidade'. Em línguas como o Latim e em muitas línguas europeias modernas, com os seus modos indicativo e subjuntivo, essa distinção pode ser feita em termos de características formais versus as categorias semânticas tipologicamente relevantes da qual eles são expoentes. A distinção entre modo e modalidade é então semelhante àquela observada entre tempo gramatical e tempo (PALMER, 2001)¹¹.

Desta forma, vamos adotar a seguinte definição de modo modal – flexões verbais correlacionadas à expressão de modalidade. Como aponta Palmer (2001), o modo (modal) codifica gramaticalmente a categoria nocional de modalidade, da mesma forma que o tempo gramatical codifica gramaticalmente a categoria nocional de tempo. A partir desta definição podemos estabelecer um critério semântico claro para a identificação de um morfema como morfema de modo modal – se é morfologia verbal e expressa modalidade, então temos uma flexão de modo modal.

Ilustramos este conceito através da tradicional distinção entre o modo indicativo no português (7), muitas vezes tratado como modo *realis*, por expressar fatos reais; e o modo subjuntivo (6), muitas vezes tratado como modo *irrealis*, por expressar situações que não correspondem necessariamente aos fatos. A sentença (6) expressa modalidade bulética. Fala de situações ou mundos compatíveis com os desejos de Pedro, mundos esses que não são necessariamente compatíveis com o mundo real, como se pode ver pelas paráfrases (6a-b). Já a sentença (7) expressa modalidade epistêmica, ou seja, fala de mundos compatíveis com o mundo real, o que pode ser percebido através das paráfrases em (7a-b).

- (6) Pedro quer que Maria sejasubj feliz.
- IRREALIS
- a. 'Pedro quer que necessariamente Maria seja feliz'.
- b. 'Nos mundos de acordo com os desejos de Pedro, Maria é feliz'.
- (7) Pedro viu que Maria plantouind a árvore.

REALIS

- a. 'Pedro percebeu que necessariamente Maria plantou uma árvore.
- b. 'Nos mundos de acordo com as evidências de Pedro, Maria plantou uma árvore'.

A seguir, comparamos os dois tipos de modos.

¹¹ No original: "[...] it might be useful to draw a clear distinction between 'mood' and 'modality'. In languages such as Latin and many modern European languages, with their indicative and subjunctive moods, the distinction can indeed be handled in terms of the formal features versus the typologically relevant semantic categories of which they are the exponents. The distinction between mood and modality is then similar to that between tense and time."

2.3 Modo ilocucional vs. modo modal

Vimos que existem dois tipos de fenômenos aos quais a literatura chama de modo: tipos sentenciais ou morfemas que expressam convencionalmente um ato ilocucional e formas linguísticas que expressam modalidade. Observe que, por exemplo, todas as sentenças em (8a-c) expressam declarações/asserções. No entanto, as modalidades expressas são distintas. A sentença (8a) descreve uma obrigação e expressa, portanto, modalidade deôntica. Já a sentença (8b) expressa, seja uma capacidade – Maria tem a capacidade de sair (porque está perto da porta, p.ex.) –, seja uma permissão – é permitido que Maria saia. No primeiro caso, temos um exemplo de modalidade epistêmica, e no segundo caso, um exemplo de modalidade deôntica. Finalmente, a sentença (c) expressa um desejo de Maria. Temos, portanto, uma expressão de modalidade bulética.

(8) a. Maria tem que sair. MODALIDADE DEÔNTICA

b. Maria pode sair. Modalidade epistêmica/deôntica

c. Maria quer sair. MODALIDADE BULÉTICA

Por outro lado, há casos em que os dois tipos de modo confluem. Temos que o tipo sentencial imperativo, por exemplo, expressa convencionalmente um comando. Esse comando, normalmente, implica em modalidade deôntica, pois diz sobre obrigações, como ilustrado pela sentença (9).

(9) Não fume aqui!

Nesta seção, apresentamos a distinção entre modo de ilocucional – flexão verbal que marca atos de fala – e modo modal – flexão verbal que marca a presença de modalidade. A seguir, apresentamos as características relevantes da língua Karitiana.

3. A língua Karitiana

Nesta seção apresentamos algumas das características básicas da língua Karitiana para que o leitor tenha uma ideia geral do funcionamento da língua e ao mesmo tempo possa acompanhar os exemplos discutidos. Karitiana é uma língua nativa brasileira, da família Arikém e do tronco Tupi. É falada por cerca de 400 Karitianas. A Reserva Karitiana situa-se a aproximadamente 100 km de Porto Velho, Rondônia. Os falantes que vivem na reserva têm o Karitiana como sua primeira língua e adquirem o português na escola da aldeia e em interações com falantes do português quando vão à cidade.

Karitiana tem a ordem complemento-núcleo como sua ordem básica. Em sentenças matrizes afirmativas o verbo ocupa canonicamente a segunda posição, como em (10). Em orações subordinadas, o verbo ocupa a posição final (11). Observe que a oração subordinada em (11) antecede o verbo do qual é o objeto direto, ilustrando assim a ordem canônica de complemento-núcleo na língua.

- (10) taso Ø-naka-'y-t boroja
 homem 3-DECL-comer- NFUT cobra
 'O/um/algum(s) homem(s) comeu/comeram o/um/alguma(s) cobra(s).'
- (11) taso õwã mangat-a-ty y-ta-pyting-Ø yn homem criança levantar<VE>OBL 1.SG-DECL-querer-NFUT eu 'Eu quero que o/um/algun(s) homen(s) levante(m) a(s)/uma/algumas criança(s).'

Sentenças matrizes afirmativas são morfologicamente marcadas para tempo futuro ou não futuro. Essa morfologia pode estar sufixada ao verbo, a auxiliares aspectuais ou a marcadores evidenciais. A Tabela 1, a seguir, apresenta os morfemas temporais da língua para as sentenças declarativas e assertivas¹².

Tabela 1: Sufixos temporais na língua Karitiana

	ТЕМРО				
MORFEMA	Futuro	Futuro		Não futuro	
	Precedido de	Precedido de		Precedido de	
	Consoante	Vogal	Consoante	Vogal	
Declarativo	-i	-j	Ø	-t	
Assertivo	-i	-j	-n	-n	

O verbo em orações matrizes afirmativas e interrogativas é flexionado para pessoa. Os prefixos de pessoa concordam com o argumento externo no caso de verbos intransitivos ou com o argumento interno no caso de verbos transitivos (Storto, 2002). Estão descritos na Tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Prefixos de pessoa na língua Karitiana

Primeira pessoa singular	у-
Segunda pessoa singular	a-
Primeira pessoa inclusive	yj-
Primeira pessoa exclusive	yta-
Segunda pessoa plural	aj-
Terceira pessoa	Ø

¹² Estamos aqui seguindo Storto (2002) que classifica os morfemas *-naka-* e *-pyr-* como expressões dos modos declarativo e assertivo.

Nas sentenças (12a-b), temos um exemplo de sentença declarativa com verbo intransitivo em Karitiana, sem auxiliares aspectuais ou marcadores evidenciais, nos tempos não futuro e futuro, respectivamente. Verbos intransitivos indiretos concordam com seu sujeito.

- (12) a. Y-ta-pykyn-<a>-t yn.

 1S-DECL-correr-NFUT eu

 'Eu corri.'/ 'Eu corro.'
 - b. Y-ta-pykyn-<a>-j yn. 1s-DECL-correr-FUT eu 'Eu vou correr'.

Já nas sentenças (13a-b), temos um verbo transitivo direto e, nesse caso, a concordância se dá com o objeto.

- (13) a. an Ø-naka-y-t opok.ako.sypi você 3-DECL-comer-NFUT ovo de galinha Você comeu ovo.'/ 'Você come ovo.'
 - b. an Ø-naka-'y-j opokakosypi você 3-DECL-comer-FUT ovo de galinha 'Você vai comer ovo.'

O complexo verbal do Karitiana é rico em morfologia gramatical e pode ser marcado, além de para pessoa, para modo modal e ilocucional, aspecto, tempo e evidencialidade. Apresentamos sua estrutura morfossintática em (14) e a ilustramos através das sentenças (15-16). A sentença (15) ilustra as flexões presentes em um sintagma verbal simples, sem morfologia de modo modal. A sentença (16) ilustra a ocorrência de auxiliares aspectuais e de evidenciais. Nesses casos, o tempo pode estar marcado em todos os constituintes do complexo verbal ou, opcionalmente, apenas no último constituinte.

- (14) Ordenação da morfologia do complexo verbal em Karitiana: pessoa-modo.ilocucional-modo.modal-verbo-aspecto1-tempo aspecto2-tempo evidencial-tempo
- (15) sypom-t otidna y-ta-yryt-oko-j yn dois-OBL lua 1-DECL-chegar-ASP1-FUT eu 'Em dois meses eu volto novamente.' (STORTO, 2002)

(16) Taso Ø-naka-m-'a-t tyka-t sary-t gooj¹³ Homem 3-DECL-CAUS-ser-NFUT IMPF-NFUT EV-NFUT canoa 'O homem está fazendo canoa (disseram).' (ALEXANDRE, 2016, p. 78)

As denotações dos Sintagmas Nominais (SNs) em Karitiana são sempre cumulativas, ou seja, incluem tanto entidades singulares como plurais. Os SNs *taso* e *gooj* em (16) podem ser interpretados tanto como definidos ou indefinidos, singulares ou plurais (MÜLLER, STORTO e COUTINHO-SILVA, 2006). Além disso, os SNs em Karitiana sempre ocorrem nus. Nessa língua não ocorrem itens lexicais funcionais abertos no sistema nominal. A língua não possui artigos, quantificadores nominais do tipo *cada* e *todo*, classificadores ou morfologia de gênero e número em seu SN.

Uma vez apresentadas as características da gramática do Karitiana que são relevantes para este projeto, passamos a discutir a semântica do modo em Karitiana.

4. Reanálise do sistema de modo proposto por Storto (2002)

Nesta seção, trataremos dos morfemas classificados como flexões de modo por Storto (2002). Segundo a autora, Karitiana possui os seguintes morfemas de modo: (i) declarativo; (ii) assertivo; (iii) citativo; (iv) condicional; (v) deôntico; e (vi) imperativo. A classificação da autora está apresentada na Tabela 3, organizada segundo sua classificação, o afixo que o realiza e sua interpretação. Em (17-22), ilustramos cada um desses morfemas (marcados em negrito). Observe-se que esses morfemas ocorrem apenas em sentenças matrizes.

Tabela 3: Modo em Karitiana, segundo Storto (2002)

	O	, ,
CLASSIFICAÇÃO STORTO (2002)	AFIXOS	INTERPRETAÇÃO
Declarativo	-na/ta(ka)-RAIZ	ASSERÇÃO
Assertivo	-pyt-RAIZ	ASSERÇÃO
Citativo	-iri-RAIZ	CITAÇÕES
Imperativo	-RAIZ-/a	COMANDO
Condicional	-jy-RAIZ	CONTRAFACTUALIDADE
Deôntico	-pyn-RAIZ	OBRIGAÇÃO

(17) DECLARATIVO - 'NAKA'

taso Ø-naka-'y-t amhip him aka homem 3-DECL-comer-NFUT cozida carne COP 'O homem comeu carne que estava cozida'

¹³ O morfema causativo -*m*- combinado à copula '*a* resulta no significado de *fazer/construir* ('causar ser').

- (18) ASSERTIVO 'PYRY'

 y-**pyt**-pyt-y dak-i yn dibm onyony
 1.sg-Ass-comer-fut Asp-fut eu amanhã depois
 'Eu vou comer no depois de amanhã' (EVERETT, 2006)
- (19) CITATIVO 'IRI'
 ta-soojo tatat Ø-**iri**-kãra-ĵ Botyĵ
 3ANAF-mulher ir 3-CIT-pensar-NFUT Botyĵ
 'Botyĵ pensou que sua mulher fora embora'
- (20) IMPERATIVO 'A/Ø'
 a-hadn<a>
 2.sG-falar<IMP>
 Fale! (EVERETT, 2006)
- (21) CONDICIONAL 'JY'

 Antônio, carro tyyt y-aki-p yn a-**jy**-atot-Ø

 Antônio, carro grande 1s-cop-adj eu 2s-cond-levar-nfut
 'Antônio, se eu tivesse um carro grande, eu levaria você.'
- (22) DEÔNTICO

 a-pip Ø-na-**pyn**-kĩkĩ andyk-Ø

 aquilo-em 3-DECL-DEON-chorar ASP2-NFUT
 'Aí, tem que chorar'

Aclassificação dos modos realizada por Storto (2002) está implicitamente apoiada em critérios morfossintáticos e semântico-pragmáticos. Os critérios morfossintáticos parecem ser: (i) a posição do morfema – entre a flexão de pessoa e a raiz verbal (exceto para o modo imperativo) –; (ii) a presença vs. a ausência de morfema nesta posição. Os critérios semântico-pragmáticos dizem respeito à (i) força ilocucional convencional da sentença – se temos uma asserção, uma pergunta, uma citação ou um comando –; (ii) se temos expressão de modalidade.

As sentenças matrizes não marcadas para os morfemas listados na Tabela 3 acima são chamadas de não declarativas pela autora. São elas: (i) sentenças interrogativas; (ii) sentenças negativas; e (iii) sentenças subordinadas¹⁴. As sentenças chamadas de não declarativas, incluindo as subordinadas, estão ilustradas em (23-25) abaixo. Observe que em nenhuma delas ocorre um morfema entre a marca de pessoa e a raiz verbal. Como se

¹⁴ Essa listagem apresenta os principais tipos de sentenças matrizes que podem ocorrer sem os morfemas chamados de modo por Storto (2002). Vamos deixar de lado o chamado modo citativo direto, por não haver dados disponíveis para qualquer análise e porque não conseguimos elicitá-lo. Existem também alguns outros tipos menos frequentes, ainda pouco compreendidos, que não serão discutidos neste trabalho.

60

trata de diferentes tipos de sentenças, a autora não postula para esses casos a presença de um morfema nulo que marque modo.

(23) NEGATIVA

i-pykyn-i padn-i ombaky. 3-correr-neg não-neg onça 'A onça não fugiu'

(24) INTERROGATIVA

mora-mon a-ti-m'a tyja-t (hy)? WH-COP 2.SG-O.FOC-CAUS-COP PROG-NFUT Q 'O que você está fazendo?' (LANDIN, 1984)

(25) SUBORDINADA

Ana Ø-na-aka-t i-soot-Ø João tata-ty
Ana 3-DECL-COP-NFUT PART-VER-ABS João sair-OBL
'Ana viu que o João saiu'

Como se pode perceber, para delimitar a categoria modo, a autora se baseia em critérios que não necessariamente delimitam uma mesma categoria sintática, semântica ou mesmo pragmática. Apoiando-nos em Ferreira (2017a; 2017b), vamos reanalisar a proposta de Storto (2002) para o sistema de modo da língua Karitiana a partir de dois conceitos distintos já apresentados na seção 2: (i) modo enquanto marca gramatical de força ilocucional – 'modo ilocucional' –; e (ii) modo enquanto marca de modalidade – 'modo modal'.

4.1 Modo modal em Karitiana

Com base nessa distinção, temos que os morfemas dos modos condicional e deôntico não marcam a força ilocucionária de uma sentença, mas sim um tipo de modalidade, pois, como veremos, dizem-nos sobre a possibilidade ou a necessidade de uma situação mediante certas condições. Trata-se, portanto, de modos modais.

O modo deôntico indica obrigação. O falante expressa a necessidade de que a proposição denotada pela sentença se realize. Esse modo é ilustrado pelas sentenças (26-27). Na sentença (26), o falante expressa algo que poderia ser parafraseado como: é uma obrigação as pessoas irem embora ou de maneira mais técnica: em todos os mundos em que se cumprem as tradições, as pessoas vão. Já a sentença (27) expressa que o homem tem a obrigação de mostrar a foto a Elivar, ou, em termos técnicos, em todos os mundos em que as obrigações são cumpridas, o homem mostra a foto a Elivar.

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana

- (26) a-pip Ø-na-pyn-hot-Ø y-'et<e>-'et
 aquilo-em 3-DECL-DEO-ir-NFUT 1sG-filho<VE>-filho
 'Aí, as pessoas devem ir, meu neto'
- (27) Ø-pyn-m-so'ot dak-i om-ty taso Elivar 3-DEO-caus-ver ASP-FUT imagem-OBL homem Elivar 'O homem terá que mostrar a foto para Elivar'

O modo chamado de condicional por Storto (2002) é expresso pelo morfema -jỹ-. Trata-se, na verdade, de um morfema que marca contrafactualidade. Sentenças contrafactuais em português e em muitas outras línguas são canonicamente compostas de uma oração subordinada adverbial iniciada pela conjunção 'se', conjugada para o imperfeito do subjuntivo, e por uma oração principal, conjugada para o futuro do pretérito, como em (28). Essas sentenças são modais, pois afirmam que a proposição expressa pela oração principal é necessariamente verdadeira nas situações delimitadas pela oração subordinada adverbial. Assim, uma sentença como (28a) pode ser parafraseada como (28b). A paráfrase traz a as características modais da sentença que são o quantificador modal 'necessariamente' e a delimitação explícita das situações em que a oração principal seria verdadeira. O tipo de modalidade expresso por uma sentença contrafactual irá depender das condições expressas pela sua oração subordinada. No caso da sentença (28a), temos a expressão de modalidade epistêmica porque sua verdade depende dos fatos do mundo do falante.

a. Se eu tivesse dinheiro, daria um celular pra você.
b. 'Necessariamente em situações em que eu tivesse dinheiro, daria um celular a você (mas, como eu não tenho dinheiro, não darei um celular a você).'

Sentenças contrafactuais são sentenças que expressam que sua oração principal foi/é/será necessariamente verdadeira apenas em situações ou mundos distintos do mundo real, como ilustrado em (29-30). Na sentença (29), o falante expressa que não pode presentear o ouvinte com um celular no mundo da enunciação. Trata-se, assim, de uma suposição sobre outras situações/mundos possíveis nos quais o falante teria dinheiro e certamente daria um celular a seu locutor. A sentença (30) apresenta mais um caso desse tipo de sentença. Nela, o falante faz uma suposição sobre uma situação que de fato não ocorreu. A suposição expressa que, necessariamente, se o macaco passasse no local determinado, João o veria. Observe que o morfema -jỹ-coocorre sempre com a flexão de não futuro.

- (29) dinheiro tyyt y-aki-<v>p a-ta-jỹ-hit-Ø celula-ty dinheiro ter 1.sg-cop-ala 2.sg-decl-cf-dar-nfut celular-obl 'Se eu tivesse dinheiro, te daria o celular'
- (30) João Ø-Jỹ-so'oot saryt-Ø pikom-ty haka i-kokotop João 3-CFT-ver EV.REP-NFUT macaco-OBL aqui 3-passar 'João veria o macaco, se ele passasse aqui' (ALEXANDRE, 2016, p. 57)

Assim, as sentenças (29-30) não expressam apenas condicionalidade, mas contrafactualidade. Como vimos, sentenças contrafactuais pressupõem que suas proposições são falsas¹⁵. Sentenças condicionais não contrafactuais, por outro lado, são expressas de outra forma em Karitiana, como ilustrado por (31-32). Note que essas sentenças são flexionadas para tempo futuro e marcadas pela morfologia de declarativo. Assim, chamaremos ao modo classificado como condicional por Storto (2002), de *modo contrafactual*, pois esse termo expressa com maior precisão seu significado.

- (31) kinda.sypo a-namang tykiri Ø-naka-tat-i 'ep coisa.semente 2sG-plantar quando 3-DECL-ir-FUT árvore 'Se/quando você planta uma semente, ela vira uma árvore'. (FERREIRA, 2017a, p. 40)
- (32) a-ohit tykiri a-ta-aka-j pongyp
 2.sg-pescar quando 2sg-DECL-COP-FUT quieto
 'Se/Quando você pesca, você fica quieto'. (FERREIRA, 2017a, p. 126)

Vemos que, no caso dos morfemas *-pyn-* e *-jy-*, estamos lidando com modos modais, uma classe específica de morfemas. A Tabela 4 abaixo recorta, para o Karitiana, os 'modos modais' separando-os dos outros morfemas da Tabela 3.

Tabela 4: Modos modais em Karitiana

MODO MODAL	AFIXO
1. Deôntico	-руп-
Contrafactual	-jy-

Evidentemente, esses dois morfemas de modo modal não são os únicos recursos que o Karitiana possui para expressar modalidade. Exemplificamos outras possibilidades em (33-34) abaixo. Essas outras possibilidades não serão comentadas neste artigo e são deixadas para trabalhos futuros.

¹⁵ Ver Ferreira, 2017a, b e Ferreira & Müller (2019) sobre as sentenças contrafactuais em Karitiana.

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana

- (33) Maria Ø-na-byhipi-wak-Ø 'ip Maria 3-DECL-cozinhar-DES-NFT peixe 'Maria quer cozinhar peixe.'
- (34) Taso Ø-na-oky pydn-Ø boroja homem 3-DECL-matar DEO-NFT cobra 'O homem tem que matar a cobra.'

A seguir, discutimos a existência de morfemas de modo ilocucional em Karitiana.

4.2 Modo ilocucional em Karitiana

Passamos agora a examinar os morfemas chamados declarativo, assertivo, citativo e imperativo por Storto (2002). Seriam eles marcadores de modo ilocucional? Lembramos que modos ilocucionais marcam força ilocucionária, ou seja, são flexões verbais ou estruturas sintáticas que marcam atos de fala. Lembramos também que atos de fala formam um sistema. Assim, cada ato ilocucional deve ser convencionalmente expresso por apenas um grupo de tipos sentenciais e cada grupo de tipos sentenciais poderá expressar convencionalmente apenas um ato de fala. Consequentemente, se encontramos uma mesma estrutura sentencial ou flexão exprimindo convencionalmente atos ilocucionais distintos, somos obrigados a concluir que essa flexão ou estrutura não marca um ato de fala.

Nesse ponto, é importante lembrar que nem todos os atos ilocucionais são marcados por flexões verbais. Eles podem ser marcados por algum tipo de padrão entoacional, como é o caso das perguntas em português; ou pela ordem dos constituintes em uma sentença, como é o caso das perguntas com o verbo *to be* 'ser' em inglês; entre outras possibilidades. Lembramos também que chamamos de modo ilocucional apenas às flexões verbais que marcam convencionalmente atos de fala. Assim, o fato de uma língua não marcar atos de fala através de modo ilocucional não significa que essa língua não marque atos de fala em sua gramática.

Voltemos à Tabela 3. Os morfemas classificados como de *modo declarativo*, a maneira mais frequente de se expressar asserções afirmativas na língua, e de *modo assertivo* por Storto (2002) expressam ambos a mesma força ilocucionária de realizar asserções/declarações. O morfema declarativo é composto pelos alomorfes *-na(ka)-* e *-ta(ka)-*. O primeiro é usado com a terceira pessoa e o segundo nos demais ambientes, como ilustrado pelas sentenças (35)-(36).

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

- (35) An Ø-naka-y-j opok.ako.sypi Você 3-DECL-comer-FUT ovo de galinha 'Você vai comer ovo.'
- (36) y-taka-hot-i yn 1.sg-decl-sair-fut eu 'Eu you sair.'

O modo assertivo é realizado pelo sufixo -pyt-, que ocorre como py-, pyr- ou pyry, dependendo do contexto fonológico. Esse modo está ilustrado pelas sentenças (37-38) abaixo. Segundo Storto (2002), o modo assertivo é principalmente usado como resposta afirmativa a perguntas sim/não e em introduções e conclusões de narrativas. Mais estudos são necessários para determinar com precisão a semântica desses dois morfemas.

- (37) Ø-pyry-pykyn-yn ombaky.
 Ass-desaparecer-NFUT onça
 'As onças desapareceram.'
- (38) Ø-py-se'and<a> dak-i dibm haka. Ass-bom<ve> Asp2-fut amanhã aqui Aqui vai ficar bom amanhã.'

O chamado modo citativo é pouco compreendido. Trata-se de uma flexão verbal que, até onde sabemos, exprime a realização de uma citação direta (39) ou indireta (40). Não conseguimos reproduzi-lo em elicitações. Ele parece ocorrer apenas em narrativas. É realizado pelo sufixo -*iri*-, como ilustrado pelas sentenças (39-40). É usado sempre com o verbo flexionado para tempo futuro¹⁶.

- (39) ta-soojo tata-t Ø-iri-kãra-j Botyj 3.ANAF-esposa ir- OBL 3-CIT-pensar-FUT Botyj 'Botyj pensou que sua mulher o deixara.' (STORTO, 2002)
- (40) Ø-py-se'a-yn Ø-iri-'a-j Botỹj 3-ASS-bom-NFUT 3-CIT-dizer-FUT Botỹj 'Botỹj disse: 'Está bom." (STORTO, 2002)

Segundo a definição que adotamos para modo ilocucional, os morfemas declarativo e assertivo são ambos utilizados em asserções/declarações. Pertencem, portanto, ao mesmo grupo de tipos sentenciais – o grupo que

Para mais detalhes sobre o modo citativo, ver Storto & Ferreira (2019).

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana expressa o modo declarativo¹⁷. Um terceiro tipo sentencial que realiza asserções são as sentenças declarativas negativas. Essas sentenças, entretanto, não são marcadas por nenhum desses morfemas de modo ilocucional. Da mesma forma, o morfema citativo, usado para marcar citações, também está correlacionado a um ato de fala de asserção. Assim, somos levados a concluir que os morfemas declarativo, assertivo e citativo expressam gramaticalizações do ato de fala declarativo.

Tabela 5: Modos ilocucionais em Karitiana

NOMES	AFIXOS	FORÇA ILOCUCIONAL
Declarativo	-na/ta(ka)-RAIZ	ASSERÇÃO
Assertivo	-pyt-RAIZ	ASSERÇÃO
Citativo	-iri-RAIZ	ASSERÇÃO

Resta-nos, finalmente, discutir o modo imperativo. Esse tipo sentencial exprime convencionalmente um ato ilocucional de comando. Sentenças imperativas foram pouco estudadas em Karitiana. Essas sentenças são formadas minimamente pelo núcleo verbal ao qual se adiciona o prefixo de pessoa, e por um morfema que alterna entre -a e -. O argumento interno do verbo pode opcionalmente estar presente, em sentenças imperativas transitivas. O sufixo -a ocorre quando a raiz verbal termina em consoante e - ocorre quando a raiz termina em vogal (FELIX, 2017). Ilustramos as sentenças imperativas do Karitiana em suas formas afirmativas (41a-42a) e negativas (41b-42b) respectivamente.

(41) a. VERBO INTRANSITIVO

a-pykyn-a

2s-correr-a

Corra!

b. a-pykyn-i

2s-correr-NEG

Não corra!

(42) a. VERBO TRANSITIVO

i-'y-Ø

3-comer-Ø

Coma!

b. i-'y-i padn-i

3-comer-neg não-neg

Não coma!

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

⁷ Maiores investigações serão necessárias para determinar a semântica desses morfemas.

Storto (2002), analisa os sufixos -a/- como sufixos que marcam o modo imperativo. Diferentemente dos morfemas declarativo, assertivo, citativo, deôntico e condicional esse morfema não é pré-verbal, mas sim, pósverbal. Neste artigo, vamos propor que esses morfemas não marcam modo imperativo. O modo imperativo é expresso pela estrutura sentencial descrita no parágrafo anterior e não pela presença de um sufixo. Defendemos que trata-se sim de uma estrutura sentencial especializada em exprimir o ato ilocucional de comando. No entanto, esse ato ilocucional não parece ser marcado através uma flexão verbal específica. Propomos que o sufixo -a é apenas uma vogal epentética. Assim, segundo nossa reanálise para a proposta de Storto (2002), Karitiana não possui flexões verbais que marcam modo imperativo. Nossas razões para isso são as seguintes:

- (i) A literatura sobre tipos sentenciais/modos ilocucionais nos diz que, translinguisticamente, estruturas imperativas recorrentemente não são marcadas para modo, tempo ou aspecto (DAHL, 1985).¹⁸
- (ii) Diferentemente dos outros morfemas de modo da língua, o sufixo -a é pós-verbal e não pré-verbal.
- (iii) O sufixo -*a* alterna com o sufixo de negação -*i* em sentenças imperativas negativas. O sufixo de negação -*i*, por sua vez, está presente em sentenças negativas de vários tipos, não apenas nas estruturas imperativas. Não se trata, portanto, de um morfema exclusivo do imperativo. Assim, não haveria motivo para o sufixo -*a* alternar com o sufixo de negação -*i*, caso o sufixo -*a* fosse uma verdadeira marca de imperativo.
- (iv) A vogal epentética -*a* ocorre após consoantes em contextos de fronteira entre morfemas e em final de palavras em vários contextos da língua, como se pode observar nos dados em (12, 13 e 29).

Passamos, a seguir, a discutir rapidamente as estruturas sentenciais chamadas de não declarativas por Storto (2002).

4.3 As estruturas sentenciais chamadas não declarativas

Voltamo-nos agora para as estruturas sentenciais chamadas de não declarativas por Storto (2002). Essas construções incluem sentenças negativas, subordinadas, interrogativas e citações diretas. Observe que nenhuma delas é flexionado para a morfologia chamada de modo por Storto (2002).

Sentenças interrogativas são marcadas opcionalmente pela partícula -hy, que ocorre no final da sentença, como em (42) e sua estrutura e semântica são ainda pouco compreendidas. Sentenças interrogativas afirmativas não

^{18 &}quot;... in particular, the imperative is almost always the morphologically least marked verb form, often identical to the verb stem." (DAHL, 1985)

¹⁹ Não pretendemos aqui esgotar as estruturas morfossintáticas do Karitiana, citamos apenas as mais recorrentes. Por exemplo, estamos deixando de lado as 'citações diretas' (STORTO, 2002) e as estruturas de foco de objeto (STORTO, 2003), entre outras.

A. Muller & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana

possuem qualquer marca flexional de modo, mas seus verbos são marcados para pessoa e opcionalmente para tempo, como ilustrado em (43-44). Sentenças interrogativas expressam convencionalmente o ato de fala de perguntar/pedir informação. Entretanto, esse ato de fala não é marcado no complexo verbal na língua Karitiana.

- (43)a-tat-Ø an<o> (hy)? 2.sg-ir-nfut você<vE> INTER 'Você foi?' (LANDIN, 1984)
- (44)Mõrãsõg an i-pa tỹja seppa? basket why vou 3-weave IMPF 'Why are you weaving a basket?'

Apenas orações matrizes são marcadas para pessoa, modo e tempo em Karitiana. Sentenças subordinadas não o são. Em (45) e (46), apresentamos dados de sentenças subordinadas.²⁰

- (45)taso õwã mangat<a>-ty y-ta-pyting-Ø yn. homem criança levantar<vE>-OBL 1.SG-DECL-querer-NFUT eu 'Eu quero que os homens carreguem as crianças.'
- São Paulo (46)y-otam-byyk pip Ø-naka-pop-Ø Maria São Paulo in 1.sg-chegar-prosp 3-decl-die-nfut Maria 'Depois que cheguei em São Paulo, Maria morreu.' (STORTO, 2013, p. 76)

Sentenças negativas também não são abertamente marcadas seja para modo, seja para tempo. Mais ainda, esse tipo de sentença pode ocorrer com qualquer tipo de força ilocucional. Temos asserções negativas, como (47); ordens negativas, como em (48); perguntas negativas, como em (49); subordinadas negativas, como (50). Por exprimir diferentes tipos de forças ilocucionais, sentenças negativas não podem expressar um único ato de fala. Da mesma forma, não é possível considerá-las um único tipo sentencial.

- (47)yn i-atik-i padn-i gopisop. **DECLARATIVO** 3-jogar-NEG não-NEG lixo 'Eu não joguei o lixo.' (STORTO, 2002)
- (48)a-tat-i! **IMPERATIVO** 2.sg-ir-neg 'Não vá!'

Revista Letras. Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Há aqui, como veremos mais adiante, uma divergência entre as análises de Landin e de Everett com a análise de Storto (2002) para as interrogativas afirmativas.

68

- (49) Atat-y kymin-i? INTERROGATIVO
 2S-Ir-NEG Q.NEG
 'Você não vai?' (LANDIN, 1984, p. 14)
- (50) Jonso ti-'y-ki i-eng-y padn-i SUBORDINADA mulher FOC.OBJ-comer-NEG 3-vomitar-NEG NÃO-NEG 'A mulher que não comeu não vomitou' (STORTO, 2017, p. 3)

Nesta seção, vimos que a língua Karitiana marca na segunda posição de seu complexo verbal pelo menos dois tipos de modo modal – deôntico e contrafactual. Vimos também que os morfemas chamados de declarativo, assertivo e citativo por Storto (2002) expressam todos o modo ilocucional declarativo. Mais estudos são necessários para determinar as diferenças sintáticas e semânticas entre esses morfemas. À expressão do ato de fala de ordenar e de interrogar não corresponde, por outro lado, uma marca morfológica no verbo, mas sim uma estrutura sentencial. Outras estruturas sentenciais, como estruturas para sentenças negativas e subordinadas, não correspondem convencionalmente a atos de fala determinados.

5. Conclusões

Este artigo discutiu os morfemas da língua Karitiana classificados como modo por Storto (2002). Essa discussão foi feita a partir de duas definições da categoria *modo* nos estudos linguísticos e gramaticais: o *modo ilocucional*, que marca a força ilocucional de uma sentença, e o *modo modal*, que marca modalidade. Mostramos que se trata de duas categorias distintas e necessárias para a análise linguística. No caso da língua Karitiana, vimos que os morfemas deôntico e contrafactual marcam tipo de modalidade, sendo assim, modos modais. Já os morfemas classificados como declarativo, assertivo e citativo marcam força ilocucional declarativa, sendo, portanto, modos ilocucionais.

Referências

ALEXANDRE, Thiago Chaves. *Os evidenciais em Karitiana*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2016.

AUSTIN, John Langshaw. *How to do things with words*. Second Edition. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BYBEE, Joan. *Morphology:* A Study of the Relation between Meaning and Form. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985.

A. MULLER & L. F. FERREIRA Modo: o caso do Karitiana DAHL, Östen. Tense and Aspect Systems. Oxford: Blackwell, 1985.

FELIX, Lyvia. O modo em karitiana e em português. In: *Material de apoio ao estudo da gramática Karitiana*. São Paulo: Paulistana, p. 33-43, 2017.

FERREIRA, Luiz Fernando. *Modo em Karitiana*. Dissertação (mestrado). São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2017a.

FERREIRA, Luiz Fernando. Karitiana: Uma língua com dupla marcação de modo. *Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN*, Niterói, p. 272-282, 2017b.

FERREIRA, Luiz Fernando; MÜLLER, Ana. The relevance of future vs. non-future languages for the understanding of the role of tense in counterfactual sentences. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 1051-1099, 2019.

FOLEY, William; VAN VALIN, Robert. Functional syntax and universal grammar. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

LANDIN, David. An outline of the syntactic structure of of Karitiana Sentences. In: DOOLEY, Robert. *Estudos sobre línguas Tupi do Brasil*. Brasília: p. 219-254, 1984.

MATTHEWSON, Lisa. On the methodology os semantic fieldwork. *International Journal of American linguistics*, 70, p. 369-415, 2004.

MÜLLER, Ana; STORTO, Luciana Raccanello; COUTINHO-SILVA, Thiago. Número e a distribuição contável-massivo em Karitiana. *Revista da ABRALIN*, v. 5, p. 185-213, 2006.

PALMER, Frank Robert. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

PORTNER, Paul. Verbal Mood. In: MAIENBORN, Claudia; VON HEUSINGER, Klaus; PORTNER, Paul. *Semantics*: An international handbook of natural language meaning. Vol. 1. Berlin/Boston: de Gruyter Mouton, p. 1262-1291, 2011.

QUIRK, Randolph et all. *A comphehensive grammar of the English language*. London: GB: Longman, 1985.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 45-70, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) SADOCK, Jerrold; ZWICKY, Arnold. Speech Acts Distinctions in Syntax. In: SHOPEN, Timothy. *Language Typology and Syntactic Description*. Cambridge: Cambridege University Press, p. 155-196, 1985.

SAEED, John. Semantics. Third Edition. Malden: Wiley-Blackwell, 2009.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. Trabalho de campo para análise linguística em semântica formal. *Revista Letras*, Curitiba, p. 277-293, 2014.

SEARLE, John. What is a speech act. In: STAINTON, Robert. *Perspectives in the philosophy of language: a concise anthology*, Ontario: Broaview Press, p. 253-268, 1965.

SEARLE, John. Austin on Locutionary and Illocutionary Acts. *The Philosophical Review*, v. 77, n. Duke University Press, p. 405-424, Outubro 1968.

STORTO, Luciana Raccanello. *Algumas Categorias Funcionais em Karitiana*. Línguas indígenas brasileiras: fonologia, gramática e história. Brasília: Atas do I encontro Internacional de Grupos de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL. Tomo I. p. 151-164. 2002.

STORTO, Luciana Raccanello. *Aspects of a Karitiana Grammar*. PhD. Dissertation. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 1999.

STORTO, Luciana Raccanello. Temporal and aspectual Interpretations in non-finite clauses. In: _____ *Time and Tame in Language*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, p. 71-89. 2013.

VON FINTEL, Kai. Modality and language. In: BORCHERT, Donald. *Encyclopedia of Philosophy*. 2^a. ed. Detroit: MacMillan Reference USA, p. 1-16, 2006.

Sumissão em: 0/0/0 Aceito em: 0/0/0

Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira

João Henrique Santos de Souza¹ Fábio Bonfim Duarte²

RESUMO

Resumo: O presente artigo examina o fenômeno conhecido como marcação diferencial do sujeito (DSM) em línguas do grupo Timbira (família Jê, tronco Macro-Jê). O principal objetivo é investigar o estatuto gramatical das partículas de Caso {-te} e {-mã}, bem como elucidar o sistema sintático-semântico que regula o surgimento do sistema de marcação diferencial do sujeito nessas línguas. Mostramos que a partícula de Caso ergativo {-te} marca o sujeito de verbos transitivos de ação quando um verbo transitivo está no aspecto perfectivo, ao passo que a partícula de Caso dativo {-mã} marca o sujeito de verbos transitivos de estado psicológico sempre que esse argumento apresente as propriedades semânticas [+AFETADO, -CONTROLE]. Nota-se ainda que o Caso dativo pode ter seu uso estendido a sujeitos de verbos intransitivos psicológicos. Em suma, propomos que a emergência da marcação diferencial de sujeito em Timbira advém da distribuição sintático-semântica dessas partículas.

Palavras-chave: marcação diferencial; Caso ergativo; Caso dativo; ergatividade cindida.

ABSTRACT

Abstract: This paper aims to examine the phenomenon known as differential subject marking (DSM) in languages of the Timbira group (Jê family, Macro-Jê stock). The main objective is to investigate the grammatical status of the Case particles $\{-\text{te}\}$ and $\{-\text{mã}\}$, as well as to understand the syntactic-semantic system that regulates the emergence of DSM in such languages. It is assumed that the particle $\{-\text{te}\}$ marks

¹ Aluno de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de doutorado do CNPq (Processo 141645/2019-9), desenvolvendo projeto de pesquisa, intitulado *Marcação Diferencial de Argumentos em Línguas do Complexo Dialetal Timbira*.

² Professor Associado IV da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Nível 2. Este trabalho é resultado de uma pesquisa em andamento, intitulada *Ergatividade em Línguas Indígenas Brasileiras e suas consequências para a teoria de caso*, o qual integra um projeto maior, apoiado pelo CNPq (Processo 306059/2018-5). Esse projeto conta ainda com apoio de uma bolsa de pesquisa, financiada pela FAPEMIG (projeto número 19901) e outra financiada pelo CNPq, demanda universal (projeto número 424236/2018-4). Conta ainda com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG). Parte da produção alcançada por este projeto pode ser acessada nos seguintes portais www. letras.ufmg.br/portal_lali e www.letras.ufmg.br/fbonfim.

agent subjects and encode the ergative Case when a transitive verb is in the perfective aspect, while the particle {-mã} encodes the dative Case in subjects when they present the semantic properties [+AFFECTED, -CONTROL]. As opposed to the ergative Case particle, the dative Case particle is not restrict only to transitive subjects, but can be extended to mark intransitive subjects. Thus, we propose that the emergence of DSM in Timbira comes from the syntactic and semantic distribution of these particles.

Keywords: differential marking; ergative Case; dative Case; split ergativity.

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira

Introdução 73

Bate artigo tem por objetivo demonstrar que línguas da família Jê, em particular aquelas pertencentes ao complexo dialetal Timbira, apresentam o fenômeno de marcação diferencial do sujeito, doravante DSM. Embora tenha surgido um bom número de estudos sobre a gramática dessas línguas, essas pesquisas não determinam de maneira explícita e satisfatória se, de fato, há DSM ou não nessas línguas. Nesse sentido, este artigo visa cobrir essa lacuna, buscando elucidar o sistema sintático-semântico que regula o surgimento de DSM em línguas como o Apaniekrá, o Parkatejê e o Pykobjê. O que se observa é que o argumento externo em línguas desse grupo pode receber até três marcas de Caso³, a saber: o ergativo, realizado pela marca morfológica {-ta}; o dativo, realizado pela marca morfológica {-mã}⁴; e o nominativo, que equivale ao Caso default e tem realização morfológica zero {-ø}, conforme mostram os exemplos a seguir⁵:

³ Neste trabalho, grafaremos o substantivo caso com inicial maiúscula para nos referirmos a Caso abstrato, diferindo Caso abstrato de caso morfológico.

⁴ O morfema $\{-m\tilde{a}\}\$ será usado, doravante, para representar os alomorfes $\{-m\tilde{y}\}\$ $\{-m\tilde{o}\}\$.

⁵ Salientamos que os dados das línguas Krīkati e Pykobjê, apresentados neste trabalho, foram colhidos por meio de trabalho de campo efetuado durante o ano de 2019.

PYKOBJÊ:

- (1) awca'teh ca-ø ha ẽhj-par caxwyh amanhã você-NOM IRR 1-pé furar 'Amanhã você vai furar meu pé.'
- (2) eh'no'ny aa-te ẽhj-par caxwyr ontem 2-ERG 1-pé furar+NF 'Ontem você furou meu pé.'
- (3) aajoo-ø ry'my to pinhuc poc Aajoo-NOM rapido POSP bola bater 'Aajoo bate a bola rapidamente.'
- (4) aajoo-te ehpri ny pinhuc poc Aajoo-ERG devagar POSP bola bater+NF 'Aajoo bateu a bola devagar.'
- (5) *ẽhj-mỹ* aajoo caprĩire 1-DAT Aajoo pena/dó 'Eu tenho pena de Aajoo.'
- (6) aajoo-mỹ cwyrpo prỹm Aajoo-DAT beiju querer 'Aajoo quer comer beiju.'

Note que o sistema tripartite de marcação do sujeito descrito nos exemplos acima serve a um propósito gramatical bem específico, que é o de denotar propriedades semânticas desse argumento. Essas propriedades estão diretamente relacionadas ao menor ou maior grau de agentividade ou de afetação que o sujeito estabelece na sua relação com o evento denotado pelo predicado da oração. Observa-se ainda que o sistema de marcação diferencial do sujeito nos exemplos acima mantém relação bastante estreita com a propriedade aspectual da sentença. Conforme ficará mais bem evidente no decorrer deste artigo, sujeito de sentenças transitivas no aspecto perfectivo recebe o Caso ergativo, enquanto o sujeito de sentenças com o traço aspectual imperfectivo recebe o Caso nominativo. Já sujeito de predicados psicológicos recebe sistematicamente o Caso dativo.

A hipótese que pretendemos desenvolver nesta pesquisa é a de que essas marcações servem a um propósito bem específico, que é o de denotar que parâmetros sintáticos e semânticos regulam os sistemas de Casos que ocorrem em línguas do complexo dialetal Timbira. Nessa linha de investigação, assumiremos que (i) o Caso ergativo é inerente e ocorre apenas em sujeitos agentes com a propriedade semântica de [+controle], sempre em orações que apresentem o traço aspectual [+perfectivo]; (ii) o Caso dativo também é inerente e sua ocorrência marca sujeitos participantes com as propriedades semânticas de [+afetado, -controle]; (iii) o Caso nominativo é estrutural e está relacionado diretamente à noção de finitude, ou seja, quando a oração possui claramente morfemas de tempo e de modo; e (iv) sujeitos de verbos intransitivos também recebem marcação diferencial, condicionada ora pela semântica do verbo, ora pelo traço aspectual da sentença.

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, foram coletados dados linguísticos de quatro línguas do complexo dialetal Timbira, a saber: Apaniekrá, Krĩkati, Parkatejê e Pykobjê. Os dados das línguas Apaniekrá e Parkatejê foram retirados, respectivamente, das descrições morfossintáticas de Castro Alves (2004) e Ferreira (2003). Por sua vez, os dados apresentados para as línguas Krĩkati e Pykobjê foram obtidos a partir de coleta própria em trabalho de campo piloto realizado em agosto de 2019. Foram colhidos a partir de narrativas orais transcritas, dados de introspecção e questionários morfossintáticos previamente preparados.

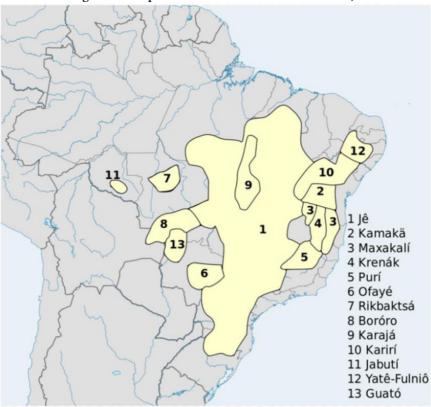
Este artigo está organizado em cinco seções. Na seção 1, apresentamos considerações sobre os povos e as línguas Timbira, bem como sobre a família e o tronco linguístico aos quais essas línguas estão afiliadas. Na seção 2, resumimos o quadro teórico que será utilizado no decorrer da análise. Na seção 3, descrevemos os dados empíricos que darão suporte à proposta teórica. Na seção 4, desenvolvemos a hipótese teórica sobre as propriedades gramaticais que regulam o surgimento do DSM no complexo dialetal Timbira. A seção 5 finaliza o artigo.

1. A língua e o povo timbira

As línguas investigadas neste trabalho fazem parte do agrupamento que, na literatura técnica, se denomina de Timbira. Esse grupo também é referido como complexo dialetal Timbira e está inserido na família Jê que, por sua vez, pertence ao tronco linguístico Macro-Jê. São catalogadas, atualmente, como parte do tronco Macro-Jê, 13 famílias linguísticas. De acordo com Rodrigues (1999, p. 165), o nome Macro-Jê foi primeiro atestado por Mason, em 1950, para um conjunto de línguas faladas no Brasil que se acreditava estarem relacionadas com a família Jê. O mapa ilustrativo a seguir mostra as principais famílias que formam esse tronco linguístico, de acordo com a classificação mais aceita atualmente.



Figura 1 - Mapa com as famílias do tronco Macro-Jê

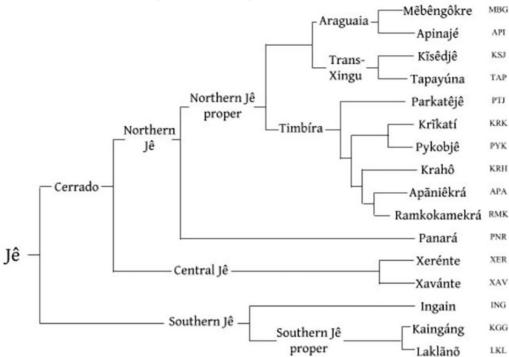


Fonte: autor desconhecido, retirada do Dicionário Ilustrado Tupi Guarani.

A maior família desse tronco, como é possível perceber na imagem acima, é a família Jê, que consiste atualmente de nove membros principais, a saber: Timbira, Apinajé, Kayapó, Panará, Suyá, Xavante, Xerente, Kaingáng e Xokléng (ABREU, 2008). Em conformidade com a classificação proposta por Rodrigues (1999), as línguas da família Jê estão agrupadas geograficamente em quatro ramos: Nordeste, Norte, Central e Sul. Desses quatro ramos, a língua Jaikó, a qual compreende o ramo Nordeste, não apresenta mais falantes nativos. Pertencem ao ramo Norte o complexo Timbira, a língua Apinajé, o complexo linguístico Kayapó, a língua Panará e a língua Suyá, que inclui o Tapayuna. Já do ramo Central, fazem parte as línguas Xavante, Xerente e Xakriabá e Akroá. Essas duas últimas não apresentam mais falantes nativos atualmente. Por fim, o ramo Sul compreende o complexo dialetal Kaingang e a língua Laklãnõ/Xokléng. Conforme Rodrigues (1999, p. 167), a língua Ingaín, pertencente ao ramo Sul, não apresenta mais falantes nativos e era falada na Argentina e no Paraguai. Na imagem abaixo, retirada de Nikulin & Salanova (2019), apresentamos um diagrama mostrando as relações genéticas entre as línguas dessa família.

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira





Fonte: retirada de Nikulin & Salanova (2019).

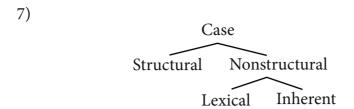
Vê-se, na figura acima, que o complexo linguístico Timbira é constituído de seis línguas, sendo elas o Parkatejê, o Krīkati, o Pykobjê, o Krahô, o Apaniekrá e o Ramkokamekrá. Cinco dos povos falantes dessas línguas vivem no estado do Maranhão; enquanto um, o povo Parkatejê, está localizado no estado do Pará. Três dos povos Timbira são conhecidos pela denominação Canela, são eles o Apaniekrá, o Ramkokamekrá e o Krahô. Outros três são conhecidos pela denominação Gavião e compreendem o Krīkati, o Pykobjê e o Parkatejê. Esse último também é chamado de povo Gavião do Oeste, devido ao fato de suas aldeias estarem localizadas no estado do Pará.

Após elaborar essa breve descrição sobre as línguas que compõem a família Jê e das principais famílias que constituem o tronco linguístico Macro-Jê, a próxima seção tem por objetivo discutir o aporte teórico por meio do qual a análise se ancorará.

2. Aporte teórico

Neste artigo, assumiremos a teoria de Caso tal como proposto por Woolford (2006) e Duarte (2012) e a teoria de marcação diferencial de argumentos nucleares conforme está desenvolvida em Butt (2006) e em Butt e King (1991, 2003, 2005). Em conformidade com Woolford (2006), a noção de que Caso abstrato pode ser entendida com o produto final da relação gramatical que se dá entre núcleos lexicais e funcionais e seus argumentos imediatos. Nessa linha de investigação, adotaremos a proposta de que Caso abstrato pode ser subdivido em Caso estrutural e Caso não estrutural. Esse

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) último se subdivide, por sua vez, em Caso lexical e Caso inerente, conforme mostra a representação gráfica a seguir:



Essa teoria prediz ainda que o Caso lexical é de natureza idiossincrática, selecionado e licenciado por certos núcleos específicos. Adicionalmente, esse Caso nunca é atribuído a argumentos externos, mas somente a argumentos de certos núcleos lexicais, como se observa com o argumento interno do verbo inacusativo *capsize 'tombar, capotar*', do islandês, que recebe o Caso lexical dativo, conforme demonstra o exemplo a seguir:

(8) <u>ISLANDÊS:</u>
Bátnum hvolfdi
boat-DAT capsized
'The boat capsized.'

(Levin & Simpson, 1981 apud Woolford, 2006, p. 112)

Já o Caso inerente está diretamente associado ao papel semântico que o argumento recebe a partir da relação gramatical que mantém com o seu predicado. Esse Caso corresponde ao Caso ergativo, se o argumento externo for o agente, e ao Caso dativo, se o argumento equivaler ao alvo (=goal) ou ao afetado no evento. Consoante Woolford (2006, p. 113), a diferença principal entre o Caso lexical e o Caso inerente é que há uma distribuição complementar entre eles⁶. Mais precisamente, esta teoria prediz que o Caso lexical ocorre em argumentos internos/tema, mas nunca em argumentos externos ou DPs deslocados de sua posição de base para uma posição mais alta no domínio funcional da sentença. Por sua vez, o Caso inerente (=ergativo e dativo) não ocorre em argumentos internos/temas, mas apenas em argumentos externos de verbos transitivos de ação ou em argumentos de núcleos aplicativos.

Durante a análise, adotaremos ainda propostas advindas da teoria tipológica, conforme a qual sistemas de Caso podem se orientar por meio de, pelo menos, dois subsistemas: o sistema nominativo-acusativo ou o sistema ergativo-absolutivo. Há um entendimento de que esses sistemas podem ser cindidos, podendo surgir sistemas mistos, que ora se orientam para o sistema nominativo ora se orientam para o sistema ergativo. Tal situação é o que ocorre em línguas do complexo dialetal Timbira, visto que estas operam 6 Woolford (2006:113) assume a seguinte distribuição complementar entre os dois tipos de Caso: 'Lexical Case may occur on themes/internal arguments, but not on external arguments or on (shifted) DP goal arguments. Inherent Case may occur on external arguments and on (shifted) DP goal arguments, but not on themes/internal arguments.'

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira com o sistema nominativo-acusativo, se a sentença carregar o traço aspectual imperfectivo, e com o sistema ergativo-absolutivo, se o traço aspectual da sentença for perfectivo, conforme o leitor pode observar nos exemplos de (1) a (6) acima. O sistema nominativo-acusativo é bastante comum nas línguas do mundo e ocorre quando o sujeito de um verbo transitivo e o sujeito de um verbo intransitivo recebem o Caso nominativo, em oposição ao objeto direto, que recebe o Caso acusativo. Comparem-se os exemplos do Japonês a seguir:

(9)	JAPONÊS: Hanako=ga Hanako=NOM 'Hanako vejo.'	<i>kita</i> veio		
(10)	Hanako=ga	Taro=o	hihan-sita	(Duarte, 2012, p. 272)
(10)	Hanako=NOM 'Hanako criticou Ta	Taro=ACC	criticar-PAST	
				(Duarte, 2012, p. 272)

Já no sistema de Caso ergativo, ocorre o oposto, já que o sujeito do verbo transitivo recebe o Caso ergativo, enquanto o sujeito de verbos intransitivos e o objeto do verbo transitivo recebem o Caso absolutivo, conforme se vê pelos exemplos da língua Inuit a seguir:

(11)	INUIT: Jaani-up natsiq-ø kapi-jaNa Jaani-ERG foca-ABS apunhalar-TRANS 'Jaani apunhalou uma foca.'	
	•	(Duarte, 2012, p. 274)
(12)	inuk-ø tikit-tuq pessoa-ABS chegou 'A pessoa chegou.'	, , , ,
		(Duarte, 2012, p. 274)
(13)	ilinniaqtitsiji-ø uqaq-tuq professor-ABS falou 'O professor falou.'	* * *
		(Duarte, 2012, p. 274)

Consoante Dixon (1994), muitas línguas ergativas podem exibir os dois sistemas simultaneamente, ocasionando, assim, o surgimento de sistemas cindidos. O resultado imediato disso é que o sujeito de verbos transitivos pode figurar ora com Caso ergativo ora com Caso nominativo. O que se observa é que tais cisões possuem motivações sintático-semânticas, de sorte que se faz sempre necessário explicarmos as razões que engatilham tais sistemas. Algumas das propriedades apontadas por Dixon, como responsáveis pelo surgimento de sistemas de Caso misto, são as seguintes:

- a) cisão condicionada pela natureza semântica do verbo;
- b) cisão condicionada pela natureza semântica dos NPs;
- c) cisão condicionada por tempo/aspecto/modo;

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Conforme veremos nas próximas seções, o engatilhamento do DSM no complexo dialetal Timbira está diretamente relacionado aos itens (a) e (c) descritos acima. DSM pode ser, assim, entendido como um epifenômeno resultante do fato de que o sujeito de verbos transitivos recebe marcas de Caso distintas para codificar nuanças semânticas específicas.

Além dos pressupostos teóricos adotados acima, assumiremos ainda a teoria desenvolvida por Butt & King (1991, 2003, 2005), segundo a qual o fenômeno de DSM é sempre regulado por fatores semânticos. Nessa linha de investigação, assumiremos a proposta advogada por Butt (2006), conforme a qual certas propriedades gramaticais da interface sintaxe-semântica são o que determinam DSM, tais como a marcação aspectual da oração; a natureza semântica do predicado; e as propriedades de controle e volição do argumento externo que o verbo seleciona. Uma evidência a favor dessa proposta advém, por exemplo, do fato de que há forte tendência entre as línguas de usar diferentes marcas de Caso no sujeito, de modo a expressarem distinções semânticas. O exemplo bastante conhecido no âmbito da literatura linguística vem do Urdu. Nessa língua, a alternância entre o Caso ergativo e Caso dativo codifica nuances semânticas sutis, tais como as distinções entre volição versus intencionalidade, conforme mostram os exemplos a seguir:

URDU:

(14)nadya=ko ja-na $h\varepsilon$ a. Nadya.F.Sg=Dat zoo.M.Sg.Loc go-Inf.M.Sg be.Pres.3.Sg 'Nadya has/wants to go to the zoo.' (Butt, 2006, p. 71) b. nadya=ne ja-na Nadya.F.Sg=Erg zoo.M.Sg.Loc go-Inf.M.Sg be.Pres.3.Sg 'Nadya wants to go to the zoo.' (Butt, 2006, p. 71)

Notem que, no exemplo acima, o Caso ergativo é usado como um dos expedientes gramaticais para indicar que o sujeito recebe papel temático de agente, já que exerce controle sobre o evento, enquanto o Caso dativo do sujeito denota justamente o contrário, pois o sujeito exerce pouco controle sobre a execução da ação. Os pares de exemplos abaixo mostram que a marcação diferencial de sujeito em Urdu pode estar também relacionada a aspecto verbal e não só à propriedade semântica do núcleo do predicado. Comparem-se os exemplos a seguir:

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira

URDU:

Non-Perf→Nom

(15) a. ram gari(=ko) xarid-e-g-a Ram.M.Sg.Nom car.F.Sg.Nom(=Acc) buy.3.Sg-Fut-M.Sg 'Ram will buy a/(the) car.' (Butt, 2006, p. 73)

<u>Perf→Erg</u>

b. ram=ne gari(=ko) xarid-aRam.M.Sg.Erg car.F.Sg.Nom(=Acc) buy-Perf.M.Sg
'Ram has bought a/(the) car.'

(Butt, 2006, p. 73)

Assim sendo, conclui-se, a partir dos exemplos acima, que o significado de *agentividade/wanting* está diretamente relacionado à ocorrência do Caso ergativo no sujeito, ao passo que o significado de *necessity/desire/volition* motiva o surgimento do Caso dativo no sujeito. Já os exemplos em (15) demonstram que, em Urdu, a ergatividade também está diretamente relacionada ao aspecto perfectivo da sentença, uma vez que a presença do aspecto imperfectivo leva a marcação de Caso nominativo no sujeito.

Na próxima seção, apresentamos os dados empíricos que servirão de base para a proposta teórica a ser delineada na seção 4. Conforme o leitor perceberá, no complexo Timbira, há forte correlação entre ocorrência do Caso ergativo, a atribuição de papel- θ de agente ao argumento externo e o traço aspectual da sentença, assim como se dá em Urdu e Hindi. Outra forte correlação que se observa é o acionamento do Caso dativo sempre que o argumento for sujeito de um verbo psicológico ou de um verbo de mudança de estado, contextos nos quais recebe papel- θ [+EXPERIENCIADOR, +AFETADO].

3. Apresentação dos dados

Esta seção está subdividida em três partes. Na seção 3.1, o foco da análise será compreender a distribuição gramatical da partícula de Caso ergativo em sentenças transitivas. Na seção 3.2, investiga-se o escopo da partícula de Caso dativo que marca o sujeito de verbos transitivos de estado psicológico. Por fim, a seção 3.3 tem por objetivo averiguar como se dá a marcação do sujeito de verbos intransitivos.

3.1 A partícula {-te}

Em línguas do grupo Timbira, a partícula {-te} é descrita como sendo a marca prototípica de Caso ergativo. De acordo com Ferreira (2003), a língua Parkatejê apresenta dois alinhamentos distintos e complementares, o que faz surgir a marcação diferencial do sujeito. O alinhamento ergativo-absolutivo ocorre quando o sujeito de um verbo transitivo de ação sistematicamente vem

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) marcado com a partícula {-te}. Em tais contextos, a sentença deve apresentar o traço de aspecto perfectivo. Por sua vez, o alinhamento nominativo-acusativo se dá sempre que a sentença contiver o traço aspectual imperfectivo. Nesses contextos, o sujeito do verbo transitivo de ação não é marcado com o Caso ergativo, mas sim com o Caso nominativo, cuja marca na língua equivale ao morfema *default* {-ø}. Comparem-se os exemplos abaixo:

PARKATEJÊ:

<u>ATEJE:</u>					
i-	tarepsilon	kok i kti	nõ	tən	
1-	ERG	café	POSP	fazer+NF	
'Eu f	iz café.'				
					(Ferreira, 2003, p. 86)
wa	Ø	kok i kti	nõ	tə	
eu	NOM	café	POSP	fazer	
'Eu f	aço café.'				
					(Ferreira, 2003, p. 86)
	i- 1- 'Eu fi wa eu	i- te 1- ERG 'Eu fiz café.'	i- te kokikti 1- ERG café 'Eu fiz café.' wa ø kokikti eu NOM café	i-tekokiktinõ1-ERGcaféPOSP'Eu fiz café.'waøkokiktinõeuNOMcaféPOSP	i- tε kokikti nõ tən 1- ERG café POSP fazer+NF 'Eu fiz café.' wa ø kokikti nõ tə eu NOM café POSP fazer

Note-se que, no exemplo (16), o verbo 'fazer' aparece como /tɔn/, em oposição a /tɔ/, no exemplo (17). Verbos em línguas do grupo Timbira se subdividem em formas finitas e formas não finitas. O que se observa é que as formas não finitas ocorrem quando o traço aspectual da sentença é [+PERFECTIVO], ao passo que as formas finitas são restritas aos contextos em que o traço aspectual da sentença corresponde ao [-PERFECTIVO]. Tal assunção fica mais bem evidenciada pelo conjunto de dados apresentados a seguir:

```
PARKATEJÊ:
(18)
      i-
              t\varepsilon
                     i-
                            kra
                                    p\tilde{\varepsilon}n
              ERG 1-
                            filho carregar+NF
       'Eu carreguei meu filho.'
                                                                (Ferreira, 2003, p. 190)
                                    p\tilde{\varepsilon}
(19)
                     i-
      wa
              Ø
                            kra
       eu
              NOM 1-
                         filho carregar
       'Eu carrego meu filho.'
                                                                (Ferreira, 2003, p. 192)
(20)
              t\varepsilon
                     h-õpũn
      a-
       2-
            ERG REL-ver+NF
       'Você o viu.'
                                                                (Ferreira, 2003, p. 151)
(21)
      ka ø i-
                            pupun
       você NOM 1-
                            REL-ver
       'Você me vê.'
                                                                (Ferreira, 2003, p. 164)
```

Notem que os dados acima são muito significativos porque reforçam a nossa hipótese, conforme a qual a DSM está diretamente relacionada ao fato de o aparecimento do Caso ergativo estar conectado com as formas não finitas do verbo e com o traço aspectual [+PERFECTIVO] da sentença, enquanto o Caso nominativo figura em contextos em que o verbo está na forma finita e a sentença se encontra no aspecto

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira [-PERFECTIVO]. Essa hipótese ganha mais reforço porque o mesmo padrão gramatical se repete em outras línguas do complexo dialetal Timbira, tais como no Apaniekrá e no Krîkati, conforme mostram os exemplos a seguir:

	<u>Apani</u>	EKRÁ:				
(22)	i-	$t\varepsilon$	<i>a</i> -	pupun		
	1-	ERG	2-	ver+NF		
	'Eu vi	você.'				
						(Castro Alves, 2004, p. 109)
(23)	<i>a</i> -	$t\varepsilon$	i-	pupun		
` ′		ERG		ver+NF		
	'Você	me viu	.,			
						(Castro Alves, 2004, p. 109)
(24)	wa	Ø	<i>a</i> -	рири		, , , ,
. ,	eu	NOM	2-	ver		
	'Eu ve	jo você				
		3				(Castro Alves, 2004, p. 98)
(25)	ka	Ø	i-	рири		, , , , , ,
(-)	você		1-	ver		
		me vê.				
						(Castro Alves, 2004, p. 98)
						, , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,
	IZ n žir. i	TOT .				
(20)	<u>Krîka</u>			1, ~,		1
(26)		ẽhj-te		eh'nõ'ny	cwyrpej	cohr
	eu	1-ERG		ontem	mandioca	comer+NF
	'Eu co	mi mar	idioca o	ntem.		

Além da alternância entre Caso ergativo e Caso nominativo, sujeitos de verbos transitivos podem ainda acionar um terceiro Caso, o dativo, o qual vem sistematicamente realizado por meio da partícula {-mã}. Este será o tópico de análise na próxima seção.

cwyrpej

mandioca

coh

comer

awca'teh'ny

amanhã

ø ca NOM IRR

'Eu comerei mandioca amanhã.'

3.2 A partícula {-mã}

(27)

wa

eu

Os dados colhidos até o momento apontam para o fato de que o Caso dativo figura em contextos muito específicos. Em geral, a ocorrência desse Caso está fortemente associada à semântica do predicado e ao papel-θ que o sujeito recebe. Assim sendo, se o predicado denotar que o sujeito é afetado psicologicamente de alguma maneira, de modo a levá-lo a sentir volição e ou necessidade de algo, então ele vem sistematicamente marcado com a partícula de Caso dativo {-mã}. Nesses contextos, observa-se que o sujeito apresenta sistematicamente a propriedade semântica [+AFETADO]. Os dados empíricos, arrolados a seguir, confirmam essa proposta de análise.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Parkatejê:

- (28) i- mõ tεp prõm1- DAT peixe fome
 - 'Eu estou com vontade de comer peixe.' *lit.* 'Eu tenho fome de peixe.'

(Ferreira, 2003, p. 94)

(29) i- kra mõ pipt∫o kĩn nĩrε
 1- filho DAT banana gostar muito
 'Meu filho gosta muito de banana.'

(Ferreira, 2003, p. 127)

(30) katij mõ rəp pati Katyi DAT cachorro medo

'A Katyi tem medo de cachorro.'

(Ferreira, 2003, p. 163)

Nos exemplos acima, observa-se que, embora o verbo seja transitivo, o Caso ergativo não é acionado, uma vez que predicados psicológicos selecionam um sujeito com a propriedade semântica [+AFETADO, +EXPERIENCIADOR]. Esta é, portanto, a razão pela qual os sujeitos nos contextos acima vêm sistematicamente marcados com Caso dativo. Uma propriedade gramatical que difere radicalmente a distribuição gramatical do Caso dativo em relação à distribuição do Caso ergativo se refere ao fato de o Caso dativo ter sua ocorrência estendida a sujeito de verbos intransitivos, o que não se observa no padrão ergativo-absolutivo. Tal situação emerge sempre que esses predicados denotarem estado físico, conforme indicam os exemplos abaixo:

PARKATEJÊ:

(31) i- $m\tilde{\partial}$ $pr\tilde{\partial}m$ 1- DAT fome 'Eu estou com fome.'

(Ferreira, 2003, p. 94)

(32) *i- mõ kri*1- DAT frio
'Eu estou com frio.'

(Ferreira, 2003, p. 158)

Tendo em conta a análise dos dados apresentados até aqui, a proposta teórica que defendemos neste artigo é a de que a ocorrência da partícula {-mã} está diretamente correlacionada com a propriedade semântica de afetação que o sujeito pode carregar, independentemente se o verbo for transitivo ou intransitivo, apenas importa se esse verbo é de estado (físico ou psicológico). Nessa linha de raciocínio, a restrição que podemos propor é a de que, para que o Caso dativo marque sujeitos de verbos transitivos ou intransitivos, faz-se importante que o sujeito apresente as propriedades semânticas de [-AGENTE] e [+AFETADO], uma vez que sujeitos [+AGENTE] podem engatilhar o Caso ergativo ou o Caso nominativo, cuja escolha dependerá do traço aspectual da sentença.

O Caso dativo pode ainda ser acionado quando o núcleo do predicado vem realizado pela raiz /prə̃m/, que carrega o significado de 'estar querendo/ estar desejando'. Em tais contextos, o sujeito sistematicamente recebe o Caso dativo, conforme abaixo:

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira Parkatejê:

(33) marisa mõ parkateze kakok prõm nĩre Marília DAT Parkatejê falar querer muito 'Marília quer muito falar Parkatejê.'

(Ferreira, 2003, p. 235)

PYKOBJÊ:

(34) *ẽhj-mỹ* [pyhcop cati ji jaracwar to *ẽhj-cacoc*] prỹm 1-DAT povo Gavião fala POSP 1-falar querer 'Eu quero falar a língua do povo Gavião.'

Em suma, os dados empíricos analisados até o momento confirmam a hipótese que assumimos neste artigo, conforme a qual o Caso dativo é engatilhado apenas em sujeitos que estejam afetados de alguma maneira, independentemente da valência do verbo e do traço aspectual da sentença. Que de fato o Caso dativo pode ocorrer em sujeitos de sentença no perfectivo ou no imperfectivo fica bastante evidenciado pelos pares de exemplos a seguir. Note que os verbos 'dar à luz' e 'estar/sentir frio' selecionam um sujeito dativo independentemente de o traço aspectual da sentença ser perfectivo ou não:

APANIEKRÁ: (35)i?-kra kи тã рәт DAT 3-filho cair 'Ela deu à luz (o seu filho).' lit. 'O filho dela caiu para ela.' (Castro Alves, 2004, p. 117) (36)ke ha kui?-kra тã рәт

3 IRR 3- DAT 3-filho cair 'Ela vai dar à luz.'

(Castro Alves, 2004, p. 118)

(37) pe i- mã kri

PR 1- DAT sentir.frio
'Eu senti frio.'

(Castro Alves, 2004, p. 90)

(38) *i-* $m\tilde{a}$ kri1- DAT sentir.frio
'Eu estou com frio.'

(Castro Alves, 2004, p. 113)

Na última subseção, avaliamos a marcação diferencial de sujeito em construções intransitivas. Conforme notaremos, essa marcação diferencial ocorre em diferentes subclasses de verbos intransitivos.

3.3 Marcação diferencial de Sujeitos intransitivos

Observa-se que sujeitos intransitivos operam também com um sistema de marcação diferencial, o qual é condicionado pela natureza semântica do predicado. Assim sendo, se o verbo for estativo, haverá uma série especifica de sujeitos pronominais; enquanto, se o verbo for eventivo, outra série será

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) acionada. Os quadros abaixo arrolam as formas pronominais presas e livres que podem codificar o sujeito de verbos intransitivos estativos e eventivos.

Quadro 1: Pronomes pessoais em Apaniekrá						
Pessoas	Pessoas Livres Prefixos					
1 singular	wa	i-				
1 exclusivo plural	usivo plural $wa = m\tilde{\epsilon}$ $m\tilde{\epsilon} = i$ -					
1 inclusivo dual	inclusivo dual ku pa(?)-					
1 inclusivo plural	1 inclusivo plural $ku = m\tilde{\epsilon}$ $m\tilde{\epsilon} = pa(?)$ -					
2 singular	ka	a-				
2 plural	2 plural $ka = m\tilde{\epsilon}$ $m\tilde{\epsilon} = a$ -					
3 singular ke/\emptyset $i?-/h-/ku-/\emptyset$		i?- / h- / ku- / ø				
3 plural ke m $\tilde{\epsilon}$ / ϕ =m $\tilde{\epsilon}$ m $\tilde{\epsilon}$ = i?- / m $\tilde{\epsilon}$ = h- / m $\tilde{\epsilon}$ = ku- / m $\tilde{\epsilon}$		$m\tilde{\epsilon}=i$?- / $m\tilde{\epsilon}=h$ - / $m\tilde{\epsilon}=ku$ - / $m\tilde{\epsilon}=g$				

Fonte: adaptado de Castro Alves (2004, p. 81, 83).

QUADRO 2: PRONOMES DE PRIMEIRA E SEGUNDA PESSOA EM PARKATEJÊ					
			livres	dependentes	
1	singular		wa / pa	i-	
	dual		ku	ku-	
	plural	dual	kum̃̃	kum̃e-	
		exclusivo	wam̃̃	mẽi-	
		inclusivo	mpa	mpa-	
2	singular		ka	a-	
	p	lural	kam̃ε	mẽa-	

Fonte: adaptado de Ferreira (2003, p. 61).

A distribuição gramatical das duas séries de sujeitos pronominais das tabelas acima fica mais bem demonstrada, se compararmos os pares de exemplos abaixo. Notem que verbos estativos marcam o sujeito por meio da série pronominal presa, enquanto verbos eventivos codificam o sujeito por meio da série pronominal livre.

PARKATEJÊ:

- (39) i- nkrik nĩre
 - 1- zangado
 - 'Eu estou muito zangado.'

(Ferreira, 2003, p. 127)

(40) $wa m\tilde{u} t\tilde{e}$ eu MOV ir 'Eu vou.'

(Ferreira, 2003, p. 88)

(41) a- $k\tilde{\epsilon}h\tilde{\epsilon}k$ 2- mau 'Você é mau.'

(Ferreira, 2003, p. 196)

(42) ka mũ h-õrõkrε wɨr tẽn você MOV REL-casa DIR ir+NF 'Você foi para a casa dele.'

(Ferreira, 2003, p. 162)

J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira

APANIEKRÁ:

(43) *wa i- pəm* eu 1- cair 'Eu caí.'

(Castro Alves, 2004, p. 58)

(44) wa ramã i- poj eu ASP 1- chegar 'Eu já cheguei.'

(Castro Alves, 2004, p. 95)

(45) ka ha a- pəm você IRR 1- cair 'Você vai cair.'

- (Castro Alves, 2004, p. 58)
- (46) *pe ka apu a- tertet*PR você PRG 2- tremer
 'Você estava tremendo.'

(Castro Alves, 2004, p. 103)

Em suma, os exemplos acima mostram que há uma cisão na codificação dos sujeitos de verbos intransitivos em Parkatejê e Apaniekrá, a qual é condicionada pela natureza semântica do predicado. Assim sendo, sujeitos de predicados estativos são realizados pelas formas presas, enquanto sujeitos de predicados eventivos são realizados por meio da forma livre.

Todavia, além do sistema DSM descrito acima, há outro que só ocorre em predicados eventivos e que é regulado pelo traço aspectual da sentença. De acordo com os dados colhidos e analisados até o momento, esse sistema parece ocorrer apenas na língua Apaniekrá. Contudo, uma análise futura precisa determinar com mais exatidão se esse sistema realmente não ocorre em outras línguas do complexo Timbira, tais como o Parkatejê, o Gavião e o Krîkati. Nesse sistema, a marcação diferencial afeta sujeito de verbos intransitivos eventivos do tipo de 'cantar', 'descer', 'ir' etc. Essa marcação é condicionada não exatamente pela natureza semântica do verbo, mas sim pelo traço aspectual da sentença. Dessa maneira, se um verbo intransitivo eventivo estiver no aspecto perfectivo, o sujeito pronominal aparece em sua forma presa, ao passo que, se o mesmo verbo estiver no aspecto não perfectivo, o sujeito pronominal deve se realizar por meio de uma forma livre. Há, portanto, uma interessante distribuição complementar entre forma pronominal livre e forma pronominal presa, regulada pelo traço aspectual da sentença. Essa complementaridade é, por sua vez, regulada dependendo se o verbo se apresenta na sua forma finita ou na sua forma não finita. Comparemse os exemplos do Apaniekrá, a seguir:

FORMA NÃO FINITA:

APANIEKRÁ:

(47) *i- ŋkrɛr*1- cantar+NF
'Eu cantei.'

(Castro Alves, 2004, p. 20)

(48) *i-* wrik
1- descer+NF
'Eu desci.'

(Castro Alves, 2004, p. 64)

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

FORMA FINITA:

APANIEKRÁ:

(49) wa ha ηkrε eu IRR cantar 'Eu vou cantar.'

(Castro Alves, 2004, p. 20)

(50) wa wri eu descer 'Eu desço.'

(Castro Alves, 2004, p. 64)

Em suma, os dados indicam que há dois tipos de marcação diferencial de sujeito de verbos intransitivos em línguas do complexo dialetal Timbira. Essa marcação é condicionada (i) pela natureza semântica do verbo (verbo estativo *versus* verbo eventivo) e (ii) pelo traço aspectual das sentenças com verbos eventivos, conforme se vê pelos dados da língua Apaniekrá de (47) a (50), mostrados acima. Ao término da descrição dos dados mais relevantes do sistema de marcação de Caso nessas línguas, interessa-nos na próxima seção apresentar a proposta teórica, que estará ancorada nas principais conclusões obtidas nesta seção.

4. Proposta teórica

A descrição dos dados linguísticos realizada na seção anterior mostra que as línguas do grupo Timbira apresentam três alinhamentos de marcação de Caso que, por sua vez, nos ajudam a entender a razão por que essas línguas desencadeiam a marcação diferencial do sujeito de verbos transitivos e intransitivos. Grosso modo, podemos afirmar que há essencialmente dois subsistemas operando nessas línguas, a saber: o alinhamento nominativo-acusativo e o alinhamento ergativo-absolutivo, conforme mostram os exemplos a seguir:

SISTEMA ERGATIVO-ABSOLUTIVO:

PYKOBJÊ:

(51) pacre-ø tyk escorpião-ABS morrer 'O escorpião morreu'

(52) *ehj-te* pacre-ø coran
1-ERG escorpião-ABS matar+NF
'Eu matei o escorpião.'

SISTEMA NOMINATIVO-ACUSATIVO:

Pykobjê:

(53) wa-ø ngõr eu-NOM dormir 'Eu vou dormir.'

(54) wa-ø ha pacre-ø cora eu-NOM IRR escorpião-ACC matar 'Eu vou matar o escorpião.' J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira Há ainda um terceiro alinhamento que denominaremos, doravante, de dativo-acusativo, em que os sujeitos de verbos transitivos e intransitivos recebem Caso dativo, enquanto o objeto recebe a marca de Caso acusativo default {-ø}, conforme mostram os exemplos abaixo:

Pykobjê:

- (55) quiha mẽ cahỹj mỹ pa FUT PL mulher DAT medo 'Mulheres vão ficar com medo.'
- (56) aajoo mỹ a'crajre-ø quẽhn Aajoo DAT criança-ACC gostar 'Aajoo gosta muito de criança.'

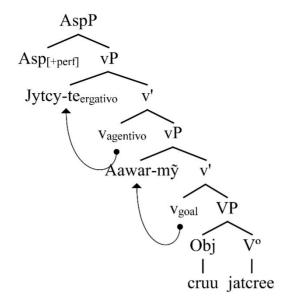
Notem que, no terceiro alinhamento acima, a língua trata de forma semelhante tanto sujeitos dativos de verbos transitivos, quanto sujeitos dativos de verbos intransitivos, em oposição ao objeto, que recebe Caso acusativo.

Acompanhando o essencial da teoria desenvolvida por Woolford (2006), adotaremos neste artigo a proposta de que a marcação diferencial do sujeito nos diferentes tipos de alinhamentos nos dados acima deriva do fato de que o ergativo e o dativo equivalem a caso inerente, atribuídos internamente no domínio do ν P pelo núcleo ν °, que pode ser de dois tipos, dependendo da natureza semântica do predicado. Se o predicado contiver um verbo de ação, o núcleo de νP tem as propriedades de um núcleo agentivo ($\nu^{\rm o}_{
m agentivo}$), enquanto que, se o predicado for de estado (psicológico/desiderativo/físico), o núcleo de vP exibe as propriedades correspondentes ao núcleo goal/ recipiente no modelo teórico proposto por Woolford. Ou seja, este núcleo terá a propriedade $v^{o}_{goal/recipiente}$. Tendo como suporte essa teoria, assumiremos, doravante, que a atribuição dos Casos ergativo e dativo se dá no momento em que o DP agente e o DP alvo/recipiente são projetados pelos núcleos v_{agentivo} e $v_{goal/recipiente}$ no domínio do vP. Já em relação ao Caso nominativo default, adotaremos a proposta de que este é atribuído ao sujeito de verbos transitivos e intransitivos pelo núcleo *Tense* de sentenças finitas. De posse desse arcabouço teórico, propomos que a derivação sintática da sentença transitiva em (57) dá-se como mostrado em (58). Note que, como o núcleo do vP possui um verbo de ação e a sentença carrega o traço aspectual [+PERFECTIVO], o Caso ergativo deve ser atribuído inerentemente no ponto da computação sintática em que o argumento externo com papel-θ de agente é inserido na sentença pelo núcleo v_{agentivo}.

Pykobjê:

(57) <u>jytcy te</u> aawar mỹ cruu jatcree Jytcy ERG Aawar DAT porco mostrar+NF 'Jytcy mostrou o porco para Aawar.'

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

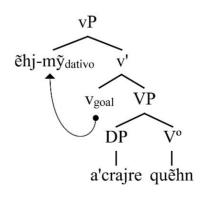


A derivação acima capta o fato de que o Caso ergativo está em direta conexão com a atribuição do papel- θ de agente ao argumento externo de verbos transitivos de ação, cuja oração carrega o traço aspectual [+PERFECTIVO]. Já a derivação das sentenças em que o argumento externo recebe o Caso dativo, advogamos que esse Caso é também atribuído no ponto da derivação em que esse argumento é introduzido pelo núcleo $v_{goal/recipiente}$. Essa análise pressupõe que o Caso dativo está relacionado com a atribuição do papel- θ de goal/afetado ao argumento externo de verbos transitivos e intransitivos que denotam estado físico ou estado psicológico. Dessa maneira, a derivação da sentença (59) procede como formalizado na estrutura sintática delineada no diagrama arbóreo em (60) abaixo:

<u>Pykobjê:</u>

(59) $\overline{\tilde{e}hj\text{-}m\tilde{y}}$ a'crajre quẽhn
1-DAT criança gostar
'Eu gosto muito de criança.'

(60)

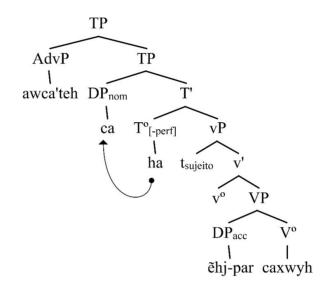


J. H. S. DE SOUZA & F. B. Duarte Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira

Por fim, adotaremos a análise de que o Caso nominativo default atribuído ao argumento externo de vPs transitivos equivale a Caso estrutural atribuído no domínio C/TP, pois este não está exatamente associado ao traço de aspecto perfectivo da sentença nem à atribuição de papel-θ de agente. Assim sendo, a derivação da sentença (1), repetida aqui como (61), ocorre como indicado pela representação arbórea em (62).

PYKOBJÊ: (61)awca'teh ẽhj-par caxwyh ca-**ø** ha amanhã você-NOM IRR 1-pé furar 'Amanhã você vai furar meu pé.'

(62)



Por fim, a representação a seguir visa delinear um quadro mnemônico de como os Casos ergativos e dativos estão relacionados com as propriedades semânticas do verbo e com os traços aspectuais da sentença.

ALINHAMENTOS EM TIMBIRA [CASO CANÔNICO] [+AFTD; -CTRL] DAT +PERF -PERF ACC A + SO NOM ACC ERG ABS S + OA + SO A

Figura 3 - Alinhamentos sintáticos nas línguas do grupo Timbira

Fonte: retirada de Santos (2018).

Revista Letras. Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Em suma, a figura acima e as derivações sintáticas propostas em (58) e (60) buscam motivar as razões gramaticais que regulam a marcação diferencial do sujeito nas línguas do complexo dialetal Timbira. Ou seja, nesse sistema, o sujeito pode receber até três Casos abstratos, a saber: o ergativo, o nominativo e o dativo.

Já a figura a seguir sintetiza os fatores que regulam os dois subsistemas de marcação de Caso nessas línguas. Nossa hipótese teórica é a de que o traço [+PERFECTIVO] engatilha o sistema ergativo-absolutivo, enquanto o traço [-PERFECTIVO] faz emergir a atribuição do Caso nominativo a sujeito de verbos transitivos e intransitivos, resultando assim o alinhamento nominativoacusativo, conforme mostra a representação abaixo:

[CASO CANÔNICO] +PERF -PERF NOM ACC ERG ABS $O = \{\emptyset\}$ $A = \{te\}$ $S_A = \{\emptyset\}$ $S_A = \{\emptyset\}$

Figura 4 - Detalhe dos alinhamentos ergativo e acusativo

Fonte: retirada de Santos (2018).

No sistema acima, destaca-se o fato de que há uma interessante e curiosa cisão na marcação do sujeito de verbos intransitivos eventivos, já que esses sujeitos ora podem receber o mesmo Caso do objeto, quando o sistema é ergativo, ora podem apanhar o mesmo Caso do sujeito de verbos transitivos quando o sistema é o nominativo. Por limitação de tempo e espaço, não poderemos detalhar como se dá o mecanismo de derivação sintática desses Casos. Deixaremos essa questão para uma análise futura.

5. Considerações finais

Finalizamos este artigo, concluindo que as línguas do complexo dialetal Timbira apresentam um refinado sistema de marcação diferencial de sujeito, surgindo uma marcação de Caso tripartite a sujeitos de verbos transitivos. Desse modo, o sujeito de verbos transitivos pode receber até J. H. S. DE SOUZA & F. B. DUARTE Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira três Casos, a saber: o Caso ergativo {-te}, o Caso dativo {-mã} e o Caso nominativo {-ø}. A proposta teórica desenvolvida no decorrer do artigo postula que esse sistema é regulado pelo fato de que os Casos ergativo e dativo são atribuídos ao sujeito de verbos transitivos, sempre que estes Casos estiverem conectados com a atribuição dos papéis temáticos de agente e de *goal*/experienciador/afetado, respectivamente. Essa atribuição evidentemente depende do fato de o predicado ser de ação ou de estado psicológico. Quando o núcleo do predicado é de ação, temos atribuição do Caso ergativo. Por sua vez, quando o predicado é de estado, o sujeito recebe o Caso dativo. Por fim, postulamos que o Caso nominativo equivale a Caso estrutural, atribuído pelo núcleo *tense* (=To) da sentença, e não está necessariamente conectado com a atribuição de papel-θ.

Referências

ABREU, P. S. R. *Diversidade linguística brasileira, as Línguas Páno e suas características ergativas*. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

BUTT, M. The Dative-Ergative Connection. In: BONAMI O.; CABREDO HOFHERR, P. (Eds.). *Empirical Issues in Formal Syntax and Semantics 6*, p. 69-92, 2006.

BUTT, M; KING, T. H. Case Systems: beyond structural distinctions. In: BRANDNER, E; ZINSMEISTER, H. (Eds.). *New Perspectives on Case Theory*. Stanford: CSLI Publications, p. 53-87, 2003.

BUTT, M; KING, T. H. Semantic Case in Urdu. In.: DOBRIN, L. et al. (Eds.), *Papers from the 27th Regional Meeting of the Chicago Linguistic Society*. Chicago: Chicago Linguistic Society, p. 31-45, 1991.

BUTT, M; KING, T. H. The Status of Case. In: DAYAL, V; MAHAJAN, A. (Eds.). *Clause Structure in South Asian Languages*. Berlin: Springer Verlag, p. 153-198, 2005.

CASTRO ALVES, Flávia de. O *Timbira falado pelos Canela-Apaniekrá: uma contribuição aos estudos da morfossintaxe de uma língua Jê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI GUARANI. 2018. Disponível em: https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/macro-je/. Acesso em: 10 mar. 2020.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 71-94, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) DIXON, R. M. W. Ergativity. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUARTE, F. B. O que difere uma língua ergativa de uma língua nominativa?. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 269-308, jul./dez. 2012.

FERREIRA, M. N. O. *Estudo morfossintático da língua Parkatejê*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Caminas, Campinas, 2003.

NIKULIN, A.; SALANOVA, A. P. Northern Jê verb morphology and the reconstruction of finiteness alternations. *International Journal of American Linguistcs*. Chicago: University of Chicago Press, v. 85, n. 4, p. 533-567, out. 2019.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In: DIXON, R. M. W.; AIKHENVALD, A. Y. (Orgs.). *The Amazonian Languages*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 165-206, 1999.

SANTOS, João Henrique. Marcação diferencial do sujeito em línguas do grupo Timbira. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

WOOLFORD, Ellen. Lexical Case, Inherent Case, and Argument Structure. *Linguistic Inquiry*. Cambridge, v. 37, n. 1, 2006.

Submetido em: 0/0/0

Aceito em: 0/0/0

PP Coordination, Embedding and Feature Sharing: seeking the connections between notation and processing

Tom Roeper (University of Massachusetts, Amherst)* Marcus Maia (UFRJ/CNPa)** Sabrina Santos (UFRJ)***

ABSTRACT

Abstract: This article presents and discusses two sentence/picture matching experiment in English and in Brazilian Portuguese Prepositional Phrase constructions to try to assess the complexity of the representations in terms of structure, features, and grammatical operations. The results of the experiments in which PP coordination (Direct Unstructured - DU, embedding (Indirect structuring - IS) and Feature-Sharing (Direct structuring - DS) are compared reveal the following hierarchy based on the average response times: DU <IS <DS. An explanation for the hierarchy is explored in which the Feature-sharing construction is discussed in terms of potential connections to Agreement phenomena.

Keywords: *Recursion*; *Prepositional Phrases*; *Sentence/Picture phrase technique*.

RESUMO

Resumo: Este artigo apresenta e discute dois experimentos de correspondência entre frases e figuras em construções com Sintagmas Preposicionais em inglês e em português brasileiro para tentar avaliar a complexidade das representações em termos de estrutura, traços e operações gramaticais. Os resultados dos experimentos em que a coordenação de PPs (Direto Não Estruturado - DU, encaixe (Estrutura Indireta - IS) e compartilhamento de traços (Estruturação Direta - DS) são comparados revelam a seguinte hierarquia com base nos tempos médios de resposta: DU <IS <DS. Uma explicação para a hierarquia é explorada, na qual a construção de compartilhamento de traços é discutida em termos de possíveis conexões com os fenômenos de concordância.

Palavras-chave: Recursividade; Sintagmas Preposicionais; Técnica de correspondência frase/figura.

^{*}Professor Titular do Departamento de Linguística da University of Massachusetts, Amherst, Estados Unidos, roeper@linguist.umass.edu Orcid: https://orcid.org/0000-0002-9353-4452

^{**}Professor Titular do Departamento de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro,

Pesquisador 1B do CNPq, maia@ufrj.br Orcid: http://orcid.org/0000-0002-1583-3334 ***Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da UFRJ, sabrinaufrj@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7037-580X

96 Introduction

to the original challenges of Cognitive Science: What are mental representations and how are they reflected in processing or acquisition? The necessity of mental representations is unavoidable in many spheres from vision to language (although there remain those who are totally procedural reductionists). If there must be a mental representation, now the question arises: how far does a processing system work within exactly the same representation? How far does the complexity of the representation in terms of structure, features, and operations – conceived of outside of time – map perfectly onto a model of how that information is processed through time. In other words, how far can our claims about psychological reality be proven by real time models?

Chomsky has remarked: "every notational choice is a psychological claim" (CHOMSKY, p.c.). If sharp psycholinguistic evidence correlates with the representations that emerge from theoretical work, then they should be considered as vital support for those structures. Without converging evidence, notational variants make it difficult to determine what properties underlie actual mental operations. In a way, one critique of purely intuitionist

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

approaches to linguistic theory is that they permit too many alternative notations. As Chomsky has remarked in lectures eventually "technical modes of execution should turn into leading ideas". Ideas that can be sustained through different forms of evidence are decisively stronger. Ultimately, if the notation covers both intuition and processing, we may expect that the terminology will reflect both and the leading ideas behind mental representations will be clear.

Much of psycholinguistic experimentation shows that the putative complexity differences in linguistic theory must be psychologically real in a general way. Even though early work such as the Derivational Theory of Complexity (cf. FODOR, BEVER and GARRETT, 1974) has been called into question, its leading idea that sentences with more transformations are indeed harder than those with fewer has been preserved. Broadly speaking, hierarchical structures are more challenging than flatter ones. In this paper, we contrast Coordination structure (conjunction) with two kinds of hierarchical structures: Indirect Recursion and Feature-sharing which differ in how embedded nodes are linked.

- (1) a. conjunction: flower on the table and on the book and in the vase b. indirect recursion: the flower in the vase on the book on the table
 - (a) produces flat structures *versus* (b) Indirect Recursion, where PP's are recursively inside one another (e.g. <u>flower in the vase on the book on the table</u>) which produces hierarchical recursive structure.

This in turn will be compared to a new construction, discussed in Chomsky (2013) called Feature-sharing (1c) where he notes that one can say both: put the flower in a box on a table or put the flower on the table in a box.

(c) Feature-sharing: (put) the flower on a table on a book in a vase.

This also captures well-known forms of linked PP-phrases, often found in directional PP's:

(2) the ball rolled down the stairs into the gulley down the street

These cannot be captured solely by Indirect Recursion (called "Category Recursion" in GALLEGO and CHOMSKY, 2019). This is, as far as we know, the first effort to obtain psycholinguistic evidence on coordination, indirect recursion and this basic syntactic structure of "stacked" PP's (to use LANGENDOEN's (1989) term). Another typical example is again: John put the jar on the table in a box in a small paper bag where the set of PP's collectively satisfy a single locative argument of put.

Which aspect of these contrasts plays a key role in mental representation? It could be that the algorithm generates the structure (phrase-structure rule)

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) or the consequent hierarchical representation itself or the operations that embed PP's or link features on node labels, which may in turn be forms of agreement. While there are many angles of representation relevant to these variations, our goal is first to see whether we find processing distinctions among them. We can rephrase the question with respect to the new structure of Feature-sharing: will it be processed like conjunction or Indirect recursion, or is it actually processed distinctly from both?

The language processing and acquisition literature seems to suggest that direct unstructured recursion, or coordinate structure, is acquired before the indirect recursion, or self-embedding structure, (TAVAKOLIAN, 1981; LEBEAUX, 2000; SEVCENCO ET AL. 2013; ROEPER, 2011; OSEKI; ROEPER; 2018; and references therein).

MAIA (2016) presented two eye-tracking experiments comparing the processing of coordination and embedding of Prepositional Phrases in Brazilian Portuguese (BP) and of Postpositional Phrases in the Brazilian indigenous language Karajá which were argued to demonstrate that the self-embedding of PPs would be more costly to process than the conjoining of PPs, even though after launching, the subsequent self-embedding of a third PP would be less costly than the previous PP.

2. Sentence Picture-matching experiments with PPs

Our test compares recursive Prepositional Phrases: direct unstructured (DU), indirect structured (IS), and direct structured recursion (DS). In the present experiment, we aimed to ascertain whether the direct structured construction would be computed as a coordinate or a self-embedding structure, initially hypothesizing that the DU condition presented the lowest cost of processing and that the highest cost would be found in the IR condition. In other words, based on previous research, we expected the processing cost of DS (feature sharing) to be located between DU (coordination) and IS (indirect embedding).

We had therefore one single independent variable – Syntactic structure – with three levels, namely, DS, IS and DU, as exemplified below:

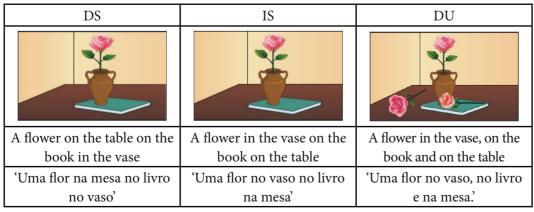


Figure 1 – Examples of conditions in the Sentence/Picture matching experiment

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

The dependent variables were the accuracy rates and the average decision times in a Sentence/Picture Matching test. An English version and a Brazilian Portuguese version of the test were prepared and applied to groups of monolingual native speakers of each language. The comparison between these languages had the aim to try to rule out the possibility that any processing differences between the conditions would be specifically related to any one of the languages but could be discussed in terms of Universal Grammar.

Method

Participants

24 individuals were tested in two different groups, namely, one group of Brazilian Portuguese native speakers and a group of English native speakers. Each group had 12 participants, all undergraduate university students between 18 and 24 years old.

Design and Materials

There were 36 items in each experiment. 12 of them were experimental trials distributed in a Latin Square design, interspersed among 24 distracting fillers. Each trial displayed one picture with one sentence as in Figure 1. As indicated above the factor syntactic structuring of the prepositional phrases had three levels: direct unstructured recursion, indirect recursion, and direct structured recursion, creating a 3x1 design with three experimental conditions: DU, IR, and DS, as in the following additional example of the English version:

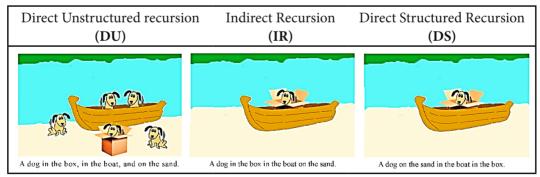


Figure 2 - Trials of experimental conditions in the English version

Procedures

Participants were instructed to press the space bar to call onto the computer screen a picture with a sentence in the bottom part. Their task was to decide as fast as possible whether the sentence and the picture matched, by pressing a green or a red button in the keyboard. The actual experiment was preceded by a training session in which the experimenter would follow the test

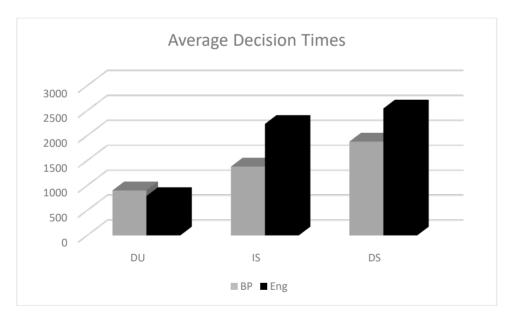
Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) in order to make sure that the participant had understood the task correctly. After the training session, the experimenter would leave the room and the participant would be left alone to do the test which would take between 10 to 15 minutes, in average.

3. Results

BP participants were significantly faster than the English, regarding the matching decisions in the IR and DS conditions. Both groups displayed basically the same decision times in the DU condition. Crucially, the same pattern found in the English experiment was also observed in the PB version, against our initial hypothesis:

DU <IS <DS Pattern of Decision times in both versions

In both versions, coordination (DU) had faster decision times, followed by self- embedding (IS) and by the Feature-sharing condition (DS). Therefore, the feature-sharing condition (DS) was the hardest to process, as indicated in Graph 1 and Table 1 below:



Graph 1 - Average decision times in the three conditions of the BP and English versions

Lang/Cond	DU	IS	DS
BP	901	1380	1881
Eng	789	2235	2544

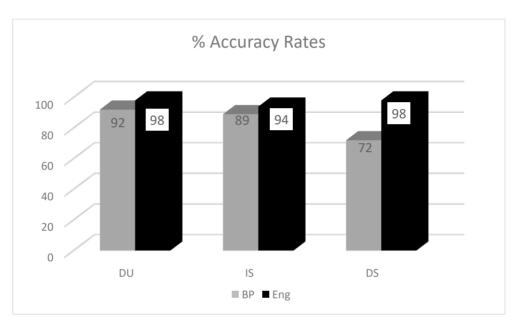
Table 1 – Average decision times in the three conditions of the BP and English versions

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

In the English version, a one-way ANOVA by subjects indicated a highly significant main effect of structure (F(2,94) = $61.7 \text{ p} < 0.000001^{***}$) and pairwise comparisons showed that DU average decision times were significantly lower than DS ([DU]vs[DS] t(47)=10.44,p< 0.0001^*) and than IS ([DU]vs[IS] t(47)=8.07, p< 0.0001^*). Average decision times for DS were higher than for IS, in English ([DS]vs[IS] t(47)=1.94 p< 0.05).

In the Brazilian Portuguese version, a one-way ANOVA by subjects also indicated a highly significant main effect of structure (F(2,94) = 9.83 p<0.0001**) and pairwise comparisons showed that DU average decision times were significantly lower than DS ([DU]vs[DS] t(47)=3.97 p<0.0002) and than IS ([DU]vs[IS] t(47)=2.73 p<0.008). Average decision times for DS were also significantly higher than for IS, in BP ([IS]vs[DS] t(47)=2.14 p<0.03).

Accuracy rates in both experiments are displayed in Graph 2:



Graph 2 - Accuracy rates in the three conditions of the BP and English versions

In the English version, there are no differences in the percentage of correct answers which were equally high across the three conditions ([DU/DS x IS] X2= 0.16, p = 0.78). In the BP version, on the other hand, even though there was no significant difference in the correct answer rates for the DU and IS condition ($X^2 = 0.09$, p = 0.75), the DS condition received significantly lower correct answers than both the DU ($X^2 = 4.8$, P = 0.03) and the IS condition ($X^2 = 4$, P = 0.04)

3. Discussion

Overall, Brazilians were faster than the Americans in IS and DS matching decisions and American subjects were faster in the DU decisions, but **the same pattern** found for English is also found in PB: DU <IS <DS, that

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

and feature sharing (DS) is more costly to evaluate in both languages. The accuracy rates are similar in both tests.

In general Brazilian and American subjects get the matchings significantly right in all three conditions. However, RTs definitely show that Feature-sharing does NOT pattern with Coordination in both languages.

is, coordination obtains decision times faster, embedding is in the middle,

significantly right in all three conditions. However, RTs definitely show that Feature-sharing does NOT pattern with Coordination in both languages. And, while DS is closer to IS, it appears to make distinct processing demands as it is also shown by the significant difference in the correctness rates in the BP version in which the DS condition receives the smallest percentage of correct answers.

5. Recursion in Representation

Recursion has been a central concept in linguistics from the outset. The basic operation of **Merge** is recursive and in that sense every sentence is composed of multiple instances of recursion. Other forms of recursion are of particular interest because, as we have shown here, they are clearly differentiated in experimental tests, allowing us to begin asking exactly which forms of linguistic notation reflect psychological operations. The classic form of recursion has been represented in phrase-structure rules that allow an element to be repeated within the same category. This in turn has two forms: Direct and Indirect recursion where Direct recursion allows a category to generate itself as an immediate rewrite option.

(3)
$$(3) XP => XP XP +$$

Indirect recursion arises when a different category intervenes. This can be abstractly represented with the X-bar notation:

(4) (4)
$$XP \Rightarrow XYP, YP \Rightarrow YXP$$

As it is well known, this creates an infinite loop. DiSciullo (2015, 2017) argues that all recursion involves a specific recursive node, even when it is not marked by visible morphology. Prosody and self-embedding of identical meanings suggest that the recursive nodes are psychologically linked by a recursive Operator.

One might predict that a recursive Operator that links these nodes is more difficult to acquire, which is what current evidence suggests (see AMARAL et al, 2018) but also that it is either more difficult or easier to process (MAIA, 2016). If this connection is "psychologically real" then it involves a discontinuous connection between one XP and the next identical XP. It may show other locality constraints and we therefore expect it to arise in tests of

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

psychological reality through processing. There are many possible ways that notation can be reflected in processing and one goal of psycholinguistics is to establish tight contrasts that begin to tell us which notational properties reflect cognitive organization.

5.1 Direct Structured Recursion (Feature-sharing)

Chomsky's (2013) Feature-sharing concept (which we call Direct Structured Recursion (DSR), following Roeper and Oseki (2018), introduces another variety that has long been known but fairly neglected in consideration of its formal properties, as we mentioned above". Chomsky (2013) points out that one can use either of these forms:

a. John put a jar in a bag in a box on the table.b. John put a jar on the table in a box in a bag.

The latter case cannot be a form of PP-DP-PP indirect recursion because it would imply that the "table is inside the box". Instead the second PP is a further extension of the initial PP and all three together, once again, collectively satisfy the LOCATIVE argument of the verb (which supports the idea that they should be representationally linked). Moreover, we find these complex locatives in many environments:

- (6) the ball rolled down the stairs into the street into the gutter
- (7) put the lamp over there on the rug in the corner on top of the table.
- (8) see the lamp over there in the corner next to couch near the socket.

These can be captured with the Kleene Star notation that indicates possible repetition of the category:

(9) put
$$[PP]^* = PP^* - PP^* - PP^*$$

The Feature-sharing concept in effect allows indefinite copying of a Feature [+LOC] on these identical nodes, which then manifest Agreement as the output. The psychological status of this form has never been squarely addressed and it look like a substantial addition to UG capacities as it stands. It is certainly not widely used in linguistic structural analysis.

The phrase structure responsible for DSR can be formulated as in (10). The feature of [+LOC] is required by the verb <u>put</u> and it is collectively satisfied by the linked PP's

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

$$XP[+F] \rightarrow XP[+F] XP[+F]...$$

a. Put an apple [[[PP in the house] [PP in the kitchen]] [PP in the cabinet]]. b. Bill saw Mary [[[PP on Saturday] [PP in the morning]] [PP at nine]].

Unlike DUR, the phrase structure rule is binary and crucially generates hierarchical structure; namely, more than two branches are impossible because there is a sequential composition of meaning in (10 a,b). This is achieved by the shared feature [+F] between XPs (CHOMSKY, 2013). Typical examples of DSR are what Langendoen et al. (1989) call "stuffing", where XP = PP.

It is worthy to note that children's early expressions at 2yrs appear to follow this path:

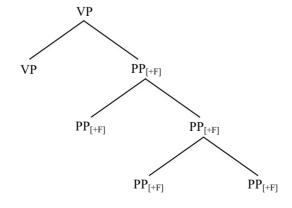
- (11) Naturalist data from CHILDES
 - a. I will go right on the street in a car. [2;3.0]
 - b. He left his bear alone in the park on the seat. [3;6.9]
 - c. Put it <u>under</u> the other puppet <u>in</u> there <u>on</u> your hand. [3;2.4]

Therefore, it is not simply a rare and remote structure. Subject-verb agreement has shown great variation in the acquisition, L2 (see GARSHOL, 2019) and disorders realm while Agreement inside NP's shows virtually no errors (no child says: *"this hats"). A full typology of Agreement is not yet established. An important fact about FS-recursion is that it permits wheatraction (12b) where Direct Recursion does not (12a):

a. *what did you buy milk, sugar and ___b. Where did you put the jar on the table in the large box t => "next to the can of tuna in the corner of the box"

These facts indicate that the FS recursion must involve a hierarchical structure that satisfies the c-command constraints for wh-extraction (see tree below (12c)).

12) c.



T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

In the example above, PPs collectively saturate the obligatory locative argument of "put" (12b) and can be interpreted in a single event and three PPs together express one specific time (i.e., Saturday is not in the morning). Therefore, in contrast with DUR, permutation of recursive XPs does affect semantic interpretations, making the example ungrammatical or at least infelicitous, as shown in (13).

(13) #Put an apple [[[PP in the cabinet] [PP in the house]] [PP in the kitchen]].

Importantly, extraction out of DSR is possible, indicating that PPs here must be hierarchically organized, subject to c-command, and not coordinated in a linear manner as in (12b) or (14).

(14) What did John put an apple in the house in the kitchen in <what>?

How should such a Feature-sharing connection be expressed? We turn to a more careful discussion of the technical issues of Agreement and thematic roles below. A first observation: it may entail some form of Operator of the kind that link elements in Negative Polarity items, but we will develop a simple Probe-Goal representation at this point.

(15) John didn't buy <u>anything</u> from <u>anyone</u> for <u>any</u> reason.

Where the initial Negation causes NPI (negative polarity items) elements to mark every quantifier that follows in the c-command domain as sharing a single negative feature.¹

The fact that DSR involves linked phrases has led Everett (2005) to suggest that it is a form of Parataxis and therefore should pattern with Direct Unstructured Recursion. However, the identity of PP's resembles the Indirect Recursion where NP has a PP that has another NP inside (reflected in the output structure of the Phrase-structure rule). Therefore, DSR might pattern with Indirect Recursion. Alternatively, the Feature-sharing could be a unique operation within the class of Agreement phenomena where a great deal of evidence (Agreement illusions) indicate that Agreement markers make operational demands. Our evidence suggests clearly that DSR does not belong with DUR or conjunction. It is closer to IR which suggests that it shares its hierarchical structure. Nevertheless, it is consistently more time-consuming in both BP and English.

¹ See Homer (forthcoming) for discussion of further semantic effects, such as *exhaustivity* which this representation does not capture, and for an approach that does not use Operators to capture NPI.

We can now review the question: Does DSR-feature-sharing pattern with Direct recursion or Indirect recursion?

- (i) Since DSR FS involves no intermediary nodes, it might be a form of Direct recursion therefore pattern with simple co-ordination.
- (ii) If it is hierarchical recursive character is critical, then we expect it to pattern with IR.
- (iii) It might also fall between them as more complex than DR and less complex than IR.

However, our results show that it is more difficult than IR. This indicates that the impact of FS contains a time-demanding processing component. That is FS is not a purely representational option but a psychological operation that demands computational time. We conclude therefore that the potential to infinitely add new PP nodes that share a LOC feature is a mental computation.

6. Experimental Conclusions

In sum, our experiments showed that both in English and in Brazilian Portuguese the distinction between Direct and Indirect recursion is surprisingly robust. We also showed that the Feature-sharing (DSR) sentences took significantly longer to process in the sentence picture matching task than the conjunctive DUR and slightly longer than the IR sentences. In the BP test, difference also showed in the correctness rates in addition to the decision times.

We do not know whether the difference is due to the hierarchical depth of the tree or to existence of identical recursive nodes or to the fact that the relation is discontinuous over another kind of node (PP-DP-PP). And, it may be that the psychological representations involve an interesting combination of them. It appears then that the link between PP* and PP* is real and the cause of time-consuming computation.²

At this point our results show that the FS forms are clearly distinct from Direct Recursion and pattern closer to IR, suggesting that the PP* Kleene notation makes demands just like IR in fixing an Operator Chain across PP's. The DSR are slower than IR. The DUR (conjoined forms) are much faster than the recursive ones which is strong evidence in behalf of the view that flatter structure is easier.

² There remains another question to isolate the effect of recursion: is it distinct from non-recursive embedding? In another acquisition work (cf. PEREZ et al, 2012), it has become very clear that children often Avoid recursion by maintaining embedding with a different structure. That is, a sentence like:

i. the woman with a child with flowers (child has flowers) will be repeated as:

ii. "Show me the woman with a child that has flowers" (see Perez et al., 2012) This recursion-avoidance also entails that recursion must be psychologically real.

T. ROEPER, M. MAIA & S. SANTOS PP Coordination, Embedding and Feature Sharing: seeking the connections between notation and processing

Mental Models

How do we interpret these results in a larger mental model? The modern challenge is not to find global correspondence between the results of intuitionist linguistic theory and experimental results, but to meet a deeper challenge: do the details of representational information in terms of structures and operations match the subtler details of experimental results?

Recall Chomsky's (1969) remark that "every notational choice is a psychological claim". It is not easy to link subtle seemingly microscopic notational choices to measurable processing behavior. We have a 3-way contrast: Direct recursion (conjunction), Indirect recursion (self-embedding) and what we call Feature-sharing. The first contrast is a familiar one and can be seen as a contrast between a flat structure with conjoined elements and a hierarchical structure. The fact that the FS structures are more difficult than IR provides immediate evidence that FS is a computationally real notational decision.

Feature-Sharing Technology

What exactly contributes to that difficulty? We begin to examine that question by varying the hierarchical structure. One mode lies in the introduction of Indirect Recursion where a rule embeds a structure inside itself producing an output that has hierarchy with identical nodes. The output and the algorithm that produces it are not identical concepts (cf. LOBINA, 2014) and either could be a source of difficulty. We can examine the output structures more readily:

$$S => [s. NP. VP [s NP. VP [s$$

If the parser recognizes each identical form as identical, then it could either complicate or facilitate further production in principle. Why would it make it easier? Theories of expectation with even rarer structures show that if a rare form is repeated, it is easily recognized:

(16) what can you carry __ without dropping __ and take __ without losing __

Here the initial what is fed into four positions, but still the second instance of a parasitic gap is recognizably easier after the first has been processed (see Frazier et al, 1989). Identical words and morphemes also appear to mark indirect recursion and lead to a particular prosody.

(17) this is the cat that chased the rat that ate the cheese that Mom bought.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

It is clear that the simple notion that additional dimensions should create additional difficulty is false. How could additional information make something easier? Our 3-way contrast between flat, hierarchical, and feature-sharing structure invites us to make a stronger claim about what Feature-Sharing is. As with all evolving notation, we make a choice for the sake of concreteness, but it is again a real psychological hypothesis. We claim that it belongs in the domain of Agreement phenomena (about which there is much debate in terms of upward, downward, probe-goal, etc.). Our evidence will serve only the first small step of showing that DS-FS does not assimilate to either co-ordination or to hierarchy. We were quite open to the possibility that we would find that result or that it would be between co-ordination and hierarchy. But it turns out to be more difficult than either other form. One can always advance ideas about context, task difficulty, or frequency of the construction. We believe that FS is a form of Agreement at the Node Level, where for instance, a locative feature is shared.

Therefore, one might ask if it correlates psycholinguistically with other agreement phenomena. One question to ask is in terms of locality. Agreement within an NP for instance is known to be easy for children. They never say *"this hats. By contrast, local Subject-verb agreements (John sings) is often problematic in disorders and L2 acquisition.

Where do Operator constructions fit in? If Negation is linked to NPI (Negation Polarity Items) by a form of Probe-Goal relation, what is the psycholinguistic reflection? The notion of Feature-sharing essentially says that there is Agreement: The concept of Feature-sharing has in its name the reference to a mental operation that we should characterize and, ultimately, do so in a way that makes predictions. It appears to be Agreement between Features at a Node level, which may be part of a Probe-Goal satisfaction of argument structure:

It can apply to our constructions if there is an optional LOC feature associated with be

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

The feature is carried by the abstract PP not by the lexical item (20), as illustrated in (12c) Therefore, the critical operation is <u>discontinuous</u> but different from the discontinuity produced by IR.³

To capture the phenomenon with more precision, note that it applies to Arguments and not Adjuncts. In general an Argument is located on a verb and becomes a Probe which is satisfied, or <u>saturated</u>, by finding the same set of features in a lower c-command domain, as we find with transitive verbs that demand an object like <u>push</u> [THEME] which demands an object to satisfy the THEME-PROBE: <u>push wagon</u> and once satisfied cannot be again: *<u>push wagon</u> car is impossible (unless a conjunction is introduced that allows the higher node to be the satisfied: push [wagon and car]NP. In our scenario, this constraint must be lifted or the new mechanism of FS is needed, because we allow further LOCs:

In effect the PROBE is still alive, and notably the collection of LOCS collectively and simultaneously satisfy the Argument PROBE. Preminger (2017) summarizes the conception of FS in the Agreement literature;

"The central idea of feature-sharing (Frampton & Gutmann 2000, 2006, Pesetsky & Torrego 2007, i.a.). is that when two constituents enter into an agreement relation, the result is one single feature bundle, that is subsequently shared by both constituents:" [cf. Frampton & Gutmann 2006:128].

This operation allows the parser to incorporate new material and collapse identical features on a node into a single set. We return now to the parsing challenge. The sequence of PP's is still open to both Adjunct and Argument interpretation, hence ambiguous. If the next PP is attached high

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 95-113, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 109

³ The idea that an Argument feature might be satisfied in a complex way that refers to multiple positions resembles the fact that successive cyclicwh- movement complicates a movement account of Probe-Goal satisfaction. In addition Multi-dominance theories might allow other technical conceptions which may or may not fit the psycholinguistic evidence.

⁴ While FS (Preminger (2017)) works naturally for Argument-satisfaction, it may be less ideal for other sorts of agreement that Preminger discusses.

to the VP above V, it modifies the whole Event and not the verb alone. If construed as lower then it can be a DP-PP. For instance, if one says:

(22) he put the jar in the cupboard in the house near the river....in the afternoon

Then <u>near the river</u> is a DP-PP modifying the <u>house</u> not the action, and <u>in the afternoon</u> modifies not the house nor the LOC argument of put, but the whole Event (VP). So the parser faces some complicated choices. The choices are starkly evident in a well-known paper about Garden Paths from Trueswell (1999) where children were given the sentence:

(23) Put the frog on the napkin in the box. (Ambiguous)

which can be analyzed as an adjunct PP on the NP with a meaning like a relative clause:

(24) Put the frog that's on the napkin in the box. (Unambiguous)

5 year old children put the frog on the napkin for (23) – satisfying the LOC argument – and then in the box, satisfying it again. This essentially fits the FS analysis. If we invoke a further principle of Minimal Attachment, which states that new material should extend whatever node has been introduced, then it should be the preferred analysis, which fits the child behavior in this experiment and our earlier examples. That is if an Argument needs satisfaction, then that is the child's first choice and it invites the FS operation that includes further PPs.

Let us now look at the adult steps more closely. The first Parse under FS delivers:

(25) V- PP+loc = put the frog on the napkin = satisfy LOC ⇒ move frog to napkin

before the adult settles on this analysis, in the box arrives, which forces a reanalysis for adults (not children) supported by context. The napkin is not in the box, so the adult must generate another analysis: The first PP can be not the LOC-goal, but simply the THEME [NP the frog [PP on the napkin]] so that only the next PP satisfies the LOC argument [put in the box]. The upshot is that the grammar has to adjudicate between an FS analysis for a complex LOC-argument, and a complex Theme argument [frog on a napkin], and in principle an Event-LOC, each with different attachment sites:

```
T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing
```

```
(26) VP

| V PP [Event :LOC]

| V NP PP [put-LOC] frog gets put on napkin

| / V NP PP [NP-LOC] frog is on napkin

| frog
```

Our evidence above suggests that the FS option is the most computationally demanding where several sets of LOC features are treated as one feature satisfying Argument structure. Thus the evidence suggests that the process which collapses them into one is a real psychological process not simply a representational choice.⁵

Further steps would be to project more refined experiments to seek how much FS resembles other forms of long-distance Agreement.

7. Conclusion

We have compared Feature-sharing PP's to Coordination and Category Recursion in the context of established psycholinguistic reaction time techniques and found that it was significantly different from both. Psycholinguistic work now supports the claim that the independent concept of Feature-sharing is psychologically real. We have further explored the Feature-sharing idea as a formal representation and discussed potential connections to Agreement phenomena. Exactly how it relates to other forms of Agreement both formally and psychologically is an important next step.

References

AMARAL, Luiz; MAIA, Marcus; NEVINS, Andrew; ROEPER, Tom. *Recursion across Domains*. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

CHOMSKY, Noam. Problems of Projection. *Lingua*, v. 130, p. 33-49, 2013.

DISCIULLO, Anna Maria. On the Domain Specificity of the Human Language Faculty and the Effects of Principles of Computational Efficiency: Contrasting Language and Mathematics. *Revista Linguística*, PPG-Linguística da UFRJ, v. 11, 28-56, 2015.

111

⁵ We note that there are many more refined issues about Feature-valuation that Preminger (2017) discusses which we do not explore. Thus in the larger Agreement typology FS is a special case that will call for more careful analysis in what one hopes are converging linguistic and psycholinguistic terms.

_____. Asymmetry and the language faculty. *Revista Linguística*, v. 13, n. 2, p. 88-107, 2017.

EVERETT, Daniel. Cultural constraints on grammar and cognition in Pirahã: Another look at the design features of human language. *Current anthropology*, v. 46, n. 4, p. 621-646, 2005.

FODOR, J., BEVER, T. & GARRETT, M. The Psychology of Language. Na Introduction to Psycholinguistics and Generative Grammar. New York: McGraw Hill, 1974.

FRAZIER, Lyn; FLORES-D'ARCAIS, Giovanni B. Filler driven parser: A study of gap filler in Dutch. Journal of Memory and Language, v. 28, 3, 1989, p. 331-344

GALLEGO, Ángel; CHOMSKY, Noam. The Faculty of Language: A biological object, a window into the mind, and a bridge across disciplines, *Revista de la Sociedad Española de Lingüística*, 2019.

GARSHOL, Lenka. I JUST DOESN'T KNOW: Agreement errors in English texts by Norwegian L2 learners: Causes and remedies PHD dissertation University of Adger, Norway, 2019

HOMER, Vincent (forthcoming) "Negative Polarity" Blackwell Companion to Semantics. In: Lisa Matthewson, Cécile Meier, Hotze Rullman & Thomas Ede Zimmermann (eds.), Wiley (forthcoming). Final draft here: Negative polarity.

112

LANGENDOEN, Terence, MCDANIEL, Dana; LANGSAM, Yedidyah. Preposition-Phrase Attachment in Noun Phrases. *Journal of Psycholinguistic Research*, v. 18, p. 533-548, 1989.

LEBEAUX, David. Language Acquisition and the Form of the Grammar. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

LOBINA, David. Probing recursion. *Cognitive processing*, v. 15, p. 435-450, 2014

MACWHINNEY, Brian. CHILDES: Child Language Data Exchange System. 2003.

MAIA, Marcus. A Computational Efficiency Principle in action in the processing of recursively embedded PPs in Brazilian Portuguese and in Karajá. *Gragoatá*, Niterói, n. 40, p. 157-174, 2016.

PÉREZ-LEROUX, Ana Teresa et al. Elmo's sister's ball: The problem of acquiring nominal recursion. *Language acquisition*, v. 19, n. 4, p. 301-311, 2012.

T. ROEPER,
M. MAIA &
S. SANTOS
PP Coordination,
Embedding
and Feature
Sharing: seeking
the connections
between
notation and
processing

PÉREZ-LEROUX, Anna Teresa; CASTILLA-EARLS, Anny; BÉJAR, Susana; MASSAM, Diana; PETERSON, Tyler. Strong Continuity and Children's Development of DP Recursion. In: AMARAL, Luiz; MAIA, Marcus; NEVINS, Andrew; ROEPER, Tom (Eds.). *Recursion across Domains*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 296-313, 2018

PREMINGER, O. (2017). How can feature-sharing be asymmetric? Valuation as UNION over geometric feature structures. In Halpert, C., Kotek, H., and van Urk, C., editors, A Pesky Set: Papers for David Pesetsky, p. 493-502. MITWPL, Cambridge, MA.

ROEPER, Tom. The Acquisition of Recursion: How Formalism Articulates the Child's Path. Biolinguistics, 5(1-2), p. 57-86, 2011. Retrieved from http://www.biolinguistics.eu/index.php/biolinguistics/article/view/178.

ROEPER, Tom; OSEKI, Yohei. Recursion in the Acquisition Path for Hierarchical Syntactic Structure. In: AMARAL, Luiz; MAIA, Marcus; NEVINS, Andrew; ROEPER, Tom (Eds.). *Recursion across Domains*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 267-278, 2018.

SEVCENCO, Anca; ROEPER, Tom; ZURER-PEARSON, Barbara. The acquisition of recursive locative PPs and relative clauses. *Language Acquisition at the Interfaces: Proceedings of GALA 2015*, p. 287-311.

TAVAKOLIAN, Susan. The Conjoined Clause Analysis of Relative Clauses. In: _____, *Language Acquisition and Linguistic Theory*, Cambridge, MA: MIT Press. p. 167-187, 1981.

TRUESWELL, J. C., SEKERINA, I., HILL, N., & LOGRIP, M. (1999). The kindergarten-path effect: Studying on-line sentence processing in young children. Cognition, 73, p. 89-134.

Submitted on: 0/0/0 Accepted on: 0/0/0

Resumptivos em relativas de objeto direto: resultados de leitura automonitorada[†]

Marina R. A. Augusto*
Marije Soto**
Nathan de Sena***
Jomara Bernardes****

RESUMO

Resumo: O português do Brasil (PB) apresenta estratégias distintas para a formação de estruturas relativas: padrão, cortadora e resumptiva (Tarallo, 1983), sendo essa última pouco frequente, muitas vezes associada à baixa escolaridade e geralmente favorecida quando há distância linear maior, estando envolvidos os traços [+humano], [-definido, -específico] do antecedente (Mollica, 1977; 2003). Quanto ao custo associado ao seu processamento, o preenchimento da posição da lacuna poderia suscitar um efeito da lacuna preenchida, associado à quebra de expectativa, quando uma posição possível de lacuna se encontra preenchida (Stowe, 1986; Crain & Fodor, 1985; Maia, 2014). Em experimentos de leitura automonitorada, o preenchimento da posição de lacuna por um DP é refletido por tempos de leitura mais altos. Neste estudo, investiga-se em que medida a relativa com resumptivos também poderia provocar um efeito de lacuna preenchida e o quanto sua legitimidade na língua poderia reverter esse efeito. Essa questão é avaliada por meio de um teste de leitura automonitorada, com 28 participantes, que leram sentenças segmentadas em blocos, em três condições: relativas gramaticais com lacuna, relativas agramaticais com lacuna preenchida com DP e relativas gramaticais com resumptivo, além de sentenças-controle. Nossos resultados, com base nos tempos de leitura do segmento crítico, da região spill-over, e dos dois últimos segmentos, evidenciam um custo associado ao pronome resumptivo no segmento crítico que, no entanto, é logo reintegrado (na posição spill-over) para o processamento da sentença, apresentando inclusive tempos mais rápidos nos últimos segmentos. Sugerem, assim, a legitimidade da estrutura no PB, apesar de pouco prestigiada estilisticamente.

Palavras-chave: leitura automonitorada; orações relativas; resumptivos.

 $^{^\}dagger$ Os autores agradecem os comentários e sugestões de dois pareceristas anônimos. Agradecem, ainda, aos participantes deste estudo. Esta pesquisa foi parcialmente financiada pela FAPERJ (Bolsa Prociência) ao primeiro autor.

^{*}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Profa. Adjunta do Depto. de Estudos da Linguagem, marinaaug@uerj.br, https://orcid.org/0000-0002-9022-394X.

^{**}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Profa. Adjunta do Depto. de Estudos da Linguagem, marijesoto@hotmail.com, https://orcid.org/0000-0003-4232-265X.

^{***}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Graduando em Letras/Literatura, nsena.letras@gmail. com, https://orcid.org/0000-0002-2112-8308.

^{*****}Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Graduando em Letras/Literatura, jomara.bernardes@ hotmail.com, https://orcid.org/0000-0003-0972-5852.

ABSTRACT

Abstract: Brazilian Portuguese (BP) presents different strategies for the formation of relative clauses: the standard, the resumptive, and the PP-chopping version (Tarallo, 1983). Resumptive relative clauses are less frequent, associated to low schooling, and generally favored when there is a greater linear distance between the gap position and the antecedent, and when the former presents [+ human], [-definite, -specific] features (Mollica, 1977; 2003). As for its processing cost, a resumptive pronoun (RP) that occupies the position where a gap is expected could give rise to the so-called Filled-gap effect (Stowe, 1986; Crain & Fodor, 1985; Maia, 2014). In self-paced reading experiments, the presence of a DP in the position of a gap leads to slower reading times. In this study, we examine to what extent RPs may cause Filled-gap effect and whether the associated processing load can be reversed, given its grammaticality in BP. We applied a self-paced reading experiment to 28 participants, who read sentences divided into segments, presenting three types of relative clauses: gapped (grammatical), filled gap with DP (ungrammatical), and resumptive (grammatical), in addition to control sentences. Our results, based on the reading times of the critical segment, the spill-over region, and the last two segments, show a cost associated with RPs in the critical segment, which, however, is soon reverted in the spill-over region and the last segments, for which RPs yield the fastest reading times. Thus, these results corroborate the assumption that this structure is legitimate in BP, despite not being very prestigious.

Keywords: self-paced reading experiment; relative clauses; resumptive pronouns.

116 Introdução

Estruturas relativas de objeto direto com pronomes resumptivos no português do Brasil (PB). As estruturas relativas têm sido foco de interesse constante, seja em relação à variação, diacronia, aquisição ou processamento (para uma panorâmica recente, ver Junior et al., 2020 e referências lá citadas). No PB, constata-se a presença de variação (ou a convivência de gramáticas distintas)¹ na geração de estruturas relativas. Apresentam-se, assim, três possíveis estratégias: a padrão (1), a cortadora (2) e a resumptiva (3) (Tarallo, 1983):

- (1) Você teve aula com o professor sobre o qual a Ana estava falando ____ na secretaria?
- (2) Você teve aula com o professor que a Ana estava falando __ na secretaria?

¹ No arcabouço gerativista, a questão da variação suscita distintas propostas, como, por exemplo, a ideia de competição entre gramáticas distintas que convivem (Kroch, 1989; 1994); a noção de que a gramática internalizada é formada pela gramática naturalmente adquirida, acrescida de uma periferia marcada (Chomsky, 1986: Kato, 2005) ou mesmo a noção de que todo falante é um multilíngue (Roeper, 1999).

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

(3) Você teve aula com o professor que a Ana estava falando dele na secretaria?

Salienta-se que o uso da estratégia resumptiva é pouco frequente no PB (Kersch, 2008; Kato & Nascimento, 2009; Silva, 2011; Corrêa, Augusto & Marcilese, 2018), tem assim se mostrado em estudos diacrônicos (Tarallo, 1993), é associada à baixa escolaridade (Mollica, 2003; Ramos, 2015; Silva & Lopes, 2007) e geralmente favorecida quando há uma distância linear maior e envolve os traços [+humano], [-definido, - específico] do antecedente (Mollica, 1977; 2003). No entanto, trata-se de uma estratégia legítima na língua, sendo derivada a partir de uma posição de deslocamento à esquerda (Kato & Nunes, 2009).

Questiona-se em que medida a presença do resumptivo poderia suscitar um efeito da lacuna preenchida, comumente associado à quebra de expectativa em relação a uma posição característica de lacuna em estruturas com movimento, que aparece preenchida por algum elemento (Stowe, 1986; Crain & Fodor, 1985; Maia, 2014), como nas estruturas abaixo (Maia, 2014:), em que se observa que, diante da presença de um elemento QU, há a expectativa por uma lacuna (local de geração de base do elemento-QU) logo na primeira posição possível, como em (4) em contraste com (5), em que essa primeira posição encontra-se preenchida:

- (4) Condição com lacuna (DP objeto do segundo verbo)

 Que livro o professor escreveu ____ sem ler **a tese** antes?
- (5) Condição com DP objeto do primeiro verbo Que livro o professor escreveu **a tese** sem ler ____ antes?

Sendo assim, investiga-se em que medida orações relativas de objeto direto com pronomes resumptivos, observadas em PB, seriam processadas de forma similar à estrutura com lacuna ou poderiam causar algum estranhamento, disparando um efeito de lacuna preenchida, similar ao provocado pela presença de um DP adicional, o qual, no entanto, além do efeito de lacuna preenchida, gera uma estrutura agramatical na língua. Essa questão é avaliada por meio de um teste de leitura automonitorada, que será relatado adiante.

O comportamento detectado por meio desse teste pode indicar o quanto essa estratégia é legítima na língua, já plenamente incorporada ao processador ou traga algum custo adicional, possivelmente relacionado ao grupo testado de alta escolaridade.

O artigo está organizado da seguinte maneira. A seção 1 apresenta a estrutura das orações relativas, remetendo, ainda, a alguns dados sincrônicos e diacrônicos sobre a frequência das relativas não padrão no PB. A seção 2

discute a noção de efeito de lacuna preenchida, remetendo a resultados de estudos psicolinguísticos, a fim de se explicitarem os objetivos deste estudo na seção 3. Na seção 4, reporta-se o estudo de leitura automonitorada conduzido, seguido dos principais resultados obtidos na seção seguinte. A discussão final e algumas observações precedem a última seção, que traz nossas considerações finais, concluindo o artigo.

1. Estruturas relativas no PB

As orações relativas são sentenças encaixadas (ditas subordinadas, na gramática tradicional) que se conectam à oração matriz (ou principal) por meio de um pronome relativo, que retoma um elemento nominal. Esse núcleo nominal ou antecedente é associado a uma posição vazia, uma lacuna (ou um pronome resumptivo, em algumas línguas, como o hebraico e o português brasileiro), no interior da oração relativa. Assim, o núcleo desempenha uma função sintática na oração matriz, mas também é associado a uma posição sintática no interior da oração relativa. No arcabouço gerativista, assume-se que ocorre um movimento sintático a partir da posição de base, na oração relativa, do elemento relativizado – o denominado núcleo nominal da relativa ou antecedente da lacuna (ou do pronome resumptivo, nas línguas que os admitem). Têm-se, assim, os diferentes tipos de relativas, de acordo com a função da posição de base, à qual se associa o antecedente. Primeiramente, contrastamos exemplos de relativas padrão com relativas com resumptivos no PB:

- (6) Relativa de sujeito Você viu a menina que ___/ela disse que entregaria as carteirinhas hoje?
- (7) Relativa de objeto direto Você viu a menina que o professor chamou ____/ela no fim da aula hoje?
- (8) Relativa de objeto indireto/oblíquo
 a. Você viu a menina para quem o professor entregou ___ a lista no
 fim da aula?
- b. Você viu a menina que o professor entregou a lista pra ela no fim da aula?
- (9) Relativa de adjunto
 - a. Você viu a lista onde/em que/na qual constava o nome da menina?b. Você viu a lista que o nome da menina constava nela?
- (10) Relativas genitivas
 - a. Você viu a menina cuja mochila ficou na sala ontem?
 - b. Você viu a menina que a mochila dela ficou na sala ontem?

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. De Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

As relativas de sujeito e objeto direto são introduzidas pelo *que*, tanto na estratégia padrão como na resumptiva, embora essa última seja menos frequente e menos prestigiada pelos falantes escolarizados, particularmente a de objeto, ao apresentar um pronome do caso reto nessa posição (Silva & Lopes, 2007; Ramos, 2015). Mollica (2003) indica, ainda, que a estratégia resumptiva em relativas de sujeito ocorre majoritariamente com antecedentes indefinidos, particularmente quando há mais material interveniente entre o antecedente e a posição de base na relativa.

Em relação às demais relativas exemplificadas, o uso do *que* está restrito à estratégia resumptiva (e também à cortadora, que retomaremos a seguir), sendo que, na versão padrão, a preposição correspondente acompanha o pronome relativo (8) ou, há, ainda, versões específicas dos pronomes, como *onde* (9), por exemplo, para locativos, ou *cujo* (10), nas genitivas. Essas orações podem ainda apresentar uma versão denominada cortadora, a qual se caracteriza pela presença de um pronome resumptivo nulo, retomando um PP:

- (11) Relativa de objeto indireto/oblíquo Você viu a menina que o professor entregou __ a lista no fim da aula?
- (12) Relativa de adjunto
 Você viu a lista que o nome da menina constava ___?
- (13) Relativas genitivas
 Você viu a menina que a mochila ____ ficou na sala ontem?

Em relação a relativas de sujeito ou de objeto direto, há evidências de que a estratégia predominante é o uso de movimento a partir da posição de base, e não de resumptivos nulos (ver Kato & Nunes, 2009), com exceção de relativas de objeto em configurações de ilha:

(14) Você viu o artigo que a menina entrevistou o professor que escreveu ____?

A estratégia padrão é característica do registro formal ou escrito. No PB oral, o uso de cortadoras, em estruturas em que um PP é apagado, é bastante frequente. O baixo uso de resumptivos (também denominado pronome lembrete) (Kato & Nascimento, 2009; Silva, 2011; Corrêa, Augusto & Marcilese, 2018) é constatado na língua desde o século XVIII (Tarallo, 1993) e tem sido associado à baixa escolaridade (Mollica, 2003; Ramos, 2015).

Uma das principais análises para as relativas no PB é a proposta de Kato e Nunes (2009), formulada a partir da análise de Kayne (1994). A *Head Raising Analysis* de Kayne (1994) é uma análise do tipo *promotion*. Esse tipo de análise assume que a relativa é derivada a partir de um movimento de

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 114-143, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 119

dentro da oração relativa (Brame, 1968; Vergnaud, 1974; Kayne, 1994; Bianchi, 1999). Contrapõe-se, assim, às análises do tipo *matching*, as quais geralmente tomam o núcleo da relativa como sendo gerado fora da oração encaixada, à qual se adjunge, via um operador-Qu, que se move para o domínio do CP (Chomsky, 1965; Citko, 2001; Sauerland, 2003). A análise de Kayne, por sua vez, concebe a relativa como um complemento do determinante.

Ao assumir a análise de Kayne para o PB, Kato e Nunes (2009) adotam essa perspectiva para a derivação das relativas do tipo padrão (15), assumindo-a também para as cortadoras e resumptivas, a partir da ideia de que sua geração se dá de uma posição de deslocamento à esquerda (LD). Os exemplos a seguir são retirados de Kato e Nunes (2009, p. 114-115):

(15) Relativas padrão

- a. $[aquela [_{CP} [_{DP} pessoa_i [_{DP} que t_i]]_k [_{CP} C [_{IP} t_k comprou o livro]]]]$
- b. [o $\left[_{CP}\left[_{DP} \operatorname{livro}_{_{i}}\left[_{DP} \operatorname{que}\,t_{_{i}}\right] \right] _{k}\left[_{CP}\operatorname{C}\left[_{IP} \operatorname{aquela}\,\operatorname{pessoa}\,\operatorname{comprou}\,t_{_{k}}\right] \right] \right]$
- c. $[o[_{CP}[_{PP}livro_{i}[_{PP}de[_{DP}t_{i}[_{DP}quet_{i}]]]]_{k}[_{CP}C[_{IP}você precisat_{k}]]]]$

(16) Relativas com pronome resumptivo

- a. Eu tenho [uma [$_{CP}$ [$_{DP}$ amiga $_{_{i}}$ [$_{DP}$ que $t_{_{i}}$]] $_{_{k}}$ [$_{CP}$ C [$_{LD}$ $t_{_{k}}$ [$_{IP}$ ela $_{_{i}}$ é muito engraçada]]]]]
- b. Este é [o [$_{CP}$ [$_{DP}$ livro $_{_i}$ [$_{DP}$ que $t_{_i}$]] $_k$ [$_{CP}$ C [$_{LD}$ t_k [$_{IP}$ o João sempre cita ele $_{_L}$]]]]]
- c. Este é [o [$_{CP}$ [$_{DP}$ livro $_{i}$ [$_{DP}$ que t_{i}]] $_{k}$ [$_{CP}$ C [$_{LD}$ t_{k} [$_{IP}$ você vai precisar dele $_{k}$ amanhã]]]]

(17) Relativas cortadoras

- a. Este é [o [$_{CP}$ [$_{DP}$ livro $_{i}$ [$_{DP}$ que t_{i}]] $_{k}$ [$_{CP}$ C [$_{LD}$ t_{k} [$_{IP}$ eu entrevistei a pessoa que escreveu pro $_{k}$]]]]]
- b. Este é [o [$_{CP}$ [$_{DP}$ livro $_{_i}$ [$_{DP}$ que $t_{_i}$]] $_k$ [$_{CP}$ C [$_{LD}$ t_k [$_{IP}$ você estava precisando pro $_k$]]]]

Assim, de acordo com a discussão acima, pode-se assumir que o processo natural de aquisição de relativas no PB contempla relativas geradas via movimento da posição de base, no caso de relativas de sujeito ou de objeto direto, por exemplo, ou, ainda, a derivação tendo como base estruturas com deslocamento à esquerda com resumptivos abertos ou resumptivos nulos na posição de base, como na análise de Kato e Nunes (2009) para relativas com resumptivos (16) ou relativas dentro de ilhas e cortadoras (17). A possibilidade de geração de relativas de sujeito e de objeto por movimento, sem a presença da posição de LD, é reforçada pelo fato de que estudos sobre a aquisição de relativas em PB demonstram que relativas de sujeito e de objeto direto sem pronomes resumptivos emergem mais cedo na gramática de crianças, sendo o surgimento de resumptivos mais tardio (Grolla, 2000; Silva e Lopes, 2007; Grolla, Augusto & Rodrigues, 2020).

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. De Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

Tem-se, assim, no que concerne às relativas de objeto uma distinção entre relativas do tipo padrão, com movimento e lacuna na posição de base (18) ou relativas resumptivas (19), com movimento a partir da posição de deslocamento à esquerda e um pronome resumptivo aberto na posição da lacuna, conforme segue:

- (18) $\left[O\left[_{CP}\left[_{DP} \text{ arquiteto}_{i}\left[_{DP} \text{ que } t_{i}\right]\right]_{k}\left[_{CP}C\left[_{IP} \text{ o contador encontrou } \underline{}_{k} \text{ na entrada da loja}\right]\right]\right]$ saiu de carro rapidamente.
- (19) $\left[O\left[_{CP}\left[_{DP} \text{ arquiteto}_{i}\left[_{DP} \text{ que t}_{i}\right]\right]_{k}\left[_{CP}C\left[_{LD} t_{k}\right]_{IP} \text{ o contador encontrou ele}_{k}\right]\right]$ na entrada da loja]]]] saiu de carro rapidamente.

Já adiantamos que a sentença com resumptivo pode ser estigmatizada por falantes escolarizados (Mollica, 2003; Silva & Lopes, 2007; Ramos, 2015). Por outro lado, não se pode deixar de considerar que as leituras com resumptivo ou lacuna podem não ser idênticas (Medeiros Jr. & Namiuti, 2018).² No processamento *online*, no entanto, busca-se medir se o processamento de um resumptivo em estrutura relativa de objeto seria mais custoso do que aquele de uma relativa padrão da língua, ou ambas estratégias, legítimas na língua, demandam custos idênticos de processamento? Essas questões são aqui exploradas, particularmente levando em consideração que geralmente a presença de um elemento em posição identificável de lacuna pode levar a um estranhamento durante o processamento de sentenças – o denominado efeito da lacuna preenchida. A próxima seção discorre, brevemente, sobre esse efeito.

2. Efeito da lacuna preenchida

O efeito da lacuna preenchida tem sido discutido a partir do trabalho de Stowe (1986), com base em Crain e Fodor (1985), comparando-se as orações (20) e (21) em um experimento de leitura automonitorada (Stowe, 1986, p. 234):

² Medeiros Jr. e Namiuti (2018) trabalham com expressões D-linked em interrogativas-Qu, discutindo as distintas interpretações se há pronome resumptivo ou não (Que livro você precisa dele?), mas salientam que o mesmo pode ser válido para outras estruturas com deslocamento, como relativas, topicalizações, etc. Ao se adotar a geração da relativa com resumptivo a partir de uma posição de LD, já se pressupõe uma leitura mais específica do pronome resumptivo. No entanto, no experimento em questão, não parece haver diferença de interpretação entre as relativas com ou sem pronome resumptivo, pois os antecedentes são sempre DPs definidos, conforme se verá na Seção 4 adiante:

⁽i) O arquiteto que o contador **encontrou ___ na entrada** <u>da loja</u> saiu de carro rapidamente.

⁽ii) O arquiteto que o contador **encontrou ele na entrada** <u>da loja</u> saiu de carro rapidamente.

- (20) My brother wanted to know who Ruth will bring us home to_____
 at Christmas.
 Meu irmão queria saber quem R. traria nos casa para
 no Natal.
 Meu irmão queria saber para quem R. nos entregaria em casa no Natal.
- (21) My brother wanted to know if Ruth will bring us home to Mom at Christmas.
 Meu irmão queria saber se R. traria nos para casa para a mamãe no Natal.
 Meu irmão queria saber se R. nos entregaria em casa para a mamãe no Natal.

Os tempos de latência para a leitura do pronome *us* na posição de objeto direto em (20) foram significativamente mais altas do que a leitura desse mesmo pronome na oração (21). Isso foi tomado como uma expectativa de que essa posição, em (20), apresentasse uma lacuna que retomaria o antecedente "who", diferentemente de (21), cuja sentença encaixada é introduzida por "if", uma estrutura sem movimento. Assim, Stowe (1986) defende que o contexto sintático pode levar à expectativa por uma lacuna e que o processador tenta atribuir uma interpretação ao elemento-QU na primeira posição sintática possível. Ao encontrar a posição preenchida, ocorre um estranhamento que leva a um custo, devido à necessidade de revisar uma primeira análise.

Para o português, Maia (2014) encontrou evidências do efeito da lacuna preenchida em interrogativas-QU, por meio das técnicas de rastreamento ocular e leitura automonitorada.

- (22) Condição com lacuna (DP objeto do segundo verbo)

 Que livro o professor escreveu ____ sem ler **a tese** antes?
- (23) Condição com DP objeto do primeiro verbo Que livro o professor escreveu **a tese** sem ler ____ antes?

Os tempos de leitura do DP "a tese" foram significativamente mais baixos nas sentenças do tipo (22) em comparação com (23). A análise acusou um efeito principal do fator preenchimento. Uma análise do número de fixações nos segmentos críticos também revelou maior número de fixações no item preenchedor da lacuna em (23), comparado com (22). Na tarefa de leitura automonitorada, observou-se também o fator plausibilidade (para detalhes, ver Maia (2014)), o qual não se mostrou significativo, tendo havido, no entanto, um efeito principal do fator "preenchimento da lacuna", na mesma direção dos resultados com a técnica de rastreamento ocular.

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. De Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

Assim, as medidas analisadas tanto no rastreamento ocular quanto na leitura automonitorada se mostram compatíveis com o previsto de acordo com o efeito da lacuna preenchida em PB, nos casos de extração de Sintagma QU. Esses resultados podem ser interpretados segundo a ideia de que o processador sintático postula uma lacuna para a interpretação adequada do sintagma, como primeiro recurso, ocorrendo um estranhamento se essa primeira posição possível já se mostra preenchida por algum elemento.

O efeito de lacuna preenchida também é observado em estruturas relativas no estudo de Hestvik et al. (2007), com falantes de inglês. Os autores fizeram uso de técnica de eletroencefalografia (EEG), para extração de efeitos eletrofisiológicos, denominados Potenciais Relacionados a Eventos (ERPs):

(24) Condição com lacuna preenchida

*The zebra that the hippo kissed **the camel** on the nose ran far away. A zebra que o hipopótamo beijou o camelo no focinho fugiu.

(25) Condição com lacuna

The zebra that the hippo kissed [t] on the nose ran far away.

A zebra que o hipopótamo beijou [t] no focinho fugiu.

(26) Condição com adjunto

The weekend that the hippo kissed the camel on the nose he ran far away. O final de semana que o hipopótamo beijou o camelo no focinho, ele fugiu.

(27) Condição sem relativa

The zebra said that the hippo kissed the camel on the nose and then ran far away.

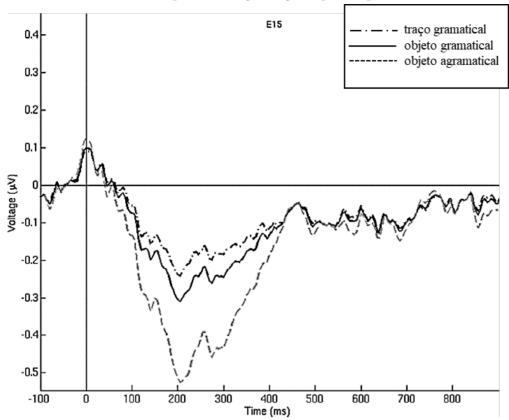
A zebra disse que o hipopótamo beijou o camelo no focinho e depois fugiu.

Vale salientar que os estudos relatados anteriormente não fizeram uso de estruturas agramaticais, o que é o caso da sentença (24) deste estudo.

Os autores reportaram um efeito do tipo ELAN³ (negatividade precoce anterior no hemisfério esquerdo), detectável entre 100-300ms, possivelmente evidenciando um efeito da lacuna preenchida e sugerindo um esforço cognitivo, decorrente do estranhamento ao encontrar a posição de lacuna preenchida pelo DP (veja Figura 1).

³ ELAN, ou negatividade precoce, é um ERP captado na região anterior do hemisfério esquerdo (*Early Left Anterior Negativity*). É uma assinatura neurofisiológica que marca o processamento sintático automatizado mais precoce, aparecendo entre 100 e 300ms após a apresentação de um estímulo linguístico. Tem sua amplitude aumentada em função de incongruências sintáticas, como erros de formação sintagmática (por exemplo, *A pizza foi em comida), ou erros de concordância sujeito-verbo (por exemplo, *eu comeu*) (Soto, 2010; Friederici & Weissenborn, 2007).

Figura 1: Adaptada de Hestvik et al. (2007) apresentando ERPs relativos às condições traço gramatical (lacuna), objeto gramatical (no adjunto) e objeto agramatical (lacuna preenchida), apresentando o ELAN captado no eletrodo posicionado na região anterior inferior do hemisfério esquerdo. Voltagem negativa plotada para baixo.



Schremm (2007) fez um experimento similar ao de Hestvik et al. (2007), mas controlou a prosódia dos itens agramaticais. A autora não obteve um efeito ELAN, mas sim um efeito P600⁴, associado a anomalias sintático-semânticas (ver Figura 2), relacionado à condição agramatical:

(29) Condição agramatical

The writer that the assistant greeted **the teacher** at the meeting sat down. O escritor que o assistente cumprimentou o professor na reunião sentou-se.

(30) Condição com lacuna

The writer that the assistant greeted at the meeting sat down.

O escritor que o assistente cumprimentou na reunião sentou-se.

^{4 &}quot;O P600 é o sinal neurofisiológico que aparece 600ms após a apresentação de um estímulo linguístico. Essa marca é correlacionada com a reanálise [semântica-]sintática mais tardia e pode aparecer, por exemplo, com ambiguidade sintática (por exemplo, *A mãe suspeita de assassinato do filho foge*) ou falta de concordância (por exemplo, **Eles compra uma casa*)" (Soto, 2010, p. 25). Esse último caso costuma eliciar tanto o ELAN quanto o P600 que se diferenciam pela distribuição e tempo em que surgem, provavelmente, refletindo operações cognitivas subjacentes distintas. O P600 também é eliciado com sentenças semanticamente anômalas que podem ser salvas por um reparo sintático (por exemplo, A refeição deliciosa foi devorando as crianças)" (Kim & Osterhout, 2005).

125

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura

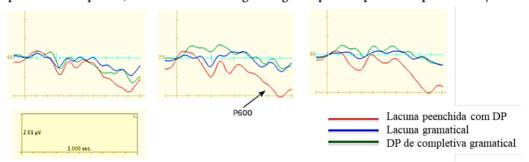
automonitorada

(31) Condição sem relativa

The writer said that the assistant greeted **the teacher** at the meeting and then sat down.

O escritor disse que o assistente cumprimentou o professor na reunião e depois sentou-se.

Figura 2: Adaptada de Schremm (2007) comparando ERPs relativos à apresentação da posição de lacuna nas condições Lacuna preenchida com DP (em vermelho), Lacuna gramatical (em azul), e relativo à posição do DP numa completiva (em verde) de eletrodos de regiões posteriores esquerda, meio e direita. Voltagem negativa plotada para cima por convenção.



A autora atribui a presença do marcador ELAN, obtido por Hestvik et al. (2007) com *design* experimental semelhante, a um reflexo de uma incongruência prosódica (uma prosódia não natural no trecho crítico), que, no estudo de Schremm foi tentativamente controlado. Adicionalmente, a autora defende que, na verdade, o ELAN não seria esperado para a condição lacuna preenchida com DP, uma vez que esse marcador estaria apenas associado à violação de estrutura sintagmática (como em: *O atleta conseguiu completar a correu/corrida*), mas não tem sido, comumente, associado a estruturas inesperadas. Schremm especula que provavelmente a incongruência prosódica (um padrão inesperado restrito a estruturas com lacunas) possa ter levado ao efeito ELAN no estudo de Hestvik et al. (2007).

Em suma, os resultados reportados pelos estudos anteriormente resenhados parecem indicar que a presença de uma possível lacuna em estruturas com movimento é postulada pelo *parser* para a primeira posição possível. Quando essa posição se encontra preenchida, seja por pronomes, como no estudo de Stowe (1986), ou por sintagmas nominais, como em Maia (2014), Hestvik et al. (2007) ou Schremm (2007), um estranhamento pode ser capturado por medidas de leitura automonitorada, número de fixações com rastreamento ocular ou medidas eletrofisiológicas, como ERPs (embora com alguma controvérsia em relação a que tipo de marcador seria esperado – ELAN ou P600). Esse efeito é denominado, na literatura, de efeito da lacuna preenchida.

3. Objetivos deste estudo

Diante do exposto, neste estudo, investiga-se em que medida orações relativas de objeto direto com pronomes resumptivos, observadas em PB, seriam processadas de forma similar às estruturas com lacuna ou poderiam causar algum estranhamento, associado ao efeito de lacuna preenchida, como observado para estruturas com potenciais posições de lacunas preenchidas com DP ou pronome mencionadas anteriormente. Um possível estranhamento pode ser esperado uma vez, mesmo se tratando de uma estrutura legítima no PB, a presença de resumptivos em estruturas de objeto direto sem ilha não é muito frequente, e seu uso, fora de ilhas, costuma ser associado à baixa escolaridade. Assim, investiga-se em que medida a relativa com resumptivos provocaria um efeito de lacuna preenchida e o quanto sua legitimidade na língua poderia reverter esse efeito. Essa questão é avaliada experimentalmente por meio de um teste de leitura automonitorada.

4. Experimento

4.1 Design experimental e materiais

Em um experimento de leitura automonitorada, os participantes leram sentenças segmentadas em seis segmentos (ex. *O arquiteto / que o contador / encontrou ele na entrada / da loja / saiu de carro / rapidamente*). Todas as sentenças apresentaram a mesma estrutura, com orações relativas de objeto encaixadas no sujeito da oração matriz, variando apenas no elemento que ocupou a lacuna logo após o verbo transitivo da relativa. Consideramos o segmento crítico aquele que segue imediatamente o verbo da relativa, e consideramos que, no segmento posterior ao crítico, pode ser medido um possível efeito de *spill over*⁵. Foram coletados tempos de leitura (TL) do segmento crítico, do segmento denominado *spill over*, e de mais dois segmentos (5 e 6) como variáveis dependentes de interesse. Em 20 itens (de 55), as sentenças eram seguidas por uma pergunta de compreensão (ex. *O arquiteto saiu de ônibus?*) com o objetivo de assegurar e verificar a atenção do participante, sem que isso taxasse demais o tempo e o esforço despendidos com o experimento.

A variável independente delimitada foi *tipo de oração relativa*, apresentando três níveis: (i) agramatical preenchida com DP (DP); (ii) gramatical com lacuna (L); e (iii) gramatical preenchida com pronome

⁵ O efeito *spill over* se observa quando o tempo de processamento de uma determinada informação linguística passa de um segmento crítico para o próximo. Da forma que o participante já passa para o segmento seguinte, enquanto ainda está engajado no processamento do segmento crítico. Alternativamente, um efeito *spill over* apresenta um efeito adicional de um custo de processamento no segmento crítico, no sentido de causar um tempo de leitura maior no segmento seguinte, devido a tentativas de reparo ou reanálise (Rayner, 1998).

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. De Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

resumptivo (PR) (cf. Tabela 1). Acrescentamos duas condições de controle para a comparação dos elementos DP e pronome em contexto de oração relativa com o contexto lícito de objeto nominal em uma oração encaixada complementando um verbo *dicendi* (cf. Tabela 1): (iv) completiva com objeto DP (CDP); (v) completiva com objeto pronominal (CPr).

Tabela 1: Apresentação das condições experimentais e exemplos de estímulos

Tipo relativa	Amostra de estímulo (segmento crítico em negrito, e a região <i>spill over</i> sublinhada)
Lacuna Preenchida com DP (DP)	(1) O arquiteto / que o contador / encontrou o gerente / <u>da</u> <u>loja</u> / saiu de carro / rapidamente. (n=25)
Lacuna Gramatical (L)	(2) O arquiteto / que o contador / encontrou na entrada / <u>da</u> <u>loja</u> / saiu de carro / rapidamente. (n=25)
Pronome Resumptivo (PR)	(4) O arquiteto / que o contador / encontrou ele na entrada / <u>da loja</u> / saiu de carro / rapidamente. (n=25)
Controle	
Completiva com Objeto DP (CDP)	(4) O arquiteto falou / que o contador / encontrou o gerente / <u>da loja</u> / e saiu de carro / rapidamente. (n=25)
Completiva com Objeto Pronominal (CPr)	(5) O arquiteto falou / que o contador / encontrou ele na entrada / <u>da loja</u> / e saiu de carro / rapidamente. (n=25)

No segmento crítico, o número de sílabas foi controlado. Nas condições de L, PR, e CPr há um adjunto adverbial em forma de PP, imediatamente após a lacuna ou o pronome, ocupando a mesma posição linear que o DP nas condições de DP e CDP. Desse modo, em todas as condições, o segmento crítico variou entre sete e oito sílabas.

Para cada condição, 25 itens foram elaborados e distribuídos em quadrado latino, resultando em cinco listas pseudorrandomizadas, com cinco itens para cada condição por lista. Ainda foram acrescentadas 30 sentenças distratoras ⁶ (ex. *A musicista tocou violino no evento da prefeitura e foi aplaudida mais uma vez com fervor*), somando 55 estímulos para cada lista.

4.2 Previsões

- (i) Espera-se a seguinte gradação nos tempos de leitura do segmento crítico, e um efeito de *tipo relativo* na análise de regressão linear:
 - L TL significativamente mais rápido do que para TL e PR; ausência do efeito de lacuna preenchida;
 - PR TL intermediário, significativamente mais lento do que L, e significativamente mais rápido do que DP; efeito de lacuna preenchida;

⁶ Optamos por ter um número relativamente baixo de distratoras, pois as sentenças controle já têm uma estrutura diferente das sentenças experimentais. Além disso, aumentar o número de estímulos deixaria o experimento cansativo demais, devido à extensão considerável das sentenças.

- DP TL significativamente mais lento do que para L e PR; efeito de lacuna preenchida, possivelmente agravada pela agramaticalidade.
- (ii) Espera-se um efeito *spill over* no segmento seguinte para o DP, mas não mais para PR, verificado por um efeito de *tipo relativo* na análise de regressão linear:
 - DP TL significativamente mais lento do que PR e L; tentativa de reparo sem sucesso;
 - PR TL significativamente mais rápido do que para DP; tentativa de reparo com sucesso.
- (iii) Espera-se um efeito de agramaticalidade na comparação com condições de controle para o DP, mas não para PR:
 - DP TL significativamente mais lento do que CDP no segmento crítico e no segmento *spill over*;
 - PR TL relativamente mais lento do que CPr possivelmente apenas significativo no segmento crítico (efeito da lacuna preenchida); TL mais lento (ou não) no *spill over* devido à possível diferença de aceitabilidade Pr vs. PResumptivo.

4.3 Participantes

Participaram do experimento 28 alunos universitários (sendo sete homens), com idade média 22,6 anos (SD: 3.2) sem histórico de problemas de linguagem e com visão normal ou corrigida. A pesquisa foi previamente aprovada pelo Comitê de Ética da UERJ sob número CAEE 89074218.1.0000.5282. Todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4.4 Procedimento

A apresentação dos estímulos foi elaborada no *software* Psychopy (versão 3.1.5; Peirce *et al.*, 2019). Antes de iniciar o experimento, o participante foi instruído a ler as sentenças no intuito de responder uma pergunta eventual de compreensão. O participante comandou o tempo de leitura dos segmentos, apertando uma tecla. Para responder às perguntas de compreensão, que seguiam 20 dos 55 estímulos e foram distribuídas de forma aleatória, ele(a) escolhia entre duas teclas previamente sinalizadas como correspondentes a SIM ou NÃO. Após uma sessão curta de treinamento contendo cinco frases semelhantes às distratoras utilizadas no teste, não havendo dúvidas, seguiu-se para o experimento em si. Os estímulos foram distribuídos em dois blocos, tendo uma sugestão de pausa a critério do participante entre o primeiro e o segundo bloco. O tempo para completar a tarefa variava entre 25 e 38 min.

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

4.5 Análise

Duas variáveis dependentes foram coletadas: a acurácia na resposta da pergunta de compreensão, e o tempo de leitura para os segmentos críticos, para o segmento no qual um possível efeito *spill over* poderia ser registrado, e para os dois últimos segmentos (5 e 6) das sentenças. Os dados foram coletados nos arquivos gravados pelo software *Psychopy*. Os dados de acurácia não foram submetidos a uma análise estatística, já que seu objetivo foi apenas de verificar se o participante estava atento aos estímulos apresentados. Foi estabelecido um ponto de corte >80%. Um sujeito foi removido do conjunto de dados devido a um problema técnico na gravação dos seus dados, restando um total de 27 participantes. Os dados foram inspecionados para detectar *outliers* usando inspeção visual com a função d*eggplot* (Wickham, 2006) de R. Baseado nessa inspeção, nenhum dado foi removido do conjunto.

Para testar se o tipo de relativa era um preditor dos tempos de leitura, ajustamos um modelo de regressão linear de efeitos mistos usando a função *lmer* do pacote *lme4* (Bates *et al.*, 2015) no software RStudio (versão 1.2.5033; R Core Team, 2013) para cada um dos quatro segmentos analisados. Também ajustamos um modelo misto para verificar o efeito da lacuna preenchida comparado às condições de controle. Aplicamos o teste de normalidade de Shapiro-Wilk para verificar a distribuição dos dados. Para atingir valores de normalidade melhores, os dados foram transformados com uma função *log+1*. Os modelos mistos foram usados para permitir a inclusão da variabilidade de participante e item como fatores randômicos (Baayen, Davidson & Bates 2008). A significância dos modelos apresentados foi verificada com comparações entre modelos aninhados. Valores p dos modelos ajustados foram calculados usando o pacote *lmerTest* (Kuznetsova *et al.*, 2017). Para comparações de pares múltiplas *post-hoc*, foram aplicados testes de Tukey HSD, usando o pacote *lsmeans* (Lenth, 2015).

5. Resultados

Acurácia

Os participantes acertaram em média 95,36% (mín. 89,09% – máx. 100%) das perguntas de compreensão, o que evidencia que, apesar da relativa complexidade gramatical das sentenças com oração de objeto encaixada, nem a compreensão nem o grau de atenção foram afetados significativamente.

Tempos de Leitura

Para averiguar se o tipo de relativa impacta os tempos de leitura em momentos diferentes, ajustamos um Modelo Linear Misto, com $\log + 1$ de tempo de leitura como variável resposta, para cada um dos quatro segmentos: crítico, *spill over*, segmentos 5 e 6, tendo como variável preditora o tipo de relativa, e, como efeitos aleatórios, participantes e itens. Uma comparação com modelos aninhados indicou que o fator *tipo relativa* contribui significativamente para todos os modelos, exceto para o segmento 5 (cf. Tabela 2). A Tabela 4 apresenta os valores para os coeficientes (β), erro padrão (SE, de *standard error*), valores t e p, resultantes das análises com os modelos ajustados.

Tabela 2 – Comparação com modelos aninhados entre modelos com efeito fixo *tipo relativo* e modelos nulo para os 4 segmentos.

Segmento	Comparação com modelos aninhados	Df	AIC	BIC	logLik	desvio	Chisq Chi	Df	Pr(>Chisq)
segmento	modelo nulo	4	218.57	234.45	-105.286	210.57			
crítico	modelo ~ tipo relativa	6	211.94	235.75	-99.969	199.94	10.633	2	0.004911**
	modelo nulo	4	-33.374	-17.499	20.687	-41.374			
spill over	modelo ~ tipo relativa	6	-36.743	-12.931	24.371	-48.743	7.3688	2	0.02511*
	modelo nulo	4	-62.582	-46.626	35.291	-70.582			
segmento 5	modelo ~ tipo relativa	6	-62.799	-38.865	37.4	-74.799	4.2172	2	0.1214
	modelo nulo	4	41.691	57.647	-16.845	33.691			
segmento 6	modelo ~ tipo relativa	6	39.636	63.569	-13.818	27.636	6.0553	2	0.04843 *

Códigos de significância: 0 '*** 0.001 '** 0.01 '* 0.05 ° 0.1 ' 1

O Gráfico 1 ilustra o efeito fixo de tipo relativa, apresentando os tempos de leitura para as três condições experimentais, Lacuna Preenchida com DP (DP), Lacuna Gramatical (L), e Pronome Resumptivo (PR), medidos em quatro segmentos consecutivos. Para facilitar o entendimento da análise, as descrições e os gráficos serão expressos nos tempos de leitura originais (em ms) e não em log + 1 (cf. os valores dos tempos médios de leitura na Tabela 3)

No segmento crítico, há tempos de leitura muito semelhantes, de 2.07s (SD:1.31s) e 2.09s (SD:1.31s), para DP e PR, respectivamente, que são significativamente mais lentos comparados ao tempo de leitura para L com 1.79s (1.13s) (DP x L: β =-0.09197, SE=0.03506, t=-2.623, p= 0.0091; PR x L: β =-0.107, SE=0.0354, t=-3.022, p= 0.0076). Esses dados contrariam a previsão de que PR, por ser uma estrutura legítima na língua, apresentaria tempos intermediários entre L e DP, com tempos maiores para DP, dada sua agramaticalidade. Ou seja, um possível efeito de lacuna preenchida seria registrado no segmento crítico, independentemente da gramaticalidade.

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

Enquanto no segmento crítico não há diferença entre os tempos para DP e PR, no segmento seguinte, correspondente a um eventual efeito de *spill over*, os tempos de leitura são significativamente mais lentos para DP com 1.29s (SD:0.69s), comparados à condição PR, com o tempo médio mais rápido de todos, de 1.13s (0.62s) (β =-0.06656, SE=0.02564, t=-2.596, p= 0.0098). A diferença entre DP e PR é, portanto, maior do que a diferença entre tempos de leitura para DP e L, com 1.17s (SD:0.64s) (β = -0.02547, SE=0.02547, t=-2.018, p= 0.044).

Gráfico 1 – Tempos de leitura (em s) para a variável tipo de relativa, com as condições DP (em vermelho), L (em azul) e PR (em verde) para os segmentos crítico, *spill over*, 5 e 6. Barras de erro indicam margem de erro de probabilidade (α=0.05). Note -se que a significância para segmento 5 é marginal, oriunda do modelo que não deu significativo na comparação de modelos aninhados.

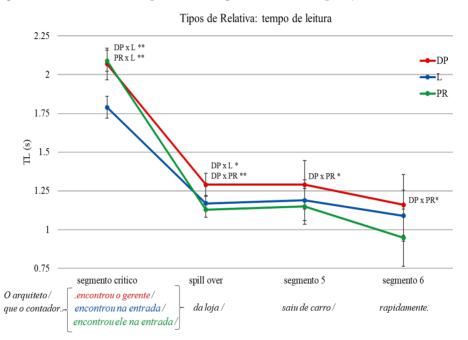


Tabela 3 – Valores médios do tempo de leitura com desvio padrão, por condição experimental, e por segmento.

	Tempo de leitura: tempo (desvio padrão)						
Condição	segmento crítico	spill over	segmento 5	segmento 6			
Lacuna Preenchida com DP (DP)	2.07s (1.31s)	1.29s (0.69s)	1.29s (0.92s)	1.16s (1.09s)			
Lacuna Gramatical (L)	1.79s (1.13s)	1.17s (0.64s)	1.19s (0.69)	1.09s (0.69s)			
Pronome Resumptivo (PR)	2.09s (1.31s)	1.13s (0.62s)	1.15s (0.67s)	0.95s (0.53s)			

Nos segmentos finais, segmentos 5 e 6, os tempos mais lentos foram registrados para DP. Esses foram maiores comparados à condição L: para o segmento 5, DP: 1.29s (SD: 0.92s) x L:1.19s (SD: 0.69); e para o segmento 6, DP: 1.16s (SD:1.09s) x L: 1.09s (SD:0.69s.) Porém, essas diferenças não atingem relevância nos modelos estatísticos (cf. Tabela 4). Já a diferença entre DP e PR é significativa para o segmento 5 (β = -0.04960, SE=0.02428, t=-2.043, p= 0.042) (nota-se, porém, que essa significância deve ser marginal

devido à não significância do modelo linear ajustado para o segmento 5), e para o segmento 6: (β = -0.06302, SE=0.028065, t=-2.245, p= 0.025). De fato, os tempos de leitura para a condição de PR são os mais baixos de todos para segmento 5, com tempo de leitura de 1.15s (0.67s), e, para segmento 6, com valor médio de 0.95s (SD: 0.53s). Comparações post-hoc não revelaram diferença significativa entre os tempos de leitura para L e RP para os segmentos *spill over*, segmento 5 e 6 (cf. Tabela 5).

Portanto, a condição agramatical (DP) continua sendo lida com maiores tempos, em todos os segmentos seguindo o segmento crítico, conforme previsto, dada a sua agramaticalidade. Há tempos gradativamente menores para as condições de lacuna (L), e até ainda mais reduzidos para o pronome resumptivo (PR), sugerindo que houve sucesso na tentativa de um eventual reparo do efeito de lacuna, e um processamento até mais rápido nos últimos segmentos, possivelmente relacionado à legitimidade da estrutura na língua.

Tabela 4 – Valores para os coeficientes β), erro padrão (SE, de standard error), valores t e p, resultantes das análises com os modelos ajustados para cada segmento. Note-se que a significância para segmento 5 é marginal, oriunda do modelo que não deu significativo na comparação de modelos aninhados.

Segmento	Efeitos fixos	В	SE	df	T	Pr(> t)
	(Intercept)	1.04131	0.05213	41.35023	19.975	<.000***
Crítico	Lacuna Gramatical (L)	-0.09197	0.03506	342.9400	-2.623	0.0091 **
	Pronome Resumptivo (PR) 0.01505 0.03528 (Intercept) 0.78659 0.03755	0.03528	346.5421	0.427	0.67	
	(Intercept)	0.78659	0.03755	43.65439	20.945	<.000***
spill over	Lacuna Gramatical (L)	-0.05141	0.02547	342.7104	-2.018	0.04434 *
1	Pronome Resumptivo (PR)	-0.06656	0.02564	346.1888	-2.596	0.00983 **
	(Intercept)	0.77509	0.04505	34.88847	17.205	<.000***
segmento 5	Lacuna Gramatical (L)	-0.02989	0.02410	350.93314	-1.240	0.2157
	Pronome Resumptivo (PR)	-0.04960	0.02428	353.98298	-2.043	0.0418 *
	(Intercept)	0.700342	0.041766	40.897241	16.768	<.000***
segmento 6	Lacuna Gramatical (L)	-0.00602	0.027851	352.11547	-0.216	0.8291
	Pronome Resumptivo (PR)	-0.06302	0.028065	354.87507	-2.245	0.0254 *

Códigos de significância: 0 '*** 0.001 '** 0.01 '* 0.05 ". 0.1 ' 1

Tabela 5 – Comparações par a par para as condições Lacuna Gramatical (L) e Pronome Resumptivo (PR) para todos os segmentos, aplicando teste Post-hoc de Tukey HSD.

Segmento	Comparação par a par	В	SE	df	T	Pr(> t)
Crítico	L x PR	-0.107	0.0354	348	-3.022	0.0076
spill over	L x PR	0.0151	0.0257	348	0.589	0.8263
segmento 5	L x PR	0.0197	0.0244	356	0.809	0.6978
segmento 6	L x PR	0.05700	0.0282	356	2.024	0.1080

Códigos de significância: 0 '*** 0.001 '** 0.01 '* 0.05 ° 0.1 ' 1

Para ter uma noção da comparabilidade do efeito da lacuna preenchida com estruturas do tipo DP e pronome, comparado às condições de controle com estruturas lícitas com DP(CDP) e pronome(CPr), foi ajustado um modelo com variável resposta *log(tempo de leitura + 1)* com fatores fixos *lacuna preenchida* (sim, para as estruturas relativas x não, para as sentenças

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

completivas, que apresentam, não uma posição de lacuna, mas sim uma posição de objeto preenchida) e *tipo* (DP x pronome) e sua interação, e participante e item como fatores randômicos. Esse modelo foi aplicado aos segmentos crítico e *spill over*, e se mostrou significativo após uma comparação com modelos aninhados (para segmento crítico: χ^2 =22.016, p<0.000; para *spill over*: χ^2 =18.471, p=0.0003).

As condições de lacuna preenchida, ou seja, as estruturas relativas, elencaram tempos de leitura mais demorados tanto no segmento crítico (β =0.13588, SE=0.03461, t=3.925, p<.000), quanto no segmento *spill over* (β =0.091999, SE=0.024276, t=3.790, p<.000). Apenas no segmento crítico, no geral, os tempos das estruturas com DPs foram um pouco mais lentos (β =0.07574, SE=0.03482, t=2.175, p=0.0301); porém, não houve interação entre os dois fatores (β =-0.06524, SE=0.04914, t=-1.328, p=0.185), e, no segmento *spill over*, nem o fator tipo, nem a interação, foram significativos (tipo: β =0.0023, SE=0.024424, t=0.094, p=0.925; interação: β =-0.069242, SE=0.034466, t=-2.009, p=0.045).

No Gráfico 2, pode-se observar que as análises apresentadas refletem tempo de leitura maior, principalmente, para a condição lacuna preenchida com DP (DP) comparada às demais. No segmento crítico, DP é lido mais lentamente do que as condições de controle, mas não que PR. No entanto, na região *spill over*, DP é lido mais lentamente do que todas as outras condições. Comparações *post-hoc* mostraram que a condição DP foi lida mais lentamente que sua condição controle CDP (DP: 2.07s (SD:1.31s) x CDP: 1.66s (SD:1.03s), p=0.0006). Por sua vez, embora PR fosse lido mais lentamente do que CPr, não houve diferença robusta (PR: 2.09s (SD:1.31s) x CPr: 1.87s (SD:1.11s), p= 0.18) (cf. Tabela 6, para os valores médios dos tempos).

No segmento seguinte do *spill over*, um cenário mais claro emerge, com tempo de leitura mais lento para DP (1.29s (SD: 0.69s)), e com tempos mais rápidos para todas as outras condições, levando a diferenças estatísticas para todas as comparações: DP x CDP, p= 0.0010, DP x PR, p=0.0316, DP x CPr, p= 0.0015. As condições CDP, PR e CPr tiveram tempos de leitura semelhantes, e não acusam diferenças significativas nas comparações posthoc (cf. Tabela 7 para os valores das comparações posthoc).

A análise reflete que tanto o efeito da lacuna quanto a agramaticalidade parecem afetar os tempos de leitura. No segmento crítico, observa-se o efeito da lacuna preenchida, com tempos maiores para as condições DP e PR. No *spill over*, fica evidente o efeito da agramaticalidade da estrutura DP perante o status de gramaticalidade das outras estruturas.

Gráfico 2 – Tempos de leitura (em s) para condições com lacuna preenchida com DP (DP, em vermelho) e com pronome resumptivo (PR, em azul escuro) com as suas condições de controle, respectivamente, Completiva com Objeto DP (CDP, em laranja), e Completiva com Objeto Pronominal (CPr, em azul claro), para os segmentos crítico e *spill over*. Barras de erro indicam margem de erro de probabilidade (α=0.05).

Lacuna preenchida x Controle

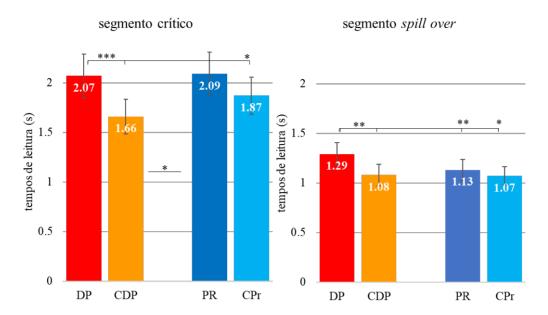


Tabela 6 – Valores médios para tempos de leitura e desvio padrão para as condições lacuna preenchida com DP (DP), Pronome Resumptivo (PR), Completiva com Objeto DP (CDP), e Completiva com Objeto Pronominal (CPr).

tempos médios (desvio padrão) em s.							
segmento crítico spill over							
DP	2.07 (1.31)	1.29 (0.697)					
CDP	1.66 (1.03)	1.08 (0.642)					
PR	2.09 (1.31)	1.13 (0.62)					
CPr	1.87 (1.11)	1.07 (0.548)					

Tabela 7 – Comparações par a par para as condições lacuna preenchida com DP (DP), Pronome Resumptivo (PR), Completiva com Objeto DP (CDP), e Completiva com Objeto Pronominal (CPr), aplicando teste Post-hoc de Tukey HSD.

· // 1										
comparação		segm	ento cr	ítico			sţ	oill over		
comparação	est.	SE	Df	t	P	est.	SE	Df	t	р
DP x CDP	-0.1359	0.0347	475	-3.911	0.0006	-0.092	0.0244	474	-3.776	0.001
DP: x PR	-0.0105	0.0347	475	-0.302	0.9904	0.0669	0.0244	474	2.747	0.0316
DP: x CPr	0.0601	0.0348	472	1.73	0.309	0.0897	0.0244	472	3.681	0.0015
CDP: x PR	-0.1464	0.0348	472	-4.205	0.0002	-0.0251	0.0244	472	-1.027	0.7339
CDP x CPr	-0.0757	0.035	476	-2.167	0.1341	-0.0023	0.0245	475	-0.094	0.9997
PR x CPr	-0.0706	0.0349	473	-2.025	0.1804	-0.0228	0.0245	472	-0.93	0.7887

6. Discussão

Em vista dos resultados anteriormente expostos, retomamos nossas previsões apresentadas anteriormente, em formato condensado:

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

- (i) Gradação entre tempos de leitura do segmento crítico:
 - L mais rápido; ausência do efeito de lacuna preenchida;
 - PR intermediário; efeito de lacuna preenchida;
 - DP mais lento; efeito de lacuna preenchida, possivelmente agravado pela agramaticalidade.
- (ii) Efeito *spill-over* segmento seguinte:
 - DP tempos mais lentos; tentativa de reparo sem sucesso;
 - PR tempos mais rápidos; tentativa de reparo com sucesso.
- (iii) Comparação com condições de controle:
 - DP mais lento do que CDP no segmento crítico e no seguinte;
 - PR relativamente mais lento do que CPr possivelmente apenas no segmento crítico (efeito da lacuna preenchida); mais lento (ou não) no *spill over* devido à possível diferença de aceitabilidade Pr vs. PResumptivo.

Em relação a (i), os resultados obtidos não confirmaram totalmente as previsões, uma vez que não se verificou a gradação esperada entre as condições. Os resultados apontaram que RP e DP apresentam, no segmento crítico, tempos de leitura semelhantes e maiores do que os tempos de leitura para L, sugerindo um efeito de lacuna preenchida, independentemente da gramaticalidade da sentença.

No entanto, as previsões em (ii) foram confirmadas, com uma diferença significativa de tempos de leitura, no segmento *spill over*, entre as condições DP e RP, indicando que o impacto causado por RP é rapidamente absorvido, possivelmente devido à sua legitimidade na língua.

A observação da comparação das estruturas testadas com as condições controle (iii) confirma uma diferença significativa entre DP e CDP, tanto no segmento crítico quanto no *spill over*, ratificando a diferença de gramaticalidade entre ambas, refletida nos tempos de leitura. Em relação a PR e CPr, embora os tempos de leitura para o primeiro sejam sempre mais altas do que para o segundo, não se obteve uma diferença significativa entre as condições, como previsto, o que pode indicar que a presença do pronome em si impacta o tempo de leitura. No segmento *spill over* também não se identifica uma diferença significativa nos tempos de leitura, indicando, possivelmente, que tanto um pronome objeto quanto um pronome resumptivo em estrutura relativa são igualmente integrados durante o processamento de frases.

Em suma, os dados indicam que a estrutura relativa com resumptivos pode ter, a princípio, seu processamento impactado, refletido em tempos de leitura mais lentos no segmento crítico, iguais aos do DP agramatical. Porém, diferentemente de uma estrutura não válida (DP), os tempos de leitura no segmento *spill-over* e posteriores são mais rápidos, refletindo uma integração sem custos adicionais no decorrer do processamento. Vale lembrar, no

entanto, que os dados também sugerem que a presença de pronomes do caso reto em posição de objeto colabora para tempos de leitura mais altos, o que pode ter ocorrido meramente dada a adição de um elemento a ser processado ou, alternativamente, refletir julgamentos de aceitabilidade, uma vez que os participantes deste estudo eram todos de nível de escolaridade alta e podem ter estranhado tal forma em sentenças escritas. Porém, enquanto a pouca aceitabilidade do pronome reto em posição de objeto direto em orações completivas se dá na modalidade escrita, apesar da sua relativa frequência na oralidade, o pronome resumptivo na relativa de objetivo direto parece ser, além de pouco prestigiado na escrita, a forma menos frequente na oralidade quando comparada às relativas de adjunto e genitivo, por exemplo (Silva & Lopes, 2007). Estudos futuros planejados pelas autoras com escuta poderão esclarecer essas questões.

Observações adicionais

Embora os resultados obtidos sejam interessantes, há uma série de observações necessárias a serem feitas. Discutiremos, particularmente, três aspectos, de natureza estrutural, fonológica e semântica, que podem ter influenciado os resultados.

Em termos estruturais, é importante ressaltar que a agramaticalidade do segmento crítico, especificamente na presença de um DP no lugar da lacuna na estrutura relativa, não pode ser definida de imediato, pois a continuidade da sentença pode salvar o que a princípio pode soar como inadequado estruturalmente. Adicionalmente, nos casos utilizados nesta investigação, há uma possibilidade de leitura gramatical para a sentença. É viável a leitura da relativa como uma estrutura não padrão cortadora do tipo genitiva:

(32) O arquiteto que o cliente contratou **o pedreiro....** (cujo cliente)

No entanto, é relevante indicar que nossos resultados evidenciaram uma distinção entre a condição de lacuna preenchida com DP e a condição com subordinada preenchida com um DP complemento (33).

(33) O arquiteto disse que o cliente contratou **o pedreiro**....

Essa diferenciação sugere que o impacto do preenchimento da potencial lacuna na relativa é logo sentido, já no segmento crítico, porém, a agramaticalidade ainda pode ser atenuada neste segmento por uma análise temporária, como mencionado acima, assim como por questões fonológicas a serem descritas a seguir. No entanto, o fato de o impacto se manter no

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

segmento de *spill over* e nos segmentos seguintes indica a confirmação da percepção da estrutura como agramatical.

Em termos fonológicos, é importante salientar que uma tarefa escrita implica que cada participante projete uma prosódia implícita (Fodor, 1998; 2002a e 2002b) durante a leitura das sentenças. No caso das sentenças relativas, a presença do pronome relativo possivelmente ativa a busca pela lacuna, impondo à leitura do verbo uma curva entonacional que prevê o elemento nulo e nada mais. Nas sentenças com lacuna preenchida por DP (sentenças agramaticais), a incorporação desse DP extra, em termos entonacionais, é menos custosa do que a incorporação de um elemento pronominal, o qual deveria formar com o verbo um grupo clítico (C) ou palavra prosódica (Ω) (Nespor & Vogel, 1986):

(34) a. ($^{\Omega}$ O arquiteto) ($^{\Omega}$ que o contador) ($^{\Omega}$ encontrou) ($^{\Omega}$ o gerente)... b. ($^{\Omega}$ O arquiteto) ($^{\Omega}$ que o contador) ($^{\Omega}$ encontrou ele) ($^{\Omega}$ na entrada)...

Essa dificuldade entonacional para a incorporação do resumptivo também pode ter se mostrado relevante para aproximar os tempos de leitura dos da condição agramatical com DP, no segmento crítico, o que se vai esvanecendo nos segmentos seguintes para a condição com resumptivo, validando a hipótese de que essa estrutura é plenamente legítima no PB. Já o impacto da estrutura relativa agramatical com DP preenchendo a posição da lacuna segue apresentando tempos de leitura sempre mais altos nos demais segmentos, reforçando a impossibilidade de salvamento da estrutura, ou seja, sua agramaticalidade.

Outro aspecto relevante a mencionar diz respeito ao fato de que a escolha do gênero masculino do pronome resumptivo (*ele*) não contribui para facilitar a definição da sua correferencialidade, dado que ambos elementos precedentes são do mesmo gênero, embora o Princípio B obrigue a tomar como antecedente o DP da sentença matriz sobre o DP da relativa, que se encontra no domínio de ligação do pronome (Chomsky, 1980).⁷ De qualquer maneira, há evidências de que a presença de um resumptivo com gênero desambiguizador facilita o processamento de relativas de objeto, em tarefa de escuta automonitorada, particularmente quando há uma distância maior entre o antecedente e o local da lacuna (exemplo original em Uchôa (2019)):

(35) Eu/ conheci/ a reitora/ que/ após a formatura/ no ginásio da faculdade/ o formando/ elogiou/ ela/ pela fala / de encerramento.

⁷ Conforme apontou um dos pareceristas, várias questões acerca de como se estabelece a relação entre o pronome resumptivo e seu antecedente são retomadas no arcabouço minimalista: haveria movimento ou não, estaríamos diante de um DP-complexo, etc. *Agree* parece se mostrar a operação relevante para a formação de uma cadeia entre esses elementos, permitindo sua interpretação em LF (ver Rouveret, 2011, para uma discussão acerca dos resumptivos). Infelizmente não há espaço para maior aprofundamento dessas questões neste artigo.

A fim de evitar interferências não controladas desses tipos de fatores, encontra-se em andamento um experimento *follow-up* em que se faz uso de sentenças que não possibilitem a leitura genitiva, que são ouvidas e não lidas pelos participantes e que diferenciam o gênero dos DPs precedentes.

(36) O cirurgião que a Zelda localizou ele na emergência marcou uma operação com urgência.

Nesse caso, trata-se de um experimento a ser conduzido por exame de eletroencefalograma para a extração de ERPs.

7. Considerações Finais

Este estudo se configura como o início de uma pesquisa de investigação sobre o processamento de estruturas relativas com resumptivos. Relataramse aqui os resultados obtidos a partir de um teste de leitura automonitorada com relativas de objeto direto com resumptivos. Como o processador sintático parece associar o antecedente a uma lacuna o mais rápido possível, a possibilidade de preenchimento de relativas com resumptivos no PB suscita uma questão relevante em termos de seu processamento. Assim, nesta etapa, contrastaram-se relativas de objeto direto com resumptivos com relativas com lacunas e relativas com preenchimento por um sintagma nominal, o que gera uma sentença agramatical na língua. Nossa expectativa era de que o processamento das relativas com resumptivos implicasse um leve custo adicional, apresentando um tempo de leitura intermediário entre a relativa com lacuna, de leitura mais rápida, e as relativas agramaticais com preenchimento por um DP, que teriam um impacto no *parser*, o qual tem sido associado ao efeito da lacuna preenchida, conforme discutido.

Algumas medidas foram avaliadas: o tempo de leitura no segmento crítico, ou seja, em que se apresenta o verbo da relativa e o sintagma nominal, ou o resumptivo, ou a lacuna, seguidos de um PP, o tempo de leitura no segmento seguinte, o denominado *spill-over*, ou seja, uma região em que ainda se podem detectar impactos decorrentes do processamento do segmento anterior e o tempo de leitura nos dois próximos segmentos, os segmentos finais. Os resultados indicaram que a leitura do segmento crítico nas relativas de objeto direto com pronomes resumptivos é tão lenta quanto à leitura das relativas agramaticais com DPs preenchendo a posição da lacuna, sendo as relativas com lacunas lidas mais rapidamente, sugerindo um efeito de lacuna preenchida, independentemente da gramaticalidade. No segmento *spill over*, no entanto, observa-se uma leitura mais rápida da condição com pronome resumptivo em comparação com a relativa com DP, sugerindo que o impacto da presença do resumptivo é rapidamente absorvido, o que indica que a estrutura é processada como legítima na língua. Essa leitura

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

mais rápida se mantém até o final da sentença, sendo também detectada nos segmentos seguintes. No entanto, as comparações com sentenças controle, em que se têm completivas com objetos diretos preenchidos por sintagmas nominais ou pronomes, indicam que a completiva e a relativa (agramatical) com sintagma nominal na posição de objeto apresentam tempos de leitura distintos, evidenciando a agramaticalidade dessa última. Por outro lado, não há diferença em tempo de leitura na comparação da completiva com objeto pronominal do caso reto com a relativa com pronome resumptivo, evidenciando que ambas são gramaticais na língua, embora possa haver um certo estranhamento em relação à presença do pronome do caso reto tanto na posição de objeto direto na completiva, quanto na relativa como resumptiva. Esse estranhamento pode ser interpretado como um provável efeito de natureza sociolinguística e estilística, dado que a apresentação dos estímulos foi realizada na modalidade escrita da língua, sendo os participantes todos de nível de escolaridade alto.

Referências

ADANI, F.; SEHM, M. & Zukowski, A. (2012) How do German children and adults deal with their relatives. In: STAVRAKAKI, S.; LALIOTI, M.; Konstantinopoulou, P. (Eds.). *Advances in Language Acquisition*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing. p. 14-22.

BAAYEN, R. H.; DAVIDSON, D. J.; BATES, D. M. (2008). Mixed-effects modeling with crossed random effects for subjects and items. *Journal of Memory and Language*, 59, p. 390-412. DOI: https://doi.org/10.1016/j.jml.2007.12.005

BATES, D.; MAECHLER, M.; BOLKER, B.; WALKER, S. (2015). *Fitting linear mixed-effects models using lme4*. Journal of Statistical Software, 67(1), p. 1-48. DOI: https://doi.org/10.18637/jss.v067.i01.

BELLETTI, A.; CONTEMORI C. (2010) Intervention and attraction on the production of subject and object relatives by Italian (young) children and adults. In: COSTA, J.; CASTRO, A.; LOBO, M.; PRATAS, F. (Eds.), *Language Acquisition and Development: Proceedings of Gala 2009*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing. p. 39-52.

BIANCHI, V. (1999) Consequences of antisymmetry. Berlin/New York: Mouton de Gruyter.

BRAME, M. (1968) A new analysis of the relative clause: Evidence for an interpretive theory. Unpublished manuscript. MIT.

CHOMSKY, N. (1980) On Binding. Linguistic Inquiry, 11, p. 1-46.

CHOMSKY, N. (1986) Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use. New York: Praeger.

CITKO, B. (2001) Deletion under Identity in Relative Clauses. Proceedings of the North East Linguistic Society (NELS) 31. 131–145.

CORRÊA, L. S. (1995) An alternative assessment of children's comprehension of relative clauses. *Journal of Psycholinguistic Research* 24: 183-203.

COSTA, J.; LOBO, M.; SILVA, C. (2011) Subject-object asymmetries in the acquisition of Portuguese relative clauses: Adults vs. children. *Lingua* 121(6). p. 1083-1100.

CRAIN, S.; FODOR, J.D. (1985) How can grammars help parsers? In: DOWTY, D. R.; KARTTUNEN, L.; ZWICKY, A. M. (Eds.). *Natural language parsing*. Cambridge: Cambridge University Press.

DE VILLIERS, J.; TAGER-FLUSBERG, H.; HAKUTA, K.; COHEN, M. (1979). Children's comprehension of relative causes. *Journal of Psycholinguistic Research* 8: 499-518.

140

FRIEDERICI, A. D.; WEISSENBORN, J. (2007). Mapping sentence form onto meaning: The syntax-semantic interface. *Brain Research*. 1146: 50-58. doi:10.1016/j.brainres.2006.08.038. PMID 16956590.

FRIEDMANN, N.; BELLETTI, A.; RIZZI, L. (2009) Relativized relatives: Types of intervention in the acquisition of A-bar dependencies. *Lingua* 119(1). p. 67-88.

GROLLA, E. (2000) A aquisição da periferia esquerda da sentença em Português Brasileiro. Dissertação de Mestrado, Unicamp.

GROLLA, E.; AUGUSTO, M. R. A.; RODRIGUES, E. (2020) O Desenvolvimento das Orações Relativas em Português Brasileiro: Dados de Produção. In: JUNIOR, P. M.; GUESSER, S.; LUNGUINHO, M. V.; VICENTE, H. G. (Orgs.). *Relativização e clivagem no PB*: sintaxe, aquisição, diacronia e experimentação. Campinas, SP: Pontes Editores.

GUASTI, M. T.; CARDINALETTI, A. (2003) Relative clause formation in Romance child production. *Probus* 15: 47-88.

M. R. A. Augusto,
M. Soto,
N. de Sena &
J. Bernardes
Resumptivos em
relativas de
objeto direto:
resultados
de leitura
automonitorada

HAMBURGER, H.; STEPHEN, C. (1982) Relative Acquisition. In: KUCZAJ, S. (Ed.). *Language development*: Syntax and semantics. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum. p. 245-274.

HAWKINS, J. (2004) Efficiency and complexity in grammars. Oxford: OUP.

HESTVIK, A.; MAXFIELD, N.; SCHWARTZ, R.; SHAFER, V. (2007). Brain responses to filled gaps. *Brain and Language*, 100, p. 301-316.

JUNIOR, Paulo Medeiros.; GUESSER, Simone; LUNGUINHO, Marcus Vinicius; VICENTE, Helena Guerra (Orgs.). *Relativização e clivagem no PB:* sintaxe, aquisição, diacronia e experimentação. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

KATO, M. A. (2005) A gramática do letrado: questões para a teoria gramatical. In: MARQUES, M. A.; KOLLER, E.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S. (Org.). *Ciências da linguagem*: 30 anos de investigação e ensino. Braga: Centro de Estudos Humanísticos (Universidade do Minho). p. 131-145.

KATO, M. A.; Nascimento, M. do. Gramática do português culto falado no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

KATO, M.; NUNES, J. (2009) A uniform raising analysis for standard and nonstandard relative clauses in Brazilian Portuguese. In: NUNES, J. (Org.). *Minimalist essays on Brazilian Portuguese syntax*, p. 93-120. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

KAYNE, R. (1994) The antisymmetry of syntax. MIT: Cambridge.

KEENAN, E.; COMRIE, B. (1977) Noun Phrase Accessibility and Universal Grammar. Linguistic Inquiry 8: 63-99. LABELLE, M. (1990) *Predication, Wh-Movement and the Development of Relative Clauses*. Language Acquisition 1: 95-119.

KERSCH, D. F. (2008) Preposição diante do pronome relativo no português brasileiro e europeu. DELTA [online]. vol.24, n.1, pp.51-72. ISSN 1678-460X.

KIM, A.; OSTERHOUT, L. (2005). The independence of combinatory semantic processing: evidence from event-related potentials. *Journal of Memory and Language*. 52 (2): 205-225. CiteSeerX 10.1.1.115.4927. doi:10.1016/j. jml.2004.10.002.

KROCK, A. (1989) Reflexes of grammar in patterns of language change. In: *Language Variation and Change*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 199-244.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 114-143, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 141

KROCK, A. (1994) Morphosyntactic Variation. In: BEALS, K. (Ed.). *Proceedings of the Thirtieth Annual Meeting of the Chicago Linguistic Society*, v. 2, p. 180-201.

KUZNETSOVA, A.; BROCKHOFF, P. B.; CHRISTENSEN, R. H. B. (2017) lmerTest Package: Tests in Linear Mixed Effects Models. *Journal of Statistical Software*, 82(13), 1-26. doi:10.18637/jss.v082.i13

LENTH, R. (2015). lsmeans: Least-Squares Means. Rpackageversion2.20-23, http://CRAN.R-project.org/package¹/₄lsmeans.

MAIA, M. (2014) Efeito da lacuna preenchida e plausibilidade semântica no processamento de frases em português brasileiro. Cadernos de Letras da UFF 49, p. 23-46.

MOLLICA, M. C. (1997) *Estudo da cópia nas construções relativas em português*. Rio de Janeiro, 1977. Dissertação (Mestrado) Pontifícia Universidade Católica.

MOLLICA, M. C. (2003) Relativas em tempo real no português brasileiro contemporâneo. In: PAIVA, M.; DUARTE, M. (Org.) *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 129-138.

PEIRCE, J. W.; GRAY, J. R.; SIMPSON, S.; MACASKILL, M. R.; HÖCHENBERGER, R.; SOGO, H.; KASTMAN, E.; LINDELØV, J. (2019). PsychoPy2: experiments in behavior made easy. *Behavior Research Methods*. 10.3758/s13428-018-01193-y.

PERRONI, M. C. (2001) As relativas que são fáceis na aquisição do português Brasileiro. *DELTA* 17: 59-79.

R CORE TEAM (2013). R: A language and environment for statistical computing. R *Foundation for Statistical Computing*, Vienna, Austria.URL http://www.R-project.org/.

RAMOS, J. de O. (2015) Descrição das estratégias relativas no português de Belo Horizonte: uma abordagem variacionista. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

RAYNER, K. (1998) Eye Movements in Reading and Information Processing: 20 Years of Research Psychological Bulletin. Vol. 124, No. 3, p. 372-422.

ROEPER, T. (1999). Universal bilingualism. *Bilingualism, Language and Cognition* (2), p. 169-186.

M. R. A. Augusto,

SAUERLAND, U. (2003). Unpronounced heads in relative clauses. In: SCHWABE, K.; WINKLER, S. (Eds.), *The interfaces*, p. 205-226. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins.

SCHREMM, A. (2007). Event-related brain potentials and the processing of filled gaps in English relative clauses. Dissertação de Mestrado. Lund University.

SILVA, R. V. de O. (2011). Análise da estrutura das orações relativas no português falado de Belo Horizonte: uma abordagem variacionista. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG.

SILVA, B. G. S. G.; LOPES, C. R. S. L. (2007). O papel da frequência na gramaticalização do que: análise das estratégias de relativização no português do Brasil Veredas, p. 80-100 (UFJF) ISSN 1982-2243

SOTO, M. (2010). Interceptando mecanismos de alternância bilíngue: a micromodularidade revelada nos ERPs. Orientadora: Aniela França Improta, Coorientadora: Aline da Rocha Gesualdi. Dissertação de Mestrado – Linguística, Faculdade de Letras, UFRJ.

STOWE, L. (1986). Parsing wh-constructions: evidence for on-line gap location. *Language and Cognitive Processes*, 1:227-463.

TARALLO, F. (1983). *Relativization strategies in Brazilian Portuguese*. Tese (Doutorado). Philadelphia, PA: Universidade da Pennsylvania.

UCHÔA, D. (2019). A compreensão de orações relativas com pronomes resumptivos no Português do Brasil. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

VERGNAUD, J-R. (1974). French relative clauses. Tese (Doutorado). Cambridge, MA: MIT.

WICKHAM, H. (2016). ggplot2: Elegant Graphics for Data Analysis. Springer-Verlag New York.

Submetido em: 0/0/0

Aceito em: 0/0/0

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 114-143, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 143

Sobre as leituras de *como assim* em português brasileiro¹

Simone Guesser² Lorrane Medeiros³ Flore Kédochim⁴ Raquel Sousa⁵

RESUMO

Resumo: O presente estudo investigou propriedades interpretativas do sintagma-wh como assim. Por meio de revisão de literatura de outras línguas, definiu-se 4 tipos diferentes de leitura do sintagma-wh como assim no português brasileiro e, a partir de dois experimentos off-line não cronométricos, utilizando o Google Forms, comprovamos que como assim apresenta as quatro semânticas distintas elencadas: de causa, de motivação, elucidativa e de incredulidade. Na leitura de causa, como assim é um operador sentencial, e sua pergunta atua sobre o que leva a um determinado evento ou estado. Na leitura de motivação, como assim tem atuação sobre o domínio de vP, e seu questionamento recai sobre o que habilita ou provoca um evento (ou estado) que é mediado pelo estado mental de um agente. Em ambas as leituras de causa e motivação, sentenças com como assim exprimem uma contra-expectativa do falante acerca de um conteúdo previamente apresentado (TSAI, 2008). Nas leituras elucidativa e de incredulidade, não temos sentenças que se caracterizam pragmaticamente como pergunta, no sentido de Dayal (2016). Nas estruturas com como assim elucidativo, o falante pede esclarecimentos sobre o que ouviu, ao passo que, na interpretação de incredulidade, o objetivo do falante é exprimir um estado de surpresa com relação a um evento, estado ou proferimento que contraria os conhecimentos prévios do falante.

Palavras-chave: *Interrogativas wh-*; *Como assim*; *Linguística Experimental*.

¹ Agradecemos aos pareceristas anônimos pela atenta leitura e pelos valiosos comentários. Os erros aqui remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

² Professora da graduação e do mestrado em Letras da Universidade Federal de Roraima e professora visitante do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal da Fronteira Sul. E-mail: simoneguesser@yahoo.com.br. ORCID: 0000-0002-0064-9251.

³ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro/bolsista CNPq. E-mail: lorranesnm@hotmail.com. ORCID: 0000-0003-1409-3597.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Roraima. E-mail: flore.kedochim@gmail.com. ORCID: 0000-0002-7593-9034.

⁵ Mestranda em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas/bolsista CNPq. E-mail: rachel.ssousa@gmail.com. ORCID: 0000-0003-0804-1299.

ABSTRACT

Abstract: This study aimed to investigate the interpretation of the *wh*-phrase *como* assim in Brazilian Portuguese. After an analysis of the literature on interrogative sentences in other languages, four different interpretations were identified for como assim: cause, motivation, elucidation and incredulity. The possibility of these readings was corroborated by two non-chronometric offline experiments using Google forms. In the causal reading, como assim acts as a sentential operator and asks about what caused a certain event or state. In the motivational interpretation, como assim has scope on the vP domain. This reading questions what enables or causes an event (or state) that is mediated by an agent's mental state. In both readings, sentences with como assim express a counter-expectation of the speaker about a prior content of the conversation (TSAI, 2008). The sentences with elucidative and incredulity readings cannot be pragmatically characterized as questions, in the sense of Dayal (2016). In structures with the elucidative como assim, the speaker asks for clarification about something he/she has heard, whereas in the incredulity interpretation, the speaker aims to express a state of surprise about an event, state or utterance that is incompatible with his/her prior knowledge.

Keywords: Wh-interrogatives; Como assim; Experimental Linguistics.

146 Introdução

omo assim é um sintagma interrogativo muito produtivo no Português Brasileiro (doravante PB). Em (1) e (2) são apresentados alguns exemplos com esse sintagma, retirados do banco de dados do Projeto da Norma Urbana Oral Culta do Rio de Janeiro (NURC-RJ)⁶:

- (1) LOC. Punho, né, punho, não é isso?
 - DOC. Sim. Agora, você lembra, há camisas que têm uns punhos diferentes, você manja disso?
 - LOC. Não, não manjo. Tem uns punhos aí trabalhados, né?
 - DOC. Como assim?
 - LOC. Umas franjas. Não deve ser esse o termo não, mas ...
 - DOC. E às vezes tem uns assim (inint.) (DID-RJ-0096. Grifo nosso.)
- (2) DOC. Que tipos de construção a gente tem aqui?
 - LOC. Como assim?
 - DOC. Só, só existem casas e apartamentos? Prédios de apartamento?

⁶ Os referidos contextos são entre documentador (doc) e locutor/informante (loc).

S. Guesser,

LOC. - Não. Casa, apartamentos, lojas e ... Eu faço questão aliás de me mo... de morar longe de comércio. (DID-RJ-0272. Grifo nosso.)

Neste trabalho, nosso objetivo é investigar, sob a visão da Sintaxe Gerativa e utilizando aparatos da Linguística Experimental, interpretações veiculadas em sentenças com *como assim* no PB. As interrogativas wh- em PB foram amplamente estudadas dentro da sintaxe teórica (MIOTO, 1994; 2001; 2003; KATO; RAPOSO, 1996; KATO; MIOTO, 2005; FIGUEIREDO SILVA; GROLLA, 2016; MEDEIROS JUNIOR, 2018; KATO, 2019, entre outros), na perspectiva diacrônica (e.g. KATO; RIBEIRO, 2009; KATO, 2013), experimental (e.g. MAIA, 2014) e em estudos sobre aquisição (cf., entre outros, GROLLA, 2005, LESSA, 2003). Tais pesquisas, porém, pelo que pudemos constatar, não tiveram como objetivo central investigar sentenças com *como assim*. Dessa forma, esperamos que o presente estudo possa contribuir para ampliar a discussão sobre estruturas interrogativas em PB, em particular no que se refere às suas propriedades interpretativas e pragmático-discursivas.

O texto que segue se organiza da seguinte forma: na seção 1, abordamos a semântica de interrogativas que envolvem relações causais. Na seção 2, apresentamos, com base em Dayal (2016), a distinção entre perguntas canônicas e não canônicas. Na seção 3, passamos à discussão sobre as leituras de *como assim* em PB, com base nos experimentos aplicados. Por fim, a seção 4 encerra o trabalho com as considerações finais.

1. Interrogativas-wh de semântica causal

O estudo das leituras de interrogativas com *como assim* requer um olhar sobre a semântica de sintagmas wh- não argumentais, em especial, as semânticas de causa entre dois eventos. Tsai (2008), investigando interrogativas do inglês e do chinês, adota a tipologia proposta por Reinhart (2003) e assume que existem três tipos de relações causais: *Enable* (*Habilitação*), *Cause* (*Causa*) e *Motivate* (*Motivação*), as quais são caracterizadas a seguir:

- (3) a. Habilitação: um evento é uma condição necessária para o outro (e.g., Pasuya entrou na piscina e então ele se afogou)
 - b. Causa: um evento é uma condição suficiente para a outra (e.g., Acabou de nevar lá fora, então a neve está branca)
 - c. Motivação: um evento habilita ou causa o outro, sendo mediado por um estado mental

(e.g., Pasuya queria comer, então ele começou a cozinhar)
(TSAI, 2008, p. 90, tradução nossa)⁷

⁷ i. a. Enable: One event is a necessary condition for the other. (e.g., Pasuya entered the pool, and then he drowned.)

b. Cause: One event is a sufficient condition for the other. (e.g., It just snowed outside, so the snow is white.)

Segundo o autor, a relação *Habilitação* é verificada em perguntas com *why* como (4) e (5), por exemplo. Nessas sentenças, pressupõe-se, respectivamente, que Pasuya bateu em Mo'o, e que a neve é branca. O operador *why* serve para perguntar sobre a razão de Pasuya bater em Mo'o e de a neve ser branca. Assim, sentenças como (4) e (5) são semanticamente representadas como em (6a) e (6b), respectivamente. No primeiro caso, o foco do questionamento recai sobre o evento efeito (e'); no segundo, recai sobre o estado resultante (s)⁸.

- (4) Why did Pasuya hit Moo? 'Por que Pasuya bateu em Mo'o?' (TSAI, 2008, p. 93)
- (5) Why is the snow white? 'Por que a neve é branca?' (TSAI, 2008, p. 91)
- a. ?e∃e' (hitting(e') &Agent(e', Pasuya) & Theme(e, Moo) & ENABLE(e, e')) b. ?e∃s (being-white(s) & Theme(s, the snow) & ENABLE(e, s)) (TSAI, 2008, p. 91)

A relação de *Causa* entre dois eventos se verifica em perguntas com sintagmas como *how come*. Tsai aponta que tais interrogativas apresentam uma diferente pressuposição com relação a interrogativas com *why* do tipo *Habilitação*. Em sentenças como (7) e (8), por exemplo, existe, respectivamente, a pressuposição de que Pasuya bateu em Mo'o, e algo fez com que ela batesse em Mo'o, e de que a neve está branca, e algo fez com que ela se tornasse branca. Nesses casos, o foco das perguntas recai, respectivamente, sobre o evento efeito (*e*') e sobre o estado resultante (*s*). Um aspecto importante que distingue *why* e *how come* refere-se ao fato de que esse último tem, associada à sua pragmática, uma contra-expectativa do falante: em (7), tem-se a contra-expectativa de que Pasuya não deveria bater em Mo'o e, em (8), a de que a neve não deveria estar branca. Em (9a-b) são dadas as representações semânticas de (7) e (8).

(7) How come Pasuya hit Moo?

'Como assim Pasuya bateu no Mo'o?'

Pressuposição → Pasuya bateu em Mo'o, e algo fez com que ela batesse em Mo'o.

Contraexpectativa → Pasuya não deveria bater em Mo'o.

Speech $Act \rightarrow o$ falante quer saber o que fez com que Pasuya batesse em Mo'o.

c. Motivate: One event either enables or causes the other, mediated by a mental state. (e.g., Pasuya wanted to eat, so he started to cook.) (TSAI, 2008, p. 90)

⁸ Na notação apresentada em Tsai (2008), "?" representa o operador de pergunta, e "∃" representa o operador existencial.

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro (8) How come the snow is white?

'Como assim a neve está branca?'

Pressuposição → a neve está branca, e algo fez com que ela se tornasse branca

Contraexpectativa → a neve não deveria estar branca.

Speech Act → o falante quer saber o que fez com que a neve se tornasse branca.

(TSAI, 2008, p. 89)

(9) a. ?e∃e' (hitting(e') & Agent(e', Pasuya) & Theme(e', Mo'o) & CAUSE(e, e')) b. ?e∃s (being-white(s) & Theme(s, the snow) & CAUSE(e, s)) (TSAI, 2008, p. 90)

Por fim, a relação denominada *Motivação* pode ser expressa por interrogativas com *why* ou com *what for.* Nessa leitura, que corresponde ao que alguns autores chamam de *propósito* (cf. ZWICKY; ZWICKY, 1973, entre outros), um evento habilita ou provoca o outro, sendo mediado pelo estado mental de um agente. Dessa forma, uma sentença como (10a) é semanticamente representada como (10b):

(10) a. For what purpose will Akiu leave?

'Com que propósito o Akiu vai embora?'

- b. ?e\(\text{e}'\) (leaving(e') & Agent(e', Akiu) & MOTIVATE(e, e'))
- c. MOTIVATE(e, e') « e habilita ou causa e', mediado por um estado mental.

(TSAI, 2008, p. 94)

Tsai (2008) propõe que a relação de *Motivação* é mediada pelo estado mental de um agente. Em outras palavras, tal relação é licenciada em contextos que apresentam verbos que veiculam um papel agentivo. Isso pode ser constatado no contraste entre (11) e (12), de um lado, e (13) e (14), de outro. As duas primeiras sentenças, com *how come*, são perfeitamente aceitáveis, enquanto as duas últimas, que envolvem *what for*, são marginais, dado que altura e sensação de temperatura de alguém não são aspectos controláveis por um agente.

- (11) How come George is tall? 'Como assim o George é alto?'
- (12) How come you feel cold? 'Como assim você sente frio?'
- (13) ?What is George tall for? 'Para que o George é alto?'

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

(14) ?What do you feel cold for? 'Para que você sente frio?'

(ZWICKY; ZWICKY, 1973, p. 924)

Tsai (1999) mostra o mesmo fenômeno para o chinês, contrastando os sintagmas interrogativos weishenme (por que de Habilitação) e wei(-le) shenme (por que de Motivação)⁹. Diferentemente de weishenme, o sintagma wei(-le) shenme não é compatível com predicados estativos (15a), verbos psicológicos não causativos (15b) e verbos psicológicos não agentivos (15c). Nesses exemplos, apenas a leitura de Habilitação é possível. Por outro lado, a assimetria Habilitação-Motivação desaparece em construções com verbos psicológicos causativos agentivos (16):

- (15) a. Akiu weishenme/*wei(-le) shenme zheme mang/congming? Akiu why/for(-Prf) what so busy/smart 'Por que Akiu é tão ocupado/esperto?'
 - b. Akiu weishenme/*wei(-le) shenme xihuan/pa Xiaodi? Akiu why/for(-Prf) what like/fear Xiaodi 'Por que Akiu gosta/teme Xiaodi?'
 - c. Zhe-chu dianying weishenme/*wei(-le) shenme zheme taohao/xia-ren? This-CL movie why/for(-Prf) what so pleasing/scare-people 'Por que esse filme é tão agradável/assustador?'
- (16) Akiu weishenme/wei(-le) shenme taohao/xia Xiaodi? Akiu why/for(-Prf) what please/scare Xiaodi Why/For what (purpose) does Akiu please/scare Xiaodi?' 'Por que Akiu agrada/assusta Xiaodi?'

(TSAI, 1999, p. 46)

Nesta seção, conhecemos a proposta de Tsai (2008) para a explicitação da semântica de sintagmas que estabelecem relações causais. Utilizando a tipologia proposta por Reinhart (2003), Tsai assume que a relação de eventos estabelecidas pelos advérbios *why* (de razão), *how come* e *what for* são, respectivamente, de habilitação, de causa e de motivação. As diferentes leituras identificadas para esses sintagmas são especialmente importantes para o nosso estudo sobre *como assim* em PB, sobretudo porque, como veremos nas seções posteriores, esse sintagma pode envolver relações um tipo de relação causal entre eventos.

⁹ Na verdade, essa restrição se verifica também no sintagma *zenme* (*como*) com interpretação de maneira e de instrumento.

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro

2. Perguntas canônicas e não canônicas

Aspectos importantes para as nossas considerações sobre as leituras de *como assim* são a definição pragmática de pergunta e a distinção entre perguntas canônicas e não canônicas feitas por Dayal (2016). A autora argumenta que uma pergunta se define por conter o seguinte ato de fala:

- (17) O ATO DE FALA DE PERGUNTAR O falante questiona um ouvinte sobre uma proposição p se:
 - i. O falante não sabe a verdade sobre p.
 - ii. O falante quer saber a verdade sobre p.
 - iii. O falante acredita que o ouvinte sabe a verdade sobre p¹⁰.

Face a essa definição, a autora discute o caso de sentenças como (18):

(18) a. What is your name?

'Qual é o seu nome?'

b. Is the Pope Catholic?

'O papa é católico?'

c. Who are you to tell me what to do?

'Quem é você para me dizer o que fazer'

(DAYAL, 2016, p. 1)

Do ponto de vista sintático, poderíamos facilmente classificar as sentenças em (18) como perguntas, visto que exibem o movimento de I para C, típico de perguntas do inglês, e são tipicamente marcadas por um contorno entoacional diferente de uma declarativa, por exemplo. No entanto, do ponto de vista pragmático, a relação entre estrutura interrogativa e ato de fala de perguntar não é simétrica, de forma que nem todas as sentenças exibidas em (18) seriam classificadas como perguntas.

Considerando que no ato de fala de uma pergunta o falante não tenha informações sobre um assunto, quer obtê-las e, então, as solicita para um interlocutor que ele acredita que tenha informações a respeito, apenas o exemplo em (18a), no qual o nome de alguém é questionado, poderia, dentro de condições normais¹¹, ser considerando uma pergunta. Em (18b) não teríamos uma pergunta no ponto de vista pragmático, dado que qualquer pessoa que tem conhecimentos suficientes sobre o conceito de "papa" possui também o conhecimento de que esse título está relacionado à doutrina

SPEECH ACT OF QUESTIONING – Speaker questions Hearer about proposition p iff i. S does not know the truth about p.

ii. S wants to know the truth about p.

iii. S believes H knows the truth about p. (DAYAL, 2016, p. 4)

¹¹ Dayal (2016) expõe, por exemplo, que (18a) poderia não ser classificada como uma pergunta em uma situação na qual essa mesma pergunta é feita a um recém-nascido.

católica. Dá-se, portanto, nesse caso, uma violação de (17i). Em (18c), por sua vez, o que se verifica é uma asserção de natureza negativa que tende a ser interpretada como *você não deveria me dizer o que fazer*.

É relevante, para a discussão que segue sobre sentenças com *como assim*, observarmos sentenças como as em (19) e (20), em particular essa última.

- (19) A: John ate the meat.
 - 'O John comeu a carne'
 - B: John ate WHAT? (I couldn't hear you.)
 - 'O John comeu o quê? (Eu não pude ouvir você)'
- (20) A: John ate the meat.
 - 'O John comeu a carne'
 - B: John ate WHAT? (I can't believe you.)
 - 'O John comeu o quê? (Eu não posso acreditar em você)'

(adaptação de DAYAL, 2016, p. 1)

Em (19b), uma sentença tradicionalmente chamada de pergunta-eco, o falante solicita a repetição de uma informação anteriormente dada no discurso e que ele não escutou de maneira satisfatória¹². Nesse caso, as condições de felicidade de um ato de fala de pergunta não são satisfeitas, visto que não se trata do pedido de uma informação, e sim da repetição dela. Em (20), dado um contexto no qual se tem o conhecimento de que John é vegetariano, o falante B, ao se deparar com a informação expressa pelo falante A, a qual contraria os seus conhecimentos prévios, produz uma sentença que visa exprimir o seu estado de surpresa com relação à nova informação. Dayal (2016) atribui a esse último tipo de interrogativa o nome de interrogativa de incredulidade.

As perguntas de incredulidade referem-se a um ato de fala que não requer respostas de um interlocutor. No máximo, elas requerem a confirmação de uma proposição anteriormente dada no contexto discursivo. A principal função desse tipo de pergunta é explicitar surpresa da parte do falante. Por exemplo, consideremos (21):

- (21) A: A Maria não vai bem nas aulas de sintaxe.
 - B: A Maria não vai bem nas aulas de sintaxe? Ela tirou 10 na prova!

Assumamos que o diálogo em (21) seja inserido em um contexto em que o falante B tem o conhecimento de que Maria é uma aluna aplicada, tendo ela, inclusive, recentemente tirado nota dez na prova de sintaxe. Ao ouvir a fala de A, proferimento que vai contra os seus conhecimentos prévios, o falante B reproduz o enunciado de A como um ato de fala que não é de pergunta. Nesse caso, a fala de B não é utilizada para solicitar uma resposta

¹² O tom de voz baixo utilizado pelo falante em A aqui é representado pela subscrita do item *meat*.

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro da parte do falante A, mas sim para exprimir uma surpresa com relação à proposição feita por A.

Inversamente ao que observamos em (18b-c), por exemplo, existem estruturas não interrogativas que funcionam pragmaticamente como questões. Esse é o caso de sentenças como as em (22):

- (22) a. It's raining?
 - 'Está chovendo?'
 - b. I wonder what time it is.

'Eu me pergunto que horas são.'

(DAYAL, 2016, p. 2)

Em (22a), apesar de não observamos a inversão de sujeito típica de perguntas sim-não em inglês, a sentença é marcada por uma entoação interrogativa e prontamente convida o ouvinte a dar uma confirmação ou negação sobre o fato de estar ou não chovendo. A sentença em (22b), facilmente classificada, no seu todo, como declarativa, acarreta em respostas de um interlocutor a respeito das horas marcadas no momento da fala.

Tendo em vista as propriedades pragmáticas de uma pergunta elencadas em (17) e também propriedades sintáticas de interrogativas, Dayal (2016) propõe uma subdivisão no grupo das perguntas: perguntas canônicas e não canônicas. No primeiro subgrupo, encontram-se perguntas em que se verifica uma estrutura interrogativa e em que o falante solicita ao interlocutor informações sobre as quais não tem conhecimento, acreditando que seu interlocutor tenha tais informações.

De outro lado, encontram-se as perguntas não canônicas, que se diferem das canônicas de alguma das seguintes formas:

i. elas solicitam informações, mas também veiculam certo viés a respeito de que informação receberão¹³, como percebemos, por exemplo, em (22a);
ii. a sua sintaxe difere da forma tradicionalmente concebida como interrogativa (como em(19B) e (20B), por exemplo);
iii. o propósito delas é se engajar em algum outro ato de fala em vez de (ou

em adição a) solicitar informações do ouvinte, como observamos em (18c).

Em suma, Dayal (2016) evidencia que a relação entre sentenças estruturalmente caracterizadas como interrogativas e o que de fato funciona no contexto discursivo como uma pergunta, elicitando respostas de um

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

¹³ Sobre tal enviesamento, Dayal (2016) cita, como exemplo, o caso das sentenças negativas polares do inglês:

⁽i) Do you want tea?

^{&#}x27;Vocês querem chá?'

⁽ii) Do you not want tea?

^{&#}x27;Vocês não querem chá?' (DAYAL, 2016, p. 256)

Em (i), o falante não tem expectativas sobre as respostas dos interlocutores, enquanto em (ii) o falante tem uma forte previsão de que os ouvintes declinarão a oferta.

ouvinte, não é simétrica. Dessa forma, é necessário estabelecer uma distinção entre o que são perguntas canônicas (questões sintaticamente marcadas e pragmaticamente felizes, nos moldes de (17)) e perguntas não canônicas, que são as demais perguntas discutidas nessa sessão (por exemplo, perguntas-eco, perguntas retóricas, polares negativas, de incredulidade, etc.). A distinção proposta por Dayal (2016) é crucial para a discussão sobre *como assim* em PB, considerando que, adicionalmente à relação causal estabelecida entre eventos, explicitada na seção 1, *como assim* apresenta duas interpretações adicionais que, como veremos na próxima seção, podem ser classificadas como perguntas não canônicas.

3. As leituras de sentenças com como assim em PB

Seguindo a tipologia de Reinhart (2003 apud TSAI, 2008), apresentada na seção 1, sentenças com sintagmas interrogativos como *why*, *how come* e *what for* (e seus correspondentes em outras línguas) se acomunam semanticamente por envolverem uma relação semântica causal, que pode ser do tipo *Habilitação*, *Causa* ou *Motivação*. Além disso, entre elementos como *why/perché* (de *Habilitação*) e *how come/come mai* (causa) existe uma outra semelhança: tratam-se de operadores sentenciais.

Passando para sentenças com *como assim* em PB, observamos que elas podem ser consideradas contrapartes de sentenças com *how come*, uma vez que, assim como essa expressão, podem veicular leitura de causa, como mostra o exemplo em (24):

- (24) A: A Maria comprou um carro novo.
 - B: Como assim ela comprou um carro novo?
 - A: (Porque) O carro antigo dela tinha muitos problemas mecânicos.

Nessa leitura, *como assim*, da mesma forma que *how come*, manifesta um de estado de contra-expectativa do falante: com sua fala, o falante B deixa expresso que ele não esperava que a Maria comprasse um carro novo.

Além de veicular semântica de causa, estruturas com *como assim* podem veicular leitura de motivação (propósito), como mostra o diálogo em (25). Contudo, é importante mencionar que, além da semântica de motivação, tal como descrita na seção 1, *como assim*, em contextos como (25), é também caracterizado por exprimir contra-expectativa¹⁴.

- (25) A: Você ficou sabendo que o Tiago vai sair de férias para Fernando de Noronha?
 - B: Como assim ele vai sair de férias para Fernando de Noronha?
 - A: Para se exibir nas redes sociais.
- 14 Por essa razão, chamaremos essa leitura de *como assim* de motivação com contra-expectativa.

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro Em (24) e (25), *como assim* atua na formação de perguntas canônicas, nos termos de Dayal (2016), conforme apresentamos na seção 2. Porém, há situações em que esse sintagma serve para formar sentenças que não se caracterizam como perguntas. Consideremos os dados a seguir, retirados do NURC-RI:

(26) LOC. - Bom, isso aí tem uma origem vegetal e por processos industriais é formada a linha, né, extraída do vegetal e... Isso numa primeira fase industrial, né?

Depois, numa segunda fase, isso é transformado num tecido e numa terceira fase seria a de confecção propriamente da, da camisa.

DOC. - Discrimina isso.

LOC. - Como assim?

DOC. - Como é que é isso? As partes aí dessa confecção. (RJ-DID-096)

(27) **DOC.** - (inint.) e quanto custa isso?

LOC. - Eh, com o... Completo assim deve estar uns cinquenta contos naquele Braga's, lá da, lá do edifício Central, Avenida Central.

DOC. - Sei. Agora, me diz uma coisa, e as mulheres, você tem idéia?

LOC. - Como assim? Do... Como é que é essas etapas?

DOC. - Essas etapas de tratamento de cabelo, de rosto, de pele.

LOC. - Ah, não, sinceramente. Não faço a mínima idéia de como é que é. (RJ-DID-096)

Nesses dois diálogos, as ocorrências de interrogativas com *como assim* são usadas para solicitar informações adicionais ao interlocutor em uma situação em que algo não foi bem compreendido. Em (26), o questionamento é feito após o locutor (loc) não compreender o que deveria ser discriminado por ele. Isso pode ser observado na resposta do documentador (doc) que, ao perceber que não foi claro, faz uma paráfrase da sentença como *Como é que é isso? As partes aí dessa confecção*. Em (27) observamos um padrão semelhante, com a adição de que o próprio falante, ao utilizar *como assim*, faz uma hipótese do que ele acredita ser o que o documentador havia perguntado anteriormente. O documentador, por sua vez, ao entender que não foi preciso, parafraseia as informações que ele gostaria de solicitar com *essas etapas de tratamento de cabelo, de rosto, de pele*.

Vamos denominar essa leitura de interrogativas com *como assim* de elucidativa, dado que se trata de um uso em que o falante pede elucidações/ esclarecimentos sobre o que ouviu. A seguir, reproduzimos exemplos adicionais de *como assim* elucidativo retirados da internet:

Como assim cultura de **estupro?**

O termo "cultura do estupro" tem sido usado desde os anos 1970, época da chamada segunda onda feminista, para apontar comportamentos tanto sutis, quanto explícitos que silenciam ou relativizam a violência sexual contra a mulher.

Fonte: Politize!

Português para
Estrangeiros?
Em Campina Grande?
Como assim???

Este semestre, o PET Letras
/UFCG ofertará um curso de
extensão de Ensino de Português
para estrangeiros.

Aguarde informações!



Fonte: Facebook

Fonte: Facebook

Consideremos agora o diálogo em (31) extraído do NURC, e os em (32) a (34), encontrados no Facebook:

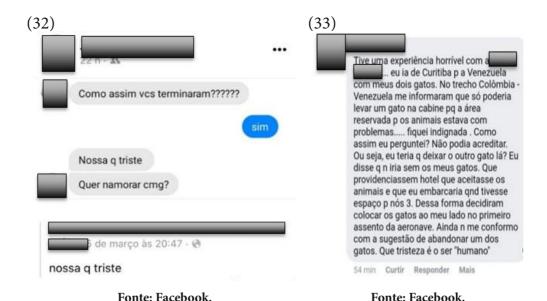
(31) **LOC.** - bom... obviamente... tem um goleiro... dois zagueiros... dois do meio de campo e um na... frente... fazendo a... ponta de lança... como eles... **DOC.** - qual a função de cada um?

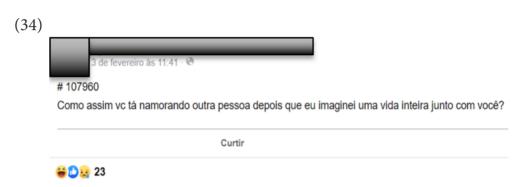
LOC. - como assim? bom... aí pra explicar... os zagueiros ficam plantados... próximo à área... justamente pra evitar... que haja o perigo do adversário... penetrar... os de meio de campo... é que auxiliam... e praticamente agem... como atacantes... em si... que é aqueles que podem... exatamente... fazer... perigar o adversário... então... ele jogam... de comum acordo com aquele que fica na frente... lutando por isso... eu acho que futebol... acho que já falei demais...

(RJ-DID-052, grifo nosso)

157

S. GUESSER,
L. MEDEIROS,
F. KEDÓCHIM &
R. SOUZA
Sobre as leituras
de como assim
em português
brasileiro





Fonte: Facebook.

Nessas interrogativas, diferentemente dos exemplos anteriores, *como assim* é usado especificamente para exprimir um estado de surpresa com relação a um evento ou proferimento feito anteriormente. Em tais contextos, o interlocutor pode, igualmente, ser convidado a confirmar tais informações, como observamos no exemplo em (32). É importante frisar que, nessa interpretação, *como assim* apresenta uma prosódia muito particular. Tal prosódia pode igualmente ocorrer em contextos de causa e de propósito e incredulidade, não sendo observada, entretanto, em contextos elucidativos¹⁵. Colocaremos esse tipo de sentença com *como assim* sob o rótulo de interrogativa de incredulidade, tal como explicitada em Dayal (2016).

Em suma, estruturas com *como assim* em PB parecem poder apresentar quatro diferentes tipos de leitura, sendo que duas delas caracterizam a sentença como uma pergunta, do ponto de vista pragmático, e duas não. Nas seções a seguir, nosso objetivo é testar experimentalmente a existência dessas interpretações.

¹⁵ Deixaremos a investigação das propriedades prosódicas de *como assim* para trabalhos futuros.

3.1 Experimento

O objetivo deste experimento foi investigar as propriedades interpretativas do sintagma wh- *como assim* em PB. Assim, após definirmos, com base nos estudos apontados nas seções 1 e 2, os tipos de leitura de sentenças com esse sintagma, fizemos um experimento através de uma técnica *off-line* não cronométrica, utilizando questionários *on-line* (*Google forms*), com vistas a verificar se, de fato, as leituras propostas neste artigo são efetivas e, também, para averiguar, dentre as leituras apresentadas, a preferência dos participantes na escolha das possíveis leituras do sintagma.

Com o intuito de tornar a tarefa menos cansativa para os participantes, dividimos o estudo em dois experimentos. Eles foram aplicados de maneira independente. No primeiro, são investigadas as leituras de motivação (propósito) e de incredulidade, e no segundo as leituras de causa e elucidativa.

3.1.1 Hipóteses e Previsões

A hipótese adotada nesta pesquisa é a de que existem quatro leituras possíveis para *como assim*: leitura de incredulidade, de motivação (com contra-expectativa), elucidativa e de causa, conforme elencadas no início desta seção. Nesse sentido, esperamos que, no Experimento I, os participantes escolham as opções que contenham leituras de incredulidade e motivação (com contra-expectativa). No Experimento II, esperamos que os participantes escolham as opções de leituras de causa e elucidativa.

3.1.2 O design experimental

Cada experimento tem um design 2, onde manipula-se o fator leitura do sintagma wh- *como assim*: no primeiro, motivação (com contra-expectativa) X incredulidade e, no segundo, causa X elucidativa. Tem-se, portanto, as seguintes condições experimentais: CP (*como assim* de motivação com contra-expectativa), CI (*como assim* de incredulidade), CC (*como assim* de causa) e CE (*como assim* elucidativo). Quanto às variáveis independentes, estamos consideramos o índice de escolha dos participantes. No Quadro 1, temos exemplos das condições experimentais:

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro

Quadro 1 - Exemplo das condições experimentais.

A: O João comprou um carro novo.
B: Como assim?
A:
(a) Para se exibir para os colegas de trabalho. [CP]
(b) Pois é, ele fez isso. [CI]
A: A Televisão da sala está inutilizável.
B: Como assim?
A:
(a) O Paulo quebrou ela. [CC]
(b) Em outras palavras, ela não funciona mais. [CE]

3.2 Método

3.2.1 Participantes

Experimento I: 40 alunos de graduação de várias universidades do Brasil¹⁶ participaram, sendo 70% do sexo feminino e 30% de sexo masculino, com idade de 18 a 24 anos.

Experimento II: 30 alunos de graduação de universidades brasileiras¹⁷, sendo 80% de sexo feminino e 20% de sexo masculino, com idade de 18 a 24 anos.

3.2.2 Materiais

Foram elaborados 12 conjuntos experimentais por experimento. Cada conjunto continha um diálogo de três partes entre falantes A e B. A parte A era composta de um enunciado que iniciava uma conversa. A parte B continha a expressão "Como assim?", e a parte C era composta por uma lacuna que deveria ser preenchida pelo participante do experimento, de acordo com quatro opções de resposta possíveis, das quais ele poderia escolher até duas opções. Caso o participante julgasse que mais de uma opção fosse adequada, ele poderia assinalar mais de uma opção. Assim, o participante completava o diálogo com a expressão (ou as expressões) que ele considerava possível, de acordo com o diálogo introduzido, de forma que fizesse sentido. Caso julgasse que nenhuma das opções fosse adequada para completar a resposta do falante B, ele teria a possibilidade de escolher a alternativa "Nenhuma das opções acima" (doravante NOA). Entre as quatro opções possíveis de resposta

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

¹⁶ Os participantes pertenciam a uma das seguintes universidades: Estácio da Amazônia, Faculdade Cathedral de Boa Vista, UERJ, UFJF, UFPA, UFRR, UFSC, UNESP, UNIFESP, UERJ, UFJF e UERR.

¹⁷ Os participantes estudavam em uma das seguintes universidades: Estácio da Amazônia, UERJ, UFCG, UFSC, UFSM, UERJ, UFPA, UNAMA, UFRJ e UEPA.

havia uma opção com leitura de motivação (com contra-expectativa), uma com leitura de incredulidade, uma distratora e uma NOA (Experimento I) ou uma opção com leitura de causa, uma com leitura elucidativa, uma distratora e uma NOA (Experimento II). A ordem de apresentação das sentenças experimentais e das distratoras nas opções de (a) a (c) foi randomizada. Além dos 12 conjuntos experimentais, elaboramos 24 conjuntos de frases distratoras, que foram apresentadas de forma randômica, entre a apresentação das frases experimentais. É importante ressaltar que, tanto nas frases experimentais quanto nas frases distrativas, procurou-se fazer uso de um léxico simples e de uso cotidiano, para evitar que o participante estranhasse uma resposta devido ao vocabulário escolhido. Cada participante foi exposto a todas as frases experimentais e distratoras, ou seja, a distribuição do experimento foi dentre participantes (*within subjects*). O Quadro 2 abaixo ilustra um conjunto experimental utilizado nos experimentos:

Quadro 2 - Exemplo dos materiais utilizados nos experimentos

Frases experimentais:			
Experimento I			
A: O João comprou um carro novo.			
B: Como assim?			
A:			
(a) Para se exibir para os colegas de trabalho.	[leitura de motivação]		
(b) Pois é, ele fez isso.	[leitura de incredulidade]		
(c) A esposa dele, foi com ela que ele comprou um carro. [distratora]			
(d) Nenhuma das opções acima. [NOA]			
Experimento II			
A: A Televisão da sala está inutilizável.			
B: Como assim?			
A:			
(a) O Paulo quebrou ela.	[leitura de causa]		
(b) Em outras palavras, ela não funciona mais.	[leitura elucidativa]		
(c) A Maria, ela acha a TV muito bonita.	[distratora]		
(d) Nenhuma das opções acima.	[NOA]		

De acordo com nossa hipótese, esperava-se que os participantes assinalassem as opções (a) e (b) dos exemplos de frases experimentais, sendo as respostas esperadas à pergunta com *como assim*.

3.2.3 Procedimentos

Os experimentos foram realizados sob a forma de um questionário do *Google Forms*, enviado por e-mail aos participantes. A tarefa era simples e objetiva: eles deveriam ler os diálogos e marcar as respostas utilizando o

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro mouse do seu próprio computador ou tela do seu *smartphone*. Além disso, um tutorial foi elaborado para assegurar um entendimento satisfatório das instruções do experimento. Concluída a realização do questionário, as respostas eram gravadas para análise posterior.

3.2.4 Resultados

Os resultados obtidos para o Experimento I estão resumidos em Anexo 1 (leitura de motivação e de incredulidade). Para cada frase experimental, temos o número de vezes que cada opção de resposta foi escolhida, ou seja, a frequência de resposta. Calculamos também o índice de preferência dos participantes da seguinte forma: índice de preferência = frequência de resposta/ número de participantes (cf. Tabela 1).

Observamos que o índice de preferência dos participantes para a leitura de motivação/propósito varia de 52,5% até 82,5% e, para a leitura de incredulidade, de 45% até 77,5%. Assim, apesar de os participantes não escolherem as duas leituras para todas as frases experimentais, o índice de escolha mostra que as duas leituras testadas foram escolhidas de maneira significante.

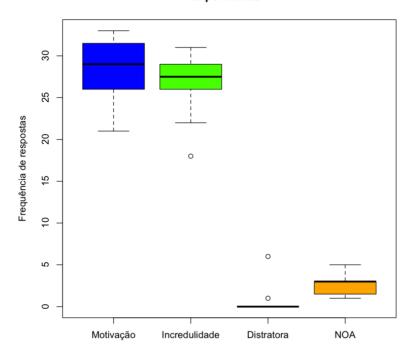
Tabela 1 – Índice de escolha dos participantes por frase experimental para o Experimento I

Frases experimentais	Índice Motivação	Índice Incredulidade	
1	55%	67,5%	
2	52,5%	75%	
3	62,5%	67,5%	
4	77,5%	67,5%	
5	67,5%	72,5%	
6	72,5%	72,5%	
7	70%	45%	
8	80%	55%	
9	72,5%	77,5%	
10	77,5%	72,5%	
11	80%	70%	
12	82,5%	62,5%	

Representamos os resultados no gráfico box plot (cf. Figura 1).

Figura 1 - Dispersão das frequências de respostas em função das leituras testadas no Experimento I.

Experimento I



Neste gráfico, constatamos que as respostas de motivação e de incredulidade parecem ser as mais frequentes, se comparadas com a resposta "distratora" e a opção NOA. Além disso, as frequências de resposta de motivação/propósito e de incredulidade parecem próximas. Ademais, podemos observar a dispersão dos dados para cada leitura e visualizar as diferenças de médias. Para a leitura de motivação, existe uma variabilidade da frequência de resposta maior do que para a leitura de incredulidade¹⁸. Assim, alguns contextos experimentais foram mais aceitos pelos participantes (33 dos 40 participantes escolheram a leitura de motivação/propósito para a frase experimental 12) do que outros (21 dos participantes escolheram a leitura de motivação/propósito para a frase experimental 2).

Um aspecto importante a considerar nos experimentos realizados é o fato de que comparar as médias de frequência de respostas entre as quatro opções (leitura de motivação/propósito, leitura de incredulidade, "distratora" e NOA) permite deduzir se as leituras testadas foram aceitas ou não pelos participantes. Lembramos, primeiro, que para cada contexto experimental, o

B: Como assim?

(a) Para comprar um apartamento e não pagar mais aluguel.

[leitura de incredulidade]

(b) Pois é, é isso mesmo: ele pagou um empréstimo de 100 mil.

[distratora]

[motivação]

(c) Ele não tem irmã. (d) Nenhuma das opções acima.

[NOA]

Uma possível explicação para essa discrepância é que fazer um empréstimo de 100 mil no banco não necessariamente implica pagar um empréstimo de 100 mil.

¹⁸ Observa-se um ponto discrepante (outlier) na leitura de incredulidade que corresponde à frase experimental 7 (cf. (i)). Para esta frase experimental, a frequência de resposta foi de 18, o que é muito inferior à média de resposta, que é de 26,8.

⁽i) A: O Maurício fez um empréstimo de R\$ 100 000 no banco.

S. GUESSER,
L. MEDEIROS,
F. KEDÓCHIM &
R. SOUZA
Sobre as leituras
de como assim
em português
brasileiro

participante pode escolher uma ou duas respostas entre as quatro opções. Se ele não considera as leituras de motivação e incredulidade respostas adequadas para perguntas com *como assim*, ele escolherá as opções "distratora" e/ou NOA. Nesse caso, as médias de frequência de respostas de "distratora" e/ou NOA seriam superiores às médias de frequência de respostas para as duas leituras testadas. Ao contrário, se o participante considera as leituras testadas respostas adequadas, as médias de frequência de respostas das leituras de motivação e de incredulidade serão superiores às médias de frequência das opções "distratoras" e NOA.

Utilizamos um teste estatístico para verificar se as observações feitas com a Tabela 1 e a Figura 1 são significativas. O teste mais usado para comparar a homogeneidade de frequências é o do qui-quadrado. No entanto, o teste só se aplica quando as variáveis são independentes e quando elas apresentam uma distribuição normal. A normalidade de distribuição dos nossos dados foi testada com o teste Shapiro, utilizando o programa de estatística R. De acordo com esse teste, os dados dos dois experimentos não apresentam uma distribuição normal. Além disso, as respostas de motivação/propósito e de incredulidade ou de causa e elucidativa não são independentes, já que o participante pode escolher duas respostas para cada questão. Assim, considerando esses dois fatos, o teste qui-drado foi descartado. Em seu lugar, utilizamos o Wilcoxon, que é um teste não paramétrico utilizado quando se deseja comparar duas amostras relacionadas para avaliar se as médias diferem. Assim, inicialmente, verificamos se as frequências de motivação/propósito e de incredulidade diferem das outras opções ("distratora" e NOA).

Queremos saber se as médias de respostas de motivação/propósito e de incredulidade são iguais às demais opções. Aplicamos o teste de Wilcoxon com o programa R. O script R está disponível no Anexo 2, e os resultados estatísticos estão resumidos no Anexo 3¹⁹. Todos os p estando inferiores a 0,01 e os valores de Z superiores a 1,96, podemos concluir que as médias de frequência de respostas de motivação/propósito e de incredulidade não são estatisticamente iguais às demais opções.

Em um segundo momento, verificamos com o teste de Wilcoxon se as médias de frequência de resposta de motivação/propósito e de incredulidade são estatisticamente iguais. Encontramos uma diferença não significativa (Z = 0.850; p = 0.3955) com p > 0.01 e Z < 1.96, o que confirmou a observação feita na Figura 1: os participantes escolheram as leituras de motivação/propósito e de incredulidade na mesma proporção.

Passemos aos resultados do Experimento II:

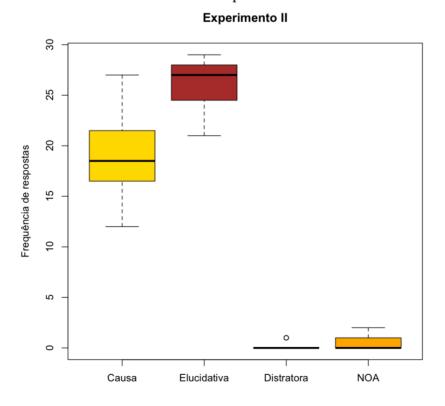
¹⁹ Lembramos que, para o teste de Wilcoxon, quando o valor de p é inferior a 0,01 e o valor de Z superior a 1,96, rejeitamos a hipótese nula. De fato, o valor crítico de Z para um intervalo de confiança de 95% (ou um alfa de 5%) corresponde a Z=1,96.

Tabela 2 - Índice de escolha dos participantes por frase experimental para o Experimento II

Frases experimentais	Índice Causa	Índice Elucidativa
1	53,3%	90%
2	60%	96,7%
3	40%	86,7%
4	70%	76,7%
5	73,3%	93,3%
6	80%	73,3%
7	56,7%	93,3%
8	63,3%	86,7%
9	66,7%	90%
10	43,3% 96,7%	
11	56,7%	90%
12	90%	70%

Os resultados do Experimento II estão resumidos no Anexo 4. Constatamos que as respostas de causa e elucidativa apresentam frequências mais altas, se comparadas com a resposta "distratora" e a opção NOA. Além disso, o índice de escolha para a leitura elucidativa parece muito alta, variando de 70% até 96,7%. Isso significa que os participantes escolheram essa leitura em grande proporção para todas as frases experimentais. Representamos esses resultados no gráfico *box plot* na Figura 2.

Figura 2 – Dispersão das frequências de respostas em função das leituras testadas no Experimento II.



Na Figura 2, constatamos que a dispersão dos dados para a leitura de causa é maior do que para a leitura elucidativa. Deduzimos que os contextos

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro experimentais para a leitura elucidativa foram aceitos nas mesmas proporções, o que resultou numa baixa variabilidade. Ao contrário, a variabilidade de frequência de resposta para a leitura de causa foi grande. Assim, somente 12 dos 30 participantes escolheram a leitura de causa para a frase experimental 3, enquanto 27 participantes optaram por esta leitura para o contexto experimental 12.

Observa-se também que a frequência de resposta elucidativa parece superior à de causa, o que não foi o caso no Experimento I, no qual as leituras de propósito e de incredulidade tiveram frequências equivalentes.

Lembramos que é por meio da comparação das médias de frequência de respostas das quatro opções (leitura de causa, leitura elucidativa, "distratora" e NOA) que podemos saber se as leituras testadas foram aceitas pelos participantes. Dessa forma, a hipótese a ser estatisticamente testada é que as médias de frequência de respostas de causa e elucidativa são significativamente superiores às médias de frequência de respostas das opções "distratora" e NOA. Pelas mesmas razões apresentadas para o Experimento I, o teste de Wilcoxon foi aplicado para o Experimento II (cf. Anexo 5).

Comparamos, primeiro, as médias de frequência de respostas elucidativas e de causa às respostas "distratora" e NOA. O teste de Wilcoxon mostra que as médias de frequência de respostas elucidativas e de causa não são estatisticamente iguais às respostas "distratora" e NOA, ou seja, as leituras testadas foram aceitas pelos participantes (cf. Anexo 6).

Além disso, as médias de frequência de respostas elucidativa e de causa foram comparadas. Verificamos se as médias de frequência de respostas elucidativa e de causa são iguais. Aplicamos um teste Wilcoxon e encontramos uma diferença significativa ($Z=2,674;\,p<0,01$). Concluímos que as médias de frequência de respostas elucidativa e de causa não são iguais. Assim, a frequência de respostas elucidativa é estatisticamente superior à frequência de respostas de causa.

3.2.5 Discussão

Os resultados obtidos neste estudo, baseados, sobretudo, nas pesquisas de Dayal (2016) e de Tsai (2008), para a definição dos tipos de leitura de sentenças com *como assim*, e em dois experimentos, para a comprovação desses 4 tipos de leituras, mostram que estruturas com o sintagma *como assim* podem veicular quatro diferentes semânticas: motivação (com contraexpectativa), incredulidade, causa e elucidativa. Isso fica constatado, nos dados investigados, pela diferença estatística de preferência de escolha entre motivação e incredulidade (Experimento I) e causa e elucidativa (Experimento II) e as demais opções de escolha, a saber, as opções "distratora" e NOA.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Dois aspectos dos resultados merecem destaque. O primeiro é que existe uma variabilidade nas escolhas das respostas dentro de cada tipo de leitura, como pudemos verificar nas Figuras 1 e 2. No Experimento I, houve dispersão de 21 até 33 na frequência para a leitura de motivação e de 22 até 31 para a leitura de incredulidade. Dentre os dados mais acessados para a leitura de motivação, temos o contexto em (35). Dentre os menos acessados para a mesma leitura, está o contexto em (36). Já na leitura de incredulidade, o exemplo em (37) estava entre os mais escolhidos, ao passo que contexto em (38) estava entre os menos escolhidos.

Contexto experimental 12 A: O Onésimo plantou duas árvores na f	frente de casa.
B: Como assim?	rente de cuoui
A:	
(a) Para proteger a casa do sol da tarde.	[leitura de motivação]
(b) A mãe dele não foi na igreja.	[distratora]
(c) Pois é, ele fez exatamente isso.	[leitura de incredulidade]
(d) Nenhuma das opções acima.	[NOA]
Contexto experimental 2	
A: A Ana está morando em Paris!	
B: Como assim?	
A:	
(a) Para fazer um curso de francês.	[leitura de motivação]
(b) Ela gostaria de praticar a língua russa	a. [distratora]
(c) Também fiquei surpresa com essa not	ícia. [leitura de incredulidade]
(d) Nenhuma das opções acima.	[NOA]
Contexto experimental 9	
A: A Ana se maquiou sozinha para a fes	ta de ontem.
B: Como assim?	
A:	
(a) Pois então! Também fiquei admirada	! [leitura de incredulidade]
(b) Ela tem dois carros.	[distratora]
(c) Para mostrar que ela não precisa da	
motivação]	,
(d) Nenhuma das opções acima.	[NOA]
Contexto experimental 8	
A: A Joana está tendo aula de reforço.	
-	

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro (a) A mãe dela, ela mora numa outra cidade. [distratora]

(b) Para não reprovar depois de faltar um mês de aula. [leitura de motivação]

(c) Pois é, isso mesmo. [leitura de incredulidade]

(d) Nenhuma das opções acima. [NOA]

No Experimento II, observamos uma dispersão de 12 até 27 na frequência de respostas para a leitura de causa. O contexto experimental que apresentou uma frequência maior para a leitura de causa está em (39), enquanto em (40) está a frase experimental com a menor frequência para esta leitura. Já na leitura elucidativa, o contexto em (41) foi o mais escolhido, enquanto o contexto em (39) apresentou a menor frequência.

enqu	anto o contexto em (39) apresentou a menor	frequência.				
(39)	Contexto experimental 12					
	A: O Emilson será um eterno adolescente.					
	B: Como assim?					
	A:					
	(a) Ele não foi educado para amadureces	r e encarar a vida adulta				
	[leitura de causa]					
	(b) Ele prefere o verão porque é a estação qu universidade. [distratora]	ie faz mais cursos extras na				
	(c) Ele sempre vai ter uma mentalidade de não adulto [leitura elucidativa]					
	(d) Nenhuma das opções acima. [NOA]					
(40)	Contexto experimental 3					
	A: Com esse frio de hoje meu pé direito con	ngelou.				
	B: Como assim?					
	A:					
	(a) Tinha um buraco no meu sapato.	[leitura de causa]				
	(b) O inverno está maravilhoso.	[distratora]				
	(c) Melhor dizendo, peguei muita friagem	no meu pé direito. [leitura				
	elucidativa]					
	(d) Nenhuma das opções acima.	[NOA]				
	(41) Contexto experimental 2					
	A: A Televisão está inutilizável.					
	B: Como assim?					
	A:					

(a) Em outras palavras, ela não funciona mais. [leitura elucidativa]

(b) A Maria, ela acha a TV muito bonita. [distratora]

(c) O Paulo quebrou ela. [leitura de causa]

(d) Nenhuma das opções acima. [NOA]

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

A variabilidade de escolha dentro de cada tipo de leitura será deixada como objeto de pesquisa futura. Será relevante, na nossa perspectiva, investigar se há algum fator que leve a esses resultados, tais como a semântica dos predicados envolvidos nos diálogos dos contextos experimentais.

O segundo ponto a ser destacado nos resultados é que parece haver uma variabilidade na preferência entre os diferentes tipos de leituras testadas. Observando os dados dos dois experimentos, a leitura elucidativa parecer ser mais acessada não só com relação à leitura de causa, mas também se comparada às leituras de motivação/propósito e incredulidade, como sintetiza a Tabela 5.

Tabela 5 – Comparação dos índices de preferência entre os dois experimentos

Tubelu 5 Computação dos maieco de preferencia entre os dois experimentos					
Frases	Índice	Índice	Índice	Índice	
Experimentais	Motivação	Incredulidade	Causa	Elucidativa	
1	55%	67,5%	53,3%	90%	
2	52,5%	75%	60%	96,7%	
3	62,5%	67,5%	40%	86,7%	
4	77,5%	67,5%	70%	76,7%	
5	67,5%	72,5%	73,3%	93,3%	
6	72,5%	72,5%	80%	73,3%	
7	70%	45%	56,7%	93,3%	
8	80%	55%	63,3%	86,7%	
9	72,5%	77,5%	66,7%	90%	
10	77,5%	72,5%	43,3%	96,7%	
11	80%	70%	56,7%	90%	
12	82,5%	62,5%	90%	70%	

Uma hipótese que pode ser levantada para explicar esse fato está na prosódia das sentenças com *como assim*. De fato, como foi destacado no início da seção 3, a prosódia de uma pergunta com *como assim* se diferencia mais de uma sentença afirmativa nos contextos de motivação, de causa e de incredulidade, o que não é o caso no contexto elucidativo. Nos dois experimentos que realizamos, os participantes leram os contextos experimentais nas telas de seus computadores ou *smartphones*, ou seja, nenhuma prosódia diferenciada foi aplicada. Esse fato pode ter favorecido a aceitabilidade da leitura elucidativa em comparação com as outras leituras testadas.

4. Considerações finais

O objetivo deste estudo foi investigar as possíveis leituras de sentenças com o sintagma *como assim* em PB recorrendo a dois experimentos. Com os resultados, mostramos que sentenças com *como assim* podem ter 4 diferentes tipos de leituras. Em duas delas, a saber, nas leituras de causa e motivação (com contra-expectativa), temos o uso de *como assim* formando sentenças

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro que se caracterizam como perguntas canônicas, nos termos de Dayal (2016). Na leitura de causa, *como assim* atua como um operador sentencial/advérbio alto. A pergunta indaga sobre o que leva a um determinado evento (ou estado) e, ao mesmo tempo, exprime uma contra-expectativa do falante. Na leitura de motivação, *como assim* atua sobre o domínio de vP, ou seja, é um advérbio baixo. O questionamento recai sobre o que habilita ou provoca um evento (ou estado) que é mediado pelo estado mental de um agente. Assim como na leitura de causa, perguntas de motivação, quando envolvem *como assim*, exprimem uma contra-expectativa do falante. Nesse aspecto, portanto, tais perguntas se diferenciam das clássicas perguntas de motivação, tal como semanticamente caracterizadas por Reinhart (2003, apud TSAI, 2008).

Nas outras duas leituras, a elucidativa e de incredulidade, não temos sentenças que se caracterizam como perguntas: não são casos em que o falante não tem informações sobre um assunto, quer obtê-las e, então, as solicita para um interlocutor que ele acredita que saiba responder. Nas sentenças com *como assim* elucidativo, o falante pede elucidações/esclarecimentos sobre do que ouviu e, na interpretação de incredulidade, o objetivo do falante é exprimir um estado de surpresa com relação a um evento ou estado.

Algumas questões, como apontamos, ficam abertas para pesquisas futuras. Em especial, é relevante investigar se existe algum fator que gere variabilidade de aceitação das leituras de causa, motivação e de incredulidade, de acordo com diferentes contextos/predicados. Além disso, um estudo sobre as características prosódicas das diferentes leituras de *como assim* pode contribuir para a descrição e análise de sentenças com esses sintagmas.

Referências

DAYAL, Veneeta. Questions. Oxford: Oxford University Press, 2016.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; GROLLA, Elaine. Some syntactic and pragmatic aspects of WH-in-situ in Brazilian Portuguese. In: KATO, Mary Aizawa; ORDÓÑEZ, Francisco (Org.). The Morphosyntax of Portuguese and Spanish in Latin America, 1ed, v. 1. Oxford: p. 259-285, 2016.

GROLLA, Elaine. Sobre a aquisição tardia de QU in situ em Português Brasileiro. *DELTA*, v. 21, n.1, p. 57-73, 2005. Disponível em: http://dx.doi. org/10.1590/S0102-44502005000100003. Acesso em 20 set. 2018.

_____; RAPOSO, Eduardo. European and Brazilian word order: questions, focus and topic constructions. In: PARODI, Claudia; QUICOLI, Carlos; SALTARELLI, Mario; ZUBIZARRETA, María Luisa (Orgs.). *Aspects of Romance Linguistics*. Washington: Georgetown U. Press, 1996. p. 267-278.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

; MIOTO, Carlos. As interrogativas Q do português europeu e do
português brasileiro atuais. <i>Revista da Abralin</i> , v. 4, n. 1 e 2, p. 171-196, 2005.
; RIBEIRO, Ilza. Cleft sentences from old Portuguese to Modern
Brazilian Portuguese. In: DUFTER, Andreas; JACOB, Daniel (Eds.). Focus
and Background in Romance Languages, [S. l.]: John Benjamins Publishing
Company. 2009. p. 123-154.
Deriving 'wh-in-situ' through movement in Brazilian Portuguese.
In: TABOADA-CAMACHO, Victoria et al (Eds.). Information structure and
agreement. Amsterdan: John Benjamins Publishing Company, p. 175-191, 2013.
Echo questions in Brazilian Portuguese. <i>Delta</i> , São Paulo, v. 35, n. 1,
2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid
=\$0102-44502019000100403&lng=en&nrm=iso. Accesso em 12 dez 2019.
LESSA, A. de O. Aquisição de constituintes-QU em dois dialetos do português
brasileiro. 2003. Dissertação - UNICAMP, São Paulo, Brasil. 2003.
MAIA, M. Teoria gramatical, sintaxe experimental e processamento de frases:
explorando efeitos do antecedente e da lacuna ativos. ABRALIN, v. 13, n.2,
p. 95-119, jul./dez. 2014.
MEDEIROS JUNIOR, Paulo. Sujeitos -Wh e movimento para posições
focais em sentenças infinitivas do português brasileiro. Revista de Estudos da
<i>Linguagem</i> , [S.l.], v. 26, n. 2, p. 945-979, mar. 2018. Disponível em: http://www.
periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/11523. Acesso em: 10
jan. 2020.
MIOTO, Carlos. As interrogações no português brasileiro e o critério-WH.
<i>Letras de Hoje</i> , n. 96, p. 19-33, 1994.
Sobre o sistema CP no português brasileiro. <i>Revista Letras</i> , Curitiba,
v. 56, 97-139, 2001.
Focalização e quantificação. <i>Revista Letras</i> , Curitiba, v. 61, 169-189, 2003.
REINHART, Tanya. The Theta System-An Overview. Theoretical Linguistics,
v. 28, n. 3, p. 229-290, 2003.
STEPANOV, Arthur; TSAI, Wei-Tien Dylan. Cartography and Licensing of
WH-Adjuncts: A Cross-linguistic Perspective. <i>Natural Language & Linguistic</i>

Theory, v. 26, p. 589-638, 2008.

S. GUESSER,
L. MEDEIROS,
F. KEDÓCHIM &
R. SOUZA
Sobre as leituras
de como assim
em português
brasileiro

TSAI, Wei-Tien Dylan. The hows of why and the whys of how. *UCI Working Papers in Linguistics*, vol. 5, p. 155–184, 1999.

_____. Left periphery and how-why alternations. *Journal of East Asian Linguistics*, v. 17, p. 83-115, 2008.

ZWICKY, Ann; ZWICKY, Arnold. How come and what for. In: ELIOT, D. (Ed.). *Working papers in linguistics*. Ohio State University: n. 8, p. 923-933, 1973.

Submetido em: 0/0/0 Aceito em: 0/0/0

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

Anexo 1 - Frequência de respostas por frase experimental para o Experimento I

Frases Experimentais	Frequência Motivação	Frequência Incredulidade	Frequência Distratora	Frequência NOA
1	22	27	6	3
2	21	30	1	5
3	25	27	0	4
4	31	27	0	2
5	27	29	0	3
6	29	29	0	3
7	28	18	0	2
8	32	22	0	3
9	29	31	0	3
10	31	29	0	1
11	32	28	0	1
12	33	25	0	1
Médias	28,3	26,8	0,6	2,6

Anexo 2 - Script R do teste de Wilcoxon para o Experimento I

> dados = read.table (file.choose(), header=TRUE,sep="\t")

> print(dados)

Frases Proposito Incredulidade distratora NOA

1	1	22	27	6 3
2	2	21	30	1 5
3	3	25	27	0 4
4	4	31	27	0 2
5	5	27	29	0 3
6	6	29	29	0 3
7	7	28	18	0 2
8	8	32	22	0 3
9	9	29	31	0 3
10	10	31	29	0 1
11	11	32	28	0 1
12	12	33	25	0 1

> test<-wilcox.test(dados\$Proposito, dados\$distratora, exact=FALSE, correct=FALSE, paired=TRUE, alternative="two.sided")

> print (test)

Wilcoxon signed rank test

data: dados\$Proposito and dados\$distratora

V = 78, p-value = 0.002192

alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0

> Zstat<-qnorm(test\$p.value/2, lower.tail=F)

> print(Zstat)

[1] 3.062948

> test<-wilcox.test(dados\$Proposito, dados\$NOA, exact=FALSE, correct=FALSE, paired=TRUE, alternative="two.sided")

> print(test)

Wilcoxon signed rank test

data: dados\$Proposito and dados\$NOA

```
V = 78, p-value = 0.002174
    S. Guesser,
                      alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
  L. Medeiros,
                      > Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
F. Kedóchim &
       R. SOUZA
                      > print(Zstat)
Sobre as leituras
                      [1] 3.065312
                      > test<-wilcox.test(dados$Incredulidade, dados$distratora, exact=FALSE, correct=FALSE,
 de como assim
                      paired=TRUE, alternative="two.sided")
  em português
       brasileiro
                      > print(test)
                              Wilcoxon signed rank test
                      data: dados$Incredulidade and dados$distratora
                      V = 78, p-value = 0.002123
                      alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
                      > Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
                      > print(Zstat)
                      [1] 3.072438
                      > test<-wilcox.test(dados$Incredulidade, dados$NOA, exact=FALSE, correct=FALSE,
                      paired=TRUE, alternative="two.sided")
                      > print(test)
                      Wilcoxon signed rank test
                      data: dados$Incredulidade and dados$NOA
                      V = 78, p-value = 0.002183
                      alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
                      > Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
                      > print(Zstat)
                      [1] 3.064129
                      > test<-wilcox.test(dados$Incredulidade, dados$Proposito, exact=FALSE, correct=FALSE,
                      paired=TRUE, alternative="two.sided")
                      > print(test)
                               Wilcoxon signed rank test
                      data: dados$Incredulidade and dados$Proposito
                      V = 23.5, p-value = 0.3955
                      alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
                      > Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
```

> print(Zstat) [1] 0.8497058

Anexo 3 - Resultados do teste de Wilcoxon para o Experimento I

Comparação 1	H0: médiamotivação(28,3) = médiadistratora(0,6)
V	78
p-value	0,002192
Z	3,062948
Resultado	p-value (0,002192) < 0,01 e Z(3,062948) >1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de motivação é diferente da média de frequência da opção "distratora".
Comparação 2	H0: médiamotivação(28,3) = médiaNOA(2,6)
V	78
p-value	0,002174
Z	3,065312
Resultado	p-value (0,002174) < 0,01 e Z(3,065312) >1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de motivação é diferente da média de frequência da opção NOA.
Comparação 3	H0: médiaincredulidade(26,8) = médiadistratora(0,6)
V	78
p-value	0,002123
Z	3,072438
Resultado	p-value (0,002123) < 0,01 e Z(3,072438) >1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de incredulidade é diferente da média de frequência da opção "distratora".
Comparação 4	H0: médiaincredulidade(26,8) = médiaNOA(2,6)
V	78
p-value	0,002183
Z	3,064129
Resultado	p-value (0,002183) < 0,01 e Z(3,064129)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de incredulidade é diferente da média de frequência da opção NOA.
Comparação 5	H0: médiamotivação(28,3) = médiaincredulidade(26,8)
V	42,5
p-value	0,3955
Z	0,8497058
Resultado	p-value (0,3955) > 0,01 e Z(0.8497058)<1,96, aceitamos H0 A média de frequência da leitura de motivação é igual à média de frequência da leitura de incredulidade.

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro

Anexo 4 – Frequência de respostas e índice de escolha dos participantes por frase experimental para o Experimento II

Frases	Frequência	Frequência	Frequência	Frequência
Experimentais	Causa	Elucidativa	Distratora	NOA
1	16	27	1	0
2	18	29	0	0
3	12	26	0	1
4	21	23	0	0
5	22	28	0	0
6	24	22	0	0
7	17	28	0	2
8	19	26	0	1
9	20	27	0	0
10	13	29	0	0
11	17	27	1	1
12	27	21	0	1
Médias	18,8	26,1	0,2	0,5

Anexo 5 - Script R do teste de Wilcoxon para o Experimento II

> dados = read.table (file.choose(), header=TRUE,sep="\t")

> print(dados)

Frases Causa Elucidativa distratora NOA

1	1	16	27	1 0
2	2	18	29	0 0
3	3	12	26	0 1
4	4	21	23	0 0
5	5	22	28	0 0
6	6	24	22	0 0
7	7	17	28	0 2
8	8	19	26	0 1
9	9	20	27	0 0
10	10	13	29	0 0
11	11	17	27	1 1
12	12	27	21	0 1

> test<-wilcox.test(dados\$Causa, dados\$distratora, exact=FALSE, correct=FALSE, paired=TRUE, alternative="two.sided")

> print(test)

Wilcoxon signed rank test

data: dados\$Causa and dados\$distratora

V = 78, p-value = 0.002218

alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0

> Zstat<-qnorm(test\$p.value/2, lower.tail=F)

> print(Zstat)

[1] 3.059412

> test<-wilcox.test(dados\$Causa, dados\$NOA, exact=FALSE, correct=FALSE, paired=TRUE, alternative="two.sided")

> print(test)

Wilcoxon signed rank test

data: dados\$Causa and dados\$NOA

V = 78, p-value = 0.0022

alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0

> Zstat<-qnorm(test\$p.value/2, lower.tail=F)

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 144-177, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

```
> print(Zstat)
[1] 3.061768
> test<-wilcox.test(dados$Elucidativa, dados$distratora, exact=FALSE, correct=FALSE,
paired=TRUE, alternative="two.sided")
> print(test)
        Wilcoxon signed rank test
data: dados$Elucidativa and dados$distratora
V = 78, p-value = 0.002115
alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
> Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
> print(Zstat)
[1] 3.073631
> test<-wilcox.test(dados$Elucidativa, dados$NOA, exact=FALSE, correct=FALSE,
paired=TRUE, alternative="two.sided")
> print(test)
        Wilcoxon signed rank test
data: dados$Elucidativa and dados$NOA
V = 78, p-value = 0.002183
alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
> Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
> print(Zstat)
[1] 3.064129
> test<-wilcox.test(dados$Elucidativa, dados$Causa, exact=FALSE, correct=FALSE,
paired=TRUE, alternative="two.sided")
> print(test)
        Wilcoxon signed rank test
data: dados$Elucidativa and dados$Causa
V = 73, p-value = 0.007487
alternative hypothesis: true location shift is not equal to 0
> Zstat<-qnorm(test$p.value/2, lower.tail=F)
> print(Zstat)
[1] 2.674389
```

177

S. Guesser, L. Medeiros, F. Kedóchim & R. Souza Sobre as leituras de como assim em português brasileiro

Anexo 6 - Resultados do teste de Wilcoxon para o Experimento II

Comparação 1	H0: médiacausa(18,8) = médiadistratora(0,2)		
V	78		
p-value	0,002218		
Z	3,059412		
Resultado	p-value (0,002218) < 0,01 e Z(3.059412)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de causa é diferente da média de frequência da opção "distratora".		
Comparação 2	H0: médiacausa(18,8) = médiaNOA(0,5)		
V	78		
p-value	0,0022		
Z	3,061768		
Resultado	p-value (0,0022) < 0,01 e Z(3,061768)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de causa é diferente da média de frequência da opção NOA.		
Comparação 3	H0: médiaelucidativa(26,1) = médiadistratora(0,2)		
V	78		
p-value	0,002115		
Z	3,073631		
Resultado	p-value (0,002115) < 0,01 e Z(3,073631)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura elucidativa é diferente da média de frequência da opção "distratora".		
Comparação 4	H0: médiaelucidativa(26,1) = médiaNOA(0,5)		
V	78		
p-value	0,002183		
Z	3,064129		
Resultado	p-value (0,002183) < 0,01 e Z(3,064129)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura elucidativa é diferente da média de frequência da opção NOA.		
Comparação 5	H0: médiacausa(18,8) = médiaelucidativa(26,1)		
V	73		
p-value	0,007487		
Z	2,674389		
Resultado	p-value (0,007487) < 0,01 e Z(2,674389)>1,96, rejeitamos H0 A média de frequência da leitura de causa não é igual à média de frequência da leitura elucidativa.		

Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações*

Bruno Ferreira de Lima** Aquiles Tescari Neto***

RESUMO

Resumo: Assumindo a vertente cartográfica da Teoria de Princípios e Parâmetros da Gramática Gerativa (cf. RIZZI, 1997, 2004a, 2005 b; CINQUE, 1999, 2004, 2013, 2017; BENINCÀ; MUNARO, 2011; entre outros), o presente estudo se volta a uma descrição das sentenças exclamativas-wh do português brasileiro (PB). A definição desse tipo sentencial envolve uma série de propriedades que, à primeira vista, parecem variar de acordo com a abordagem adotada, tornando necessário um mapeamento mais preciso e abrangente dos traços conceituais envolvidos nessa construção. Essas categorias são geralmente identificadas com certas projeções funcionais, seguindo a diretriz do princípio One Feature One Head (KAYNE, 2005), que postula, para cada traço do sistema conceitual, uma categoria funcional única na hierarquia sintática. Dessa forma, propomos uma sistematização das propriedades elencadas pela literatura, seguindo a metodologia da Cartografia Sintática - sobretudo os testes de coocorrência com elementos supostamente pertencentes à mesma categoria (TESCARI NETO, 2019) -, para determinar as categorias que estariam envolvidas na expressão da exclamatividade-wh e a posição dessas categorias na hierarquia oracional. Com base em testes sintáticos desenvolvidos para o PB, argumentamos que as projeções ForceP, MirativeP, EvaluativeP, EvidentialP, CircumstatialP (ou DemP) seriam acionadas na derivação de todos os tipos de exclamativas-wh para serem valorados, respectivamente, os traços de força, miratividade, avaliação, evidencialidade/ referencialidade e indexicalidade. O traço de gradatividade, relacionado à projeção DegP da periferia esquerda, seria um traço valorado tão somente pelas exclamativasque/quanto, não pelas exclamativas-como.

Palavras-chave: Cartografia Sintática; Exclamativas; Exclamativas-wh; Categorias Funcionais.

^{*} Agradecemos aos dois pareceristas anônimos, pela atenta leitura e comentários muito preciosos. Sem dúvidas, as contribuições deles melhoraram muito a qualidade de nosso texto e os erros, se infelizmente permaneceram, são nossos. Agradecemos também aos colegas do *LaCaSa* pela discussão deste texto, em especial a Joyce Mattos que o debateu e problematizou alguns pontos que mereciam nossa atenção.

^{**} LaCaSa – Laboratório de Cartografia Sintática: Pesquisa e Ensino. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP (https://is.gd/LaCaSaUnicamp). Doutorando em Linguística. E-mail: bruno_skiba@hotmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-1116-5914 Esta pesquisa, que apresenta resultados do meu mestrado, foi financiada por bolsa da CAPES.

^{***} LaCaSa – Laboratório de Cartografia Sintática: Pesquisa e Ensino. Departamento de Linguística. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. E-mail: tescari@iel.unicamp.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8157-3921

ABSTRACT

Abstract: By assuming the cartographic version of the Principles and Parameters Theory (cf. RIZZI, 1997, 2004a, b; CINQUE, 1999, 2004, 2013, 2017; BENINCÀ; MUNARO, 2011; etc.), this study turns to a description of Brazilian Portuguese (BP) wh-exclamatives. The definition of this sentential type involves a series of properties that, at first glance, seem to vary according to the approach adopted. That makes it necessary to map, more precisely and comprehensively, the conceptual features involved in wh-exclamatives. These features are generally identified with certain functional projections, following the guideline of the *One Feature One Head principle* (KAYNE, 2005), which postulates, for each feature of the conceptual system, a unique functional category in the syntactic hierarchy. We propose a systematization of the properties listed by the literature, given the methodology of the Syntactic Cartography - especially the co-occurrence tests with elements allegedly belonging to the same category (TESCARI NETO, 2019) - to determine (i) the categories that would be involved in the expression of the wh-exclamativity and (ii) the position of these categories in the sentential hierarchy. Based on syntactic tests developed for BP, we argue that ForceP, MirativeP, EvaluativeP, EvidentialP, CircumstatialP (or DemP) are involved in the derivation of all types of wh-exclamatives. These projections value, each one, the features of force, mirativity, evaluation, evidentiality/referentiality, and *indexicality*, respectively. The *degree* feature – related to the DegP of the left-periphery - would only be valued by quanto-exclamatives and que-exclamatives, but not by como-exclamatives.

Keywords: Syntatic Cartography; Exclamatives; Wh-exclamatives; Functional.

180 Introdução

literatura em Sintaxe e Semântica conta, atualmente, com um número consideravelmente relevante de estudos sobre sentenças exclamativas, a explorarem seus diferentes aspectos morfossintáticos, prosódicos e semântico-pragmáticos (ver, entre tantos outros, GUTIÉRREZ-REXACH, 2001; MICHAELIS, 2001; ZANUTTINI & PORTNER, 2003; CASTROVIEJO, 2006; RETT, 2011; SIBALDO, 2009, 2016; ZENDRON DA CUNHA, 2016; PINHEIRO, 2019). Algumas questões sintáticas – sobretudo aquelas relacionadas às categorias envolvidas na derivação de um subtipo específico de exclamativas, a saber, as exclamativas-wh – ainda estão longe de serem consensualmente tratadas pela literatura.

É comum na literatura a conjectura de que as exclamativas-wh, como as apresentadas em (1-3), compartilhem certas propriedades exibidas por categorias nucleares do sistema CP (AMBAR, 2003; LIPTAK, 2005, 2006; CASTROVIEJO, 2006, 2008; entre outros).

- (1) Que aula interessante!
- (2) Como é educado aquele cachorrinho!
- (3) Quanta roupa suja neste cesto!

181

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

Contudo, essa consideração será - partindo de uma revisão da literatura sobre as exclamativas-wh e com base em dados sobretudo do português brasileiro (PB) – revista de maneira crítica: na verdade, conforme argumentaremos ao longo deste artigo, apenas um traço do sistema CP está obrigatoriamente envolvido na exclamatividade-wh (nos três distintos tipos de exclamativas, nomeadamente as exclamativas-que, as exclamativas-quanto e as exclamativas-como), qual seja, o traço de [força], associado à modalidade ou tipo sentencial; o traço de [gradatividade], comumente associado ao CP, pela literatura, deve ser valorado tão somente no caso das exclamativas-que/ quanto, conforme argumentaremos na seção 3. Os outros quatro traços, (alguns deles) associados pela literatura consultada ao sistema CP, são valorados, conforme argumentaremos no decorrer do trabalho - tomando como base o estudo de Lima (2020) -, no Middlefield (IP), junto a projeções altas da hierarquia de Cinque (1999). A valoração desses quatro traços (ainda em IP) pode ser atestada pelos testes de coocorrência do sintagma exclamativo-wh com itens (alegadamente) pertencentes a uma das projeções associadas à exclamatividade-wh (no espírito dos testes de "coocorrência" a que se refere Tescari Neto (2019)).

Assim, argumentaremos que as exclamativas-wh não são primitivos gramaticais – no sentido de que a "exclamatividade-wh" corresponda a uma *categoria* gramatical a ocupar, portanto, uma única posição na estrutura –, uma vez que esse tipo sentencial envolve mais de uma projeção funcional.

Dito isso, o artigo tem como objetivo principal descrever as propriedades sintático-semânticas — muitas delas já apontadas em trabalhos da literatura sobre o PB e outras línguas — das exclamativas-wh do PB e propor uma análise que capture essas propriedades em termos das categorias funcionais envolvidas nesse tipo sentencial. Conforme veremos, essas categorias são geralmente identificadas com certas projeções funcionais, sobretudo em abordagens não sincréticas/analíticas. Faz, portanto, sentido assumirmos a epistemologia e a metodologia do Programa Cartográfico (RIZZI, 1997; CINQUE, 1999, entre outros) para definir as categorias envolvidas nesse tipo sentencial.

Uma vez então inserido no projeto cartográfico, nosso estudo seguirá a diretriz metodológica-guia de toda pesquisa em Cartografia: o "princípio do *one feature, one head*" – 'um traço, um núcleo' – (KAYNE, 2005; CINQUE; RIZZI, 2010), estabelecendo, portanto, uma correspondência sistemática entre as características morfossintáticas e semânticas dessa modalidade e suas devidas projeções funcionais. Metodologicamente, os traços identificados serão organizados tendo em vista testes de coocorrência. Tais testes possibilitarão não só discriminar as categorias envolvidas na expressão da exclamatividade-wh como também propor uma abordagem que tipologicamente dê conta de determinar as categorias envolvidas na exclamatividade-wh.

¹ Por "exclamatividade-wh" nos referimos – no sentido de Lima (2020) – ao conjunto das propriedades (aqui, "traços categoriais") envolvidas na derivação das exclamativas-wh.

Comisso estabelecido, o trabalho se organiza da seguinte forma: na seção 1, elencaremos as propriedades que estariam envolvidas nas exclamativas-wh; na seção 2, apresentaremos as bases teóricas que fundamentam nosso trabalho (a saber, a Cartografia Sintática); na seção 3, diagnosticaremos, com base em "testes de coocorrência", as propriedades envolvidas na exclamatividade-wh; na seção 4, em vista das propriedades envolvidas na exclamatividade-wh, discutiremos a história derivacional das exclamativas-wh. As considerações finais retomarão pontos essenciais do trabalho.

1. As propriedades das exclamativas-wh

Não obstante o fato de as exclamativas contarem com importantes estudos a explorarem seus diferentes aspectos morfossintáticos, prosódicos e semântico-pragmáticos, conforme adiantamos na *Introdução* –, sua natureza, enquanto modalidade, ainda não está bem definida, uma vez não há uma teoria unificadora para as exclamativas, mas sim diversas investigações em domínios teóricos distintos (ODA, 2008).

Desse modo, ainda existem muitas discussões sobre suas propriedades pragmáticas (ROSENGREN, 1997; BEIJER, 2002), semânticas (RETT, 2011; DELFITTO & FIORIN, 2014; GUTZMANN, 2015; NOUWEN & CHERNILOVSKAYA, 2015) e sintáticas (MICHAELIS, 2001; VILLALBA, 2003, 2016; ZANUTTINI & PORTNER, 2003; AMBAR, 2003; ZENDRON DA CUNHA, 2016; PINHEIRO, 2019, entre outros). Assim sendo, a definição das exclamativas, enquanto uma modalidade em particular, envolve múltiplas propriedades que parecem variar de acordo com a abordagem adotada.

Em uma tentativa de 'tipologizar' as diferentes perspectivas nas quais as exclamativas são investigadas, Zevakhina (2013) distingue três principais abordagens: a *construcional* (MICHAELIS, 2001), a *pressuposicional* (ZANUTTINI & PORTNER, 2003) e a *escalar* (RETT, 2011). Cada uma dessas abordagens identifica diferentes propriedades para as exclamativas-wh; contudo, segundo a autora, há traços comuns a todas as perspectivas.

Um bom exemplo disso é a expressão de postura afetiva frente ao evento/objeto avaliado na veiculação da exclamatividade. Tal traço – inicialmente proposto na abordagem construcional (MICHAELIS, 2001) –, ainda que não seja formalizado em algumas abordagens, é compreendido como intrínseco às sentenças exclamativas: sempre que uma exclamativa é expressa, há uma quebra de expectativa e uma veiculação de uma atitude por parte do falante (admiração, surpresa, desgosto, perplexidade, etc.). Asssumiremos aqui que essa postura afetiva corresponde ao traço de miratividade (DE LANCEY, 1987; CINQUE, 1999).

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

Um outro traço compreendido como pertencente às sentenças exclamativas (ainda que não seja formalmente tratado por todas abordagens) é o traço de *indexicalidade*. Como nos mostra Michaelis (2001), a expressão avaliativa das exclamativas é dêitica, ou seja, sempre parte da perspectiva do falante que profere a sentença. Deste modo, sentenças como (4)-(7) são intrinsecamente indexicais por serem sempre interpretáveis contextualmente².

- (4) Quanta sujeira aqui nesse escritório!
- (5) Como *você* é ambicioso!
- (6) Que educado aquele cachorrinho!
- (7) Quão estudiosos esses meus alunos!

Todas essas sentenças só podem receber seu valor semântico se nos ativermos ao cálculo dos indexicais. Essa indexicalidade das exclamativas-wh permanece ainda que a sentença em questão não contenha um item indexical morfofonologicamente realizado. Assim, quando proferimos uma sentença exclamativa como (8),

(8) Que frio absurdo!³

a interpretação semântica considera essa avaliação com parâmetro indexical. Noutras palavras, trata-se de uma avaliação indissociável da perspectiva do falante, tendo como pressuposto um contexto *hit et nunc* (aqui-e-agora).

Em outras palavras, as sentenças exclamativas têm um componente indexical – que pode estar na estrutura-wh a partir de algum elemento silencioso – que expressaria a perspectiva do falante que, frente a uma situação não-canônica⁴, veicularia a emoção de surpresa. Esta surpresa só é possível se o referente estiver identificável no discurso. Ademais, tal surpresa seria acompanhada por uma *avaliação* – também intrínseca ao sujeito que profere a sentença –, que pode ser positiva ou negativa (MICHAELIS, 2001).

Dito isso, é plausível assumir que, além do traço de *avaliação*, o traço de *referencialidade* também esteja envolvido na exclamatividade-wh, dado que a sensitividade à experiência (visual, auditiva, etc.) é uma das características semânticas das exclamativas-wh. As sentenças exclamativas, diferentemente de outras modalidades, não podem ser proferidas em contextos *out of blue* <u>e são atrelada</u>s ao contexto. Nesse sentido, os predicados das exclamativas

- 2 Assumimos neste trabalho a definição de indexicais de Kaplan (1989). Nesta perspectiva, a referência dos indexicais pode ser alterada de contexto para contexto. Assim, a regra básica de interpretação dessas expressões consiste em procurar sua referência no contexto em que são produzidas. Isso determina que, para os termos indexicais poderem receber um valor semântico, eles precisam estar fixados em um dado contexto (KAPLAN, 1989).
- 3 Obviamente um tratamento à la Kayne (2005) entenderia que, em (8), teríamos um nome não pronunciado (indicado por versais no exemplo): "Que frio absurdo AQUI!"
- 4 Michaelis (2001) define uma situação não-canônica como aquela em que o falante "falha" ao prever com base em uma suposição prévia ou em um conjunto de suposições (i.e., um estereótipo) um conjunto de normas comportamentais ou um modelo do mundo físico.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 183

184

são i) objetos ou eventos que são sensorialmente percebidos ou ii) objetos ou eventos que acabaram de serem ditos (PFEIFFER, 2016, p. 53). Assim, há uma relação entre as exclamativas-wh e a categoria da *evidencialidade*.

Um outro traço consensual a todas as abordagens é a propriedade de 'escalaridade'/gradatividade, havendo, contudo, discordância sobre a sua natureza. Na perspectiva pressuposicional (ZANUTTINI & PORTNER, 2003), não se trataria de graus envolvidos, mas sim, de uma extrapolação de um ponto máximo de uma escala (denominado pelos autores de efeito widening). Nessa perspectiva, em uma sentença como (9),

(9) Que feia essa camisa!

há uma escala de 'feiura'; a camisa em questão teria extrapolado o limite máximo dessa escala. Já nas perspectivas construcional e escalar (MICHAELIS, 2001; RETT, 2011), a ideia é a de que as exclamativas veiculariam graus. Os valores de um atributo determinado contextualmente poderiam ser semanticamente representados como um conjunto de graus escalares ordenados. Esse conjunto seria ordenado a partir dos graus que o falante espera para aqueles que o falante não espera (RETT, 2011). Assim, em uma sentença como (10),

(10) Que casa grande eu vi!

o caráter de surpresa das exclamativas pode ser justificado por uma diferença de grau: o grau do tamanho (grande) da casa é maior que o grau que o falante esperaria, daí a exclamatividade.

Nesta perspectiva, o conteúdo das sentenças exclamativas seria uma propriedade de graus Σ do tipo <d,<s,t , sobre o qual o falante tem evidência direta de que algum grau d está em Σ , esse grau excede o padrão de Σ e o falante acredita que Σ (d) é verdadeiro (RETT, 2011). Tomemos, por exemplo, uma sentença como (11):

(11) Que alto, o João!

Tal sentença é proferida porque o falante teve evidência direta sobre a altura do João (d) e essa altura excede a sua expectativa frente a um determinado parâmetro de altura Σ , de forma que (12) denota um conjunto de graus em que João é alto (RETT, 2011, p.8):

(12) Que alto, o João! {d: alto' (joão, d)}

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

Dessa forma, exclamativas-wh seriam incapazes de receber uma interpretação que expressasse surpresa do falante em relação a algo não graduável. Essa característica das exclamativas-wh de veicularem apenas propriedades gradativas justificaria a estranheza de sentenças como (13) e (14):

- (13) #Que grávida essa mulher!
- (14) #Que fechada essa porta!

Para além desses traços, há na literatura quem argumente que as exclamativas exibiriam o de *factividade*: a verdade das proposições veiculadas por essa modalidade – considerando que as exclamativas, de fato, denotariam um conjunto de proposições, como afirmam Zanuttini & Portner (2003) – seria pressuposta pelo falante. Para mostrar a pertinência dessa propriedade, Zanuttini & Portner (2003) propõem um teste: o teste do encaixamento. Segundo esse diagnóstico, sentenças exclamativas, em tese, podem ser encaixadas em predicados factivos. Assim, considerando uma sentença como "Como é educado aquele cachorrinho" ou "quanto cachorrinho educado", é de se esperar que essas ocorrências possam ser encaixadas, mas não é o que percebemos no PB:

- (15) João sabe como é educado aquele cachorrinho!
- (16) *João sabe que educado aquele cachorrinho!
- (17) *João sabe quanto cachorrinho educado!

As exclamativas-wh do PB "passam" no teste de encaixamento se o elemento-wh envolvido for o "como" (15), mas falham se a estrutura em questão envolver "que" ou "quanto", como as exclamativas-que e exclamativas- $quanto^5$ em (16) e (17). A impossibilidade de (16) e (17) em PB reforça os pontos

- i) Que grande essa casa!
- ii) *João sabe\viu [que grande essa casa].
- iii). Que grande é essa casa!
- iv) ?João sabe\viu [que grande é essa casa].
- v) Quanto livro legal!
- vi) *João sabe\viu [quanto livro legal]
- vii) Quanto livro legal tem aqui!
- viii) João sabe\viu [quanto livro legal tem aqui]

Compreendemos que esse fenômeno deve ser mais bem investigado e que tal observação se relaciona com nossa hipótese principal (a de que haja distinções configuracionais entre as exclamativas-wh), uma vez que as exclamativas-wh iniciadas por 'como' do PB podem ser encaixadas em verbos factivos (o assim denominado teste de factividade, tal como pro-

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 185

⁵ Todavia, conforme nos aponta um parecerista, pode ser que essa gradação de aceitabilidade/agramaticalidade das exclamativas-wh encaixadas tenha mais relação com a presença ou não de verbo em sua forma raiz, ao invés de estar relacionado a forma do elemento-wh. Se ela tem verbo, sua aceitabilidade parece ser maior (vii – viii); se não tem verbo, é menor (ii; iv; vi):

levantados por Castroviejo (2006) e Mayol (2008) de que a factividade não esteja sempre envolvida nas sentenças exclamativas. Desse modo, desconsideraremos o envolvimento desse traço na derivação de exclamativas-wh.

Os dados em (15)-(17) também permitem levantar as seguintes questões: haveria uma configuração sintática distinta para cada exclamativa-wh e seu respectivo elemento-wh envolvido? Se sim, todas as construções exclamativas checariam seus traços nas mesmas áreas ou seria possível conjecturar sobre diferenças estruturais a depender do operador-wh envolvido na expressão? Pretendemos responder essas questões ao longo de nossa argumentação⁶.

De todo modo, entendemos que as sentenças exclamativas são, de fato, um tipo sentencial próprio, e argumentamos que a propriedade de *força* esteja envolvida em todas as exclamativas-wh, sendo licenciada pela projeção funcional *ForceP*, a projeção responsável associada ao tipo sentencial (interrogativa, declarativa, exclamativa, etc.).

Recapitulando, concluímos, então, que os traços de *miratividade*, *indexicalidade*, *avaliação*, *evidencialidade* e *força* estejam envolvidos na exclamatividade-wh. O traço de *gradatividade*, conforme dito na *Introdução*, é valorado na derivação de exclamativas-que e exclamativas-quanto, mas não na das exclamativas-como. Voltaremos a esse ponto na seção 3.

Uma vez identificados os traços que as exclamativas-wh deveriam envolver, nosso próximo passo é compreender como tais traços podem ser integrados à (e/ou realizados na) estrutura sintática⁷.

posto por Zanuttini e Portner (2003)) enquanto as exclamativas-wh iniciadas por 'que' ou 'quanto' não permitem esse encaixamento. As exclamativas-como, em sua forma raiz, tal como em (i), não são possíveis de serem veiculadas sem o verbo:

- (i) Como é imbecil esse político;
- (ii) * Como imbecil esse político
- 6 Como veremos nas seções seguintes, é plausível estabelecer uma diferença entre exclamativas-wh com 'que' e 'quanto', por um lado, e exclamativas-wh com 'como', por outro. Tal ideia não é surpreendente, uma vez que já foi demonstrado que, ao menos no PB, haveria três correlatos entoacionais diferentes para as exclamativas-wh, um para cada elemento-wh presente no início da sentença ['como', 'que' e 'quanto'] (ZENDRON DA CUNHA, 2016). Outro argumento, como bem nos apontou um parecerista anônimo, vem da distribuição sintática dessas exclamativas, dado que, enquanto todas as sentenças exclamativas do PB são possíveis com verbo em sua estrutura ('Que linda está a festa!'/ 'Como a festa está bonita!' / 'Quanta festa bonita aconteceu!'), apenas as exclamativas-wh iniciadas por 'que' e 'quanto' permitem uma estrutura sem verbo ('que festa linda!'/ 'quanta festa linda'/* 'Como festa linda'). Como argumentaremos na seção 3, é plausível que as exclamativas-que/quanto tenham uma história derivacional distinta das exclamativas-como.
- Alguém poderia questionar, como bem nos lembrou um dos pareceristas, se a valoração de cada um dos cinco ou seis traços nas respectivas projeções no espírito do *One Feature, One Head*, de Kayne (2005) não sobrecarregaria demais a sintaxe. Mais precisamente, um crítico poderia colocar, segundo o parecerista, a seguinte questão: "qual é a justificativa (que não seja de respeitar normativas internas do modelo) de representar todas essas propriedades na estrutura sintagmática da frase?" Essa é uma ótima questão e há um modo de respondê-la sem com isso recorrer a saídas que tão simplesmente "respeit[am] normativas internas do modelo". Pensemos no caso de uma língua aglutinante como o coreano. Línguas aglutinantes são sistemas em que, para cada traço do sistema conceitual ("LF") haverá um morfema que transparentemente se encarregará de traduzir *tão somente* aquele traço *específico*, diferentemente de sistemas flexionais como o português, em que pode haver "cumulação de traços" num só fonema (lembre-se de que o PB, p.ex., realiza os traços-phi

187

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

Nos últimos anos, diversos trabalhos foram desenvolvidos com o objetivo de acomodar, na estrutura sintática, essas propriedades semânticas e pragmáticas. Podemos destacar duas abordagens diferentes que foram desenvolvidas para dar conta, em uma teoria sintática, das propriedades das exclamativas: i) a abordagem que assume a existência de uma 'categoria sincrética', na qual os diferentes traços são combinados (URIAGEREKA, 1995; ZUBIZARRETA, 1998) e ii) a abordagem que acomoda esses traços numa perspectiva de CP/IP explodidos, em que cada uma das diferentes propriedades são representadas por diferentes projeções (AMBAR, 2003; GUTIÉRREZ-REXACH, 2001, 2008).

Ao assumirmos uma abordagem cartográfica para o CP/IP, cindidos em diversas categorias funcionais dedicadas à interpretação semântico-discursiva, advogamos em favor da hipótese de que a *exclamatividade* das exclamativas-wh não é derivável a partir de uma categoria única, primitiva; antes é o resultado da valoração (sintática) de vários traços que, derivacionalmente, terão como *output* a expressão da exclamatividade-wh.

(número e pessoa) de maneira sincrética num único morfema). Assim, em (i), do coreano, p.ex., temos, para além dos dois morfemas de concordância, respectivamente -si- e -sup-, os seguintes morfemas, da esquerda para a direita: -hi-, -ess-, -ess-, -keys-, -ri- e -kka, que realizam respectivamente as categorias de voz (passiva), tempo anterior, tempo passado, modalidade epistêmica, modalidade evidencial e força:

(i) *Coreano* (Cinque, 1999: 53) Ku pwun-i cap-hi-si-ess-ess-keyss-sup-ri-kka? A pessoa-NOM pegar-PASS-AGR-ANT-PAST-EPISTEM-AGR-EVID-Q 'Você sentiu que ele tinha sido pego?'

Repare que, se cada um desses seis morfemas – e nem estamos contando os dois morfemas de Agr! – realizam um único traço, não há saída se não a sintaxe realizar distintamente cada uma dessas seis categorias, cada uma num núcleo da sequência funcional, por uma razão muito simples (e, num certo sentido, até curiosamente bastante "minimalista" metodologicamente): em virtude de PF e LF "não se conversarem" e receberem o mesmo *output* da derivação sintática, o fato mesmo de o coreano realizar, discretamente, cada um dos seis traços por um morfema distinto, justifica a alternativa acertada da cartografia de optar por entender que cada traço seja valorado por uma projeção distinta. Lembremo-nos (e o caso de línguas aglutinantes deixa isso claro) de que somente uma é a ordem correta para as categorias de (i) acima (cf. Cinque, 1999: 53).

Tal opção metodológica, pelos cartógrafos, encontra respaldo inclusive numa interpretação bastante estrita do minimalismo de Chomsky, quando o autor diz que a postulação de categorias gramaticais/funcionais deve ser justificada "quer por condições de saída (de interpretação fonética e semântica) ou por argumentos internos à teoria" (1995: 24). Ora, se o coreano transparentemente realiza cada um dos traços identificados em (i) por meio de um morfema distinto, justificam-se por razões semânticas e morfológicas a assunção dessas categorias já na sintaxe, por força do modelo em T (Chomsky, 1995). Uma interpretação "dura" do princípio de uniformidade (Chomsky, 2001), forçar-nos-ia a estender a valoração dos referidos traços de (i) do coreano também a outras línguas que sequer os expressam morfologicamente cada um via um único morfema.

Em vista da argumentação aqui favorecida para o caso do exemplo (i) do coreano, estendemos o raciocínio também à valoração das categorias envolvidas mesmo em línguas flexinais e em estruturas distintas, como é o caso das exclamativas-wh.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

2. A Cartografia sintática e a sua metodologia

Com o objetivo de determinar os "átomos" da estrutura sintática, desenhando mapas com configurações bastante precisas, o Programa Cartográfico propõe uma expansão das categorias funcionais tanto no domínio da oração (vP (BELLETTI, 2004), IP (CINQUE, 1995, 1999) e CP (RIZZI, 1997, 2004 a,b; dentre outros)), como no domínio da projeção estendida do nome (cf. CINQUE, 2005; 2013).

Desde os trabalhos seminais de Cinque (1995, 1999), sobre a estrutura do IP (também denominado de 'Middlefield'), e de Rizzi (1997), sobre a estrutura enriquecida do CP (a "periferia esquerda"), diversas pesquisas surgiram com o intento de investigar esses domínios estendidos e desenhar mapas precisos da estrutura sintática.

Desse modo, faz parte da empreitada do projeto cartográfico o estabelecimento de uma correspondência sistemática entre as características morfossintáticas e semânticas de uma modalidade e suas devidas projeções funcionais, hierarquicamente estabelecidas na estrutura sintática (BENINCÀ & MUNARO, 2011). Além de seguir esse princípio de correspondência estrita entre a *Narrow Syntax* e as categorias do sistema conceitual, a Cartografia sintática se orienta, sob os seguintes fundamentos teóricos: i) a teoria da antissimetria de Kayne (1994); ii) as camadas de Cinque (1999) para o *middlefield* ('espaço IP'); iii) as camadas periféricas do domínio oracional (RIZZI, 1997) e iv) a estrutura em camadas de Cinque para os PPs.

Foi com base na distribuição relativa de advérbios de classes semânticas distintas em diferentes línguas que Cinque (1999) estabeleceu uma hierarquia rígida para os advérbios. O IP, já explodido em duas projeções por Pollock (1989), se desdobra em cerca de quarenta categorias funcionais, cada uma caracterizada por um traço semântico distintivo, constituindo o que é denominado por Cinque (1999) de 'espaço IP'.

Cinque (1999) utilizou advérbios de diferentes classes e partiu da combinação de dois advérbios por vez nas duas ordens possíveis, conforme ilustrado em (18-19), a seguir, em que ">" indica precedência:

Com base nessas combinações, conclui-se que AdvPA precede AdvPB. Tendo em vista o Princípio da Uniformidade (CHOMSKY, 2001) e utilizando-se dessa reconstrução de fragmentos da hierarquia, através dos testes de transitividade aplicados a diferentes línguas, é possível chegar a uma hierarquia mais completa (como a proposta por Cinque (1999, p. 106)):

B. F. DE LIMA & A. T. NETO Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações

(20) A Hierarquia Universal das Projeções Funcionais em IP (Middlefield)

 $[francamente \ Modo \ _{ato \ de \ fala} > [felizmente \ Modo \ _{avaliativo} > [evidentemente \ Modo \ _{Evidencial} > [provavelmente \ Modalidade \ _{Epistemica} > [uma \ vez \ T \ _{Passado} > [então \ T \ _{Futuro} > [talvez \ Modo \ _{Irrealis} > [necessariamente \ Modaliade \ _{Necessidade} > [possivelmente \ Modalidade \ _{Possibilidade} > [normalmente \ Asp \ _{Habitual} > [finalmente \ Asp \ _{Tardio} > [tendencialmente \ Asp \ _{Predisposicional} > [novamente \ Asp \ _{Repetitivo(I)} > [frequentemente \ Asp \ _{Frequentativo(I)} > [de/com \ gosto \ Modalidade \ _{Volitiva} > [rapidamente \ Asp \ _{Acelerativo(I)} > [já \ T \ _{Anterior} > [não...mais \ Asp \ _{Terminativo} > [ainda \ Asp \ _{Continuativo} > [sempre \ Asp \ _{Continuo} > [apenas \ Asp \ _{Retrospectivo} > [(dentro) \ em \ breve \ Asp \ _{Aproximativo} > [brevemente \ Asp \ _{Durativo} > [(?) \ Asp \ _{Genérico/Progressivo} [quase \ Asp \ _{Prospectivo} > [repentinamente \ Asp \ _{Incoativo(I)} > [obrigatoriamente \ Modo \ _{Obrigação} > [em \ vão \ Asp \ _{Frustrativo} > [(?) \ Asp \ _{conativo} > [completamente \ Asp \ _{singeompletivo(I)} > [tudo \ Asp \ _{Repetitivo(II)} > [frequentemente \ Asp \ _{Frequentativo(II)} > ...$

Cinque (1999) argumenta em favor da hipótese mais forte para a variação tipológica, afirmando não só que todas as línguas contam com o mesmo inventário de projeções funcionais, como também que sua ordem relativa é sempre a mesma. As línguas variam apenas em termos de quais categorias são realizadas morfonologicamente e quais são silenciadas (KAYNE, 2005; CINQUE; RIZZI, 2010). Desse modo, a estrutura hierárquica do IP (e das demais projeções estendidas) seria uma propriedade da Gramática Universal.

Além do IP cindido, nos interessa também a expansão do CP e suas projeções funcionais da periferia esquerda. De forma sintética, o CP é a área responsável pela articulação entre o conteúdo proposicional, expresso pelo IP, e a estrutura superior, que pode ser uma sentença matriz ou o discurso. Segundo Rizzi (1997), uma série de categorias funcionais localiza-se no campo do CP, de forma que esse domínio precisa ser estendido para acomodar certos constituintes com propriedades discursivas.

Como veremos a seguir, com base nos testes de coocorrência, muitas das propriedades das exclamativas-wh, atribuídas à periferia esquerda, podem ser valoradas em uma posição mais baixa na hierarquia sintática (a saber, a zona do *middlefield*).

3. Categorias funcionais em exclamativas-wh: o caso do PB

Uma vez que assumimos uma abordagem 'analítica' em nossa investigação das exclamativas, a adoção de uma abordagem cartográfica é crucial para um mapeamento mais preciso da posição das exclamativas na estrutura da sentença – quer de sua posição de Soldagem (externa), quer de sua posição última (i.e., da posição de pouso do sintagma-wh, se se mostra que é pronunciado numa posição distinta da de Soldagem externa).

Conforme vimos na primeira seção, os traços de *miratividade*, *indexicalidade*, *avaliação*, *evidencialidade*, e *força* estariam envolvidos na derivação de todos os subtipos de exclamativas-wh. Exclamativas-como teriam adicionalmente ainda o traço de *gradatividade* para valorar.

Essas propriedades semântico-pragmáticas são codificadas por meio de categorias funcionais e são, em geral, postuladas como pertencendo

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) à periferia esquerda⁸. Contudo, o importe conceitual dessas categorias é bastante similar ao importe conceitual das categorias presentes na zona mais alta do *middlefield* (CINQUE, 1999), conforme o estrato parcial da hierarquia dada em (20) e reproduzido, a seguir, em (20'):

(20') francamente $Modo_{ato de fala} > [felizmente Modo_{avaliativo} > [evidentemente Modo_{Evidencial} > [provavelmente Modalidade_{Epistêmica} > ...$

Esses advérbios da zona alta do IP têm uma característica em comum com as exclamativas: eles expressam atitudes do falante sobre a proposição ou fato veiculado. Segundo Cinque (1999, p. 84), a projeção de modo do ato de fala marca a força ilocucionária de uma sentença e, não por acaso, encontramos um paralelismo com as projeções propostas na periferia esquerda de alguns autores: existe uma discussão sobre a possibilidade de Mood pertencer ao domínio do CP estendido de Rizzi (1997) ou ao *middlefield* (cf. Speas, 2004; Haumann, 2007).

Ademais, como vimos anteriormente (cf. seção 1), existe um impasse quanto ao fato de o elemento-wh da exclamativa determinar (ou não) diferenças estruturais. Vejamos então se há diferenças estruturais entre exclamativas-wh com "como", "que" e "quanto", a partir dos "testes de coocorrência".

A começar pelo elemento "como" é estabelecido que, ao menos no PB, pode ter quatro leituras: *causa*, *propósito*, *elucidativa* e *mirativa*, ao menos quando presente em uma estrutura "como assim" (SOUSA, 2019). No caso das exclamativas-*como*, é plausível pressupor que haja essas propriedades e que o elemento-wh "como" suba até Mood_{Mirative}P, uma vez que em exclamativas este elemento tenha leitura mirativa. Sendo esse o caso, é esperado que não seja possível coocorrer um advérbio de ato de fala dentro de exclamativas-*como*, e é exatamente o que observamos a seguir:

- (21) ^{?/*}Aparentemente, como é sinceramente debilitado esse presidente!
- (22) Sinceramente, como infelizmente é debilitado esse presidente!
- (23) Sinceramente, como políticos são aparentemente corruptos!
- (24) ^{?/*} Aparentemente, como todos políticos sinceramente são corruptos!

As sentenças em (22) e (23) são aceitáveis porque o advérbio "sinceramente" está fora do domínio oracional da exclamativa-wh, ao contrário do que vemos nas sentenças mal formadas em (21) e (24), em que o advérbio de ato de fala "sinceramente" está integrado à estrutura da exclamativa-wh⁹.

- 8 Os traços de 'miratividade' e 'avaliação' são, para alguns autores, codificados em CP (cf. AMBAR, 2003; ZANUTTINI & PORTNER, 2003). Também os traços de 'indexicalidade' évidencialidade', para outros (SPEAS & TENNY, 2003; GIORGI, 2008), seriam traços de projeções da periferia esquerda.
- 9 Como de praxe, na metodologia da Cartografia Sintática, nos utilizamos do expediente do critério de Jackendoff (1972, p. 87) segundo o qual "dois advérbios sentenciais de mesma classe semântica [não podem coocorrer], do mesmo modo que não pode haver dois adjetivos

191

B. F. DE LIMA & A. T. NETO Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações

Lembremos também que, se tivermos de posicionar quantificadores universais na estrutura do middlefield proposta por Cinque (1999), é bem provável que sua posição de soldagem seja abaixo de advérbios mirativos e acima de advérbios avaliativos, segundo Tescari Neto (2013, 2016).

Para Ambar (2003), exclamativas-wh se comportariam tal como quantificadores avaliativos e subiriam para uma posição alta do CP (daí o rótulo de EvaluativeP). Contudo, embora tal observação seja válida para exclamativas-*que*, não parece ser para exclamativas-*como*:

- (25) Que livros o Pedro lhe ofereceu!
- (26) *Como livros o Pedro lhe ofereceu!¹⁰

Quanto ao traço de evidencialidade/referencialidade nas sentenças exclamativas, podemos conferir sua pertinência atráves do expediente metodológico largamente explorado nesta seção, nomeadamente o teste de coocorrência (TESCARI NETO, 2019), dessa vez com o advérbio evidencial:

- (27) *Evidentemente como é linda aquela mulher!
- (28) *Evidentemente que linda aquela mulher!
- (29) *Evidentemente quanta mulher linda!

Uma vez que o advérbio evidencial "evidentemente" não pode coocorrer em estruturas exclamativas-wh, entendemos que o traço de evidencialidade esteja envolvido na exclamatividade-wh. Sendo assim, trata-se de um traço que deve ser checado na estrutura sintática, no momento da derivação. Tal como os demais traços descritos nessa seção, é possível argumentar que esse traço seja valorado em uma projeção alta do IP (ao invés de sê-lo no CP). Na zona expandida do IP, há uma posição dedicada à valoração desse traço, de modo que argumentaremos que o traço de referencialidade é valorado na projeção de Mood_{Evidential}P (CINQUE, 1999), pelo fato de as exclamativas sempre serem veiculadas em relação à evidencialidade do predicado: o falante teve acesso ao objeto/evento que gerou a surpresa e o fez exclamar.

Além disso, como vimos anteriormente, as exclamativas-wh precisam checar/valorar algum traço avaliativo em sua estrutura. Tal traço, em termos da hierarquia de Cinque (1999), deve ser checado já na zona alta de IP, nomeadamente em [Spec, Mood_{Evaluative}P], como podemos constatar em (30)-(32):

de cor ou de tamanho a modificarem um nome". Com base nesse critério, estabelecemos a existência ou não de um determinado traço na estrutura das exclamativas-wh. Para uma explicação pormenorizada de tal critério, cf. Tescari Neto (2020, capítulo 2).

¹⁰ No caso de (26), um parecerista anônimo destacou que a causa desta restrição seria o uso de *como* em orações sem verbo (que não seria possível), além do fato de [que livros] formar um constituinte, enquanto [como livros] não.

- (30) *Como lamentavelmente infeliz é esse comentário!
- (31) *Como *infelizmente* ruim é esse presidente!
- (32) *Como lamentavelmente inepto é esse político!

Uma vez que as exclamativas, intrinsecamente, têm essa propriedade avaliativa, não é esperado que exclamativas-wh coocorram com elementos do mesmo importe conceitual (no caso, os advérbios avaliativos *lamentavelmente* e *infelizmente*), o que explicaria a agramaticalidade em (30) a (32) com esses advérbios à esquerda do verbo. Todavia, se posicionarmos esses advérbios à direita do verbo, isto é, em IP, tais ocorrências passam a ser gramaticais:

- (33) Como é lamentavelmente infeliz esse desastroso comentário!
- (34) Como é infelizmente ruim esse presidente!
- (35) Como é lamentavelmente inepto esse político!

Podemos testar a pertinência dessa propriedade (i.e., o traço avaliativo) nas exclamativas-wh, recorrendo ao mesmo expediente da coocorrência, dessa vez de sintagmas-wh exclamativos com advérbios avaliativos (do tipo de *felizmente*):

- (36) *Felizmente, que bela é aquela mulher
- (37) *Felizmente, quão bela é aquela mulher
- (38) Felizmente, como é bela aquela mulher!

Os dados em (36)-(38) parecem corroborar a hipótese de que há uma variação entre as exclamativas-wh do PB. As sentenças exclamativas-*que* e exclamativas-*quanto* parecem envolver movimento-wh para a posição de [Spec, Mood_{Evaluative}P], dada a má formação de (36) e (37), mas esse não parece ser o caso de (38). Esse seria um argumento favorável à assunção de diferentes derivações para diferentes tipos de exclamativas-wh.

Um argumento adicional para essa análise – que propõe diferenças de alturas para as exclamativas-*que*/*quanto* e as exclamativas-*como* – pode ser oferecido por meio do teste de coocorrência com advérbios mirativos, como "surpreendemente":

- (39) *Surpreendemente, que bela é aquela mulher!
- (40) * Surpreendemente, quão bela é aquela mulher!
- (41) Surpreendemente, como é bela aquela mulher!

Como podemos ver em (39)-(41), apenas as exclamativas-*como* parecem admitir advérbios mirativos à esquerda do elemento-wh, o que poderia ser um índicio de que as exclamativas-*como* não subiriam tanto quanto as exclamativas-*quanto*. Assim, dadas as observações

193

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

feitas com base nos testes de coocorrência das categorias funcionais envolvidas na exclamatividade-wh, argumentamos que, no caso das exclamativas-*como*, é possível que as propriedades da exclamatividade sejam, exceção feita ao traço de força, valoradas já no middlefield.

Entenderemos, portanto, que os traços de *evidencialidade*, *avaliação* e *miratividade* são satisfeitos na zona alta do IP (numa representação à la Cinque, 1999), dado não só que há posições com importes conceituais compatíveis com as categorias veiculadas pela exclamatividade-wh nesta porção da estrutura hierárquica como também – e sobretudo – que advérbios representantes dessas categorias altas de IP reagem à presença de sintagmas exclamativos-wh. Assim, propomos que o traço de evidencialidade é valorado por movimento a [Spec, Mood_{Evidential}P]; o traço de avaliação é valorado por movimento a [Spec, Mood_{Evaluative}P] e o traço de miratividade por movimento a [Spec, Mood_{Mirative}P].

Quanto ao traço de gradatividade, argumentamos que, de fato, como entende a literatura (DELFITTO & FIORIN, 2014; VILLALBA, 2016), essa propriedade esteja associada a uma categoria alta da periferia esquerda. Em favor dessa hipótese advogam algumas diferenças configuracionais entre essas exclamativas do PB.

Em exclamativas-*como*, é importante destacar que o item 'como', diferentemente do item "que", não seleciona sintagmas nominais; para além disso, não é possível omitir a cópula, como acontece com exclamativas-*quanto* e exclamativas-*que*:

- (42) *Como aula interessante que assisti!
- (43) *Como interessante aula que assisti
- (44) Como é interessante a aula que assisti!

Sabendo que não há movimento do verbo finito de I-para-C no PB (GALVES, 1993), a obrigatoriedade da cópula pode ser um indicativo de que o predicado das exclamativas-*como* esteja em IP, não em CP, como analisamos as exclamativas-wh até então. Contudo, é preciso recorrer a testes que diagnostiquem o movimento (ou a ausência do movimento) da cópula. Sendo assim, vejamos como se comportam as exclamativas-*como* em contraste com as exclamativas-*quanto* com advérbios altos (avaliativos e mirativos):

- (45) Como é incrivelmente ágil esse piloto!
- (46) ^{?/*}Incrivelmente como é ágil esse piloto!
- (47) Incrivelmente quanto é ágil esse piloto!
- (48) Como está impressionantemente cheio de analfabeto esse governo!
- (49) ^{?/*}Impressionantemente como está cheio de analfabeto nesse governo!
- (50) Impressionantemente (o) quanto está cheio de analfabeto nesse governo!

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) Como podemos identificar nos dados acima, as exclamativas-como não se comportam necessariamente igual às exclamativas-quanto: enquanto é possível encontrarmos advérbios altos à esquerda de exclamativas-quanto, como em (47) e (50), com exclamativas-como não parece ser o caso (cf. (46) e (49)). Tal constatação se coaduna com as observações já feitas, em que vimos uma distinção entre o comportamento das exclamativas-que/quanto, de um lado, e as exclamativas-como, de outro, a partir de testes de coocorrência com advérbios avaliativos e mirativos.

Assumimos então que o traço de gradatividade – no caso das exclamativas-que/quanto – é valorado em uma posição da periferia esquerda (denominada aqui de DegP) e que o traço de indexicalidade, por estabelecer valores contextuais de 'tempo', 'maneira' e 'localidade' seja valorado, *por soldagem*, em uma posição específica de circunstanciais, acima de ν P, ou mesmo, nalguns casos, internamente à projeção estendida do nome, também via soldagem de um demonstrativo.

Dessa forma, podemos organizar, em um quadro sinóptico, as categorias envolvidas na expressão da exclamatividade-wh (com as devidas estratégias de valoração envolvidas) da seguinte forma:

Figura 1 - Quadro das categorias funcionais acionadas em exclamativas-wh

Traço/Categoria	Categoria Funcional	Mecanismo de valoração	Tipo de exclamativa
INDEXICALIDADE	DemP ou LocP/TempP/ MannerP	Soldagem	Todas
REFERENCIALIDADE/ EVIDENCIALIDADE	MoodEvidentialP	Movimento	Todas
AVALIAÇÃO	MoodEvaluativeP	Movimento	Todas
MIRATIVIDADE	MoodMirativeP	Movimento	Todas
FORÇA	ForceP	Movimento	Todas
GRADATIVIDADE	DegreeP	Movimento	Exclamativa- que/quanto

(Fonte: Lima, 2020, p. 106)

Como argumentamos anteriormente, acreditamos que as sentenças exclamativas não sejam categorias primitivas da gramática. Noutras palavras, assumimos que mais de uma categoria esteja envolvida na valoração dos traços associados à exclamatividade. Nesse sentido, as exclamativas-wh seriam um tipo sentencial obtido derivacionalmente: os diferentes traços necessários são valorados ao longo de posições de IP (a posição do circunstancial e a das modalidades evidencial, avaliativa e mirativa) para, em seguida, com um ulterior movimento para a [Spec,ForceP], ser valorado o traço associado ao tipo sentencial (*clause-typing*). Vejamos a seguir uma exemplificação das diferentes estratégias de derivação dessas sentenças.

B. F. DE LIMA & A. T. NETO Propriedades sintáticosemânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações

4. Uma proposta de derivação para as exclamativas-wh

Na seção anterior, com base em testes de coocorrência, organizamos o quadro da fig. 1, que comtempla os traços e categorias envolvidos na exclamatividade-wh: os traços de *indexicalidade*, *evidencialidade*, *avaliação*, *miratividade*, *força* e, no caso das exclamativas-*que/quanto*, o de *gradatividade*. Além desse mapeamento, levantamos a hipótese de haver casos – como aqueles envolvendo as exclamativas-*como* – em que algumas propriedades das exclamativas são valoradas na zona alta de IP (CINQUE, 1999), não na periferia esquerda. Os testes de coocorrência com itens supostamente pertencentes à mesma categoria confirmaram essa hipótese.

Resta-nos agora, com base nas diferenças entre esses subtipos de exclamativas, apresentar uma proposta de derivação. Uma vez que o presente trabalho se insere no espírito da Cartografia, partiremos de uma única estrutura de Soldagem (i.e., de uma única hierarquia), para capturar as diferenças entre essas exclamativas, recorrendo aos mecanismos básicos de construção de estrutura, nomeadamente: soldagem e movimento (TESCARI NETO, 2019; LIMA, 2020, seção 3.3).

Essa proposta de derivação¹¹ captura o comportamento distinto de exclamativas-*como* (cf. (51)), de um lado, e exclamativas-*que* (52) e -*quanto* (53), de outro:

- (51) Como é linda aquela mulher!
- (52) Que bagunça eles fizeram aqui/AQUI!
- (53) Quanta bagunça eles fizeram aqui/AQUI

A começar pela exclamativa-*como* em (51), o primeiro passo da história derivacional da sentença é a checagem do traço de indexicalidade, diretamente envolvido na exclamatividade-wh. Como vimos na seção anterior, diferentemente dos outros traços que são valorados por movimento, indexicalidade é valorado por Soldagem. O locus dessa valoração, contudo, não é de todo claro: há autores que argumentam que esse traço seja valorado em uma zona alta do CP, em uma posição acima de ForceP (GIORGI, 2008). Em nossa proposta, contudo, o traço de indexicalidade pode ser valorado na projeção estendida de N – na presença de um sintagma demonstrativo como *aquela* (em (51)) – ou na projeção estendida de V – em presença de um advérbio circunstancial (locativo, temporal ou de modo/maneira).

No caso específico da sentença em (51), assumimos que a valoração do traço de indexicalidade se dê com a Soldagem do DemP "aquela" na projeção estendida do NP. Pormenores à parte (como já dito), o segundo passo da derivação – diretamente envolvido na expressão da exclamatividade-wh –

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

¹¹ A título de simplificação, ilustraremos apenas os passos derivacionais diretamente envolvidos na exclamatividade-wh, não entrando nos pormenores da derivação completa.

corresponde à valoração do traço de Mood_{Evidential}, nomeadamente o traço [+ referencial]. Conforme vimos na seção 3, as exclamativas-wh têm de valorar esse traço pela razão de que a sensitividade à experiência (visual, auditiva, etc.)¹² é uma das características semânticas das exclamativas-wh (MICHAELIS, 2001).

A porção da sentença "aquela mulher" é um constituinte na sentença em questão, podendo, então, se mover sozinho. Tal constituência é atestada pelo teste de movimento em (54-55), abaixo, que sugere que (54) é derivada de (55):

- (54) Aquela mulher, como t, é linda!
- (55) Como aquela mulher é linda!

Repare que o sintagma "aquela mulher" é o constituinte que deve valorar o traço de referencialidade, uma vez que diz respeito ao referente da exclamação do falante. Na fig. 2, a seguir, esse passo da história derivacional é indicado pelo número "1".

O terceiro passo desta derivação é a entrada, na estrutura, do núcleo de $\operatorname{Mood}_{\text{Evaluative}}$. Como vimos na seção anterior, as sentenças exclamativas necessariamente veiculam uma avaliação do evento/objeto do predicado por parte do falante. Dito isso, o constituinte "linda" se move para a posição de [Spec, $\operatorname{Mood}_{\text{Eval}} P$] – tal como indicado como "2" na fig. 2 – para valorar este traço de avaliação.

Podemos constatar o status de constituinte do adjetivo "linda" a partir de testes de constituência, tal como o teste de movimento, que ilustramos em (57) – derivada de (54), repetida como (56), a seguir:

- (56) Aquela mulher, como é linda!
- (57) Linda, aquela mulher, como é t_i !

Constatada a constituência de "linda" em (56-57), faz-se necessário justificar por que este sintagma (e não outro constituinte de (56)) deve se mover para a posição de [Spec, $Mood_{Eval}P$]: linda é um adjetivo avaliativo ^{13.} É pertinente que esse sintagma, portanto, seja o constituinte a valorar o traço de avaliação na exclamativa-wh em (51).

¹² A má formação de exclamativas-wh em sentenças com evidenciais (p.ex., em "*Evidentemente como é linda aquela mulher") é um bom argumento em favor da pertinência da assunção do traço [avaliativo].

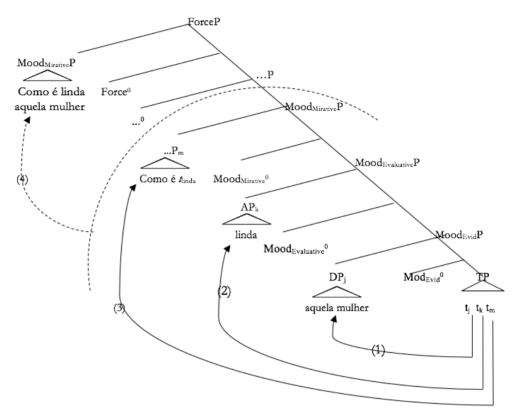
¹³ Um parecerista anônimo nos questionou sobre a impossibilidade de modificação no interior do sintagma, exemplificado pela sentença agramatical '*Como aquela mulher é muito linda!'. Argumentamos que essa modificação no interior do sintagma é possível, desde que utilizemos os denominados 'intensificadores expressivos' (GUTZMAN; TURGAY, 2015), dado o caráter expressivo das construções exclamativas. Um bom exemplo dessa categoria seriam os palavrões enquanto intensificadores: 'Como aquela mulher é linda *pra caralho*'.

197

B. F. DE LIMA & A. T. NETO Propriedades sintático-semânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações

Em seguida, entra na estrutura o núcleo de Mood_{Mirative}. Como vimos, a surpresa e/ou a admiração é entendida como propriedade das exclamativas-wh segundo diversas abordagens (ZANUTTINI & PORTNER, 2003; ZEVAKHINA, 2014).

Figura 2 - Derivação das exclamativas-como no PB



(Fonte: adaptado de LIMA, 2020).

Como argumentado na seção anterior, uma vez que as exclamativas envolvem leitura mirativa, não é possível coocorrerem com um advérbio mirativo dentro de exclamativas-como. Assim, o constituinte "como é $t_{\rm linda}$ " se move para a posição de [Spec, Mood_Mirative}P], tal como ilustrado pelo passo derivacional "3" da fig. 2, acima. Esse movimento é desencadeado para a valoração do traço [+ mirativo]: o sintagma-wh é o constituinte responsável pela veiculação da modalidade mirativa das exclamativas.

Na sequência, Mood_{Mirative}P se solda com a projeção de Mood_{SpeechAct}P, em consonância com a hierarquia de Cinque (1999). Uma vez que em nossa derivação representamos apenas as categorias pertinentes à expressão da exclamatividade-wh, inserimos acima de Mood_{Mirative}P, na figura 2, a "projeção" '...P' para indicar a supressão das projeções de Mood_{SpeechAct}P, FinP, FocP, TopP, e demais projeções de CP c-comandadas por ForceP.

Por fim, o núcleo de Force⁰ entra na derivação e Mood_{Mirative}P se move para [Spec, ForceP] para valorar o traço de força, como indicado em "4" na figura 2. Conforme nossa hipótese acerca das exclamativas-wh, a modalidade exclamativa é obtida derivacionalmente, de modo que cinco categorias – no caso das exclamativas-*como* – estejam envolvidas em sua derivação.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) Alguns passos da derivação de exclamativas-que/quanto, do tipo das de (60-61), a seguir, são similares aos passos da história derivacional de exclamativas-*como*, com a diferença crucial de que, no caso das primeiras, há movimento ulterior para [Spec,DegP], onde se valora o traço de [gradatividade].

- (60) Que bagunça eles fizeram aqui/AQUI!
- (61) Quanta bagunça eles fizeram aqui/AQUI!

No início da derivação dessas sentenças, tal como nas exclamativascomo, o traço de indexicalidade é valorado em uma posição imediatamente acima de *v*P, na zona dos sintagmas circunstanciais (Cinque, 2006, cap. 6). Tal valoração é garantida pela Soldagem do dêitico "aqui" – que pode permanecer silencioso ("AQUI").

Ignorando as etapas derivacionais não diretamente envolvidas na valoração da exclamatividade-wh – como o movimento do DP-wh *quanta bagunça* para a valoração do traço de Caso acusativo (Tescari Neto, 2013; vide também nota a seguir) –, entra na estrutura o núcleo de Mood Evidential, que se solda com TP. Desta porção denominada de TP, é extraído o VP "eles fizeram $t_{\rm quanta\ bagunça}$ " – que, de pronunciado, contém tão somente *eles fizeram*, em virtude, como dissemos, da subida de *quanta bagunça* para uma projeção associada à valoração do traço de caso acusativo, acima de VP – 14 e movido a [Spec, Mood Evidenta] para valorar o traço de evidencialidade/referencialidade.

Assim, o sintagma "eles fizeram t" se move para a posição de [Spec, Mood_{Evidential}P], passo descrito como "1" na figura 3 a seguir, para valorar o traço de referencialidade [+ evidencial].

Uma vez que nas exclamativas há a veiculação de uma avaliação sobre o evento/objeto veiculado pelo predicado, essa avaliação deve ser valorada em uma posição dedicada da hierarquia sintática. Desta forma, o NP "bagunça" se moveria – conforme atestado pelos testes em (62-64) – para a posição de [Spec, Mood_{Evaluative}P], tal como indicado pelo passo "2", na fig. 3, para valorar o traço de [+avaliação]. Que "bagunça" seja um constituinte é atestado pelos testes do movimento (63) e da clivagem (64):

¹⁴ Que *quanta bagunça* forme um constituinte é evidente pela troca do pronome *eles* por um NP complexo e movimento de *heavy NP shift*, como acertadamente nos lembrou um dos pareceristas anômimos, em vista do contraste observado em (iii-iv), a seguir:

⁽i) [Quanta bagunça], [eles] [fizeram] t,!

⁽ii) [Quanta bagunça] [as crianças] [fizeram] t.!

⁽iii) "[Quanta bagunça], [as crianças que você deixou aqui para eu cuidar] [fizeram] t,!

⁽iv) [Quanta bagunça] [fizeram] [as crianças que você deixou aqui para eu cuidar] t.!

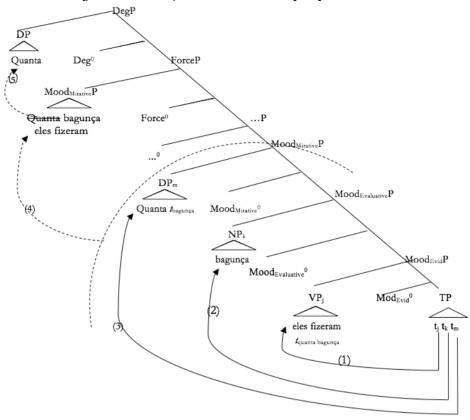
No caso, após o movimento do DP-wh *quanta bagunça* para a valoração do traço de acusativo nalguma projeção associada à valoração de tal traço no *Middlefield* (p.ex., alguma projeção do tipo de "AgrOP" de análises dos anos 90), o VP "eles fizeram $t_{\rm quanta\ bagunça}$ " poderia, então, se mover como constituinte.

B. F. DE LIMA &

A. T. Neto **Propriedades** sintáticosemânticas das exclamativas-wh: categorias, hierarquias e derivações

- (62)Eles fizeram bagunça!
- (63)Bagunça, eles fizeram!
- (64)Foi bagunça que eles fizeram!

Figura 3 - Derivação das exclamativas-que/quanto no PB



(Fonte: adaptado de LIMA, 2020)

Na sequência, o núcleo de $\operatorname{Mood}_{\operatorname{Mirative}}$ entra na estrutura e se solda com Mood_{Evaluative}P. Em seguida, o constituinte contendo o sintagma-wh, nomeadamente o DP-wh "quanta $t_{\text{bagunça}}$ " se move para a posição de [Spec, Mood_{Mirative}P] (cf. o passo "3", indicado na fig. 3) para valorar o traço de [+miratividade]^{15.}

Assim, tal como descrito em "3" na fig. 3, os sintagmas 'que/quanto' se movem para [Spec, Mood_{Mirative}P] para valorar o traço [+miratividade].

Por fim, tal como ocorre nas exclamativas-como, acima de Mood_{Mirative}P são soldadas as projeções de Mood_{SpeechAct}P, FinP, etc., até chegar o momento de Force⁰ se soldar à estrutura e Mood_{Mirative}P se mover a seu especificador, como vemos em "4" na fig. 3. Na sequência, Deg⁰ se solda a ForceP e o elemento-wh é subextraído de ForceP e movido ao especificador de Deg, como representado em "5" (fig. 3).

Revista Letras. Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

199

Lembre-se, pelos passos anteriores da derivação, de que quanta bagunça havia subido a um especificador acima de VP - não representado, contudo, na fig. 3 por questões de espaço - para valorar caso acusativo (Tescari Neto, 2013), deixando o VP "livre" para subir, como constituinte, e valorar, p.ex., o traço de evidencialidade, conforme vemos indicado na fig. 3 pelo passo 1. Se o NP bagunça é extraído na sequência e movido a [Spec,Mood_{Evaluative}P] como atestado por (62-64), independentemente, no texto –, o DP "quanta t_{bagunca} ", que contém pronunciado tão somente o sintagma-wh quanta, fica "livre" para subir à posição de [Spec, Mood_{Mirative}P] para valorar o traço de surpresa/miratividade associado àquela projeção.

As exclamativas-*que* e as exclamativas-*quanto* têm em comum o fato de ambas serem dotadas da propriedade de gradaditivade. Há, contudo, uma diferença semântica no tipo de grau envolvido em exclamativas-*quanto* e em exclamativas-*que*, para o que remetemos o leitor a Lima (2020, cap. 3).

Argumentamos que essa seria a diferença estrutural entre as exclamativas-como e as exclamativas-que/quanto: as exclamativas-como sobem até ForceP, enquanto as exclamativas-que/quanto subiriam até a posição de DegP, inserido na borda do CP. As exclamativas-que e as exclamativas-quanto têm em comum o fato de ambas serem dotadas da propriedade de gradaditivade.

Considerações finais

Neste artigo apresentamos uma análise cartográfica das sentenças exclamativas no PB, levando em conta as categorias funcionais acionadas sobretudo na zona alta de IP e na periferia esquerda da sentença, com base em suas propriedades semântico-pragmáticas. Para isso, lançamos mão de testes de coocorrência de sintagmas-wh com advérbios que supostamente ocupariam um mesmo especificador (cf. Tescari Neto, 2019, cap. 2), para aferirmos a pertinência dessas propriedades na estrutura sintática.

Organizamos em um quadro sinótico, as categorias que parecem estar envolvidas nesse tipo de construção e, na sequência, aplicamos testes de coocorrência para cada uma das categorias funcionais alegadamente envolvidas em construções exclamativas-wh, testando sua pertinência com dados do PB.

Também foram aplicados alguns testes de coocorrência com advérbios avaliativos e mirativos para observarmos algumas diferenças de estratégias derivacionais entre tipos distintos de exclamativas-wh, a saber, para estabelecermos uma distinção entre exclamativas-que/quanto e exclamativas-como.

Quanto às categorias funcionais envolvidas na exclamatividade-wh, apresentamos alguns dados para argumentar contra o envolvimento dos traços de factividade e de foco nas exclamatividade-wh e argumentar que as categorias ForceP, MirativeP, EvaluativeP, EvidentialP, CircumstatialP¹⁶ (ou DemP¹⁷) seriam acionadas na derivação de todos os tipos de exclamativas-wh para serem valorados, respectivamente, os traços de força, miratividade, avaliação, evidencialidade e indexicalidade. O traço de gradatividade, como vimos, é valorado tão somente pelas exclamativas-*que/quanto*, não pelas exclamativas-*como*. Esse traço é valorado por movimento ao especificador de DegP, acima de ForceP.

¹⁶ Na verdade, uma projeção da zona "CircumstantialP", nomeadamente LocP, TempP ou MannerP.

¹⁷ O locus de valoração do traço de indexicalidade pode correr na projeção estendida do verbo ou do nome, algo que precisa ser mais bem investigado futuramente.

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

Referências

AMBAR, Manuela. Wh-asymmetries. *Asymmetry in grammar*, ed. A. M. Di Sciullo, Amsterdam: John Benjamins, p. 209-249, 2003.

CASTROVIEJO, Elena. *Wh-Exclamatives in Catalan*. Ph. D. thesis, Universitat de Barcelona, 2006.

_____. Deconstructing Exclamations. *Catalan Journal of Linguistics*, v. 7, n. 1, p. 41, 2008.

_____. Gradation in modified AdjPs. In: Semantics and Linguistic Theory, p. 83-103, 2012.

BEIJER, Fabian. The Syntax and Pragmatics of Exclamations and other Expressive/Emotional Utterances. *The department of English in Lund: working papers in linguistics*, 2002.

BELLETTI, Adriana. Aspects of the low IP area. In: *The structure of CP and IP*, edited by Luigi Rizzi, New York: Oxford University Press, p. 16–51, 2004.

BENINCÀ, Paola; MUNARO, Nicola (Ed.). *Mapping The Left Periphery: The Cartography of Syntatic Structures Volume 5*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

CHOMSKY, Noam. The Minimalist Program. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

_____. Derivation by Phase. In: Kenstowicz, M. (Ed.). *Ken Hale: A Life in Language*. Cambridge, MIT Press, 2001.

CINQUE, Guillermo. Adverbs and the Universal Hierarchy of Functional Projections. *GLOW*, 34, p. 14-15, 1995.

_____. *Adverbs and Functional Heads: a Cross-linguistic Perspective*. Oxford Studies in Comparative Syntax. Oxford University Press, 1999.

_____. Deriving Greenberg's Universal 20 and its exceptions. In: *Linguistic Inquiry*, 36, p. 315-332. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2005

_____. Typological Studies. Word Order and Relative Clauses. New York, ROUTLEDGE, 2013

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 201

CINQUE, Guillermo; RIZZI, Luigi. The Cartography of Syntactic Structures. In: Heine, B.; Narrog, H. (Eds.). *The Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. NY, Oxford University Press, p. 51-65, 2010.

CRUSCHINA, Silvio; REMBERGER, Eva Maria. Speaker-oriented syntax and root clause complementizers: Comparative approaches to the Complementizer Phrase. *Linguistic Variation*, n. 18l, p. 336-358, 2018

DELFITTO, Denis & FIORIN, Gaetano. Exclamatives: Issues of syntax logical form and interpretation. Lingua. n. 152, p. 1-20, 2014

GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. In: M. Kato and I. Roberts (Eds.). *Português Brasileiro: Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-403, 1993.

GIORGI, Alessandra. *About the Speaker: Towards a Syntax of Indexicality*. Oxford Studies in Theoretical Linguistics 28, Oxford University, 2008.

GUTIÉRREZ-REXACH, Javier. Spanish Exclamatives and the Interpretation of the Left Periphery. In: *Romance Languages and Linguistic Theory 1999: Selected Papers from "Going Romance*", p. 167-194. Amsterdam: John Benjamins., 2001

______. "Spanish Root Exclamatives at the Syntax/Semantics Interface". *Catalan Journal of Linguistics*, n.7, p. 117-133, 2008

GUTZMANN, D; TURGAY, K. Expressive Intensifiers and External Degree Modification. *The Journal of Comparative Germanic Linguistics*, 17, p. 185-228, 2015

GUTZMANN, Daniel. *Use-conditional meaning: Studies in multidimensional semantics*. Oxford: Oxford University Press. DOI: 10.1093/acprof:oso/978019 8723820.001.0001, 2015.

KAPLAN, David. Demonstratives. In: Almog, Perry, and Wettstein, p. 481-563, 1989.

KAYNE, Richard. The Antisymmetry Of Syntax. *Linguistic Inquiry Monograph*, 25. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1994

_____. *Movement and Silence*. New York: Oxford University Press, 2005.

DELANCEY, Scott. Mirativity: The grammatical marking of unexpected information. *Linguistic Typology*, n.1, p. 33-52, 1997.

203

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

LARSON, Richard. On the Double Object Construction. *Linguistic Inquiry*, Vol. 19, No. 3 (Summer, 1988), p. 335-391, 1988

LIMA, Bruno. *A cartografia das exclamativas-wh em português brasileiro:* categorias e hierarquias. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2020.

LIPTÁK, Anikó. The left periphery of Hungarian exclamatives. In: *Contributions to the thirtieth Incontro di Grammatica Generativa*, ed. Laura Brugé, Giuliana Giusti, Nicola Munaro, Walter Schweikert, and Giuseppina Turano. Venezia: Cafoscarina, p. 161–183 2005.

_____. Word Order in Hungarian Exclamatives. In: *Acta Linguistica Hungarica*, Vol. 53 (4), p. 343-391, 2006

MAYOL, Laia. Catalan 'Déu n'hi do' and Levels of Meaning in Exclamatives. In: CHANG, C. B.; HAYNIE, H. J. (Eds.). *Proceedings of the 26th West Coast Conference on Formal Linguistics*, p. 375-383, 2008.

MICHAELIS, Laura. Exclamative constructions. *Language typology and universals: an international handbook*, Martin Haspelmath et al. (eds.).Berlin: de Gruyter, p. 1038-1050, 2001.

MUNARO, Nicola. *On some differences between exclamative and interrogative Wh-phrases in Bellunese*. Paper presented at the Workshop Minimal variation in the WH system, Paris, 1998.

______. Verbless Exclamatives Across Romance: Standard Expectations and Tentative Evaluations, vol. 16. *Working Papers in Linguistics*, University of Venice, 2006

MUNARO, Nicola; OBENAUER, H. G. On the semantic widening of underspecified wh-elements. *Proceedings of the X-Coloquio de Gramatica Generativa*. Madrid: Alcalh, forthcoming, 2003.

NOUWEN, Rick; CHERNILOVSKAYA, Anna. Two types of exclamatives. *Linguistic Variation*, 15(2). 201-224, 2015.

PFEIFFER, Martin. The deictic dimension of exclamations: On the use of whexclamatives in German face-to-face interaction. *Revue de Sémantique et de Pragmatique*, 40. p. 35-57, 2016.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) PINHEIRO, Christine da Silva. *Small Clauses Livres: bem diferentes, essas sentenças!* Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2019.

RETT, Jessica. Exclamatives, degrees and speech acts, *Linguistics & Philosophy*, 34(5), p. 411-442, 2011.

RIZZI, Luigi. The fine structure of left periphery. In: Haegman, L. (Ed.). *Elements of Grammar*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, p. 282-337, 1997

_____. The structure of CP and IP. *The Cartography of Syntactic Structures, vol. 2,* New York: Oxford University Press, 2004a

_____. Locality and Left Periphery. In: Belletti, A. (Ed.). *Structures and Beyond: The Cartography of Syntactic Structures*, *vol.3*. New York/Oxford: Oxford University Press, p. 223-251, 2004b.

_____. The Structure of CP and IP. *The Cartography of Syntactic Structures*, vol. 2. New York, Oxford: Oxford University Press, 2005.

ROSENGREN, Inger. Expressive Sentence Types – A Contradiction in Terms. The Case of Exclamation. In: SWAN, Toril; OLAF, Jansen Westvik (Eds.). *Modality in Germanic Languages*, Mouton de Gruyter, Berlin, 1997.

SIBALDO, Marcelo. *A sintaxe das small clauses livres do Português Brasileiro*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Alagoas, 2009.

_____. Semelhanças e diferenças entre duas sentenças exclamativas do português brasileiro. *Gragoatá (UFF)*, v. 21, p. 113-132, 2016.

SOUSA, Raquel. Como assim mirativo em PB: aspectos sintáticos e semânticos. In: *III Colóquio de Semântica Referencial*, 2019. Disponível em: https://csr. faiufscar.com/anais#/trabalhos. Acesso em: 20 de janeiro de 2020.

SPEAS, Margaret. Evidentiality, logophoricity and the syntactic representation of pragmatic features. *Lingua*, 114(3), p. 255-276, 2004

SPEAS, Peggy; TENNY, Carol. Configurational Properties of Point of View Roles. In DiSciullo, Anna (Ed.). *Asymmetry in Grammar*. Amsterdam: John Benjamins. p. 315-344, 2003.

TESCARI NETO, Aquiles. *On Verb Movement in Brazilian Portuguese: a Cartographic Study*. Tesi (Dottorato di Ricerca in Scienze del Linguaggio). Università Ca'Foscari di Venezia, 2013.

B. F. DE LIMA &
A. T. NETO
Propriedades
sintáticosemânticas das
exclamativas-wh:
categorias,
hierarquias e
derivações

______. A posição do quantificador universal e suas implicações para o diagnóstico do movimento do verbo. *DELTA*. *Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Online)*, v. 32, p. 819-859, 2016.

_____. *Sintaxe Gerativa: uma introdução à Cartografia Sintática*. Manuscrito, UNICAMP, 2019.

URIAGEREKA, Juan. An F position in western Romance. In: KISS, K. *Discourse configurational languages*. New York: Oxford University Press, p. 153-175, 1995.

VILLALBA, Xavier. An exceptional exclamative sentence type in Romance. *Lingua*, 113, p.713–745, 2003

_____. L'evolució de les oracions exclamatives-qu de grau en catalã. *Caplletra*, 60, p. 211-226, 2016

ZANUTTINI, Raffaella. & PORTNER, Paul. Exclamative clauses: At the syntax-semantics interface. *Language*, 79, p. 39-81, 2003.

ZENDRON DA CUNHA, Karina. Sentenças exclamativas em Português Brasileiro: um estudo experimental de interface. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ZEVAKHINA, Natalia. Syntactic strategies of exclamatives. *The journal of Estonian and Finno-Ugric linguistics*, (4-2): p. 157-178, 2013.

ZUBIZARRETA, María Luisa. *Prosody, Focus, and Word Order*. Cambridge, MA: MIT Press, 1998.

Submetido em: 0/0/0
Aceito em: 0/0/0

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 178-205, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 205

Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

Isabella Coutinho Costa¹

RESUMO

Resumo: Este artigo apresenta algumas experiências na elaboração de materiais didáticos para ensino de línguas indígenas em parceria com professores e comunidades indígenas de Roraima. A partir do conhecimento das estruturas das línguas naturais utilizando o aparato teórico da tipologia linguística (DRYER, 2006; DIXON 2009a, 2009b, 2012; GIVON, 2001, entre outros), este texto relata duas diferentes formas de conduzir trabalhos colaborativos, tendo como ponto de partida o conhecimento implícito dos falantes sobre a estrutura das suas línguas. O objetivo aqui é mostrar que o trabalho com as línguas indígenas Ye'kwana e Macuxi, faladas em Roraima, na região amazônica brasileira, torna-se muito mais rico quando metodologias não colonizadoras (SMITH, 2012) são aplicadas para minimizar a distância entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento tradicional, assim, o material produzido passa a refletir a realidade da língua e do povo que a fala.

Palavras-chave: materiais didáticos; metodologias não colonizadoras; línguas indígenas.

ABSTRACT

Abstract: This article presents some experiences in the development of teaching materials for teaching indigenous languages in partnership with teachers and indigenous communities in Roraima. Based on the knowledge of the structures of natural languages using the theoretical apparatus of linguistic typology (DRYER 2006, DIXON 2009a, 2009b, 2012; GIVON, 2001, among others), this text reports two different ways of conducting collaborative work, having as a starting point the implicit knowledge of speakers about the structure of their languages. The objective here is to show that the work with indigenous languages as Ye'kwana and Macuxi, spoken in Roraima, in the Brazilian Amazon region, becomes much richer when non-colonizing methodologies (SMITH, 2012) are applied to minimize the distance between academic knowledge and traditional knowledge, so the material produced starts to reflect the reality of the language and of the people who speak it.

Keywords: teaching materials; non-colonizing methodologies; indigenous languages.

¹ Linguista. Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Roraima. E-mail: isabella_coutinho@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-2586-8928.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

1. Introdução

o iniciar o contato com os primeiros povos indígenas no intuito de apresentar um possível projeto de pesquisa, jamais imaginava que, para o pleno êxito do projeto, eu teria que envolvê-los no processo da pesquisa. Essa visão, no entanto, não tem nada de inocente ou de desavisada. Antes, ela é o sintoma de como a academia vem tratando o conhecimento tradicional indígena ao longo dos tempos. Assim, meu objetivo, neste artigo, é elaborar uma reflexão a partir das minhas vivências e pesquisas linguísticas e da minha participação em diversas ações de documentação e produção de materiais didáticos junto aos povos Ye'kwana e Macuxi em Roraima, na fronteira norte da Amazônia brasileira, entre os anos de 2012 a 2019. Desta forma, também tentarei mostrar como a aproximação do conhecimento acadêmico com o tradicional pode trazer diferenças significativas para o desenvolvimento de materiais didáticos e outros recursos de ensino-aprendizagem de línguas indígenas.

Ainda na época da graduação, as disciplinas de fonética e fonologia, morfologia e sintaxe davam sinais de que havia ali "algo a mais" que poderia ser explorado, para além da estrutura da língua portuguesa. Assim, já ciente

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) da necessidade de me aproximar de um povo indígena e pedir permissão para estudar sua língua, vi que ali era o momento de tentar aplicar todo aquele conhecimento teórico adquirido anos antes para tentar compreender as línguas, na medida do possível. Dessa forma, o aparato da tipologia linguística (CROFT, 2003; DRYER 2006; GIVON 2001; SHOPEN 2007a, 2007b, 2007c; entre muitos outros), também chamada de *basic lingustic theory*² por Dixon (2009a, 2009b, 2012), e da metodologia de pesquisa de campo em linguística (CHELLIAH & DE REUSE 2010) vem trazer instrumental teórico para analisar dados de línguas naturais, tentando focalizar os fenômenos linguísticos com precisão, sem utilizar, para tanto, teorias formais.

Partindo do cenário desenhado pelas considerações acima, dou início às seções deste artigo. Na seção 2 apresento o pano de fundo para pesquisas em línguas indígenas em Roraima; na seção 3 apresento um exemplo de trabalho colaborativo envolvendo a comunidade Ye'kwana; na seção 4 apresento outra configuração de trabalho colaborativo, envolvendo apenas professores da etnia Macuxi; na seção 5 apresento considerações gerais e finais sobre a pesquisa em linguística de campo para trabalhos futuros.

2. Roraima: o baú do tesouro para pesquisa com línguas indígenas

O título desta seção me foi apresentado quando participei de uma conferência sobre os povos indígenas de Roraima há vários anos. Esse tom de exotismo cria o cenário perfeito para pesquisadores curiosos e ávidos por desvendar as "misteriosas línguas amazônicas". No entanto, esse mesmo tom cria um afastamento entre o pesquisador e o falante da língua, uma vez que a tendência é que o primeiro seja tido como a pessoa que sabe mais, e o segundo, no lugar daquele que, ao invés de ensinar, vai aprender com o primeiro.

Não estou querendo com isso dizer que a culpa é do pesquisador, pois sei que muitos tentam minimizar o impacto da sua presença junto às comunidades pesquisadas, a começar ao optar pelo termo "consultor" ao invés de "informante" para designar o falante da língua em questão³. Tratar o falante como consultor, e não como informante, pode parecer apenas uma mudança lexical, mas induz a uma mudança no paradigma do processo de coleta de dados. Mesmo que a pessoa na frente do pesquisador desconheça os desdobramentos teóricos daquilo que ela fala (e isso não é obrigação de ela saber, assim como de nenhum falante de sua língua materna), o conhecimento

<sup>Nome cunhado pelo linguista norte americano R.M.W. Dixon para o conjunto de informações teóricas utilizado para fazer descrições gramaticais de línguas naturais.
Sobre o uso do termo "consultor" há um grande debate em questão, que teve início bem</sup>

³ Sobre o uso do termo "consultor" há um grande debate em questão, que teve início bem antes da década de 1960. Na década de 1970, os pesquisadores Gerald Udell, John McKenna, Sara Chapman, Francis Xavier, e Johnnie D. Ragsdale, Jr. (1972) publicaram o estudo "Responses of co-workers to the word informant", que elicita respostas a diferentes termos que potencialmente poderiam ser utilizados para fazer referência à pessoa qualificada para oferecer dados linguísticos. Neste estudo os autores relatam que os sujeitos pesquisados não tiveram respostas favoráveis ao termo "informante" pela sua associação a condutas antiéticas.

209

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos empírico sobre os usos e sentidos da sua língua, o impacto e a força daquilo que ela fala já a habilita também como coautora do trabalho de pesquisa.

Mas vejamos aqui qual o motivo pelo qual Roraima desperta tanta curiosidade quanto aos estudos sobre povos e culturas indígenas. A comparação com um "baú", no título da seção, não é aleatória. Roraima é o Estado mais setentrional do Brasil e apresenta uma população de pouco mais de 600 mil habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2019⁴. A população indígena de Roraima foi estimada, no censo de 2010, em quase 50 mil pessoas, o que à época, já colocava Roraima como um dos estados com maior população indígena do Brasil⁵. Mas os dados que impressionam não são apenas em termos do número de pessoas. Roraima apresenta em sua formação étnica mais de 10 povos pertencentes a três famílias linguísticas distintas: Caribe, Aruak e Yanomami.

As línguas Caribe faladas em Roraima são: Macuxi, Taurepang, Patamona, Ingarikó, Waiwai, Waimiri-Atroari (Kiŋa) e Ye'kwana. Todas elas apresentam estrutura gramatical e léxico mais ou menos aproximados, mas com características gerais muito semelhantes, o que permite aos linguistas adotar um sistema classificatório como o de Gildea (2012) ou o de Meira & Franchetto (2005). Em oposição à grande quantidade de línguas Caribe, apenas uma língua da família Aruak é falada em Roraima, a língua Wapichana. Esta língua destaca-se principalmente quanto ao sistema de classificadores nominais, que parece não seguir o padrão das outras línguas de sua família (SANCHEZ-MENDES, 2016). Quanto à família Yanomami, sabe-se que recente pesquisa realizada pelo Instituto Socioambiental (ISA), em parceria com o IPHAN⁶, identificou a existência de mais uma língua falada na Terra Indígena Yanomami, somando seis, ao total de línguas Yanomami já conhecidas dos estudiosos: Yanomami, Sanöma, Ninam, Yanomam, Yaroamä e a recentemente descoberta, Yãnoma.

O cenário descrito acima parece bastante propício ao desenvolvimento de pesquisas voltadas à questão indígena e, por isso, merece especial atenção na condução dos trabalhos em termos éticos e metodológicos. Por isso, nos últimos anos, várias iniciativas têm sido desenhadas para minimizar o impacto dos pesquisadores junto ao ambiente e às pessoas envolvidas com a pesquisa. Um dos exemplos mais emblemáticos na literatura é o relato de Smith (2012), uma indígena Maori, da Nova Zelândia, que explora o modo como o imperialismo e a pesquisa estão relacionados, tendo como foco as 4 Fonte: Documento "Estimativa populacional para 2019, disponibilizado pelo Instituto Procibiro de Congrefia e Estatística (IRCE), a consultado no dio 03 de merco do 2020.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

⁴ Fonte: Documento "Estimativa populacional para 2019, disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consultado no dia 03 de março de 2020, disponível no link https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e

⁵ Consultar informações disponíveis em http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2013/04/proporcionalmente-roraima-tem-maior-populacao-indigena-do-pais.html, acessado dia 03 de março de 2020.

⁶ Conferir matéria publicada no site https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/iphan-reconhece-importancia-da-diversidade-linguistica-yanomami, acessada no dia 03 de março de 2020.

maneiras pelas quais o imperialismo está incorporado nas disciplinas do conhecimento e da tradição. Longe de considerar o trabalho acadêmico como inocente, a autora, no entanto, reconhece que muitos pesquisadores não indígenas permanecem respeitados pelas comunidades em que trabalham:

The power of research was not in the visits made by researchers to our communities, nor in their fieldwork and the rude questions they often asked. In fact, many individual non-indigenous researchers remain highly respected and well liked by the communities with whom they have lived. At a commom sense level research was talked about both in terms of its absolute worthlessness to us, the indigenous world, and its absolute usefulness to those who wielded it as na instrument (SMITH, 2012, p. 3).

A crítica da autora, também indígena, recai sobre a real necessidade de envolver as comunidades indígenas no processo de pesquisa, e, portanto, de elaboração do conhecimento, para que aquele conhecimento possa ser utilizado pelos próprios indígenas. Nas suas palavras, "in a decolonizing framework, deconstruction is a part of a much larger intent" (SMITH, 2012, p. 3), por isso essa desconstrução deveria interessar, particularmente, àqueles que são sensíveis às causas dos povos minoritários. No entanto, há muitos preconceitos envolvidos na inserção do indígena enquanto personagem ativo no processo da pesquisa⁷. A própria Smith (2012, p. 10) nota que, muitas vezes, não se acredita que os pesquisadores indígenas possam ser bons o suficiente para realizar tal trabalho, sendo assim, acabam sendo preteridos por pesquisadores não indígenas.

Não envolver os indígenas no trabalho linguístico traz alguns problemas, como o relatado por Czaykowska-Higgins (2009). Segundo a autora, ao se conceber a pesquisa linguística em que apenas os interesses dos linguistas são levados em consideração, os resultados dessa pesquisa podem refletir o entendimento e as prioridades dos pesquisadores, mas não daqueles que falam a língua estudada. Esse comportamento, no entanto, não é isolado, mas é endossado por um modelo ocidental de elaboração do conhecimento, que vem sendo questionado à medida que pesquisadores indígenas vêm se envolvendo e protagonizando cada vez mais pesquisas.

Além da Nova Zelândia, lugar onde Smith (2012) descreve sua experiência com metodologias de pesquisa não colonizadoras, a Austrália, o Canadá e os Estados Unidos também têm obtido sucesso com revitalização de línguas e culturas indígenas através do trabalho colaborativo (cf. GENERAL, 2019). Para Smith (2012, p. 125), uma agenda não colonizadora incluiria

⁷ Como bem lembrou um parecerista anônimo, a importância do trabalho de Smith (2012) trata, fundamentalmente, em denunciar a negação dos sistemas epistemológicos indígenas, que são, por sua vez, dotados de plena reflexão sobre os mecanismos de elaboração do conhecimento.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

projetos de ação com iniciativas locais e nacionais, pesquisas baseadas em necessidades comunitárias, ou ainda, envolveriam espaços conquistados nas instituições pelos centros de pesquisa e programas de estudos indígenas. Além disso, pesquisadores de universidades podem legitimar abordagens inovadoras e de ponta, que podem privilegiar projetos baseados na comunidade. Esse tipo de abordagem tem um campo literário profícuo, com relatos de experiências que tentam, a partir dos contextos particulares, desenvolver projetos ou atividades participativas. Neste artigo, em especial, vamos falar sobre atividades participativas envolvendo a comunidade indígena ou professores indígenas para a produção de materiais para a documentação da língua e materiais didáticos, como livros de alfabetização para o povo Ye'kwana e gramáticas pedagógicas para o povo Macuxi.

O modelo de pesquisa colaborativo baseado na comunidade (Community-Based Language Research), apresentado por Czaykowska-Higgins (2009) e desenvolvido pela autora junto a línguas indígenas no Canadá também oferece argumentos para uma proposta cujo foco é o engajamento da comunidade, tendo em vista não apenas a produção de conhecimento sobre a língua, mas assumindo, nas palavras da autora, "that knowledge can and should be constructed for, with and by community members" (CZAYKOWSKA-HIGGINS, 2009, p. 17).

Pesquisa colaborativa ou participativa também pode ser definida nos termos de Katz & Martin (1997), como o trabalho conjunto entre pesquisadores para alcançar o objetivo comum da produção de novo conhecimento científico, o que atribui a cada uma das partes envolvidas a responsabilidade, desde o desenho do projeto até a elaboração do produto final. Mesmo que muitas propostas venham prontas, é importante, no entanto, garantir a participação de todos os indivíduos envolvidos, ouvindo suas contribuições e tentando adequar as expectativas de todas as partes de forma apropriada, sem desrespeitar questões de ordem cultural advinda dos contextos particulares.

O que mostro nas seções seguintes são algumas atividades junto a professores indígenas bilíngues. A partir da adoção do conhecimento dessas propostas, esses professores, oriundos de contextos distintos e com formações igualmente distintas, puderam elaborar o material que eles julgaram necessário para aplicar nos contextos de ensino das suas respectivas línguas, para auxiliar a recuperar o controle sobre as formas indígenas de conhecer e ser. A intenção aqui, no entanto, não é levantar a questão legal da ética em pesquisa com povos indígenas⁸, mas sim relatar duas experiências colaborativas conduzidas junto a povos indígenas com diferentes graus de contato, para a produção de materiais didáticos que serão apresentadas nas seções seguintes.

⁸ A legislação para esta finalidade disponível no site do Conselho Nacional de Saúde http://conselho.saude.gov.br/resolucoes-cns.

3. Trabalhos colaborativos junto ao povo Ye'kwana

Como mencionei na seção anterior, a língua Ye'kwana é classificada dentro da família Caribe, sendo, no entanto, bem diferente das outras línguas Caribe faladas em Roraima. Isso pode ser explicado mediante sua classificação como pertencente ao ramo guianense, ao lado do Tiriyó e do Wayana (GILDEA, 2012), duas línguas Caribe faladas mais ao leste em função de semelhanças morfofonológicas (CÁCERES, 2011).

De acordo com o último censo (COSTA, 2019), os Ye'kwana são, aproximadamente 720 pessoas, e habitam três aldeias localizadas na Terra Indígena Yanomami, Kudaatanha e Fuduuwaduinha, na região de Auaris, e Waichanha, às margens do Rio Uraricoera. Além disso, há um pequeno número de pessoas que mora na capital de Roraima, Boa Vista, para estudar (Ensino Médio, cursos técnicos ou de graduação) ou dedicar-se às atividades da Wanaaseduume Associação Ye'kwana, responsável por defender os interesses do povo no Brasil.

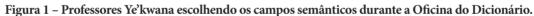
Os Ye'kwana são um povo autônomo em suas decisões e condução de projetos. Desde que comecei a trabalhar com eles, em 2010, percebi que, por mais interessante que fosse o projeto proposto, a condução das atividades sempre se daria conforme o tempo e as necessidades intrínsecas a eles. Essa dinâmica vai, muitas vezes, de encontro às perspectivas do mundo ocidental, que precisa de respostas imediatas e, na maioria das vezes, não entende as dinâmicas das relações indígenas. Assim, qualquer atividade proposta sempre tem de satisfazer a uma demanda da comunidade: após ser apresentada, a proposta deve ser avaliada por todas as pessoas presentes, que julgarão a relevância da atividade para a comunidade. Só então, após todos serem ouvidos, é que a atividade poderá ou não ser realizada.

Dessa forma, para propor a realização da minha pesquisa em linguística (de mestrado e doutorado), a comunidade se reuniu e pediu que meu trabalho como linguista fosse direcionado para a produção de um dicionário Ye'kwana, para além do trabalho acadêmico. Naquele momento, as escolas Ye'kwana podiam contar apenas com os livros didáticos em língua portuguesa, que eram enviados anualmente pela Secretaria de Educação. Como os alunos Ye'kwana são, em sua grande maioria, monolíngues em sua língua, a compreensão desses livros era muito pequena, e havia grande esforço dos professores para desenvolver materiais que pudessem atender às expectativas da Secretaria de Educação e do próprio povo Ye'kwana. Na expectativa deles, o dicionário iria auxiliar professores e alunos na compreensão da língua portuguesa, que ainda permanece um desafio para todos, e iria também auxiliar não indígenas na compreensão da língua Ye'kwana, facilitando o contato, principalmente, com agentes de saúde e outros órgãos ligados aos indígenas.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

Assim, em 2012 foi realizada a Oficina do Dicionário Ye'kwana. Esta foi realmente a primeira atividade colaborativa que tive a oportunidade de presenciar entre os Ye'kwana. Com a participação de toda a comunidade residente na aldeia Fuduuwaduinha, a Oficina do Dicionário teve duração de cinco dias. A divisão das atividades foi realizada pelos próprios professores, que optaram por um dia de explicações gerais sobre a natureza de um dicionário, e os outros dias ficariam para a produção de conteúdo. Neste primeiro dia de explicações gerais, que ficou sob a minha responsabilidade, apresentei materiais desenvolvidos por outros grupos indígenas para que eles escolhessem o tipo de dicionário que queriam fazer e apresentei as informações necessárias requeridas por entrada lexical em um dicionário (transcrição fonêmica, exemplos, tradução, explicação etnográfica, entre outros). Após longa discussão, na qual todos os presentes foram ouvidos, entre lideranças, professores, mulheres e alunos, foi escolhido um modelo que pudesse privilegiar não apenas a significação de palavras, mas também contemplasse o uso de elementos culturais próprios do universo Ye'kwana. Foi sugerido então que o Dicionário tivesse um viés enciclopédico e que pudesse ter fotos ou desenhos dos elementos escolhidos para fazer parte do material.

No dia seguinte, foram escolhidos os campos semânticos que seriam elaborados durante a Oficina. É importante relatar que esses campos foram selecionados a partir da relevância para a vida cotidiana dos Ye'kwana. Os campos semânticos escolhidos nesta etapa foram: casa, roça, caçada, animais, pescaria, família, corpo humano, instrumentos musicais, plantas, escola, comida e bebida, adornos (pintura corporal, miçangas e outros enfeites), cestaria, fenômenos da natureza, localização, cores, relevo e doenças. A partir da seleção dos temas, os grupos se reuniram para distribuir os campos e trabalhar na produção dos materiais. Assim, os participantes se dividiram em grupos que ficaram responsáveis por elencar o maior número de palavras possível para cada campo.





Fonte: Isabella Coutinho, 2012.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) Foi resolvido que seriam produzidos textos explicativos sobre os temas, por exemplo, a equipe que ficou responsável pelo tema "caçada" iria produzir um texto contando o procedimento habitual da caçada Ye'kwana e, ao final, seria feita uma lista dos objetos essenciais na caçada. Outro aspecto importante a ser salientado é que, na divisão dos grupos, os participantes tiveram o cuidado de escolher pelo menos uma pessoa mais velha para auxiliar os trabalhos de cada grupo. Esse cuidado se deve ao profundo respeito pelo conhecimento dos velhos sobre a cultura Ye'kwana.

Figura 2 - Grupo de trabalho responsável pelo campo semântico "plantas".

Fonte: Isabella Coutinho, 2012.

Nos dias que se seguiram, a Oficina aconteceu com os grupos reunidos e selecionando a maior quantidade de informações possíveis para cada campo semântico. Esta foi a primeira atividade com os Ye'kwana na qual pude ver a natureza do trabalho colaborativo entre eles: as informações não eram apenas socializadas como discutidas e planejadas de acordo com as necessidades da comunidade e apenas mediante a concordância de todos os presentes, homens e mulheres.

Outro momento em que vivenciamos uma atividade colaborativa entre os Ye'kwana se deu com o apoio da UNESCO através do Museu do Índio. Em janeiro de 2012 realizamos uma Oficina de Miçangas pelo Programa de Documentação de Culturas Indígenas, o PRODOCULT. O objetivo era fazer circular os conhecimentos tradicionais sobre confecção de artefatos com miçangas, conhecimentos estes que envolvem não apenas a elaboração das peças em miçanga, mas também as histórias e os grafismos utilizados. Para a confecção das peças, as mulheres mais velhas, principais artesãs de miçanga, foram convidadas para ensinar às mulheres mais jovens as técnicas para bordar e tecer com miçanga.

215

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

Figura 3 - Mulheres tecendo tangas de miçangas.



Fonte: Isabella Coutinho, 2012.

Já os homens e anciãos participaram de uma verdadeira aula sobre as histórias (Wätunnä) que explicavam a criação e disseminação da miçanga no mundo ocidental. O sábio Vicente Castro foi o escolhido para ensinar e explicar a significação e a utilização de cada grafismo em miçanga. Homens, mulheres e crianças puderam se beneficiar dos conhecimentos compartilhados durante esta atividade. Além disso, os próprios jovens Ye'kwana documentaram todo o processo de elaboração das peças de miçangas e também as histórias contadas durante os encontros.

Figura 4 – Jovem fazendo a documentação das histórias contadas durante a Oficina de Miçangas.



Fonte: Isabella Coutinho, 2012.

As peças desenvolvidas durante essa Oficina foram adquiridas pelo Museu do Índio e se encontram na exposição "No caminho da miçanga: um mundo que se faz de contas", em cartaz no Museu do Índio⁹. O material filmado também deu origem a um pequeno filme que conta a versão Ye'kwana

⁹ Durante a elaboração deste artigo, em março de 2020, a exposição, que tem curadoria de Els Lagrou, encontrava-se no Museu do Índio (Rio de Janeiro), com exibição restrita em função de adaptações do prédio.

do surgimento e propagação da miçanga pelo mundo ocidental¹⁰, e apresenta imagens documentando o processo de elaboração das peças expostas e da apresentação das peças para toda a comunidade ao final da oficina. É importante ressaltar de tudo isso que em todo o tempo as atividades foram minuciosamente planejadas e discutidas entre professores e lideranças, do início até o final de sua execução, por isso tiveram grande êxito e adesão de toda a comunidade.

A última experiência entre os Ye'kwana que quero relatar aqui se deu ao longo de cinco anos, durante a Ação Saberes Indígenas na Escola. De 2013 a 2018 foram realizadas 11 oficinas nas três aldeias Ye'kwana, envolvendo o maior número possível de pessoas nas atividades de elaboração de livros didáticos. Desde a primeira oficina, na qual foram definidos pelos professores os livros que seriam feitos e quem seriam os responsáveis, todo o processo de elaboração das atividades, dos textos e dos desenhos até a escolha dos itens gráficos, tudo foi escolhido coletivamente em cada Oficina.

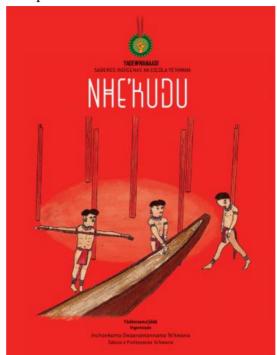
O resultado da Ação Saberes Indígenas na Escola entre o povo Ye'kwana foi a elaboração de três livros didáticos: um para alfabetização, um para ensino de língua do 1º. ao 3º. ano, e um para ensino de etnomatemática. Costa (2018, p. 32) descreve como foram realizadas as oficinas e a logística das atividades. Em seu texto, Costa menciona a relevância de projetos dessa natureza, que complementam a atividade do pesquisador em uma aldeia, uma vez que, segundo a autora, "a pesquisa linguística é apenas um dos níveis de trabalho de quem atua junto a comunidades indígenas" (COSTA, 2018, p. 37), pois para um projeto desta natureza ser executado com um povo de recente contato, como os Ye'kwana, há várias questões burocráticas envolvidas, desde o transporte dos pesquisadores para a aldeia até a efetiva entrega dos materiais para uso das comunidades.

Seria de se esperar que houvesse uma rigidez no tipo de conteúdo esperado para um material didático em um projeto desta natureza. No entanto, para os Ye'kwana, havia uma grande necessidade de imprimir em livros os seus conhecimentos, uma vez que os únicos livros a que eles tinham acesso no momento contavam apenas as histórias dos brancos na língua dos brancos, sem nenhuma relevância para o contexto em que eles viviam. Por isso foi de crucial relevância o livro de etnomatemática desenvolvido pelos professores Ye'kwana.

¹⁰ Este mesmo filme encontra-se disponível para visualização no YouTube através do link https://youtu.be/AUeVU4RLnmU. Acessado em 28 de março de 2020.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

Figura 5 - Capa do livro de etnomatemática Ye'kwana Nhe'kudu.



Fonte: Isabella Coutinho, 2018.

O livro traz exercícios simples com noções espaciais, termos de medida e contagem próprios da cultura Ye'kwana. Um exemplo é a ilustração utilizada para a capa do livro, apresentada na figura 5 (acima), que mostra pessoas medindo através de passadas ou do comprimento dos braços, métodos utilizados para construir casas ou canoas e que fazem parte dos conhecimentos do dia a dia do povo Ye'kwana.

Esses foram alguns exemplos que mostram como o povo Ye'kwana soube utilizar das oportunidades oferecidas pelos brancos para valorizar o seu conhecimento tradicional de acordo com as suas necessidades e conveniência. Infelizmente, a agência e o poder ainda estão nas mãos do branco, que, ao mesmo tempo em que oferece uma oportunidade ao lançar um edital e propor um projeto, ainda mantém critérios muito específicos para a execução destes. Mesmo sendo um pouco problemática essa afirmação, é importante refletir sobre a condução de atividades entre os indígenas, que muitas vezes não encontram um sistema empático para as suas necessidades intrínsecas. Por exemplo, um mesmo projeto que atue entre povos diferentes, deve estar aberto para as necessidades distintas de cada povo, desde os seus objetivos, até a equipe que administra a liberação dos recursos para execução das atividades. Dessa forma, para que um povo de recente contato como os Ye'kwana consiga estabelecer seu espaço de agência, é necessário que haja muito diálogo junto aos proponentes dos projetos, que precisam entender que os indígenas não são colaboradores, mas protagonistas das ações. Isso deve ocorrer para que tanto a equipe administrativa e os indígenas possam ter seus objetivos satisfeitos, sem prejuízo de qualquer natureza para ambos os lados.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) 217

Os trabalhos descritos nesta seção são colaborativos não apenas porque sempre havia a participação de todos os presentes nas atividades realizadas, homens, mulheres, velhos e crianças, mas principalmente porque os Ye'kwana conseguiram mostrar as suas necessidades e fazê-las valer, dando voz às demandas das comunidades e executando as sugestões dadas por todos os que participaram das ações. São também colaborativos na medida em que não foram impostos, mas conversados e combinados entre eles e as instâncias burocráticas que financiaram o desenvolvimento dos trabalhos, e mediados, na medida do possível, por aqueles que apresentavam o maior domínio da língua portuguesa, que sempre explicavam aos "parentes" a reminiscências envolvidas na elaboração de cada material¹¹.

4. Trabalhos colaborativos com professores Macuxi

Em 2018 recebi o convite do Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima (CEFORR) para ministrar aulas de linguística para professores da etnia Macuxi em um curso de formação continuada para professores de línguas indígenas chamado Projeto Murumuruta. Este belo projeto, coordenado pela Gerência de Educação Indígena do CEFORR¹², tinha como objetivo oferecer oportunidades aos professores indígenas de debater assuntos voltados ao ensino de línguas e apresentar propostas metodológicas e de elaboração de materiais para auxiliar nas suas respectivas salas de aula.

Tendo isso em mente, e tendo a oportunidade de trabalhar com professores bilíngues em Macuxi e Língua Portuguesa em uma turma, o que não é um cenário muito fácil de se encontrar, considerei o planejamento de um curso de linguística que me foi pedido e decidi oferecer aos professores a oportunidade de que eles aprendessem os conteúdos teóricos a partir da sua própria língua. O curso tinha duração de 60 horas e, como era de natureza intensiva, foi ministrado em oito dias, com carga horária de oito horas por dia.

O objetivo ali, mais do que ensinar linguística, era oferecer ferramentas técnicas e metodológicas para que aqueles professores pudessem, ao voltar para suas aldeias, ensinar sua língua sem comparar com as categorias da Língua Portuguesa. Por meio das aulas, também procurei mostrar ferramentas tipológicas, como a comparação entre línguas da mesma família, e técnicas, como a construção de paradigmas, para analisar desde a distribuição e a interpretação de morfemas até de sintagmas em uma língua.

O mais relevante dessa experiência foi mostrar que as ferramentas linguísticas serviam não apenas para eles, enquanto professores, entenderem a sua língua naquele curso específico, mas serviam principalmente para que eles mostrassem aos seus alunos as relações estabelecidas entre os elementos

¹¹ Amaral et alii. (2017) também descrevem o processo do desenvolvimento de um material de alfabetização na língua Samöma (Yanomami) durante a realização do Saberes Indígenas.

¹² Na época, coordenado pela professora Ineide Messias e pelo professor Sobral.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos gramaticais da língua, sem necessariamente utilizar de termos técnicos para a classificação ou rotulagem das categorias, uma vez que a função delas já era dada no próprio uso. Durante as aulas também procuramos mostrar que o conhecimento linguístico internalizado dos falantes das línguas era suficiente para despertar nos alunos a curiosidade sobre alguns temas da gramática, como concordância (e dentro da morfologia da língua Macuxi, que é muito rica, pode-se partir de questões como número, grau e prefixos de pessoa a partir de dados da língua falada), tornando as aulas mais do que a memorização de algumas palavras ou expressões na língua. Com isso, ficou ressaltado que o conhecimento implícito do falante, no caso, do professor, era de grande relevância para a aprendizagem da língua pelos alunos.

YAIRÎ ESEURUMANTO'
MENUUKATO'

MURUMURUTA

Organização

Professores Macusi de Cursu de Formação Continuada Murumuruta
Turma B - 2017/2018

Figura 6 – Capa da gramática de língua Macuxi Murumuruta.

Fonte: Isabella Coutinho, 2018.

Deste curso, nasceu a Gramática Murumuruta, uma gramática que não tinha como objetivo ser acabada, mas sim ser um material em construção permanente pelos professores e seus alunos em sala de aula, servindo como instrumento, ao mesmo tempo, de ensino e reflexão sobre as estruturas da língua. Ao final da experiência os professores saíram animados com a consciência de serem eles mesmos os especialistas em suas línguas, uma vez que eram todos falantes. Dessa forma, eles poderiam fazer dos seus espaços de ensino pequenos laboratórios para discussão linguística, ultrapassando o modelo de ensino que privilegia o conhecimento dos rótulos das estruturas gramaticais, e direcionando a aprendizagem para a sua própria formação e pelo seu autorreconhecimento como pesquisador de sua própria língua e capaz de perceber um conhecimento implícito e transformá-lo em um conhecimento explícito¹³.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica)

¹³ Silva, Amaral e Maia (2014) defendem que o uso de uma metalinguagem muito técnica e desconectada do uso linguístico pode não levar a uma aprendizagem eficiente da língua.

É importante ressaltar que não há livros disponíveis para todos os alunos de língua indígena¹⁴, apesar de algumas iniciativas dos próprios professores em desenvolver materiais para o Macuxi. É exatamente por isso que fortalecer o conhecimento linguístico e a autoestima dos falantes indígenas é tão importante para que surjam iniciativas de desenvolvimento de materiais didáticos monolíngues. Algumas experiências, como as relatadas por Lima (2020), com o projeto da gramática pedagógica Kawaiwete, mostram que principalmente o engajamento da comunidade na elaboração dos materiais didáticos e na documentação linguística fazem com que o material produzido tenha um significado muito mais forte no meio das pessoas. Esse engajamento só é possível quando todos são convidados a colaborar, seja editando o material, produzindo desenhos, ou realizando o processo de documentação da língua (filmando, transcrevendo/traduzindo) e, principalmente, analisando os dados a cada etapa. A formação de indígenas como pesquisadores traz para eles a possibilidade de decidir sobre aquilo que é realmente importante para a comunidade, possibilitando a reflexão sobre o acesso ao material produzido e sobre o resultado final do trabalho.

5. Considerações Finais

Entendo que as atividades aqui descritas tiveram êxito muito mais pela habilidade dos professores com as línguas alvo (Ye'kwana e Macuxi) do que pela praticidade do manejo das ferramentas técnicas oferecidas (sejam elas teóricas ou o manuseio de equipamentos para elaboração de materiais). Muito mais do que apresentar algo novo aos professores indígenas, o objetivo das atividades era gerar um produto que pudesse ser aproveitado pela comunidade na sua totalidade, desde a elaboração até o resultado final.

Mesmo com cenários tão distintos, creio que ambos os materiais serão (foram e estão sendo) de grande utilidade por terem sido os pioneiros, à sua maneira, entre os grupos citados. É de se esperar grandes críticas aos trabalhos, mas, ao mesmo tempo, acredito que essas críticas serão benéficas para o enriquecimento das propostas junto aos povos indígenas. Dado o tempo em que esses materiais foram desenvolvidos, os professores já contam histórias de sucesso com sua utilização, relatando engajamento dos alunos nas aulas de língua e envolvimento das comunidades na elaboração de novos materiais de ensino. General (2019, p. ii) afirma que líderes de diversas línguas indígenas compreendem a colaboração e processos de colaboração como processos nos quais indivíduos e grupos que experimentam um problema compartilhado podem trabalhar juntos com o único objetivo de resolvê-lo. Assim, ao aproximar os cenários pelas dificuldades comuns entre os professores participantes, vemos que, à sua maneira, as colaborações foram

¹⁴ É importante mencionar a existência de livros como o de Amodio & Pira (1996), Raposo (2008) e Juvencio (2013), que são de extrema importância neste cenário de formação dos professores, no entanto, muitas vezes não chegam até as salas de aula das comunidades indígenas.

221

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos

efetuadas não apenas entre os proponentes das atividades e os professores, mas entre eles mesmos, na medida em que acordaram o processo e o resultado dos seus trabalhos, visando a resolução de um problema latente: a falta de materiais didáticos de qualidade para o ensino de línguas. Esta, no entanto, é outra questão que não quero levantar neste momento.

Glenn (2009), ao discutir o processo colaborativo em trabalhos de descrição e documentação linguística, mostra cinco dimensões de trabalhos colaborativos, e um deles é justamente considerar alianças durante o processo, pois a documentação é uma atividade inacabada e que apenas um pesquisador só pode não dar conta. É necessário envolver e engajar a comunidade para que o processo de documentação ocorra com sucesso e produza resultados na vida da comunidade. É em projetos desta natureza que pesquisadores indígenas podem ganhar mais espaço dentro e fora dos espaços formais de ensino, denunciando preconceitos, pré-conceitos e práticas muitas vezes colonizadoras.

Chamo a atenção, finalmente, para o fato de que o ofício do linguista de campo tem um impacto muito maior do que aquele que nos vem à mente com a elaboração de materiais didáticos ou acadêmicos, mas, principalmente, na formação de pesquisadores indígenas, ávidos por entender e se fazer entender neste mundo de brancos. É fundamental, também, pensarmos o papel da documentação linguística em todo esse processo, pois é através dela que os indígenas podem se aproximar ainda mais do universo da pesquisa pelos espaços de atuação formais, o que permite a eles muito mais do que protagonizar as ações, mas também que se tornem autônomos nas atividades, gerenciando todo o processo. Ouvir esses pesquisadores, debater experiências de sucesso e impasse deve ser um caminho muito melhor para descolonizar o ensino e a pesquisa em línguas indígenas, não apenas em Roraima, como apresentei, mas também no Brasil.

Referências

222

AMARAL, Luiz; AUTUORI, Joana; GOMES, Ana Maria; SARAIVA, Moreno Martins. Diálogos entre a linguística, a educação e a antropologia na produção de materiais de alfabetização na língua sanöma. *Revista Linguística /* Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vol. 13, n. 1, p. 104-125, 2017.

AMODIO, Emanuele; PIRA, Vicente. *Língua Makuxi*: Makusi Maimu: guias para a aprendizagem e dicionário da língua Makuxi. Boa Vista, Roraima: Diocese de Roraima, 1996.

CHELLIAH, Shobhana; DE REUSE, Willem. *Handbook of descriptive linguistic fieldwork. Heidelberg.* Berlin: Springer Science & Business Media, 2011.

COSTA, Isabella Coutinho. *A quantificação em Ye'kwana*: a distinção contávelmassivo. Tese. (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, Isabella Coutinho. *Produto 02:* Diagnóstico Sociolinguístico do povo Ye'kwana. Subprojeto Ye'kwana. PRODOCLIN. UNESCO / Museu do Índio, 2019.

CROFT, William. *Typology and universals, 2nd edition*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CZAYKOWSKA-HIGGINS, Ewa. Research models, community engagement and linguistic fieldwork: Reflections on working within Canadian indigenous communities. *Language Documentation & Conservation*, n. 3. p. 15-50. 2009.

DIXON, R. M. *Basic Linguistic Theory Volume 1:* Methodology. Oxford: Oxford University Press, 2009a.

DIXON, R. M. *Basic Linguistic Theory Volume 2:* Grammatical Topics. Oxford: Oxford University Press, 2009b.

DIXON, R. M. Basic *Linguistic Theory: Further Grammatical Topics:* Volume 3. Oxford: Oxford University Press, 2012.

DRYER, Matthew S. Descriptive theories, explanatory theories, and basic linguistic theory. *In:* AMEKA, Felix; DENCH, Alan; EVANS, Nicholas (Eds.). *Catching Language*: Issues in Grammar Writing. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006. p. 207-234.

I. C. Costa Trabalhos colaborativos com povos indígenas: o saber acadêmico e o tradicional na elaboração de materiais didáticos GENERAL, Sara. *An exploration of collaboration in indigenous language revitalization in a First Nation Community.* Tese (Doutorado em Educação). The University of Western Ontario, 2019.

GILDEA, Spike. Linguistic studies in the Cariban family. *In*: CAMPBELL, Lyle; GRONDONA, Verónica (eds.). *Handbook of South American Languages*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 441-494.

GIVON, Talmy. *Syntax*: an introduction. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001.

GLENN, Akiemi. 2009. Five dimensions of collaboration: toward a critical theory of coordination and interoperability in language documentation. *Language Documentation and Conservation*:2:149-160.

JUVENCIO, Vitor Francisco. *Senuwapainîkon maimukonta*: Makuusi maimu [Vamos estudar na nossa língua]. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2013.

KATZ, Joseph Sylvan; MARTIN, Ben. What is research collaboration? *Research Policy*, 26. p. 1-18, 1997.

LIMA, Suzi. The Kawaiwete pedagogical grammar: Linguistic theory, collaborative language documentation and the production of pedagogical materials. Language Documentation & Conservation Special Publication No. 20. Collaborative Approaches to the Challenge of Language Documentation and Conservation: Selected papers from the 2018 Symposium on American Indian Languages (SAIL). Ed. by Wilson de Lima Silva and Katherine Riestenberg, p. 54-72. 2020.

MEIRA, Sérgio; FRANCHETTO, Bruna. *The southern Cariban languages and the Cariban family*. International Journal of American Linguistics, v. 71, p. 127-192, 2005.

RAPOSO, Celino Alexandre (Org.). Dicionário da língua makuxi. Boa Vista: UFRR, 2008.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. A distinção contável-massivo no Wapichana: aparente desafio tipológico. *Revista do GEL*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 138-162, 2016.

SHOPEN, Timothy. *Language Typology and syntatic description. Vol 1*: Clause Structure. New York: Cambridge University Press, 2007a.

Revista Letras, Curitiba, UFPR, n. 101, pp. 206-224, jan./jun. 2020 ISSN 2236-0999 (versão eletrônica) SHOPEN, Timothy. *Language Typology and syntatic description. Vol 2*: Compex Constructions. New York: Cambridge University Press, 2007b.

SHOPEN, Timothy. *Language Typology and syntatic description. Vol 3*: Grammatical categories and the lexicon. New York: Cambridge University Press, 2007c.

SILVA, Cristiane; AMARAL; Luiz; MAIA, Marcus. Palavras -BO em Karajá: Como Transmutar Análises Linguísticas Formais em Material Pedagógico. *Cadernos de Educação Escolar Indígena* 11(1): 69-85. Barra do Bugres-MT: UNEMAT. 2014.

SMITH, Linda Tuhiwai. *Decolonizing Methodologies*: Research and Indigenous Peoples Zed Books, London, 2012.

UDELL, Gerald; MCKENNA, John; CHAPMAN, Sara; XAVIER, Francis; RAGSDALE, Jr. Johnnie D. Responses of co-workers to the word informant. *In:* Studies in Linguistics in Honor of Raven McDavid, Jr. Ed. by L.M. Davis, 1972.

Submetido em: 0/0/0
Aceito em: 0/0/0